

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TAIRA CRIS DE JESUS MOREIRA

**O SERVIÇO SOCIAL E A REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO: análise da
atuação profissional na Política de Assistência Social em Aracaju/SE**

João Pessoa – PB

2013

TAIRA CRIS DE JESUS MOREIRA

**O SERVIÇO SOCIAL E A REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO: análise da
atuação profissional na Política de Assistência Social em Aracaju/SE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, na área de concentração dos Fundamentos Teórico-metodológicos do Serviço Social, como requisito à obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^ª Dra. Cleonice Lopes Nogueira.

João Pessoa - PB

2013

M838s Moreira, Taira Cris de Jesus.

O Serviço Social e a reprodução do conservadorismo:
análise da atuação profissional na Política de Assistência
Social em Aracaju-SE.-- João Pessoa, 2013.

194f.

Orientadora: Cleonice Lopes Nogueira

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA

1. Serviço Social. 2. Assistência Social - Aracaju-SE.
3. Conservadorismo. 4. Racionalidade burguesa. 5. Atuação
profissional.

UFPB/BC

CDU: 36(043)

TAIRA CRIS DE JESUS MOREIRA

**O SERVIÇO SOCIAL E A REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO: análise da
atuação profissional na Política de Assistência Social em Aracaju/SE**

APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Cleonice Lopes Nogueira
ORIENTADORA

Profª Dra. Nívia Cristiane Pereira da Silva
Examinadora Interna

Profª Dra. Márcia Emília Rodrigues Neves
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

Chegar ao momento de finalização de uma dissertação é, ao mesmo tempo, um misto de sensações entre alívio e felicidade pela certeza de dever cumprido e as recordações sobre o processo da sua construção, que foi permeado por muito estudo no esforço para apropriação teórica do conteúdo estudado, dedicação, paciência para lidar com os atropelos, a angústia, a insegurança, o cansaço. Esse longo caminho percorrido para construção da dissertação só foi possibilitado, para além do esforço pessoal, pela contribuição e ajuda de pessoas importantes. Devo agradecer, então, aos meus pais, Ronaldo e Jussara, que apoiaram minha empreitada em cursar o mestrado em outro estado do nordeste, ainda que à custa do afastamento do convívio diário e dos momentos comemorativos importantes e reuniões em família. A efetivação desse sonho de qualificação profissional foi tão desejado por eles, quanto por mim, e foi desse desejo que surgiram as forças para caminharmos nessa empreitada juntos e unidos. A eles, deixo registrado aqui minha imensa e eterna gratidão e respeito. Amo vocês!

Aos meus irmãos, Tauane e Ronaldo Junior, pelo apoio, pelo carinho (sobretudo, da minha irmã), por fazer de todos os nossos momentos juntos os melhores, mais divertidos em qualquer lugar que estejamos reunidos. Obrigada por existirem!

À minha mãe, madrinha, tia Júcia, por sempre me incentivar a crer no melhor de mim e no meu potencial. Por me confortar, pelo carinho, pela atenção, pela dedicação em tentar preencher todos os momentos de angústia, tristeza, solidão em João Pessoa com suas palavras de incentivo, força, coragem e, em alguns momentos, fazer esquecer que a distância entre nós era meramente territorial. Certamente nosso amor irá transcender as esferas do tempo e do espaço e sei que compartilhamos dessa mesma ideia.

À Dudu, hoje meu marido, mas que antes disso sempre foi meu namorado, grande companheiro, meu amigo, o homem com quem eu escolhi compartilhar minha vida, meus esforços, minhas vitórias, assim como essa. Enfrentamos todas as barreiras, vencemos juntos. Seu amor me dá forças, me dá coragem e força para continuar a lutar por tudo aquilo que acreditamos. E assim será. Te amo infinitamente!

Ao meu irmão de coração e grande amigo, Ademir Junior, meu companheiro de aventuras, de estudo, de faxinas, de festas (que não foram muitas, diga-se de passagem), com quem compartilhei dívidas, dúvidas, alegrias, angústias, chatices, segredos, opiniões e posições políticas. Obrigado por tudo, sobretudo, agradeço por merecer sua amizade! E como você mesmo diria: vamos continuar arrasando “*bunito*”!

À minha orientadora, Cleonice, que para minha sorte se mostrou uma grande amiga. Para além das contribuições para reflexão teórica e de construção do estudo, mostrou-se paciente e sensível, atenciosa, compreensível às minhas questões particulares que atrapalharam, muitas vezes, o processo de orientação. Agradeço, então, por tudo isso, pelas tardes de bolo com café nos intervalos das orientações, pelas caronas, pelos conselhos, pela contribuição no meu amadurecimento intelectual. Fica aqui minha admiração e respeito pela brilhante profissional e professora que és, por suas contribuições na discussão do Serviço Social terem sido também decisivas para a minha formação profissional.

A todos os meus amigos, por partilhar das dificuldades e pela ansiedade de finalização desse processo da dissertação. Agradeço, em especial, a minha amiga Lúcia Aranha, que incentivou e me ajudou na construção do projeto para seleção de mestrado e a quem eu devo toda a base da minha formação acadêmica e profissional. Aproveito para agradecer também minha queridíssima, amadíssima e mais besta das amigas, Robertinha, sobretudo porque foi através da sua ajuda que pude realizar e concluir o processo da pesquisa de campo.

Aos colegas do curso de mestrado, pela convivência, pelos momentos de descontração, pelos momentos de inquietação, questionamento, estudo, leitura, discussões extremamente salutares para o processo de formação acadêmica continuada. Agradeço principalmente queridas amigas Érica, Luciana, Taty, Renata, Antônia, Jullymara, Rafaela que compartilharam comigo angústias, inseguranças e alegrias!

À minha amiga Anmaina, minha companheira fiel de estágio docência, o qual nos proporcionou construir juntas planos de aulas, exercícios, debates, enfim, tarefas que nos aproximaram e possibilitaram fortalecer nossa amizade. Assim como agora concluo essa etapa da minha vida profissional e pessoal, torço muito e tenho a certeza de que você irá obter êxito e sucesso na conclusão do mestrado. Saudades e obrigada por tudo!

Por fim, agradeço aos assistentes sociais que gentilmente aceitaram participar dessa pesquisa apesar da falta de tempo ocasionada pela alta demanda de serviços nas instituições da assistência social. Agradeço também à população brasileira que, por meio do pagamento dos seus impostos, proporcionaram direta e indiretamente que os recursos fossem destinados ao MEC e a CAPES, e assim puderam que me concederam uma bolsa de estudo, essencial para o desenvolvimento das atividades do mestrado, e que me possibilitou custear as minhas despesas em João Pessoa.

Daí nossa expectativa de que o posicionamento “em tempo” nos conduza a não “perdermos a hora” quando a “velha toupeira” colocar a cabeça para fora.

Yolanda Guerra

RESUMO

O estudo ora apresentado tem como objeto a reprodução do conservadorismo no Serviço Social com enfoque nas formas como o conservadorismo se expressa na prática profissional dos assistentes sociais vinculados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) em Aracaju-SE. Para compreender em que medida as relações e racionalidades conservadoras tem caracterizado o campo do exercício profissional dos assistentes sociais, adotou-se como referencial analítico o método contido na filosofia marxiana. A abordagem utilizada nessa pesquisa foi predominantemente a qualitativa sem deixar de privilegiar a quantitativa. A amostra da pesquisa foi do tipo não probabilística intencional, por acessibilidade, constituída por 23 assistentes sociais concursados. Os resultados da pesquisa evidenciaram que os assistentes sociais da SEMASC não tem tido condições objetivas satisfatórias para realizar uma intervenção profissional nas instituições, de modo a se distanciar do conservadorismo que nutre a lógica da ordem burguesa. Demonstraram ainda que a falta de condições de trabalho dos assistentes sociais da SEMASC para execução da política é observada na *desarticulação* da rede socioassistencial e também das políticas sociais e por essa desarticulação, os profissionais tendem a reduzir sua ação ao atendimento pontual, paliativo das demandas dos usuários, o que acaba por reforçar a manutenção da racionalidade burguesa. Verificou-se também que a falta de condições de trabalho e para execução da política de assistência social em Aracaju tem impactado sobre a forma de contato dos assistentes sociais com os usuários, já que ela tem se reduzido aos atendimentos das demandas diárias emergenciais ou imediatas dos usuários. Constatou-se o esforço e comprometimento dos assistentes sociais pesquisados com a formação profissional continuada e permanente, e que esses possuem o entendimento sobre a importância e contribuição da formação acadêmica para o exercício profissional, no sentido de oferecer subsídios através do acervo teórico para a reflexão que possa situar a prática profissional. Concluiu-se que, diante dos resultados do estudo (pesquisa de campo e levantamento bibliográfico), os assistentes sociais pesquisados demonstraram clareza dos elementos que colaborariam para uma prática que se pretenda crítica e, de fato, o discurso da maioria desses profissionais transparece a tentativa de se distanciar dos aspectos conservadores que marcaram a gênese da profissão. Porém, verifica-se que o conservadorismo – enquanto expressão ideocultural da ordem burguesa – permanece se reproduzindo no âmbito das variadas esferas da vida social no capitalismo (relações sociais, classes, Estado, forma de conhecimento, instituições, organizações sociais, políticas sociais) independentemente da consciência que os assistentes sociais tenham sobre os processos que tem determinado sua reprodução, ou ainda apesar da sua crítica ao conservadorismo e tentativa de ruptura assegurada nos princípios e fundamentos do PEPSS.

Palavras-chave: Conservadorismo. Racionalidade burguesa. Serviço Social. Atuação Profissional.

ABSTRACT

The study presented here focuses the reproduction of conservatism in Social Work with a focus on ways that conservatism is expressed in the professional practice of social workers linked the Municipal Social Welfare and Citizenship (SEMASC) in Aracaju-SE. To understand the extent to which relationships and rationalities conservative has characterized the field of professional practice of social workers, was adopted as the analytical reference method contained in marxist philosophy. The approach used in this research was predominantly qualitative, while quantitative privilege. The survey sample was non - probabilistic intentional, accessibility, consisting of 23 social workers gazetted. The survey results showed that social workers SEMASC has been unable to perform a satisfactory objective professional intervention in institutions, in order to distance himself from the conservatism that nourishes the logic of the bourgeois order. They also showed that the lack of working conditions of social workers SEMASC for policy implementation is seen in the dismantling of the social assistance network as well as social policies and for this disarticulation, professionals tend to reduce their timely action to meet, the demands of palliative users, which ultimately promotes the maintenance of bourgeois rationality. It was also found that the lack of working conditions and implementation of social welfare policy in Aracaju has impacted on how to contact social workers with the users, since it has been reduced to the attendance of the daily demands of emergency or immediate users. It found the effort and commitment of social workers surveyed with continuing vocational training and permanent, and that they have an understanding of the importance and contribution of academic training for professional practice in order to offer subsidies through the theoretical collection for reflection you can situate the practice. It was concluded that, given the results of the study (field research and literature), social workers surveyed demonstrated clearly the elements that collaborate to a practice that intends to be critical and, indeed, the speech of the majority of these professionals transpires attempt to distance himself from the conservative aspects that marked the genesis of profession. However , it appears that conservatism - as an expression of the bourgeois order ideocultural - remains reproducing within the various spheres of social life in capitalism (social relations , class , state , form of knowledge, institutions , social organizations , social policies) regardless awareness that social workers have about the processes that have determined its reproduction, or in spite of his criticism of conservatism and attempt to break ensured the principles and fundamentals of PEPSS.

Keywords: Conservatism. Bourgeois rationality. Social Work. Professional Activities.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Avaliação da Política de Assistência Social em Aracaju	102
Gráfico 02 – Lotação dos profissionais.....	111
Gráfico 03 – Ano de formação	115
Gráfico 04 – Tipo de capacitação	117
Gráfico 05 – Especificação da existência de condições de trabalho.....	126
Gráfico 06 – Especificação da existência de trabalho interdisciplinar entre os profissionais da instituição	152
Gráfico 07 – Avaliação do Serviço Social na Assistência Social.....	167

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: RELAÇÃO CONSTITUTIVA DE REPRODUÇÃO DA RACIONALIDADE BURGUESA.....	22
2.1 O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL: AS BASES PARA DISCUSSÃO DA REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO	22
2.2 O PENSAMENTO CONSERVADOR E A RACIONALIDADE BURGUESA	32
2.3 O CONSERVADORISMO E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: A REPRODUÇÃO DA RACIONALIDADE BURGUESA NO LASTRO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA	41
2.3.1 O Serviço Social na contemporaneidade: a construção de bases para crítica do conservadorismo e o seu processo de reatualização pela via do discurso pós-moderno	56
3 O ESTADO E A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE: ANTIGAS PRÁTICAS DE REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO SOB NOVA ROUPAGEM	70
3.1 O ESTADO BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE E A REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO PELA VIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS.....	72
3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: MECANISMO ESTRATÉGICO DE REPRODUÇÃO DA RACIONALIDADE BURGUESA	80
3.3 AS PARTICULARIDADES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE	88
3.3.1 Caracterização dos trabalhadores do SUAS em Aracaju-SE e sua inserção profissional	108
4 A REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL E SUA EXPRESSÃO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ARACAJU-SE.....	121
4.1 ASPECTOS DA INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ARACAJU-SE.....	124
4.1.1 As condições de trabalho do assistente social na Assistência Social em Aracaju-SE.....	125
4.1.2 As relações socioinstitucionais na Assistência Social em Aracaju-SE	134
4.1.2.1 A relação entre o Serviço Social e os usuários da Assistência Social	135
4.1.2.2 A relação do Serviço Social e os gestores das instituições da Assistência Social	139
4.1.2.3 Percepção sobre a articulação entre a rede socioassistencial e as políticas sociais.....	141
4.2. ALGUNS ASPECTOS DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ARACAJU-SE.....	147

4.2.1 A percepção do assistente social sobre a atuação e a formação profissional..	155
4.2.1.1 Percepção dos assistentes sociais sobre a relação teoria e prática	160
4.2.2 Avaliação da atuação profissional na execução da Política de Assistência Social	164
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	172
REFERÊNCIAS.....	180
APÊNDICE	187

1 INTRODUÇÃO

O estudo ora apresentado, fruto de uma pesquisa de mestrado vinculado ao programa de pós-graduação da Universidade Federal da Paraíba, tem como objeto de estudo a reprodução do conservadorismo no Serviço Social com enfoque nas formas como o conservadorismo se expressa na prática profissional dos assistentes sociais vinculados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) em Aracaju-SE. A reflexão sobre as formas de expressão do conservadorismo na prática do Serviço Social parte da própria reflexão dos processos históricos da realidade social, entendendo que essa prática vem sendo cotidianamente construída e reconstruída no movimento entre conservadorismo (componente histórico que perpassou o desenvolvimento da profissão) e renovação profissional deflagrado no Movimento de Reconceituação com a perspectiva de intenção de ruptura. Esse movimento tem demarcado a dinâmica de intervenção dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais, definindo as fisionomias das posturas e procedimentos assumidos pelos profissionais, frente às condições objetivas políticas e institucionais e as determinações sociohistóricas.

Para compreender em que medida as relações e racionalidades conservadoras tem caracterizado o campo do exercício profissional dos assistentes sociais, foi necessário adotar referenciais teórico-metodológicos e estabelecer categorias de análise que pudessem iluminar o processo de construção das racionalidades presentes na sociedade capitalista e sua influência sobre as práticas sociais e profissionais, entendendo-as como condicionantes da constituição das formas de ser e pensar a profissão.

Nesse sentido, o estudo buscou como referencial analítico o método contido na filosofia marxiana, entendendo que ele

[...] fornece bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. [...] e privilegia as mudanças qualitativas. (GIL, 1999, p. 32).

Conforme a teoria social marxiana, o conhecimento acumulado deve ser passível de crítica numa análise dos seus condicionamentos, limites, fundamentos e dos processos históricos reais que envolvem os fenômenos. Para tanto, Marx observou que os determinantes (estrutura e dinâmica) da sociedade burguesa ofereciam elementos para desvendar a essência dos fenômenos a qual se debruçava. Então, para Marx o

[...] conhecimento teórico é o *conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, *a reprodução ideal do movimento do real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto de pesquisa (NETTO, 2009b, p. 673, grifos originais).

O objeto de pesquisa, portanto, tem existência objetiva, real independente da consciência do pesquisador da sua existência; o objetivo do pesquisador é, então, ultrapassar a aparência fenomênica, ir além da sua expressão imediata e apreender a sua essência (que se realiza na medida em que o pesquisador captura a estrutura e a dinâmica por via de procedimentos analíticos). Não há, pois, uma relação de exterioridade entre sujeito/objeto, mas sim uma relação intrínseca que não é compatível a uma posição de neutralidade (NETTO, 2009b).

Desta forma, entende-se que a utilização do método marxiano nesse estudo possibilitou a investigação do objeto de estudo em sua dinamicidade real, inserido no movimento da sociedade, em diferentes contextos sociohistóricos, em que,

[...] procuram-se captar as mediações que explicam as relações das partes com a totalidade para desvendar o real a partir de suas contradições e determinações. Nessa direção, parte-se dos fenômenos aparentes e através de um processo de abstração, busca-se chegar à sua essência, reproduzindo-se a realidade pesquisada no plano do pensamento, enquanto real pensado. Em outras palavras: em conformidade com tal método, entende-se que a verdade está na própria realidade, cabendo ao pesquisador apreendê-la e reproduzi-la idealmente. (KOSIK, 1995 apud ARANHA, 2008, n p.).

Partindo do pressuposto que a análise da sociedade burguesa e o modo de produção capitalista fornecem as bases para compreensão do movimento histórico do real, das formas de produção e reprodução da vida social, enfim das relações sociais, pode-se dizer que é possível esclarecer as formas pelas quais que se estabelecem os mecanismos de reprodução da racionalidade burguesa (que tem como expressão o conservadorismo), bem como os processos que envolvem a profissão de Serviço Social. Sendo então a profissão um produto histórico, seu entendimento deve partir da dinâmica societária, dos processos sociais que geram a sua emergência e funcionalidade no capitalismo, do seu significado nas relações entre as classes sociais e o Estado.

A compreensão da profissão e do conservadorismo situados na história ao passar pelo crivo teórico, pelo exame de categorias teóricas¹, entre a articulação do conhecimento e a história possibilita, através das mediações, que o objeto da pesquisa seja apreendido nas suas múltiplas relações e determinações, em sua totalidade. Destarte, o estudo ora proposto envolve a compreensão dos *fundamentos do Serviço Social* dentro do contexto capitalista entendendo que o exame de sua história no contexto do capitalismo monopolista permite a apreensão das suas particularidades (as formas de ser, pensar e de organização da profissão) no cenário brasileiro e o modo como se estabeleceu sua relação com o conservadorismo e seu processo de reatualização pela pós-modernidade, mesmo após o processo de ruptura que consolidou o projeto profissional crítico.

Compreende-se como conservadorismo uma vertente ideopolítico-cultural, uma forma de pensamento oriunda de um contexto sociohistórico de consolidação da burguesia enquanto classe dominante no capitalismo que se reflete nas práticas sociais e nas práticas profissionais no âmbito dos processos de produção e reprodução da vida social. Destarte o conservadorismo está articulado às formas de agir e pensar a sociedade na perspectiva da classe burguesa orientando-se na defesa/manutenção do capital, isto é, é um pensamento que é produto do sistema capitalista e se reproduz a medida que busca a conservação da ordem vigente.

Assim na historicidade e na dinâmica que conformou a razão moderna, buscou-se apreender o processo de consolidação efetiva do capitalismo em que originou ideias que respaldasse teórico-cientificamente a reprodução das relações capitalistas (que se objetivam na relação de dominação do capital sobre o trabalho). Nessa dinâmica, também se busca apreender seus rebatimentos e formas de manifestação nas práticas profissionais, sobretudo, na prática profissional dos assistentes sociais. É nesse cenário contraditório que constitui o sistema capitalista, que se instaura o processo de luta permanente entre as classes sociais, motivada pelo aprofundamento e complexificação da questão social. Decorre daí a emergência de um conjunto de atividades especializadas, que num movimento dialético entre teoria e prática compartilha, no campo da divisão social e técnica do trabalho atividades de reprodução dessa sociedade, como o Serviço Social.

A revisão histórica do Serviço Social aqui se torna imperativa, tendo em vista que é no processo de construção das matrizes de conhecimento e ação do Serviço Social que se podem estabelecer as formas de ser, agir e pensar da profissão diante da realidade social, isto

¹ As categorias teóricas, para Marx, são “modos de ser, determinações da existência, dadas na realidade efetiva” (MARX, 1974 apud IAMAMOTO, 2010, p.26, grifos da autora).

é, as estratégias, posicionamentos que permearam o pensamento e o exercício profissional em sua trajetória no contexto do capitalismo monopolista. Assim, é possível traçar o percurso e as facetas do conservadorismo no Serviço Social nos planos teórico-metodológico, político e interventivo.

No crivo da história do Serviço Social imbricada a dinâmica das relações sociais no capitalismo e a partir das suas particularidades no Brasil, constata-se que o viés conservador aparece como traço constitutivo da história do Serviço Social seja no suporte teórico-metodológico positivista e suas derivações (funcionalismo, estruturalismo, etc.) que foi necessário a sua qualificação técnica, seja impresso na lógica dos métodos interventivos implementados pelo Serviço Social. O questionamento do perfil tradicional teve início na década de 1960, na deflagração do processo de renovação profissional que orientou mudanças nos níveis teórico, operativo, político e metodológico.

Destarte, a erosão com o viés tradicional expressa a luta por edificar novas bases para legitimar a ação dos assistentes sociais, o que perpassou por um aprofundamento teórico que possibilitou visualizar e apreender a totalidade e captar as determinações do real, a partir de suas mediações. A aproximação à teoria social de Marx responde pela busca de amadurecimento teórico e ético-político no Serviço Social, no sentido de redefinir a intencionalidade profissional frente às demandas, bem como a busca por rompimento com as práticas tradicionais conservadoras.

Decerto, essa aproximação do Serviço Social com o marxismo não realizou sem problemas, seja pela aproximação de leituras marxistas vulgares e de segunda mão, seja pela influência estruturalista e cientificista encontrada no marxismo “althusseriano” que orientou o Serviço Social nas décadas de 1960 e 1970 e principalmente o Método BH. Esse tratamento dado à obra marxiana tendeu a repor os traços conservadores presentes na formação sociohistórica do Serviço Social e se interpôs também sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais.

O marxismo como referência analítica se torna hegemônica no Serviço Social no Brasil e os frutos do amadurecimento profissional são transpostos e traduzidos nos seus aparatos normativos que conformaram o projeto ético-político da profissão (Código de Ética, Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares) que demarcam claramente sua ruptura com o conservadorismo.

Em se tratando de projeto profissional, e de sua produção teórica, é possível afirmar que a feição contemporânea do Serviço Social é substancialmente oposta ao Serviço Social Tradicional, tendo em vista orientar-se por referencias, princípios e diretrizes de natureza

crítica aos valores e pensamento conservador. Não obstante a completa renovação nos níveis acadêmicos, sobretudo, naquele conjunto de unidades de formação aglutinado e coordenado pela ABEPSS, sabe-se que a nova realidade da dinâmica do capitalismo contemporâneo (reestruturação produtiva, financeirização e a ideologia neoliberal) tem trazido uma série de dificuldades para a consolidação e materialidade das diretrizes e pressupostos, inerentes ao projeto ético-político, tendo em vista que este segue na contramão dos pilares da ordem do capital. As dificuldades deve-se ao fato de que o referido projeto profissional vincula-se a um projeto coletivo que se propõe a fortalecer a construção de uma nova ordem societária, apoiada em valores ético-políticos e numa matriz teórico-metodológica oposta a racionalidade formal-abstrata que permeia as diversas esferas da sociedade capitalista.

Aqui se encontra um dos principais desafios que estão postos aos assistentes sociais que devem precisar escolher caminhos e definir estratégias político-profissionais capazes de reafirmar os compromissos ético-políticos da profissão diante das investidas neoliberais e do fortalecimento das concepções (neo) conservadoras² sob o discurso pós-moderno. O peso da retórica da pós-modernidade sobre a profissão, sobretudo, no plano interventivo mais suscetível as investidas declaradas do capital, não pode ser subestimado e/ou ignorado, tendo em vista o papel dessas práticas na ampliação das condições de acumulação do capital pela via da manutenção/reprodução das relações capitalistas.

Diante desse debate, alguns autores como Netto (2006; 1996), Iamamoto (2004), Montañó (2009), Guerra (2011), Teixeira e Braz (2009) ao tratar os entraves do Serviço Social na contemporaneidade, indicam que os avanços teórico-metodológicos e ético-políticos alcançados pela profissão por meio do rompimento com o conservadorismo e aproximação com a teoria social marxiana não vêm sendo traduzidos no âmbito da prática. Os referidos autores constatarem que o conservadorismo ainda não foi superado no interior do Serviço Social e que, hoje, há indicativos de sua reatualização pela via da pós-modernidade.

Os resultados da pesquisa de Rodrigues (2004)³, cujo tema referia-se ao pensamento conservador e a prática do Serviço Social, identificaram a existência de três tendências entre os assistentes sociais: uma tendência à ruptura com o conservadorismo; uma segunda tendência de tentativa de ruptura do conservadorismo na prática, mas ainda com um discurso

² O conservadorismo contemporâneo assenta bases no conservadorismo clássico e sua grande particularidade seria o ocultamento das suas raízes e elementos conservadores, na medida em que busca negar sua natureza conservadora afirmando-se como reformista (ESCORSIM, 2011). Acerca dessa discussão, cf. Escorsim (2011), Santos (2007).

³ A referida pesquisa intitulada “Pensamento Conservador e a Prática do Serviço Social: avanços e retrocessos” foi publicada em 2004 fruto do Mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP.

ambíguo; uma terceira em que os profissionais apresentam discurso e prática com traços claramente conservadores.

Ao que parece, todo o processo de renovação no Serviço Social na busca por abandonar uma ideia mistificada do “profissional da prática” (que tem suas bases técnicas respaldadas em concepções conservadoras), não tem garantido que os assistentes sociais apresentem um perfil compatível com o projeto da ruptura com o conservadorismo. Isso porque também a dinâmica da qual se inscreve o processo em curso de consolidação do projeto ético-político ocorre vis-à-vis a complexificação da questão social no contexto da orientação neoliberal no capitalismo contemporâneo, que tornou exponencial a pobreza ao mesmo tempo em que busca nas políticas compensatórias e na centralização da assistência social, mecanismos para minimizá-la. Tudo isso tem contribuído para redimensionar e reduzir a intervenção profissional a uma modalidade de plano assistencial, cuja materialidade conduz a reatualização do conservadorismo na profissão.

As considerações feitas até aqui tiveram como propósito definir o problema da pesquisa, e a partir desse problema levantaram-se duas questões centrais que nortearam esse estudo: em que medida a atuação profissional do assistente social tem reforçado o processo de reprodução dessa visão conservadora sobre a profissão de Serviço Social? E por meio dos quais elementos essa realidade se explicaria?

Diante dessa realidade abordada por alguns autores a partir de investigações bibliográficas sobre o tema, considerou-se que os assistentes sociais podem estar contribuindo para reforçar e reproduzir uma concepção conservadora da atuação profissional. Entende-se, a partir dessas abordagens, que o fato do projeto profissional no Serviço Social, considerado hegemônico, orientar-se numa perspectiva crítica-dialética, não garante, por si só, que os traços conservadores, constitutivos da história da profissão sejam repostos e eliminado do exercício profissional, pois é a estrutura do Estado, das instituições e das políticas sociais que apontam para uma tendência ao tratamento pontual, imediatista, fragmentado das expressões da questão social e são esses aspectos, dentre outros que tem determinado para que a intervenção profissional responda convenientemente a manutenção do capital, portanto á reprodução do conservadorismo na sociedade.

Nesse sentido, a linha argumentativa que orientou esse estudo buscou indicar que a tendência de reprodução do conservadorismo não é fruto de escolha individual, mas resultante de um processo mais amplo que está associado as determinações estruturais da sociedade capitalista e suas expressões na contemporaneidade (dentre eles destacamos: a racionalidade e a forma de estruturação institucional da sociedade, desemprego estrutural, precarização do

trabalho, baixos níveis salariais, desvalorização profissional, etc.), consideradas como condições objetivas oferecidas no âmbito social e institucional para realização da atuação profissional do assistente social, na execução dos serviços, nas políticas sociais.

O conservadorismo, enquanto expressão ideopolítica e cultural do capitalismo encontra-se plasmado na estrutura do Estado e suas instituições, bem como nas formas legais que consubstanciam a execução das políticas sociais, já que estas, enquanto respostas ao agravamento do questão social, são fortemente impactadas pela lógica estabelecida no enfrentamento da questão social: entendida restritamente como sinônimo de pobreza e exclusão social, elas acabam insolúveis, já que as políticas compensatórias adotadas para o seu enfrentamento, estão distantes de sequer de agir sobre as reais causas determinantes, tendo em vista que estas medidas não alteram a desigualdade social (a contradição capital e trabalho). Nesse sentido, a forma reificada, ahistórica a partir da qual a questão social é tratada pelo Estado, evidencia a função estratégica que as políticas sociais e seus espaços institucionais cumprem na reprodução da racionalidade burguesa e isso se reproduz independentemente da consciência que o assistente social tenha sobre ela.

Com base nesse entendimento, considerou-se que a reprodução do conservadorismo na atuação profissional dos assistentes sociais poderia ser explicada a partir da seguinte hipótese:

- As determinações estruturais da sociedade capitalista e suas expressões na contemporaneidade, além da própria lógica sociopolítica do capitalismo sustentada na racionalidade formal de cunho conservador revestida nas instituições, políticas sociais, programas/projetos contribui/potencializa a reprodução do conservadorismo na atuação profissional dos assistentes sociais.

Da trajetória acadêmica de pesquisas na área dos fundamentos do Serviço Social, surgiu a motivação para a pesquisa na busca por avançar e ampliar os estudos sobre a reprodução do conservadorismo no Serviço Social, enquanto formador do caldo cultural da profissão. Sua relevância consiste em permitir uma aproximação à realidade profissional do Serviço Social, bem como, possibilitar elementos para o debate no interior do Serviço Social no sentido reduzir o hiato entre a formação e o exercício profissional.

Além disso, observou-se que nos cursos de pós-graduação na área de Serviço Social as pesquisas que envolvem a *formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social* – cujo campo temático situa-se essa pesquisa – representam apenas 8,08% do total dos projetos de pesquisa concluídos ou em andamento no país com base em dados do CNPq

(2004), o que vem a reforçar a importância de produções científicas nesse campo (IAMAMOTO, 2010).

Destarte, ratifica-se a importância desse estudo na medida em que visa contribuir para aprofundar o debate sobre a reprodução do conservadorismo no Serviço Social e como esses traços conservadores tem revestido o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais na cena contemporânea. Para além dos elementos endógenos a formação sociohistórica do Serviço Social, deflagram-se aspectos exógenos a profissão (relacionado às determinações estruturais da lógica capitalista) que potencializam a reprodução do conservadorismo na atuação dos assistentes sociais.

Cabe esclarecer aqui, portanto, que o foco da pesquisa dirige-se a análise dos determinantes da reprodução do conservadorismo no âmbito da atuação profissional, isto é, interessa saber de que forma tem se processado o trabalho do assistente social e se ele tem sido orientado na defesa/concretização dos pressupostos alcançados com o projeto ético-político ou na manutenção do viés conservador.

A abordagem utilizada nessa pesquisa foi predominantemente a qualitativa sem deixar de privilegiar a quantitativa. Na direção qualitativa se trabalha “com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos” (MINAYO, 1994, p. 21). Entende-se, neste sentido, que as dimensões qualitativa e quantitativa “não se opõem; [ao contrário], se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia” (MINAYO, 1994, p. 22).

A escolha do espaço sócio-ocupacional, a Assistência Social, deveu-se primeiramente ao fato de ser ela uma das políticas sociais que mais absorve profissionais de Serviço Social no Brasil e em Aracaju (ARANHA; JESUS; SANTOS, 2008). Além disso, a história do Serviço Social tem pontos de articulação com o desenvolvimento das ações assistenciais no Brasil e as contradições históricas que marcaram a política assistencialista do Estado, as quais determinaram sua forma de enfrentamento e, por consequência, as formas de intervenção e atendimento as demandas pelos profissionais de Serviço Social.

Conforme dados disponibilizados pela SEMASC, em 2012 a Assistência Social em Aracaju-SE era composta por 84 profissionais de Serviço Social, sendo 61 concursados, 11 efetivos⁴ e 12 em cargos comissionados. O universo desta pesquisa correspondeu a todos os

⁴ Esses correspondem ao quantitativo de profissionais que faziam parte do quadro antigo de servidores municipais admitidos antes da promulgação da Constituição de 1988 que vetou, a partir de então, a contratação de profissionais aos quadros do funcionalismo público da administração direta, indireta, economia mista e

assistentes sociais concursados que compõem a SEMASC em Aracaju, isto é, 61 profissionais.

A amostra da pesquisa foi do tipo não probabilística intencional, por acessibilidade, constituída por 23 assistentes sociais concursados. No entanto, cabe uma ressalva: visando garantir a representatividade da população pesquisada, a amostra inicial foi composta de 25 profissionais concursados correspondendo a 41% do total de assistentes sociais concursados da SEMASC. Porém, durante a realização da coleta de dados, foi encontrada certa dificuldade que no acesso a dois profissionais, em tempo hábil para a conclusão da pesquisa. Essa dificuldade se referiu a recusa de alguns profissionais a participar da pesquisa, o que contrariamente não ocorreu na maioria dos casos em que houve uma grande receptividade por parte dos profissionais contatados em participar da pesquisa, bem como houve uma boa aceitação por parte da SEMASC para a realização da pesquisa.

Para a pesquisa de campo utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada que, de acordo com Trivinos (1990, p. 146),

[...] é aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do informante. Desta maneira o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

A pesquisa de campo orientou-se por um roteiro de entrevista contendo questões fechadas (com opções já definidas) e questões abertas, em que os profissionais pesquisados podiam manifestar abertamente e livremente suas opiniões. Para a realização das entrevistas foram utilizados registros escritos e gravador mediante o consentimento do entrevistado, a fim de garantir a fidedignamente as respostas, opiniões dos entrevistados.

Para a análise de dados buscou-se, através do referencial teórico e das discussões estabelecidas nos capítulos que visaram captar as mediações que iluminam a apreensão do real nas suas múltiplas determinações, analisar os discursos dos entrevistados no intuito de reforçar os índices apresentados e as discussões levantadas.

Os conhecimentos obtidos sobre o tema da pesquisa foram organizados em três capítulos, além de introdução e considerações finais. No primeiro capítulo intitulado

empresas públicas sem a realização de concurso público. O contexto histórico em que foi efetivado e enquadrado um enorme quantitativo de profissionais no regime estatutário para fugir das novas determinações constitucionais ficou conhecido como “trem da alegria”.

"Conservadorismo e Serviço Social: relação constitutiva de reprodução da racionalidade burguesa" buscou-se traçar um caminho de discussão teórica acerca da categoria de reprodução social a partir da leitura lukacsiana, entendendo-a como base para compreensão do processo de reprodução do conservadorismo dentro do processo de reprodução social no capitalismo. Com base nas determinações sociohistóricas do capitalismo, na constituição da razão moderna, caracterizou o conservadorismo visando estabelecer as mediações que pudessem iluminar a sua funcionalidade para o capital e como este passa a se expressar, enquanto vertente ideopolítica e cultural, nas práticas profissionais, sobretudo, no Serviço Social.

No segundo capítulo estabelece o cenário sociohistórico do Estado e as políticas sociais na contemporaneidade, enfocando a política de assistência social enquanto campo de análise de pesquisa, a fim de indicar como esse campo tem se apresentado como estratégico ao capital para a atualização do conservadorismo, impactando sobre a prática profissional.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, buscando sua interrelação com a dinâmica sociohistórica na qual vem se dando a intervenção do assistente social, buscando captar os elementos que indicam a reprodução do conservadorismo na atuação do assistente social no âmbito da assistência social em Aracaju.

Por fim, as considerações finais apresentam o conjunto de conclusões indicativas dos elementos que caracterizam as condições e feições assumidas pelo Serviço Social no espaço de pesquisa e da forma como o conservadorismo vem se reproduzindo no espaço da política da Assistência Social.

2 CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: RELAÇÃO CONSTITUTIVA DE REPRODUÇÃO DA RACIONALIDADE BURGUESA

A abordagem teórica da temática do conservadorismo nas práticas sociais, sobretudo, nas práticas profissionais, envolve a tomada de um conjunto complexo de categorias teóricas, inerentes ao conhecimento social, sistematizados, hoje em diversas áreas de produção do saber. São categorias que expressam o pensamento filosófico, que expressam o movimento de desenvolvimento do pensamento humano e seu processo de sociabilidade. Entende-se aqui que o conservadorismo manifesta-se nas formas de pensamento, como expressão da prática social dos homens, no processo de produção e reprodução da vida em sociedade. Envolve o modo de produção material da vida – a produção de riqueza – e de reprodução do pensamento que expressa esse sistema de produção, apresentado enquanto sistemas paradigmáticos, ou referências teóricas, que definem as relações inerentes a esse modo de produção e reprodução social.

Ainda que o objeto desse estudo – o conservadorismo na prática do Serviço Social – seja definido como uma relação de reprodução, ela não pode ser pensada isolada do processo de produção do qual deriva e só pode ser pensada enquanto uma totalidade social, cujos aspectos a serem tratados são partes intrínsecas e contraditórias dessa totalidade.

Entende-se que o processo de produção material e espiritual, de uma dada sociedade, reproduz-se também nessas duas perspectivas: material e espiritual. No plano material, reproduz-se enquanto riqueza social – valor de uso, que na sociedade capitalista converte-se em valor de troca e depois em capital; no plano espiritual reproduz-se nas formas de pensamento, (filosófico, sociológico, econômico, jurídico, político, etc.) nas modalidades empíricas, teóricas, científicas, técnicas, ideológicas, etc., que se conforma enquanto dimensão abstrata do plano material, responsável pelas formas de consciência social presentes nessa sociedade. Assim ela deriva e expressa às formas de relações entre os homens e as reproduz enquanto racionalidade dessa sociedade.

2.1 O PROCESSO DE REPRODUÇÃO SOCIAL: AS BASES PARA DISCUSSÃO DA REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO

Para tratar da categoria de reprodução numa perspectiva ontológica é imprescindível apoiar-se nos fundamentos da teoria social marxiana, referenciando-se, sobretudo, na discussão do processo de transformação da natureza e constituição do ser social, isto é, a

discussão da categoria trabalho. Vale ressaltar que a categoria trabalho é central para o entendimento da sociabilidade humana e, por ser ela fundamental no método marxiano, foi retomada e trabalhada também por outros pensadores clássicos que deram continuidade aos seus estudos teóricos, sendo Georg Lukács um dos importantes autores que referenciará essa discussão da reprodução social.

A existência do homem está condicionada pela relação que este estabelece com a natureza. Conforme Lukács (1981 apud LESSA, 1996), os homens para existirem devem transformar constantemente a natureza, a reprodução dos homens (em seus aspectos biológicos e sociais) e da sociedade depende da sua relação com a natureza⁵. Decerto a dependência com a natureza não se limita aos aspectos biológicos e nem os homens prescindem deles, pois o processo histórico de constituição do homem enquanto ser social ultrapassa a sua mera reprodução biológica envolvendo outros fatores determinantes.

Para Lukács (1981a), a transformação da natureza pelo homem ocorre pela sua capacidade teleológica em que na sua consciência o homem antecipa o resultado final da sua ação sobre a natureza e a objetiva materialmente na forma de instrumentos/produtos para satisfação das suas necessidades. Essa transformação teleologicamente orientada é denominada de trabalho. O trabalho é uma atividade criadora, produtiva que mediatiza a relação entre homem e natureza, que possibilita num determinado tempo histórico a transformação da realidade e de si mesmo.

A categoria trabalho é fundamental para o entendimento da relação homem-natureza e da transformação do homem em ser social. Diz Marx (2010, p. 211) a esse respeito:

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana.

O trabalho proporciona ao homem a condição de ultrapassar sua relação imediata com a natureza, já que este pressupõe uma relação mediada entre sujeito e objeto, ou seja, os homens criam os meios de trabalho (instrumentos) necessários para produzir os meios de satisfação das suas necessidades. Esses meios de trabalho funcionam como instrumentos que

⁵Esse é o principal pressuposto da ontologia lukacsiana retirado de Marx.

mediam sua relação com a natureza. Em “*A Ideologia Alemã*”, Marx e Engels (2009) afirmam que “[...] os homens têm que estar em condições de viver para poderem ‘fazer história’”, portanto, a produção de meios para satisfação das necessidades é o primeiro ato histórico do homem, já que ela é a condição fundamental para manutenção da vida humana.

A produção de meios (instrumentos) de trabalho exige que o sujeito tenha conhecimento sobre as propriedades da natureza e faça escolhas entre as alternativas concretas/reais que se apresentam, e esse movimento é determinado pela ação teleológica do homem. A consciência deve, então, refletir a realidade a partir da sua investigação pelo sujeito para que produza um conhecimento; o conhecimento é, portanto, “[...] uma atividade da consciência que, por meio da construção de ideias, reflete as qualidades do real” (LESSA; TONET, 2011, p. 48).

Aqui se encontra o aspecto basilar da ontologia do ser social e da teoria marxiana que, opondo-se criticamente a dialética hegeliana⁶, afirma que é a existência que determina a consciência e não o contrário como afirmava as concepções idealistas.

[...] A consciência, nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida. [...] Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu a terra, aqui sobe-se da terra ao céu. Isto é, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, [...] com base no seu processo real de vida. Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem essa sua realidade, mudam também seu pensamento e os produtos do seu pensamento. *Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência* (MARX; ENGELS, 2009, p. 31-32, grifos nossos).

O pensamento não é o criador do real, pois a realidade tem existência objetiva independente da consciência que os homens tenham sobre ela e, nesse sentido, o pensamento resulta da idéia que homem produz sobre a realidade.

Nessa direção, segundo Marx e Engels (2009), o pensamento e as ideias produzidas pelos homens refletem o grau de organização/desenvolvimento do seu processo de produção

⁶“Critiquei a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação. [...] A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima [...]. Para Hegel o processo de pensamento - que ele a transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, *o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.*” (MARX, 2010, p. 28-29, grifos nossos). Para aproximação com a discussão da crítica de Marx a dialética hegeliana ver as obras de Marx a “*Crítica da filosofia do direito de Hegel*” e “*A Ideologia Alemã*”.

material, “a consciência é, pois, um produto social”⁷. A forma como os homens produzem, suas relações materiais irão se refletir no modo como os homens pensam e se representam. “Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção”⁸ e é a produção material da vida que condiciona a forma como os homens estabelecem suas relações entre si; entretanto essas relações precisam se reproduzir na consciência dos homens, configurando-se enquanto consciência social.

A história dos homens é então construída a partir das suas ações para criar suas condições materiais de vida. Está explícito que as ideias por si só não alteram a realidade, mas sim as ideias objetivadas pelas ações humanas têm a capacidade de transformar a realidade. Entretanto, isso não significa dizer que as ideias não possam exercer força concreta na transformação da sociabilidade humana; a ideologia pode ser o elemento explicativo dessa questão, mas não tratará dela por agora. Isso significa dizer que o entendimento do desenvolvimento da subjetividade humana, da capacidade de pensar sobre a realidade e exercer a possibilidade de ação sobre ela, não deve ser posto em discussão sem a devida referência ao plano objetivo, concreto, do real, do processo de produção mediatizado pelo trabalho.

As representações humanas são fruto da relação dialética entre a esfera da subjetividade – o processo de racionalização realizado no plano do pensamento diante da riqueza das objetivações humanas – e a esfera concreta – das relações objetivas que os homens estabelecem pelo trabalho.

As análises do método marxiano indicam que a realização do trabalho implica necessariamente um duplo movimento articulado: a prefiguração ideal do resultado da sua ação pelo sujeito a partir da sua avaliação das alternativas existentes para atender sua necessidade (plano subjetivo) e a transformação material da natureza (plano objetivo). A realização do trabalho é o que Marx e Engels (2009) chamaram de *objetivação*.

Do processo de objetivação pode resultar em objetos que fogem as finalidades iniciais realizadas no plano da consciência pelo homem; uma vez materializado, o objeto passa a sofrer influências e influenciar a realidade de forma autônoma à idealização realizada na consciência do homem. Os efeitos/resultantes da ação humana, sobre a evolução da realidade se darão de forma causal, evoluirá por causas que lhe são inerentes. Essa esfera causal “[...] que possui um princípio próprio de movimento” (LESSA; TONET, 2011, p.31) é denominada por Lukács de *causalidade*.

⁷ Ibid., p. 44.

⁸ Ibid., p. 25.

A transformação da realidade resultante do processo de objetivação altera por completo a relação do homem com natureza, fazendo com que o sujeito amplie seus conhecimentos e habilidades e, por conseguinte, crie necessidades/demandas cada vez mais complexas⁹ e respostas sociais também mais complexas que se distanciam dos atos humanos mais primitivos. A satisfação das necessidades humanas por meio da criação de produtos do trabalho é basilar para preservação do homem e da sua espécie, bem como são fundamentais para que o homem possa se reproduzir biológica e socialmente.

As condições de vida produzidas pelo trabalho é tanto uma relação natural quanto social, tendo em vista que com criação de novas necessidades os homens devem passar a produzir *coletivamente* objetivando a manutenção da vida humana (MARX; ENGELS, 2009). Esse caráter coletivo do trabalho é essencialmente social, a forma como os homens produzem coletivamente suas condições materiais de vida torna mais social o trabalho e os produtos desse trabalho.

A criação de novas necessidades humanas coloca também novas exigências ao desenvolvimento dos homens tornando cada vez mais complexas suas objetivações e suas relações com os outros sujeitos. Para garantir suas condições de vida, tais sujeitos necessitam universalizar os conhecimentos e habilidades adquiridas por meio de um sistema de comunicação, bem como convencer outros sujeitos da importância da realização de atividades, organizar e delegar tarefas, ou seja, desenvolver um sistema de cooperação entre os homens e de divisão do trabalho. Isso foi possível com o desenvolvimento da linguagem¹⁰ articulada e ela representa um papel importante, para Lukács (1981a), na reprodução da vida humana: o de expressar as representações do homem sobre a realidade, sobre o mundo em que vivem e influir no outro com a sua fala a realização do trabalho, ou a manter um determinado comportamento dos homens.

O processo de desenvolvimento das formas de organização coletiva da produção material dos homens é originado na divisão sexual do trabalho. Com a divisão natural do trabalho, diz Marx e Engels (2009), há a repartição desigual quantitativa e qualitativa do trabalho e dos seus produtos, bem como do surgimento da propriedade privada, que tem como seu *locus* embrionário, a família. Aqui está dada a possibilidade de o homem dispor da força

⁹ Ao passo que o homem se desenvolve, as relações entre os sujeitos se tornam mais complexas, as determinações naturais passam a ser menos determinantes a vida humana, isto é, ao passo que o homem se humaniza há um recuo das barreiras naturais (LESSA, TONET, 2011).

¹⁰ Para Marx e Engels (2009, p. 44) “[...] a linguagem só nasce, assim como a consciência, da necessidade, da necessidade orgânica, do intercâmbio com outros homens”.

de trabalho alheia, seja pela força, coerção, repressão (como ocorreu nas sociedades pré-capitalistas – escravismo, feudalismo) ou mais adiante, mediante a relação de assalariamento.

Também pela divisão do trabalho é gerada a contradição entre os interesses individuais/particulares e os interesses coletivos, sendo estes os congregadores da dependência recíproca dos sujeitos sociais nas relações produtivas, necessárias a reprodução social e manutenção da existência humana. Entretanto essa relação contraditória entre o individual e o coletivo vai caracterizar as relações de produção a partir da manufatura e vai se consolidar efetivamente na sociedade moderna, a partir da divisão do trabalho na grande indústria. Ainda que seja na manufatura que o processo de trabalho começa a ser subdividido, é com o advento do modo de produção capitalista que se avança, definitivamente, na divisão social do trabalho, determinada pelo incremento tecnológico.

Nas sociedades anteriores ao capitalismo, a exemplo da comunidade primitiva, apesar da desigualdade gerada pela divisão do trabalho entre homens e mulheres, não havia ainda uma apropriação absolutamente desigual no acesso aos bens produzidos face ao baixo desenvolvimento das forças produtivas¹¹. Entretanto, com o desenvolvimento histórico-social os homens atingem um progresso no processo de trabalho que os possibilita produzir bens para além das suas necessidades imediatas de sobrevivência, fazendo surgir o excedente econômico. O excedente econômico cria a possibilidade de acumular a riqueza produzida por meio do trabalho explorando o trabalho humano.

Posta a relação de exploração do trabalho humano e a propriedade privada, mesmo antes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, a sociedade passou a ser dividida por classes sociais, entre aqueles que se apropriam dos bens produzidos e aqueles que produzem os bens. Nesse sentido, entende-se a necessidade de remeter ao processo social de produção capitalista¹², por ser ele originário da relação social entre capitalistas e trabalhadores (classes sociais) que apresentam interesses contrapostos e antagônicos. Assim, o processo de produção capitalista não é senão *o processo de produção e reprodução das relações sociais entre classes* (em que uma classe exerce a dominação sobre a outra.).

Ao passo que se expande a acumulação do capital, expande-se na mesma proporção, as desigualdades entre as classes sociais e a pobreza. Desta maneira, a ampla reprodução das

¹¹Designa-se por forças produtivas o conjunto de elementos constitutivos do processo de trabalho, quais sejam: os meios de trabalho, os objetos de trabalho e a força de trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

¹² A alteração de uma formação social com processos produtivos menos desenvolvidos para outros mais desenvolvidos não se realizou de forma imediata, mas é resultante de uma evolução processual, paulatina, permeado por contradições que geraram transformações. Isso demonstra que a sociedade vive em permanente movimento de luta entre as classes que ocasionam mudanças, sendo a história dos homens construída dinamicamente a partir das transformações na realidade.

relações sociais relaciona-se proporcionalmente à reprodução dos antagonismos entre as classes que tendem a se aprofundar com a ampliação da acumulação do capital. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Surge aqui o conflito que aponta para a superação das contradições postas pela sociedade burguesa e essas novas ideias vão encontrar reação do sistema que insiste em se manter reproduzindo e agora são tomadas como conservadoras.

A reprodução das relações capitalistas implica na reprodução da relação de dominação do capital sobre o trabalho, fazendo-se necessária a criação de mecanismos que encubram, mistifiquem a condição de exploração dos trabalhadores e, nesse sentido, apresentem a desigualdade como natural e desprovida de contradições. As relações sociais se reproduzem na totalidade da vida social “o que engloba não apenas a reprodução da vida material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social” (YAZBECK, 1999, p.89), bem como a reprodução da força de trabalho.

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. [Sendo desta forma entendida] [...] como totalidade da vida cotidiana, [pode-se dizer que a reprodução das relações sociais atinge o] [...] trabalho, família, lazer, [...] como também [a] profissão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 73).

Ora, observe-se aqui que a construção de um conjunto de ideias formando uma cultura que reafirmassem a lógica do processo de produção capitalista e representassem hegemonicamente a forma de pensar e ser dessa sociedade, não é senão o reflexo das possibilidades do real concreto que permitiram reproduzir no plano do pensamento a dinâmica dos fenômenos, criando-se uma racionalidade, uma razão moderna, que expressasse as relações capitalistas. Portanto, vale reafirmar, que a relação entre o concreto e abstrato, produção e reprodução é indissociável, não podendo aqui se tomar o conservadorismo e seu processo de reprodução social sem captar esse movimento dialético.

O desenvolvimento das forças produtivas e principalmente da sua forma totalmente social e avançada (o modo de produção capitalista¹³), e da qual Marx parte para fazer a discussão da reprodução social, é um dos elementos fundamentais em Lukács (1981a) para sua discussão da reprodução social. Isso porque quanto maior o desenvolvimento da

¹³ O processo capitalista de produção “[...] expressa [...] uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 30).

sociedade, tanto mais complexa será essa sociedade e os complexos produzidos pelos homens, o que gera a necessidade dos indivíduos “se reproduzirem como personalidades cada vez mais complexas” (LESSA; TONET, 2011, p. 74) e, ao mesmo tempo, também gera a possibilidade de desenvolvimento pessoal e da sua personalidade dos indivíduos.

É nessa direção que a divisão do trabalho ao diversificar e tornar mais complexas as necessidades humanas obriga que seja ultrapassada a fase de mera reprodução material da vida, fazendo com que o homem deseje conhecer a si mesmo e produza generalizações que deem sentido às necessidades do gênero humano que ultrapassam as atividades do trabalho. Desse movimento, surge a necessidade de normatizações generalizadas do comportamento humano (costumes, valores, tradições, normas sociais, visões de mundo, etc.), a criação de complexos sociais (moral, ética, religião, ciência, ideologia, etc.) que mediatizem a relação do homem com a natureza e que possam gerir os conflitos cotidianos entre os indivíduos e entre as classes que põem em risco a organização social. A religião, a exemplo, colocou-se a sociedade como uma forma de tomada de consciência dos dilemas reais e das necessidades que os homens produzem para o desenvolvimento do gênero humano.

Essas generalizações produzidas pela consciência dos homens não tem por finalidade a objetividade material, mas desenvolver a subjetividade humana e conduzir os homens a agirem conforme uma posição teológica desejada (LUKÁCS, 1981b). Esses atos são o que Lukács (1981b) chamou de *posição teleológica secundária*, que se distingue das posições teleológicas que objetivam a transformação da natureza por pressuporem um processo dinâmico que gera uma nova posição teleológica que agem no plano das escolhas entre alternativas concretas entre os indivíduos.

Com o desenvolvimento da sociabilidade, as relações sociais passam a assumir uma objetividade própria, isto é, na cotidianidade os atos humanos singulares e seus atos teleológicos em cada momento histórico se relacionam de forma a produzirem efeitos/resultantes que dão a aparência de ter existência independente e exterior ao indivíduo. Desse modo, nasceram ideias formavam uma consciência que poderia conferir sentido a vida, a criação de um sistema ontológico que visou conservar a integridade dos indivíduos em sociedade a partir de um problema gerado na vida social, um dilema real num determinado tempo histórico. Essa compreensão provisória da relação do homem com o real influencia a visão de mundo dos indivíduos e ainda, direta e/ou indiretamente, a sua reprodução social.

Para Lukács (1981a), a sociabilidade só pode se desenvolver se os atos individuais igualmente avançarem e esse movimento é perene de contradições, estas, por sua vez, geram mudanças. Esses dois pólos, individuação e sociabilização, formam a *reprodução social* para

Lukács. “O desenvolvimento social requer o desenvolvimento de indivíduos cada vez mais evoluídos e capazes, aptos a agirem em meio a relações sociais sempre mais complexas” (LESSA; TONET, 2011, p. 75).

Conforme Lukács (1981 apud LESSA, 1996, p.12) “a complexificação das relações sociais termina por dar origem a complexos sociais voltados a atender às necessidades específicas oriundas dessa evolução”, isto é, cada modo de produção exige a criação de um conjunto de ideias e instituições compatível à formação econômico-social vigente, fazendo surgir as instâncias político-jurídicas e outros complexos sociais. Tais complexos sociais “tem a função de regular a práxis social de modo a tornar possível (operativa) a reprodução da sociedade” (LESSA, 1997, p. 52) e, por outro lado, encontrar respostas genéricas aos problemas gerados pelo desenvolvimento da sociabilidade; essa última função tem sido delegada à ideologia, que tem papel importante na reprodução social.

Para alguns autores marxistas, as ideologias aparecem nesse contexto das relações sociais antagônicas para conservar o *status quor*, ou seja, para que os interesses de uma classe social se sobreponham aos interesses de toda a sociedade sendo necessária sua reprodução social para garantir a produção e reprodução do capital. Nessa perspectiva, as ideologias reproduzidas no plano da cotidianidade são absorvidas pela ciência, pelos produtores de ideias e teorias científicas.

O debate da ideologia vai além dessa rápida e genérica exposição feita acima, sobretudo porque se trata de uma categoria que apresenta diferenciadas compreensões e tratamentos pelos autores inspirados na tradição marxista e pelo próprio Marx. Dos autores da tradição marxista interessa a essa discussão a concepção lukacsiana por apresentar uma análise da ideologia, sem perder de vista a função desse complexo social na totalidade da vida social e do trabalho como fundante do ser social.

Pode-se dizer que a concepção de Lukács (1981b) sobre ideologia difere do entendimento dos autores marxistas em dois aspectos fundamentais: primeiro porque indica o trabalho como base ontológica da ideologia tomando-a numa perspectiva mais ampla que aquelas que a qualificam no âmbito da superestrutura¹⁴; em segundo lugar, por colocá-la no espaço da reprodução social cumprindo a função de ser produto do ato humano que opera sobre os conflitos cotidianos sob a forma de ideia ou atividade prática.

¹⁴ Para Marx (2012) superestrutura compreende os processo e fenômenos extraeconômicos (as instâncias jurídico-políticas e as ideologias). A infraestrutura é a base econômico-social, a estrutura material da sociedade e ela que determina a superestrutura, já que na concepção marxiana as relações sociais são determinadas pela forma como os homens se organizam para produção.

Para os marxistas, quando o desenvolvimento social atinge condições sociohistóricas marcadas pela divisão de classes, essa posição teleológica secundária “[...] se torna a base espiritual-estruturante do que o marxismo chama de ideologia” (LUKÁCS, 1978 apud COSTA, 2006, p. 05), portanto, para eles “[...] o nascimento e a difusão das ideologias são o conato geral da sociedade de classe” (LUKÁCS, 1981b, p. 453). A outra característica que forma a ideologia, segundo os marxistas, é que os interesses das classes dominantes sejam incorporados pelos indivíduos como vitais para as relações sociais.

Alguns intérpretes da obra marxiana indicam que Marx tendeu a tratar ideologia como uma forma de falsa consciência, em que caberia a um grupo de pensadores ou teóricos construir ideias que contivessem o interesse da classe dominante como se fossem comum a todos os sujeitos sociais, como se fossem universais a todas as sociedades marcadas pelo capitalismo num processo de falsear a realidade, deformar o sentido do movimento da totalidade, já que por conta da divisão do trabalho e da lógica do capital os indivíduos se encontram alienados para se entenderem enquanto classe e esse processo de distorção ideológica (KONDER, 2002).

A contraposição de Lukács (1981b) a esse tratamento da ideologia, esta no reconhecimento da existência de formas ideológicas embrionárias que se desenvolveram organicamente ao processo de reprodução social de sociedades anteriores a capitalista que não necessariamente expressavam os antagonismos de classe, mas sim objetivavam a unidade das ações humanas. Nesse sentido, é na esfera do cotidiano que a ideologia se torna um elemento necessário e permanente na vida em sociedade, já que constantemente o cotidiano coloca conflitos a serem enfrentados pelo conjunto dos indivíduos mediante as formas ideológicas.

Desse modo, a ideologia é “[...] acima de tudo aquela forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a prática social dos homens consciente e operativa” (LUKÁCS, 1981b, p.446). Para Lukács (1981 apud COSTA, 2006) um conjunto de ideias que forma uma teoria científica (sendo ela falsa ou verdadeira) nem sempre operam como ideologia, mas podem vir a atuar como ideologia quando se torna instrumento teórico ou prático vital para dirimir os conflitos sociais e garantir a reprodução da sociedade. Fica claro, então, que o que está no centro da sua análise é a função exercida pelo pensamento na esfera dos conflitos sociais, na esfera cotidiana, a função da ideologia surgida da necessidade real concreta da sociedade em ordenar a prática coletiva dentro dos parâmetros adequados a sua reprodução social.

Por estes aspectos apresentados até aqui, entende-se que a concepção da ideologia em Lukács ganha um sentido ampliado, tendo em vista que não se restringe a ser produto das

sociedades marcadas pela divisão de classes ou produto exclusivo de um determinado pensamento, mas sim produto da criação humana sob condições histórico-sociais a partir das necessidades da vida cotidiana.

Esse conjunto de ideias produzidas e reproduzidas tem uma base concreta, real, ou seja, são reflexo do real, da forma como os homens estão organizados para produção e a forma como estes se relacionam uns com os outros e com a sociedade. Isso implica dizer, em outras palavras, que as relações concretas que os homens estabelecem entre si servem para explicar as ideias e as instituições por eles criadas historicamente, sendo necessário o conhecimento da realidade na sua *essência*, sob o ponto de vista da análise dos fenômenos na totalidade social. A conexão entre as relações materiais e as ideias deve ser buscada na realidade objetiva.

Partindo desse pressuposto, buscar-se-á situar a discussão do conservadorismo enquanto produto do conjunto de ideias produzidas por teóricos e pensadores que objetivam a manutenção da lógica de acumulação capitalista, que assegurem a reprodução espiritual da sociedade capitalista. O tratamento mais aprofundado do conservadorismo, da sua reprodução na sociedade capitalista e da sua relação com o Serviço Social ocorrerá nos subitens seguintes.

2.2 O PENSAMENTO CONSERVADOR E A RACIONALIDADE BURGUESA

As formas de pensamento, a construção de ideias são produtos das relações sociais estabelecidas pelos homens no processo de produção da riqueza social e reprodução das condições de vida. Já foi dito na discussão anterior, que os avanços alcançados pelo processo produtivo possibilitaram ao homem desenvolver sua racionalidade a partir do conhecimento da realidade objetiva. Pela construção da razão, resultante da prática social e histórica dos homens, buscou-se respostas para a compreensão do mundo, de si e dos processos sociais (que, até então, tinha como única via de explicação dos fenômenos naturais e sociais, a religião).

Através da razão, possibilitou-se aos homens compreender a processualidade do real, o movimento da realidade a partir das suas contradições, bem como permitiu estabelecer relações e reconstruí-las no plano do pensamento. Sabe-se, entretanto, que a razão fundamentada nas concepções religiosas, tendeu muito mais a obscurecer os processos sociais e entendimento do indivíduo dentro processo histórico, no sentido de conservar as ideias e a

lógica do modo de produção vigente (pré-capitalista), do que precisamente tornar-se conduto de esclarecimento, desvendamento da essência dos fenômenos e do movimento do real.

Esse embate entre o “velho” e o “novo”, ou seja, essa tendência à reafirmação, conservação dos valores, ideias de um dado regime de produção em relação a uma nova forma de organização social emergente perpassou a história dos homens num movimento permeado de contradições, de luta entre as classes sociais. Isso não significa dizer, todavia, que a tendência à conservação de valores e ideias, o próprio conservadorismo, seja um traço do ser social, do homem, como algo dado, invariável, intemporal e ahistórico como quiseram atribuir alguns pensadores, teóricos do conservadorismo. Essa tendência à negação da história, traço marcante do conservadorismo, não deve fazer perder de vista que o conservadorismo é uma expressão ideopolítico-cultural, uma forma de pensamento e experiência prática oriunda de um contexto sociohistórico determinado: a emergência da burguesia como protagonista da ordem capitalista (ESCORSIM, 2011; IAMAMOTO, 2011).

O conservadorismo clássico é datado historicamente¹⁵ por diversos autores a partir da Revolução Francesa numa defesa do catolicismo, da tradição, tendo por seu expoente Edmund Burke (forte opositor da Revolução Francesa e do Iluminismo). O conservadorismo, assim, emerge no período de configuração da sociedade burguesa e têm como fonte de inspiração os modos de vida anteriores, o passado, a exaltação das ideias, valores que constituíam o *Antigo Regime* (ESCORSIM, 2011, IAMAMOTO, 2011).

A emergência da nova cultura da modernidade conectada a expansão das atividades mercantis chocava-se com a estrutura política da ordem feudal gerando um impasse ao desenvolvimento de novas relações de produção (capitalistas) que contribuíram decisivamente para a crise do feudalismo. O processo de crise do modo de produção feudal também foi resultante de uma combinação de variados fatores, quais sejam: o esgotamento das terras cultivadas e a falta de recursos técnicos para recompô-las, o agravamento das lutas entre as classes fundamentais do feudalismo (nobres e servos). A terra vai se tornando objeto das transações mercantis face ao seu esgotamento produtivo, a crescente perda de poder político da nobreza (incluindo aqui também a Igreja) frente ao grande poder de financeiro dos comerciantes (classe que constituirá a burguesia).

Desse cenário de contradições e disputas, as quais configuram um conjunto de lutas tomando a cena da vida social, sobreveio a Revolução Burguesa, em que a nova classe social

¹⁵ Não se trata aqui de estabelecer uma cronologia do pensamento conservador, mas sim estabelecer relações histórico-sociais, político-econômicas que aparecem como particularidades do tratamento teórico-científico que vieram a responder a configuração da sociedade burguesa.

(burguesia) consegue construir uma hegemonia político-cultural capaz de enfrentar e por fim ao *Antigo Regime*. A hegemonia cultural no terreno das ideias, dinamizadas pela Reforma Protestante – que abalou diretamente a principal base do sistema feudal (a Igreja) – e pelo Iluminismo (que expressou teoricamente os princípios revolucionários da burguesia, especialmente, francesa), foi balizar para organizar e liderar a luta pelo fim do regime feudal.

A Revolução Industrial também foi crucial para que a burguesia conseguisse a hegemonia econômica, social e política, isto é, ela contribuiu para a consolidação do capitalismo como modo de produção baseado na exploração do trabalho e na relação de assalariamento. Contudo, é no processo de construção dessa hegemonia no plano das ideias pela burguesia, ao inaugurar a cultura da Modernidade (que tem como símbolo o Iluminismo), que se encontram os condutos para pensar o surgimento e as bases do pensamento conservador, bem como seu vetor de crítica (a tradição marxiana).

[...] Essa cultura [moderna], com seus traços mais determinantes – o *racionalismo, autonomia individual, humanismo, historicismo* – e suas características mais marcantes – *secularização, dessacralização do mundo, valorização da experiência controlável e universalizante* –, não só expressa os aspectos ideais do mundo que vem a ser construído pela burguesia revolucionária. Expressa as condições sem as quais as próprias mutações técnico-produtivas seriam inviáveis, uma vez que o desenvolvimento científico, sem o qual é impensável o fenômeno industrializante, é resultado direto daquela cultura, que rompe com as verdades transmitidas pela tradição, com a dominância dos critérios religiosos (teológicos) para a condução da vida prática, etc. Sem as implicações dessa cultura da Modernidade [...], a industrialização e a urbanização seriam inconcebíveis (ESCORSIM, 2011, p. 43, grifos originais).

O marxismo surge, também, como uma das expressões do pensamento da modernidade, uma de suas vertentes que vai constituir um bloco cultural de oposição ao conservadorismo (tanto às concepções sociológicas, quanto à economia política inglesa, filosofia clássica alemã e socialismo utópico). Foi a partir da verificação do conteúdo do conhecimento produzido buscando identificar os processos históricos reais, que Marx pôde traçar uma análise e elaborar críticas aos seus predecessores e contemporâneos (ESCORSIM, 2011). Diferentemente da forma como se configura o pensamento conservador, a tradição marxiana se vincula a um projeto revolucionário que partiu da análise e crítica da sociedade burguesa (a gênese, desenvolvimento e consolidação do modo de produção capitalista) através do estudo dos processos e determinações das relações de trabalho sob os aportes da ontologia social.

Marx, irá trabalhar sob pressupostos reais, quais sejam: a ação dos indivíduos e suas condições materiais, não partindo da forma como os homens pensam/representam, das ideias, mas sim do processo real de vida dos homens em que sua sociabilidade é gerada pelo trabalho e as relações sociais devem ser pensadas a partir das forças produtivas. Os estudos de Marx sobre o capitalismo, a partir de 1848, foram aprofundados face ao processo de desenvolvimento do capital e o permitiu edificar um método que, opostamente a vulgar proposição positivista, indicou que a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica que deve ser apreendida a partir das categorias que formam as relações capitalistas. Isso o permitiu entender que as ideias e representações humanas são expressão das relações de produção e que, portanto, o conservadorismo é expressão ideocultural da sociedade burguesa que tem por objetivo a manutenção da lógica capitalista.

A função do pensamento conservador iniciado por Burke era de atendimento aos interesses do *Antigo Regime* (da nobreza e do clero), de caráter *restaurador* e *antiburguês* (contra a revolução burguesa), que com o passar dos anos revela-se insustentável frente à consolidação da ordem burguesa. A recusa de Burke direcionava-se a ação política de mobilização das massas produzida pela Revolução Burguesa e a tendência à destruição do poder e privilégios das instituições tradicionais (a família, a Igreja, as corporações, etc.). Portanto, tratava-se de uma recusa aos componentes socioculturais vindos à tona com ascensão do capitalismo, mas sem recusar o desenvolvimento capitalista num *anticapitalismo romântico*¹⁶ (ESCORSIM, 2011).

Diante da consolidação do modo de produção capitalista, sobretudo, no plano político com a criação de um Estado burguês, o projeto conservador iniciado por Burke se apresentava restaurador frente ao projeto capitalista, ainda que esta forma de desenvolvimento burguês fosse irreversível. Convertendo-se em classe dominante, a burguesia deixa de representar os interesses da massa da população como fora outrora na fase revolucionária e passa a defender seus interesses particulares, de garantir a acumulação de capital.

Objetivando garantir a acumulação do capital mediante a exploração do trabalho, utilizava-se do prolongamento da jornada de trabalho e, noutro momento, a contração do tempo de trabalho com a incorporação de tecnologia ao setor produtivo para elevar os níveis de produtividade do trabalho e, conseqüentemente, de produção de mais-valia. Decerto, o processo de mudanças no setor produtivo e na relação contraditória (entre capital e trabalho)

¹⁶ Conforme Löwy e Sayre (1995 apud ESCORSIM, 2011, p.45) o anticapitalismo romântico “[...] representa uma crítica da Modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome dos valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-moderno)”.

que funda a lógica capitalista gerou um processo de luta permanente entre as classes sociais que passaram a refletir tanto nas relações de produção e trabalho, quanto nas relações sociopolíticas e culturais que caracterizam a sociabilidade capitalista.

O Estado burguês, como órgão máximo de atendimento aos interesses do capital, exercia uma ação repressiva para garantir a ordem pública através do controle da capacidade produtiva da classe trabalhadora. Assim, na busca pela defesa dos seus interesses particulares e de suas instituições, do *status quor*, de legitimação ideológica, a burguesia adota uma estratégia de neutralização dos conteúdos “subversivos” da cultura moderna no período de 1830 a 1848, período esse que data as revoluções democrático-populares. Há aqui uma tendência ao empobrecimento da razão humanística e dialética, bem como o notável rompimento com a tradição progressista e um abandono dos ideais emancipadores do projeto da modernidade convertendo os fatores do progresso em meio para a alienação dos homens. Há, portanto, uma renúncia da burguesia a sua “*herança cultural*” (ESCORSSIM, 2011, p. 47, grifos originais).

[...] Ao tornar-se classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para a apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada as esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade (COUTINHO, 2010, p. 22).

No pós-1848 o conservadorismo passa a ter um caráter contrarrevolucionário, de repúdio a qualquer tipo de revolução, sobretudo na defesa burguesa contra a ameaça revolucionária do proletariado. A função social do pensamento conservador nesse período sofre mudanças estruturais, passando a edificar-se teoricamente como filosofia social (filosofia burguesa), sob a forma de ciência social.

Ocorre que, na fase do conservadorismo contrarrevolucionário, os avanços alcançados com a racionalidade humanista e dialética que caracterizava um movimento progressista da razão moderna sofrem um processo de decadência que é próprio ao desenvolvimento capitalista. Não é arbitrário, nem casual que a filosofia da decadência¹⁷ tenha rompido com as categorias essenciais da tradição progressista (*humanismo, historicismo e razão dialética*) que comparecem como categorias importantes para o conhecimento do real e para fundar a reflexão ontológica. Para Coutinho (2010, p.30-31), a filosofia da decadência

¹⁷ Resumidamente, esse seria o termo utilizado por Coutinho (2010) que diferencia a filosofia burguesa do período considerado progressista, que vai dos pensadores renascentistas a Hegel e o período da decadência, iniciado no pós-1948. Para uma melhor compreensão dessa discussão, cf. Coutinho (2010).

se coloca ideologicamente aos interesses do capital e, nesse sentido, as categorias progressistas não foram casualmente transformadas num “[...] individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem [...]; em lugar de historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata [...]; em lugar da razão dialética, [...] vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária”.

A filosofia da decadência centra-se na aparência fenomênica, no imediatismo, o que não está somente ligado a um mecanismo ideológico que reveste uma intenção de classe, mas também aos próprios níveis de complexidade que atingem o modo de produção capitalista, em que a ação humana “tende a se tornar uma objetividade alienada” (COUTINHO, 2010, p.37) se estendendo a todas as esferas da vida. Na divisão capitalista do trabalho na sua fase madura os produtos do trabalho humano aparecem como alheios a sua essência humana e as relações sociais apresentam-se fetichizada como relação entre coisas.

Quando o pensamento não consegue superar, ultrapassar a esfera imediata, não há a possibilidade de se reproduzir a essência dos fenômenos e essa é uma das funções da filosofia da decadência (nas suas variadas orientações, irracionalistas ou racionalistas, positivistas, existencialistas, etc.), ser um pensamento fetichizador que serve ideologicamente aos interesses da burguesia.

Outro fenômeno associado à filosofia da decadência é a tendência capitalista a burocratização de todas as atividades humanas, em que os procedimentos práticos são aglutinados empregando-se a formalização e a repetição mecânica resultando no empobrecimento das ações humanas e no bloqueio da relação do homem com o objeto, com as finalidades. Aqui alguns elementos das ações humanas também aparecem fetichizados num emaranhado de regras formais, que perdem de vista a totalidade e a dinâmica contraditória do real empobrecendo as esferas da vida. Deste modo, os momentos da vida humana reduzidos ao imediato, a razão sendo reduzida as regras do intelecto, se transformam num completo irracionalismo (COUTINHO, 2010).

O anticapitalismo romântico somou-se ao irracionalismo moderno, agindo numa defesa indireta da ordem burguesa, bem como numa tendência mistificadora da estrutura e dinâmica da sociedade burguesa. A filosofia burguesa no período pós-48 voltou-se para a criação de um novo padrão de cientificidade que permitisse atuar sobre os fenômenos sociais afastando-se da reflexão ontológica. Aparece aqui como resposta o positivismo, do qual Durkheim é seu expoente, como uma das vertentes do pensamento que expressa o conservadorismo.

[...] O racionalismo [formal-abstrato inaugurado pelo positivismo durkheimiano] e o conservadorismo são duas maneiras de viver e de ver a sociedade, portanto dois pensamentos, integrados a um *único estilo de pensamento*, que exprime um modo de vida: o da sociedade capitalista. [...] [É, portanto, a forma de ação e explicação] favoráveis à manutenção da ordem capitalista [...] [que] aproxima os pensamentos conservador e racional [...] como portadores de um mesmo projeto de classe para a sociedade (IAMAMOTO, 2011, p.23, grifos originais).

A intenção do pensamento conservador de Durkheim é a construção de um quadro de conhecimentos que favoreçam a gestão da ordem burguesa e, nesse sentido, em resposta a questão social defende-se a criação de uma nova moralidade, laica e de base científica que induza a solidariedade entre os indivíduos e que possa conferir segurança e harmonia à ordem social, ainda que seja necessário haver *reformas* para conservar a ordem social (ESCORSIM, 2011).

O pensamento positivista, aqui, institucionaliza a *racionalidade burguesa*¹⁸ que sugere uma forma de conceber a realidade e a sociedade que tende a naturalizar o processo histórico, o progresso e a desigualdade social, de despolitização da questão social numa proposta de reforma moral do indivíduo e que, por consequência, “[...] se ajusta perfeitamente à sociedade capitalista, dado que representa no plano ideal, o ser social burguês” (GUERRA, 2011, p.64).

O pensamento durkheimiano já foi suficientemente estudado por diversos autores da tradição marxista e não cabe aqui discutir suas obras com profundidade. Para essa discussão o que importa salientar, resumidamente, são os aspectos estruturantes desse pensamento que produz uma racionalidade (como forma de ação prática e explicação da sociedade) expressiva do conservadorismo, e que, por consequência, ressoa nas práticas sociais e profissionais favorecendo a reprodução da lógica de manutenção da ordem burguesa.

No seu estudo sobre os fatos sociais, Durkheim emprega uma análise dos fenômenos, tomando-os como coisas, exteriores, superiores aos indivíduos seguindo uma direção própria e independente da vontade dos homens em que os fenômenos exerceriam uma influência, uma coação sobre os grupos por meio das instituições. Os indivíduos mantêm relações constantes determinadas por leis invariáveis das quais os sujeitos não tem poder teleológico para interferir, e as instituições (Estado, família, direito, etc.) por meio da repetição, da coação, produzem e reproduzem as formas de ser coletivas que garantem a manutenção da ordem. A

¹⁸“Racionalidade burguesa é a racionalidade predominante que está subjacente às formas de ser, pensar e agir na ordem social capitalista. Ela possui duas características fundamentais: o formalismo e a abstração. Ela é a lógica necessária à manutenção da ordem social e tem no positivismo sua mais alta expressão” (GUERRA, 2011, p.36).

disciplina garante a harmonia na vida em comunidade e caberiam as categorias profissionais (e aqui se encontra o Serviço Social) a função de influenciar moralmente os indivíduos para que mantenha um sentimento de solidariedade, coesão.

De acordo com Guerra (2011), nas formulações do autor afirma-se ainda que o desenvolvimento econômico das forças produtivas não condicionam as formas políticas, sociais, jurídicas e culturais e, portanto, o progresso, as mudanças derivam de causas naturais, do poder natural dos fenômenos sociais. A questão da luta de classes é tida como um problema de coesão social, em que a classe burguesa deve exercer ideologicamente sua hegemonia para garantir o cumprimento das normas coletivas. Não se trata mais de gerar explicações e propostas de ação sobre a sociedade que garantam a manutenção da ordem com base nas concepções religiosas, mas sim em indicações científicas estruturadas, numa ciência social (Sociologia).

Na pretensa investida do positivismo no campo científico, observa-se a busca por exercer hegemonia na comunidade científica, afirmando-se como paradigma nas ciências sociais (um modelo explicativo e organizador da realidade social hegemônico). Tal afirmação da existência de paradigmas no âmbito das ciências sociais e até da vigência do positivismo como paradigma hegemônico será veementemente rebatida, sejam pelos historicistas ou mais incisivamente pela tradição marxiana, e ainda terá esse debate repostado por autores da tradição positivista na contemporaneidade na suposta crise de paradigmas nas ciências sociais. De uma forma ou de outra, admitindo-se a vigência do paradigma positivista como hegemônico ou de uma crise de paradigmas, nega-se aqui a perspectiva ontológica do real e legitima-se um modelo explicativo fetichizador da realidade, naturalizador das contradições e formalizador como único modo socialmente reconhecido e válido de pensar os fenômenos da sociedade.

Apoiado num discurso restritivo e empobrecedor da compreensão da totalidade, de exaurimento do projeto da modernidade provocado pela suposta crise de paradigmas, a perspectiva pós-moderna avança no campo da intelectualidade na fase contemporânea num processo de reatualização do conservadorismo. A retórica pós-moderna pretende eliminar as oposições no plano cultural, político, social a partir de categorias que privilegiem o micro, o fragmento e a atividade prática, que retratem a realidade de forma fragmentada cabendo à indústria cultural a responsabilidade por “refletir” as representações do homem sobre o real. Trata-se de uma perspectiva que, assim como o pensamento positivista, nega o caráter ontológico da realidade.

Essas formas de conceber a realidade apresentadas aqui – de naturalização das contradições, do processo histórico – imprimem sua marca na forma manipulatória de

atuação/intervenção sobre a sociedade que contribuem explicitamente para legitimar a ordem burguesa e reproduzir a lógica de manutenção do capital, expressão do conservadorismo que a nutre. O racionalismo formal-abstrato, por sua vez, serve como sustentação ideológica do capital, se corporificando nos processos e relações estabelecidas no/pelo trabalho no capitalismo, nas organizações e instituições que formam a sociedade burguesa. É a ênfase na negação da totalidade que consiste a persistência do racionalismo formal-abstrato na ordem do capital.

A proposta de reforma moral dos indivíduos, de criação de vínculos que garantam a solidariedade e a coesão social durkheimiana, somadas a lógica burocratizante e fetichizante do capitalismo tem se sido objeto estruturador das instituições sociais, práticas sociais e das diversas especializações do trabalho fundadas na fase monopolista do capital. Aqui, vê-se o papel ideológico essencial atribuído às práticas sociais e as categorias profissionais – sobretudo ao Serviço Social –, no sentido de reproduzir os meios de exploração dos trabalhadores que são medulares para extração da mais-valia e acumulação do capital. Essa reprodução se manifesta e se corporifica na estrutura e nos mecanismos propostos para a administração de políticas sociais, enquanto resposta do Estado ao agravamento da questão social na fase monopolista do capital.

Concomitante a exposição dos pressupostos da racionalidade formal-abstrata, veio-se até aqui travando um diálogo crítico do pensamento conservador à luz da teoria social de Marx a fim de explicitar as determinações sociohistóricas e político-econômicas que dinamizaram e ainda dinamizam a reprodução da racionalidade burguesa. Foram assim, levantados, alguns elementos que caracterizam o conservadorismo: a relação sujeito/objeto, a negação ontológica da totalidade, a tomada dos nexos causais como forma natural com legalidades pré-estabelecidas que determinariam as relações entre os homens e os processos de trabalho, assim como os limites colocados a dimensão emancipatória da razão. Tais aspectos constituem os elementos sob os quais incidem as críticas marxistas ao conservadorismo e tem possibilitado ao Serviço Social contemporâneo encontrar caminhos para enfrentá-lo criticamente (ESCORSIM, 2011; GUERRA, 2011; IAMAMOTO, 2011).

É por essa via, em suma, partindo do entendimento da vinculação da racionalidade burguesa e do conservadorismo expressa nas relações sociais capitalistas, que se pretende adiante situar a discussão da reprodução do conservadorismo no Serviço Social.

2.3 O CONSERVADORISMO E O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: A REPRODUÇÃO DA RACIONALIDADE BURGUESA NO LASTRO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA

Vale reafirmar, a princípio, que a abordagem aqui desenvolvida, parte do entendimento de que o caminho que possibilita o alcance das mediações que captura a relação entre o conservadorismo e o Serviço Social deve ser buscado no real, na história de inserção da prática dos assistentes sociais na vida social, no âmbito da sociedade capitalista. No movimento do real, considerando suas determinações históricas, estão as bases para compreender as representações da consciência, isto é, a partir da dinâmica das relações da sociedade capitalista que se pode pensar a racionalidade que constitui a ordem burguesa (as quais se expressa pelo conservadorismo) como reflexo dessa sociedade e que imprime marcas nas relações sociais, nas práticas sociais e profissionais. Logo, é no modo como os homens se organizam para produção e como se reproduzem na sociedade capitalista que estão dadas as mediações para pensar o modo como o Serviço Social constrói seus mecanismos de ação e o arcabouço teórico, os quais particularizam sua intervenção profissional.

Partindo desse entendimento, buscar-se-á nas formas de ser e pensar, nas representações construídas historicamente pela profissão os elementos que dão conta da relação do Serviço Social com o conservadorismo.

O pensamento conservador na presença das Ciências Sociais é o eixo articulador para o entendimento das particularidades do conservadorismo no Serviço Social, “que nasce e se desenvolve embebido em ideias conservadoras, incorporando as ambiguidades do reformismo conservador” (IAMAMOTO, 2011, p.23). Portanto, sua gênese está associada à consolidação das ciências sociais particulares e ao universo teórico do pensamento conservador europeu, franco-belga, inicialmente e, a partir dos anos 1940 no Brasil, da sociologia conservadora norte-americana, que correspondem à racionalidade burguesa de tendência fragmentária e fenomênica do real.

O Serviço Social, tendo ultrapassado sua relação histórica com o movimento social de bases confessionais, vem a responder as demandas do Estado “[...] [para agir sobre a] reprodução da força de trabalho” (CASTRO, 2011, p. 46), isto é, garantir a subordinação da força de trabalho ao capital e, por consequência, a manutenção da sociabilidade burguesa.

Os elementos que colaboram para a emergência do Serviço Social enquanto profissão estão relacionados principalmente, ao movimento de Ação Católica¹⁹ que procurava

¹⁹ Conforme Castro (2011, p.47-48, grifos originais) tal movimento objetivou “[...] a recristianização da sociedade através de um projeto de reforma social. [...] Orientados por uma retórica política de cunho humanista

disseminar o pensamento social da Igreja com o intuito de recuperar sua força política e ideológica através de um “projeto [...] de *reforma social*” (CASTRO, 2011, p. 50, grifos originais), que objetivava minimizar as sequelas advindas da lógica capitalista na fase industrial (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). A recristianização da sociedade centrada na família impunha-se numa ação organizativa e doutrinária para “livrar” o proletariado da ameaça socialista e mantê-los em “harmonia” com a classe dominante.

A concepção de “conciliação” de classes sociais, da busca pela “harmonia” enquanto ação evangelizadora do apostolado católico repercutia diretamente na consciência e nas formas de organização da classe trabalhadora, já que se procuravam amortecer os conflitos sociais incutindo na consciência dos indivíduos a ideia de que as desigualdades eram decorrentes de uma “vontade divina”, um dado natural.

Tais dados históricos reflete a presença do conservadorismo, que responde nos planos ideológicos e éticos a forma de reprodução dos interesses de legitimação do Estado burguês e do postulado da Igreja e, de enfrentamento moral dos “problemas sociais”. Nesse caso, os militantes do movimento católico entram para reforçar os padrões morais conservadores e evitar o “desequilíbrio” da ordem (BARROCO, 2006).

O aspecto conservador do projeto social da Igreja encontra-se também no fato de serem revestidos seus interesses particulares utilizando-se da posição de submissão da mulher naquela sociedade, de representante da defesa da família. A formação moralidade feminina aparece aqui como um dos principais elementos da reforma cristã, da qual a mulher passa a ser requisitada a atuar em profissões de “caráter” feminino, a exemplo do Serviço Social, enquanto reprodutora dos valores, princípios morais, como executiva do assistencialismo. Desta característica advém a feminização da profissão, o que, por outro lado, vem a conferir, para Montaño (2009), um caráter de subalternidade ao Serviço Social como um dos aspectos (auto) reprodutor da sua própria lógica genética.

Como visto, a Igreja esteve presente no processo constitutivo do Serviço Social e quando, por um longo período, foi a principal fonte executora de ações assistencialistas inspirando seus agentes a exercer sua prática caritativa e evangelizadora de fundo conservador. Portanto, o Serviço Social é “[...] dinamizado e estimulado (pois é necessário

e antiliberal, lançam-se a uma vigorosa ação dirigida para penetrar em todas as áreas e instituições sociais, criando mecanismos de intervenção em amplos segmentos da sociedade, com a estratégia de, progressivamente, conquistar espaços importantes no aparelho de Estado. A *Ação Católica* [...] prede-se a um projeto de recuperação da hegemonia ideológica da Igreja – incentivado oficialmente pela hierarquia e tendo como suporte as encíclicas papais –, lutando contra o materialismo liberal e contra a agitação social de cariz anarco-comunista”. A *Ação Católica* será também uma das principais fontes de recrutamento de profissionais.

aos fins e manutenção desta ordem) pelo *projeto conservador* que contempla as reformas dentro deste sistema” (NETTO, 1992 apud MONTAÑO, 2009, p.33, grifos do autor).

Entende-se a profissão de Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo dentro da divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Desse modo, as mudanças na profissão fundam-se na dinâmica das relações sociais em determinados períodos históricos, isto é, situa-se na relação entre as classes sociais que lutam por interesses não só opostos, mas contraditórios. Essa contradição corresponde

[...] tanto as demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dar resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 75, grifos dos autores).

As relações sociais, além de incluir as relações de produção, são produto da forma como estas se processam, as quais, na sociedade capitalista, aparecem fetichizadas e naturalizadas se reproduzindo na totalidade da vida social. Essa forma mistificada das relações sociais, desconectadas da base econômica e produtiva da sociedade capitalista, é necessária para revestir as condições de exploração de uma classe sobre a outra e garantir a manutenção do capital.

Isto significa dizer também que, o fetichismo que envolve as relações capitalistas também penetra as representações e autorrepresentações dos assistentes sociais no processo de mediação da sua intervenção profissional, o que possibilita a vigência do conservadorismo na profissão e a reprodução da racionalidade burguesa na medida em que mistifica a função sociohistórica que a profissão e as políticas sociais cumprem no capitalismo.

O Serviço Social teve seu desenvolvimento inscrito na divisão social do trabalho no contexto de afirmação do capitalismo industrial e da expansão urbana na fase monopolista do capitalismo, em que se gestam modificações “[...] na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 77). É, então, a partir desse processo de afirmação da hegemonia do capital industrial, que emerge sob formas diferenciadas a questão social, a qual

[...] Tem sua gênese no caráter da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições

necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’ que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais [...]. Tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e, em especial pelo Estado. (IAMAMOTO, 2001, p. 16-17).

A questão social emerge sob condições socioeconômicas e políticas determinadas, as quais respondem a ampliação do desenvolvimento das forças produtivas, crescimento da pobreza (que crescia na mesma proporção da acumulação de capital), a luta de classes e o protagonismo dos trabalhadores tendo como marco a Revolução de 1848 – que traz como resultante a consciência para si dos proletários enquanto sujeitos coletivos.

Longe de ser apenas uma expressão do pauperismo, ou ainda, sinônimo de pobreza, miséria, exclusão social e das múltiplas manifestações da desigualdade social, a questão social é um dado real que se expressa diretamente na contradição capital/trabalho, está imbricada nas formas de produção e reprodução engendradas pelo modo de produção capitalista.

A vinculação da questão social ao processo de legitimação do Serviço Social não se reduz ao entendimento genérico da primeira por este, mas sim pelo desvendamento das suas particularidades no âmbito do estágio imperialista. A fase imperialista, profundamente analisada por Mandel (1982) e em trabalhos recentes por Netto e Braz (2006), se caracteriza principalmente pela tendência capitalista à concentração e centralização de capitais, modificação no papel dos bancos, a partir do surgimento do capital financeiro resultante de consórcios de capitais internacionais e sua exportação, fortalecimento da indústria bélica (funcionando como fator anticrise); esse compósito de elementos tem por objetivo garantir a maximização dos lucros capitalistas. Diante desse quadro, exige-se a presença do Estado burguês refuncionalizado que articule as funções econômicas às funções políticas e que administre os ciclos da crise capitalista.

Para análise da institucionalização do Serviço Social visando entender sua relação com o conservadorismo burguês, se faz necessário compreender o caráter refuncionalizado com que o Estado se apresenta e as respostas/ações que serão dadas a sociedade. Dentre as principais funções do Estado, está o controle e preservação da força de trabalho seja ela formal ou informal, cabendo a esse garantir a reprodução da força de trabalho buscando assegurar os níveis de consumo.

O tensionamento entre as demandas da classe operária e os interesses do capital, assim como a necessidade de legitimação política leva o Estado a institucionalizar, ainda que

timidamente, os direitos sociais, mediante sistemas de proteção social e legislações – como a Lei dos Pobres na Inglaterra (MOTA, 2010a; NETTO, 2009; NETTO; BRAZ, 2006). É nesse cenário que a questão social se torna alvo de políticas sociais, as quais na lógica conservadora de funcionalidade do Estado e das suas instituições, na fase monopolista do capital será administrada contraditoriamente numa perspectiva de seletividade e num discurso reificado de “garantia” de cidadania²⁰.

A lógica racionalista, que se expressa pelo conservadorismo, presente nas políticas sociais encobre a essência da sua constituição e da funcionalidade na sociedade capitalista. Na medida em que privilegia o caráter compensatório e integrador como função última do Estado, mistifica a relação antagônica entre capital e trabalho e acaba escamotear a relação de exploração que propicia, em última instância, a acumulação do capital. Essa forma de conceber as políticas sociais opera ideologicamente na manutenção da ordem burguesa.

O fetichismo que encobre as políticas sociais assenta base no discurso cientificista durkheimiano de supremacia dos aspectos técnicos sobre o econômico, da suposta neutralidade do Estado em defender os interesses gerais da sociedade, da naturalização das contradições justificada como resultante do progresso, as quais necessitam ser minimizadas através do saber técnico e formalizador, e no campo terapêutico pelas categorias profissionais (GUERRA, 2011).

Além disso, a dupla composição que sustenta as políticas sociais (o caráter disciplinador e regulador) encontra na racionalidade burguesa a ênfase a burocratização dos procedimentos e fragmentação dos fenômenos e processos sociais. Por sua vez, essa racionalidade incorporada à estrutura das instituições e das políticas sociais acaba por repercutir diretamente na forma como se processa a intervenção profissional dos assistentes sociais.

[...] [A racionalidade burguesa], por sua vez, expressa-se não apenas nas políticas sociais, como ainda, nas estruturas jurídico-políticas nas quais o assistente social se movimenta, na forma pela qual se dá sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, na dinâmica que se estabelece no seu cotidiano, ou seja, nas mediações constitutivas, constituintes, constituídas e *articuladas* da intervenção profissional, já que aparece como a mediação de maior amplitude na sociedade capitalista (GUERRA, 2011, p.148-149, grifos originais).

O tratamento dado pelo Estado à questão social toma-a como fator isolado e externo às instituições da sociedade monopólica, deslocando as resultantes da contradição capital e

²⁰ A esse respeito, cf. as discussões de Santos (1979).

trabalho para esfera individual. Além disso, promove a *psicologização* da vida social (que vai desde a ideia de responsabilização dos indivíduos pelo seu destino até ao ajustamento dos indivíduos a ordem burguesa). Tudo isso são mecanismos que refletem o tratamento conservador que é dado ao enfrentamento às refrações da questão social pelas categorias profissionais, a exemplo dos assistentes sociais (NETTO, 2009). Cabe às categorias profissionais, nesse sentido, viabilizar e garantir a reprodução mistificadora das relações sociais capitalistas, intervindo tecnicamente sobre a questão social através dos programas e instituições implantados pelo Estado.

Daqui decorre a emergência do Serviço Social no campo profissional: dar sustentação a proposta de disciplinamento dos indivíduos e cuidar da “administração técnica” da questão social. Percebe-se, então, que a emergência do Serviço Social enquanto profissão institucionalizada não advém da necessidade de indivíduos particulares de criar um espaço sócio-ocupacional para exercer sua ação filantrópica e assistencialista, mas ao contrário é a existência desse espaço dinamizado pela ordem monopólica que conduz a organização e institucionalização da profissão (MONTAÑO, 2009; NETTO, 2009). Ou seja,

[...] o relativo protagonismo dos primeiros profissionais (e se quiserem, das “protoformas” do Serviço Social) não pode nos levar, sob nenhuma hipótese, a considerar a gênese da profissão a partir da mera vontade de certas pessoas em tecnicarem suas práticas filantrópicas. [...] Tal fato, num estudo meramente historiográfico ou empiricista, estaria confirmando a idéia do Serviço Social como uma fase mais evoluída das formas (ou “protoformas”) de ajuda anteriores (MONTAÑO, 2009, p. 46-47).

Essa forma de conceber a natureza e funcionalidade do Serviço Social²¹ como forma avançada e desenvolvida das formas de ajuda, caridade e filantropia por orientar-se em concepções teóricas mistificadoras da realidade social dificultou o movimento de situar a profissão na divisão sociotécnica do trabalho, fazendo com que o entendimento da profissão se limitasse ao nível aparente, desprovidos de qualquer entendimento do seu papel político

²¹ Sobre a natureza e funcionalidade do Serviço Social, Montañó (2009) apresenta que há duas formas de interpretação (endogenista e histórico-crítica) dentro do Serviço Social que são essencialmente distintas: se para a tese endogenista a natureza e funcionalidade do Serviço Social aparece no fato da profissão se constituir numa *forma de ajuda* (mesmo que evoluída e tecnicada) associada ao tratamento da questão social, numa relação de *continuidade*, para a tese histórico-crítica, a qual compartilha esse trabalho, as *formas de ajuda* (caridade e filantropia) têm seu fundamento na missão moral e religiosa, na missão confessional-cristã e a funcionalidade do Serviço Social, por sua vez, deve ser entendida a partir da dinâmica da ordem burguesa, “[...] *quando o Estado toma para si, na passagem do capitalismo concorrencial à fase monopolista, a resposta da ‘questão social’, mediante políticas sociais*” (MONTAÑO, 2009, p.44, grifos originais). Para maior conhecimento das outras bases de distinção (a legitimidade, o tratamento das políticas sociais, etc.) dessas teses, ver Montañó (2009). Hoje como a assistência social está, em termos de produção de conhecimento, em termos de produção de instrumentais, vias informativas e normativas, não está respondendo inteiramente às demandas do usuário.

nessa sociedade, decorrente da função sociohistórica delegada à profissão. Nisso se constituiu a marca histórica da presença do conservadorismo no Serviço Social e da reprodução da racionalidade burguesa.

Nessa abordagem, o Serviço Social é visto a partir de si mesmo (a partir dos aspectos endógenos a profissão), numa visão focalista que tendia a naturalização da história e da sociedade (MONTAÑO, 2009). O Serviço Social busca nas teorias sociais entender sua posição na sociedade e para alcançar o estatuto teórico-científico frente às requisições do mercado de trabalho investe num esforço equivocado de definir sua “especificidade”²² através de objeto, método, objetivos e sujeitos, os quais seriam próprios da profissão, reproduzindo ainda a idéia de oposição entre teoria e prática.

Em oposição a essa perspectiva, concebe-se aqui que a natureza e funcionalidade do Serviço Social, dentro de uma perspectiva histórico-crítica, têm suas determinações no campo político-econômico com a função de legitimação direta e/ou indireta da ordem capitalista, o que confere a essa análise uma perspectiva de *ruptura* entre a relação anterior de ajuda (protoformas) e a profissionalização do Serviço Social. O que, então, confere legitimidade a profissão é o reconhecimento e transformação de necessidades em demandas a ser respondida por instituições e organizações, a criação de um espaço ocupacional, que empregam profissionais para intervir nessa realidade mediante um salário, isto é, legitima-se “[...] pelo *papel que cumpre na e para a ordem burguesa* (e no e para o Estado capitalista, seu principal empregador)” (MONTAÑO, 2009, p.57, grifos originais).

A condição de assalariamento do assistente social é então uma das determinações objetivas das condições de realização da intervenção profissional e é, ao mesmo tempo, uma das características que confere a profissão um caráter de subalternidade à classe capitalista (MONTAÑO, 2009). Essa determinação comporta uma série de contradições que operam como desafios a prática profissional, a saber: ao passo que atua na reprodução das condições de exploração e de subordinação do trabalho ao capital, enquanto trabalhador também se encontra cercado por essa mesma subordinação; por ser o Estado seu principal empregador, a requisição da profissão para a administração técnica dos problemas sociais aparece fetichizada como demanda do Estado e não do capital. Assim, convertido num servidor público regido pela burocracia que reveste a lógica das instituições estatais, subordinado aos estratos

²² A especificidade da profissão aparece como uma incógnita pela incapacidade da prática profissional de exibir um coeficiente eficaz que o diferenciase das outras práticas, bem como pela diversidade de correntes teóricas empregadas no Serviço Social. As formas de apropriação dessas matrizes teóricas e acumulação seletiva dos saberes das ciências sociais possibilitam a profissão um “sistema de saber de segundo grau” (NETTO, 2009a, p. 144), que revela seu traço sincrético.

político-institucionais assim como qualquer outro técnico designado para administração de recursos escassos e a implementação de políticas sociais segmentadas, o assistente social vê-se compelido às atividades tecnicistas, imediatistas e paliativas.

A composição teórico-metodológica adotada pelo Serviço Social proveniente da sua relação com o conservadorismo e da própria dinâmica fetichizadora das relações capitalistas que encobria a sua funcionalidade na e para a ordem burguesa, produziu o entendimento acrítico e ahistórico da profissão impactando diretamente o exercício profissional que não conseguia extrapolar e romper com a razão do projeto político-econômico que a concebeu.

Entende-se que o caráter da gênese e do desenvolvimento profissional contêm semelhanças entre a fase da prática do assistente social socialmente legitimado como profissional com as práticas de ajuda das protoformas, dando apenas uma *aparência* de continuidade (NETTO, 2009a). Há semelhanças “[...] na estrutura interventiva sobre as refrações da ‘questão social’ mediante a manipulação de variáveis empíricas e a polivalência operatória; [...] no sincretismo ideológico e científico, nos fundamentos positivistas, empiristas, e formal-abstratos, que sustentam ecleticamente a racionalidade instrumental” (MONTAÑO, 2009, p.51). Guardando as semelhanças, o que diferencia a profissão da sua gênese no tocante a atuação profissional é o contexto histórico-social a qual se inscreve a prática do assistente social na contemporaneidade, que vem a requisitar desse profissional um olhar atento e diferenciado da realidade social, que exige a busca das mediações para desvendar as novas determinações que envolvem a relação capital/trabalho e da reprodução da racionalidade burguesa sob novas roupagens.

A prática do assistente social que desde sua gênese é orientada por um sistema de saber de bases conservadoras tende a não romper com a positividade em que os processos sociais se apresentam na sociedade burguesa – na sua imediatez, na aparência fenomênica – e inserida institucionalmente na divisão sociotécnica do trabalho encontra seus limites nas condições sociais estabelecidas pela lógica do capital. Trata-se aqui, do que Netto (2009a) chamou de sincretismo²³ que se traduz nas formas de existência e organização da profissão e que é, para ele, um traço constitutivo do Serviço Social.

Ficou explícito que a nova dinâmica posta pelas relações de produção e de trabalho na fase monopolista do capitalismo, que conforma um novo padrão de racionalidade, faz com

²³A subalternidade técnica do percurso histórico do Serviço Social as formas de intervenção da questão social limitada à reprodução residual e conservadora dos “problemas sociais”, o sistema de intervenção empiricista e pragmático baseado na vertente ideocultural positivista que ao longo dos anos levou ao inevitável ecletismo teórico, além da estrutura da prática profissional interventiva de base filantrópica e assistencialista que pouco se alterou com a profissionalização, formam o conjunto de características que particularizam o traço sincrético do Serviço Social (NETTO, 2009a).

que o Estado institucionalize práticas profissionais especializadas (dentre elas o Serviço Social) para agir no planejamento e implementação das políticas sociais.

As políticas sociais, implementadas no Brasil na forma de benefícios assistenciais, serviam como reprodutoras da alienação visto que os direitos sociais aparecem como benefícios concedidos a uma parcela da sociedade por uma ação humanitária do Estado. Nesse sentido, a cidadania também aparece fetichizada, na medida em que o Estado concebia como cidadãos aqueles que estavam, legalmente, inseridos no mercado de trabalho, participando do processo produtivo, relegando à marginalidade os desempregados e os trabalhadores do setor informal (SANTOS, W., 1979). Para Wanderley Santos (1979, p.75) a concepção de cidadania no Brasil estabelecida sob os parâmetros acima citados, isto é, caracterizada pela concessão de “benefícios” aos trabalhadores formais por parte do Estado, é definida como “*cidadania regulada*” marcada pela restrita “consolidação”, tímida e paulatina, dos direitos sociais por parte do Estado.

A intervenção estatal na criação de ações sob a forma de políticas sociais, busca ao mesmo tempo atender às demandas da classe trabalhadora e resguardar os interesses do capital, isto é, assegurar “as condições adequadas ao desenvolvimento capitalista”. (NETTO, 2009a, p. 27). Por conseguinte, a função elementar da política social é a preservação e controle da força de trabalho mediante sistemas de seguro social, que tem sua funcionalidade na tendência ao subconsumo.

No nível político, as políticas sociais agem para respaldar a imagem do Estado “como mediador de interesses conflitantes” (NETTO, 2009a, p. 28). Se por um lado as demandas da classe trabalhadora são “atendidas” em função das mobilizações e pressões deste contingente, por outro lado, a intervenção estatal sobre a questão social tende a fragmentá-la. A explicação deste fato é simples: “tomar a ‘questão social’ como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa”. (NETTO, 2009a, p.28).

Entretanto, a lógica conservadora que perpassa as políticas sociais e se expressam nas representações sociais e nas produções teórico-científicas, tende a transpor-se para a prática profissional e até para o discurso. Nesse sentido observa-se que a prática do Serviço Social funciona como um reforço à passivização do trabalhador frente à exploração do trabalho, bem como uma postura de aceitação das ações assistenciais, na expectativa de que elas venham a minimizar os efeitos das desigualdades sociais pela via redistributiva, tornando o indivíduo portador de “direitos” por meio de procedimentos jurídico-formais.

As políticas sociais, por décadas, foram trabalhadas no Serviço Social, no nível teórico dentro de uma perspectiva endogenista, de que se constituem mecanismos para alcançar o bem-estar da população, sendo o assistente social o profissional capaz de *ajuda* os indivíduos a *alcançar sua felicidade*. Assim, a atuação profissional é transformada em ação socioeducativa e moralizadora, que desconsidera o caráter de classe dos antagonismos sociais. Tudo isso pode ser observado, nos métodos interventivos do Serviço Social, inspirados no pensamento positivista.

As implicações da análise da perspectiva endogenista sobre as políticas sociais estão na naturalização das desigualdades em que as políticas sociais serviriam como “elemento mágico” para diminuir/combater a pobreza, a miséria numa medida compensatória, o que transparece a total ingenuidade e romantismo dessa vertente (PASTORINI, 2009). Na verdade, a redistribuição por meio das políticas sociais não tem capacidade sequer de compensar, diminuir as desigualdades diante da escassez dos recursos, da fragmentação das políticas. Fica claro que a tese endogenista tem uma relação muito direta com a vertente reformista-conservadora que consubstanciou o Serviço Social.

O Serviço Social legitimou-se profissionalmente, portanto, enquanto executor terminal das políticas sociais na medida em que o Estado atribui funções e papéis aos assistentes sociais na implementação e execução de ações socioassistenciais. O que está subjacente à função atribuída à profissão é que, ao ocupar essa posição de executor terminal das políticas sociais, a profissão reproduz a ideia de se constituir enquanto uma atividade estritamente técnica, o que, por sua vez, contribuiu para reforçar a cisão entre trabalho técnico e trabalho intelectual, no interior da profissão. Essa divisão origina-se da divisão sociotécnica do trabalho na fase do capitalismo monopolista, que separou trabalho manual e intelectual.

Há que esclarecer os equívocos cometidos nos discursos que abordam a divisão entre as profissões que só produzem conhecimento e aquelas que somente intervêm na realidade. Esse problema se deve a incompreensão de que todas as práticas profissionais supõe o conhecimento da realidade, o qual não se dá sem mediações teórico-metodológicas. Esse entendimento da profissão como sendo de caráter eminentemente técnico e interventivo só reproduz a hierarquização positivista da prática sobre a teoria, favorecendo a reprodução da ideia de que “na prática a teoria é outra”.

Pela via da racionalidade formal-abstrata propagou-se a visão de que somente a prática, enquanto ação empírica, e os seus resultantes podem fornecer bases para pensar a profissão e que a teoria é a sistematização da atividade prática. Quando se reduz a teoria a um método de experiência prática e de intervenção conduz-se a prática profissional a uma

objetivação nos níveis burocrático e imediatista. Essa recusa conservadora da unidade²⁴ teoria-prática não é arbitrária, nem tão pouco casual; elas expressam a ideologia burguesa que satura as elaborações teóricas numa perspectiva deformada da realidade, realizando uma separação ou desvinculação entre a teoria e a prática social (histórica) dos homens comprometendo o entendimento da unidade entre essas instâncias. O mito da dicotomia teoria/prática encontra sustentação na reificação das relações sociais capitalistas (GUERRA, 2011).

Esse *praticismo profissional*²⁵ (MONTAÑO, 2009), isto é, essa concepção conservadora e equivocada sobre a natureza e a legitimidade profissional que atribui ao Serviço Social um status técnico redonda numa visão utilitária da prática social e ahistórica da profissão. Não se quer afirmar, entretanto, que essa valorização à atividade técnica e da reprodução da dicotomia entre teoria e prática seja fruto de escolhas individuais, mas que decorrem da própria lógica fragmentada que a divisão sociotécnica do trabalho opera nos processos de trabalho (fortalecendo a cisão entre o trabalho manual e intelectual) e da necessidade de constante atualização das técnicas, métodos e instrumentos profissionais face às inovações tecnológicas que requisitam o perfil polivalente²⁶ para atender as demandas sociais.

Foi baseada nessa concepção tecnicista presente na racionalidade formal-abstrata que se desenvolveram os métodos interventivos do Serviço Social (o trinômio caso/grupo/comunidade)²⁷ no período de 1930 a 1960 – propiciados pela formação oferecida pelas Escolas de Serviço Social e baseados em referências teóricas positivistas; tais métodos não se propunham a intervir efetivamente sobre as expressões da questão social, estando

²⁴ Unidade aqui não se confunde com identidade, pois, a unidade expressa a intrínseca relação, a partir da qual cada uma é simultaneamente orientadora e definidora da outra, dessa forma essas forma uma unidade complexas, mas teoria e prática não se convertem imediatamente uma na outra.

²⁵ Para aprofundamento dessa discussão, ver Montañó (2009).

²⁶ Esse corresponde ao traço sincrético do Serviço Social no plano do exercício profissional (NETTO, 2009a; SANTOS, J., 2007).

²⁷ O Serviço Social de Caso era um método de intervenção que tinha como foco o indivíduo, com o objetivo de aconselhá-lo e desenvolver sua capacidade psicológica para adaptar-se ao ambiente, tendo por base as concepções da doutrina social da Igreja e conceitos da Psicologia. Esse método de intervenção foi principalmente utilizado durante os anos de 1940 e 1950. O Serviço Social de Grupos tinha como objetivo ajudar os indivíduos a resolverem seus conflitos com os demais sujeitos sociais, isto é, “[...] capacitar o indivíduo para um correto funcionamento social” (VIEIRA, 1978, p.162). Os referenciais que embasaram o Serviço Social de Grupo foram principalmente os estudos positivistas da Sociologia mesclados às teorias da Psicologia Social. No método de Desenvolvimento de Comunidade o assistente social devia assessorar, mobilizar, conscientizar, orientar, procurando integrar e ampliar a participação dos indivíduos nas ações da comunidade. Através de um princípio “democrático”, o assistente social deveria potencializar a busca por um desenvolvimento comunitário “harmonioso” e “equilibrado”. O DC, para Vieira (1978), utilizava conceitos da Antropologia, Etnologia, Ecologia, Economia e Ciências Políticas, além da Psicologia Social. O DC mostrou-se tão conservador e funcional à lógica capitalista quanto os outros métodos de Serviço Social de Caso e Grupo, pautando-se, posteriormente, em bases teóricas funcionalistas.

longe de questionar suas causas concretas. O foco era agir sobre seus efeitos utilizando-se da técnica de *ajustamento e levantamento moral* do proletariado. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007).

Nota-se na bibliografia concernente a história do Serviço Social que até os anos finais da década de 1950 que as elaborações teóricas produzidas como respostas à intervenção profissional e que a sustentavam ideologicamente foram revestidas historicamente pelo compromisso sociopolítico com pensamento conservador. Foi precisamente nesse período, marcado por um cenário sociopolítico de aprofundamento da questão social, que se iniciou o processo de questionamento do perfil tradicional no Serviço Social (NETTO, 2006).

É na conjuntura de transformação profissional iniciada já nos anos 1950 que emerge o processo intitulado e trabalhado por Netto (2006) de Renovação do Serviço Social. A renovação, exposta por Netto (2006, p. 131), deve ser entendida como um

[...] conjunto de características novas que, no marco das constituições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo procurando-se investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

O processo de renovação do Serviço Social tem suas bases na “*laicização*”²⁸ na formação e o exercício profissional e na conjuntura resultante do clico autocrático burguês. Tal conjuntura encaminhou a profissão para uma refuncionalização dos espaços de formação e do conteúdo metodológico sistematizador da prática, junto às organizações comunitárias, as quais, no período final da ditadura, acabaram por fortalecer tendências dos movimentos sociais, que constituíram forças contra-hegemônicas, capazes de desestabilizar as forças autocráticas em longo prazo.

Antes disso, entretanto, nos anos de 1963 e os primeiros meses do ano de 1964 a burguesia focou-se na tarefa de encontrar uma resposta para a crise que se anunciava. Adotou, por fim, a solução política de construir um “[...] *pacto contra-revolucionário* [que inaugurou] ‘um padrão compósito e articulado de dominação burguesa’” (NETTO, 2006, p. 25, grifo do autor).

O significado da ditadura, definido por Netto (2006, p. 16, grifo do autor), deve ser buscado no cenário de modificação na divisão internacional do trabalho que pretendia através

²⁸ NETTO, 2006, p. 128, grifo do autor.

dos golpes de Estado instaurar uma “*contra-revolução preventiva*” – que consistia no trinômio conformidade/repressão/prevenção.

O golpe de abril se particulariza pelas seguintes características sociohistóricas: as atividades econômicas voltadas para o mercado mundial, a “[...] ausência de uma [...] radical ruptura com o estatuto colonial” (FERNANDES, 1975 apud NETTO, 2006, p. 17), a dinâmica do estágio imperialista, o desenvolvimento capitalista derivado de uma industrialização tardia, o processo histórico de vedar a participação política das classes subalternas e a característica também histórica do Estado brasileiro de servir como mecanismo para barrar as agências que expressassem os interesses da classe trabalhadora.

Enquanto o Brasil passava por um processo de modernização conservadora representada por um Estado que mais causou “mal-estar social” e que buscava superar o subdesenvolvimento equiparando-se aos padrões de acumulação dos países desenvolvidos através da industrialização pesada, a economia capitalista mundial gozava dos ganhos da superacumulação de capital produzidos pelo padrão de acumulação fordista-taylorista associado às ideias keynesianas. Além disso, “os anos dourados” do imperialismo representaram para os trabalhadores um momento de importantes conquistas, na medida em que houve a consolidação das políticas sociais e a ampliação da sua abrangência no contexto do *Welfare State* ainda que aliado ao crescimento econômico que tendeu a exploração máxima do trabalhador (MOTA, 2010a; NETTO; BRAZ, 2006).

No que diz respeito à relação entre Serviço Social e o clico autocrático burguês, pode-se dizer que essa relação

[...] operou para manutenção [do sistema] sem alterações de monta, das modalidades de intervenção e (auto) representações que matrizavam a profissão desde o início dos anos cinquenta. Se se leva em conta a força da inércia no bojo da institucionalidade profissional [...], é possível agarrar a significância deste componente da postura ditatorial – ele é um dos vetores que corresponde, em grande medida, pela continuidade de práticas e (auto) representações profissionais que, prolongando-se nos dias atuais, mostram-se inteiramente defasadas em face das requisições socioprofissionais postas pela dinâmica da sociedade brasileira. (NETTO, 2006, p.118).

Se a autocracia burguesa procurou investir no resgate ao tradicionalismo da profissão, o contexto socioeconômico de reorganização do Estado associado às mudanças na sociedade sob o comando do capital indicou, por outro lado, para a reformulação do Serviço Social tanto no nível prático como teórico.

O processo de modernização conservadora, no que diz respeito à prática profissional, “engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado, para os assistentes sociais” (NETTO, 2006, p.119). Houve a partir daqui, a abertura de novos espaços sócio-ocupacionais para assistentes tanto no setor público quanto no setor empresarial, o que consequentemente, possibilitou o alargamento dos quadros técnicos e uma preocupação maior com a formação, tendo em vista o aumento da requisição de profissionais com um perfil mais “moderno”²⁹.

Por outro lado, é também no lastro do ciclo autocrático burguês que há uma atualização da herança conservadora nos planos do discurso, método, projeto da prática, que vem a dar respostas às novas demandas de controle e repressão da classe trabalhadora. Outrossim, era necessário dar suporte técnico à ação profissional (aperfeiçoar o instrumental operativo) e suporte teórico-científico (que, nesse caso, manteve-se articulado à metafísica aristotélico-tomista e ao pensamento estrutural-funcionalista) (IAMAMOTO, 2011).

“Impossibilitado de questionar-se *socialmente*, o Serviço Social brasileiro questionou-se *metodologicamente*” (NETTO, 1975 apud IAMAMOTO, 2011, p. 33, grifos da autora), isto é, iniciou-se um debate dos aspectos que confeririam supostamente “especificidade”³⁰ a profissão, dirigindo suas atenções excessivamente para o campo instrumental e contaminando os currículos acadêmicos com o “*fetice da teoria metodologista*” (NETTO, 1975 apud IAMAMOTO, 2011, p.33, grifos originais). Essa busca por especificidade redundará numa série de equívocos, como o divórcio da teoria-prática, Serviço Social como ciência, o *praticismo* profissional (em que a prática profissional é fonte de teoria e o objeto de conhecimento da profissão é a sua prática) que foi postulado no Método Belo Horizonte – Método BH, entre outros³¹.

No processo erosivo do Serviço Social tradicional, interessa agora a sua expressão na América Latina em 1965, a qual se define como *movimento de reconceituação* que diz respeito, sinteticamente, a um movimento de dimensão latino-americana que pretendeu romper com a base tradicional que não mais respondiam às configurações profissionais e

²⁹ Este perfil “moderno” é posto no sentido de “compatibilização do seu desempenho as normas, fluxos, rotinas e finalidades [...] da racionalidade [...] burocrático-administrativa com que a modernização conservadora rebateu nos espaços institucionais”. (NETTO, 2006, p.123).

³⁰ Aqui a especificidade, conforme Netto (1992 apud MONTAÑO, 2009), se referia aos aspectos que confeririam a profissão um estatuto teórico que a diferenciase das demais disciplinas sociais e o estabelecimento dos elementos próprios à prática do assistente social na divisão sociotécnica do trabalho. Para Montañó (2009), (posição da qual é compartilhada por esse trabalho) o Serviço Social teria, ao contrário, particularidades que são dadas pela sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho, pela sua significação social, pela sua funcionalidade dentro da sociedade capitalista, pela sua história.

³¹ Acerca desses equívocos gerados da busca pela “especificidade prometida”, ver Montañó (2009).

sociais incitando debates/discussões no sentido de repensar a formação e o exercício profissional.

Decerto, o processo organizativo daí decorrente e que, no Brasil, aglomerou assistentes sociais “unidos” pela perspectiva crítica de superação do caráter tradicionalista da profissão, não conseguiu homogeneizar a categoria, o que justifica os dois direcionamentos opostos dados ao movimento de renovação no interior da profissão: um segmento que propunha a modernização do Serviço Social, através da vinculação ao projeto desenvolvimentista burguês e outro que propunha uma ruptura com qualquer forma de tradicionalismo com o passado da profissão, almejando, desta maneira, ultrapassar as formas de dominação e exploração contidas nas estruturas sociais (NETTO, 2005).

Esse processo de renovação do Serviço Social, de acordo com o referido autor foi mais amplo, pois, tendo em vista as críticas que erodiam o tradicionalismo que lhe era característico e as demandas do estado autocrata burguês, desenvolveram-se concomitantemente três direções, a saber: a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

A *perspectiva modernizadora*, funcional às requisições do mercado de trabalho postas pela ditadura, situa-se na segunda metade dos anos 1960, e procura mesclar tendências teóricas neotomistas com estrutural-funcionalistas. É intrínseca a essa perspectiva a tematização do Serviço Social como integrador e dinamizador do processo de desenvolvimento, mas, sobretudo, o que particulariza seu aspecto modernizante é a aceitação da ordem sociopolítica proveniente do período ditatorial como um dado inquestionável e a recorrência às bases científicas a concepções “tradicionais”.

O que se observa no período ditatorial, dado o cariz extremamente conservador que marcavam a orientação político-econômica e cultural do país, é um direcionamento de reificação dos métodos e técnicas de intervenção, de burocratização das ações, que obscurecem “a apreensão dos reais efeitos da ação profissional” (IAMAMOTO, 2011, p.34), o que, por sua vez, age numa lógica de reprodução da racionalidade burguesa.

A vertente de *reatualização do conservadorismo*, pretendeu reatualizar o conservadorismo e inovar na sua fundamentação teórica (fenomenologia)³², enfatizando a “micro atuação” subordinando-a o mais próximo do pensamento católico tradicional

³² Aqui há o recurso a fenomenologia, o qual ocorreu sem a utilização de fontes originais, expressando o que Netto (2006, p.211) considera a “histórica tara do Serviço Social”: a utilização de matrizes teórico-metodológicas de fontes de segunda mão, isto é, todo o percurso histórico do Serviço Social em que seu referencial teórico-científico baseou-se no pensamento positivista e neopositivista deu-se por leituras de segunda mão, o que poderíamos chamar de “positivismo vulgar”.

transfigurado de um modernismo e, neste sentido, o Serviço Social é novamente tomado como uma profissão de ajuda psicossocial assim como em suas raízes. Vale dizer que a funcionalidade dessas proposições não deve ser pensada desarticulada das particularidades sociohistóricas que marcaram o período ditatorial no Brasil e desse como reflexo da fase monopolista do capitalismo.

À medida que avançava a crise da ditadura e aumentavam as mobilizações dos movimentos populares e, sobretudo, o movimento estudantil, desenvolvia-se também no campo do Serviço Social os debates do que ficou conhecido como “marxismo acadêmico”, o que contribuiu para adensar a discussão teórica. A inserção do marxismo no âmbito acadêmico respondeu pela emergência de uma cultura de esquerda que teve influências das matrizes não originais da teoria social de Marx através “de seus comentaristas e/ou vulgarizadores”. (NETTO, 2006, p. 111). Será, então, em meio a esta conjuntura, que emergirá a terceira vertente do processo renovador: *intenção de ruptura*.

No contexto contemporâneo, dado o processo de erosão da autocracia burguesa e construção da democratização do país, o Serviço Social (pela via da intenção de ruptura) consegue edificar os pilares para crítica e enfrentamento ao conservadorismo que puderam ser legitimados em uma proposta ético-política profissional, mas que por não prescindir ou desvincular-se da dinâmica do real, das determinações sociohistóricas capitalistas que envolvem as relações sociais a qual se inscreve a intervenção profissional tem sido confrontado pelo conservadorismo impregnado na estrutura das instituições e das políticas sociais.

Nesse sentido, entende-se que a fase contemporânea do Serviço Social merece ser analisada com mais atenção, tendo em vista ser ela que caracteriza o momento privilegiado de avanços efetivos da profissão, os quais fortalecem a tendência de ruptura com o tradicionalismo profissional. Tudo isso se inscreve, porém, em um novo contexto de reestruturação do capital que traz uma série de desdobramentos desafiadores para a profissão e indicam caminhos para um processo de crise do projeto ético-político do Serviço Social catalisado pela reatualização do conservadorismo.

2.3.1 O Serviço Social na contemporaneidade: a construção de bases para crítica do conservadorismo e o seu processo de reatualização pela via do discurso pós-moderno

Os traços que marcam e dão feição ao Serviço Social na contemporaneidade articulam-se ao processo histórico de renovação no lastro do clico autocrático burguês, em

que houve, por um lado, uma atualização da herança conservadora nos planos, do discurso, do método, da prática profissional, os quais deram respostas às novas demandas de controle e repressão da classe trabalhadora; por outro, houve a retomada dos debates críticos postos pela vertente de intenção de ruptura, que emerge no circuito universitário e que proporcionou a aproximação da profissão a teoria social marxiana repondo de forma crítica e racional a compreensão do significado social da profissão.

Ao ressurgir na metade dos anos 1970, retomando perspectivas progressistas que haviam silenciado com o golpe militar, a vertente de intenção de ruptura irá se opor às práticas tradicionalistas e à autocracia burguesa, tanto nos planos político, quanto teórico-cultural, da profissão. Esta inserção oportuna do Serviço Social no espaço universitário criou as condições necessárias para uma nova proposta de formação profissional, que agora encontrava-se apoiada na convergência da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

No percurso da intenção de ruptura, esta recorreu à tradição marxista, que certamente propiciou avanços para a formação, e em sentido oposto indicou alguns equívocos que polemizaram a categoria profissional. Essa aproximação problemática ao marxismo articulada e construída por um grupo de profissionais de Belo Horizonte (Método BH) marca uma das principais contribuições produzidas na intenção de ruptura dentro do circuito universitário. Independente da soma de implicações produzidas pelo método proposto há que se reconhecer a importância que este representou ao abrir um horizonte de possibilidades para a renovação profissional enquanto primeira proposta profissional alternativa ao tradicionalismo.

O Método BH é a expressão inicial da vertente de intenção de ruptura e responde pela formulação de uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo no Serviço Social que postulava um projeto alternativo, uma nova proposta profissional que buscou definir o objeto e objetivos do Serviço Social elaborando direções para a formação e a intervenção profissional. Aqui se desdobram um dos equívocos dessa aproximação ao marxismo, quando se postula como objetivo da profissão a transformação da sociedade por meio da conscientização e organização dos indivíduos (NETTO, 2006).

Montada sob uma estrutura de reflexão claramente epistemológica de raiz estruturalista, essa proposta, ao passo que visivelmente traça uma ruptura com os procedimentos tradicionais, tende a não romper com a racionalidade que reitera a lógica de manutenção da ordem burguesa na medida em que deixa escapar os fundamentos ontológicos presentes na filosofia marxiana.

Ao atribuir a responsabilidade da transformação da sociedade a uma categoria profissional, reproduz-se uma concepção heroica, messiânica da profissão que não dá conta de

captar o movimento do real, que nega as determinações sociohistóricas e não ultrapassa a aparência fenomênica. Ao delegar à profissão a função de conscientização dos indivíduos, trabalha-se na perspectiva pedagógica, educativa que remetem a perspectiva moralizante e de enquadramento dos indivíduos de cariz conservador agora resgatado pelas correntes neopositivistas.

A centralidade da atenção na qualidade técnica da profissão, da forte investida em definir uma metodologia própria ao Serviço Social, é um dos componentes que permearão a proposta do Método BH. Ao voltar sua atenção para a prática do assistente social, investindo em uniformizar métodos, objetivos para ação profissional, a relação teoria-prática passa a ser tratada numa separação espaço-temporal entre a experiência prática e o abstrato no processo de conhecimento, em que os conceitos teóricos refletiriam a essência dos fenômenos.

Conforme o discurso que define o Método BH, a prática então geraria o conhecimento, a teoria e, portanto, pela teoria sempre se chegaria à essência dos fenômenos (a verdade objetiva) desde que estivesse consubstanciada num método “dialético” teórico-científico. A teoria, ao contrário do que se postulou nesse método, é uma modalidade de conhecimento que não se reduz a mera descrição do objeto através de modelos explicativos e empíricos, na sua expressão imediata, mas sim o conhecimento do objeto na sua essência real (na sua estrutura e dinâmica) através de mediações, do conhecimento das particularidades que permitem a reprodução ideal do movimento contraditório da realidade.

Apoiado em diferentes abordagens da teoria social marxiana como portadores de um tratamento unificado das categorias marxianas, tentou-se trabalhar o Método BH na perspectiva do método dialético o que, por sua vez, conduziu para a simplificação, vulgarização das categorias marxianas por sua apropriação enviesada que colaborou para repor os traços conservadores presentes na formação sociohistórica do Serviço Social. Ao misturar os postulados do empirismo lógico (que compreende a teoria como abstrato que deve partir da aplicação da lei, do geral para chegar ao singular) com as categorias marxianas cai-se num enorme ecletismo.

Não obstante os equívocos gerados nessa primeira proposta vale dizer que foi sob o direcionamento da tradição marxiana que a profissão põe à frente como questão fundamental na sua postura política, a defesa da redemocratização da vida social e a defesa pelos direitos da classe trabalhadora, isto é, assume aqui uma postura de vinculação às camadas trabalhadoras e subalternas, além de possibilitar o tratamento posterior de conceitos centrais para a teoria marxiana, como trabalho, mediação e contradição.

“[...] A partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva de intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil – evidencia-se seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, *produtivo*”. (NETTO, 2006, p. 267, grifo do autor). Destarte, esta década se destaca por compor um panorama rico para os debates profissionais acerca do processo de ruptura com o conservadorismo mediante a apreensão da teoria social marxiana a partir das fontes originais, destacando-se aqui os estudos de Iamamoto em 1982 que consolidou a vertente de intenção de ruptura no plano teórico crítico, ao passo que permitiu a apreensão da institucionalização profissional sob os aportes das fontes marxianas e possibilitou a qualificação dos debates profissionais (MOTA, 2010a; NETTO, 2006).

Somente a partir da obra de Iamamoto é que o Serviço Social passa a ter uma interlocução mais qualificada com a obra marxiana, reconfigurando a compreensão sobre o significado da profissão no interior da sociedade capitalista. Iamamoto traz uma enorme contribuição à profissão quando a situa como uma especialização do trabalho coletivo dentro da divisão sociotécnica do trabalho na sociedade capitalista. A autora define o Serviço Social como profissão situada

[...] no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como *uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora*. Isto é: na criação de bases políticas para o exercício do poder de classe. Intervém, ainda, através de serviços sociais, na *criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho*. Por outro lado, se essas relações são antagônicas; se, apesar das iniciativas do Estado visando ao controle e à atenuação dos conflitos, esses se reproduzem, o Serviço Social contribui, ainda, para *a reprodução dessas mesmas contradições que caracterizam a sociedade capitalista* (IAMAMOTO, 2011, p.100, grifos originais).

Embora a profissão tenha sido requisitada pelo capital para servir na manutenção dos seus interesses, ela também reponde as necessidades de sobrevivência, as demandas da classe trabalhadora que resultam da luta coletiva por acesso aos direitos sociais. Ao passo que a atuação profissional se direciona historicamente na conservação e reprodução da racionalidade burguesa, por desenvolver-se na dinâmica contraditória das relações sociais, cria possibilidades para negar e superar a lógica capitalista.

Esse entendimento produziu uma nova diretriz para as discussões do Serviço Social na perspectiva histórico-crítica e acabou por redefinir a estrutura da formação acadêmica da profissão a partir da década de 1980.

No contexto da década de 1980 com o processo de redemocratização, a Constituição de 1988 aparece como marco na concepção das políticas sociais, com a inclusão da Seguridade Social, tornando as políticas dever do Estado e direito do cidadão. Entretanto, sob a subordinação do projeto neoliberal, o qual impõe um processo de *contrarreforma*³³ ao Estado, as políticas sociais tem se objetivado a partir de num movimento profundo de retração e fragilização dos direitos, e, nesse sentido, é dado um tratamento naturalizado e reducionista à questão social a ser enfrentada em suas expressões pela assistência social (GOMES, 2011; MOTA, 2010a). Isto representa um processo de *assistencialização das políticas sociais*³⁴ orientada na perspectiva de *minimizar os efeitos da pobreza* no Brasil, o que remete a uma reatualização das concepções conservadoras.

A década de 1990, por sua vez, é marcada pelo processo de reestruturação produtiva em um cenário de globalização e financeirização do capital, a partir da incorporação do modelo de regulação neoliberal, responsável pela refuncionalização do Estado, que tem como característica evidente a desregulação do Estado e a flexibilização das relações de trabalho. Em nome da flexibilização prioriza-se a supressão dos direitos sociais conquistados e a fragilização das garantias do trabalho. No âmbito do Serviço Social a década de 1990 representa o momento de amadurecimento crítico mesmo diante do contexto de tendências regressivas aos ganhos sociais e de agravamento da questão social.

Em sentido oposto ao contexto adverso e problemático do capitalismo contemporâneo, é construído o projeto ético-político do Serviço Social fruto de um processo contínuo de discussões no interior da profissão que se colocou em defesa da liberdade e dos direitos humanos, na contemplação do pluralismo profissional e social. Posiciona-se também em favor da equidade e da justiça social através da universalização do acesso a bens e aos direitos, atingindo desta forma a efetivação da cidadania.

A luta pela afirmação dos direitos é uma luta contra o capital. Esta é a marca de inovação e ousadia desse projeto profissional ao defender o enfretamento da ordem capitalista e a construção de uma nova ordem societária. Para tanto, foi necessário que a profissão

³³ Para Behring (2008) a proposta de reforma do Estado brasileiro orientou-se na perspectiva de recompor a hegemonia burguesa no país e investir num processo de fragilização dos direitos sociais que atuam no sentido de uma regressão dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores. A ofensiva neoliberal representa a ofensiva do capital sobre o trabalho e o sentido de reforma que outrora correspondeu a mudanças no sentido de ampliação dos direitos e agora se apresenta como um processo de contrarreforma. Há determinações socioeconômicas e políticas que devem ser analisadas para dar conta das particularidades desse processo no Brasil, cabendo aqui a indicação da leitura da obra de Behring (2008) para maior aprofundamento dessa discussão.

³⁴ Acerca dessa discussão as autoras Ana Elizabete Mota e Alejandra Pastorini tem publicado textos/artigos que traçam caminhos para o debate da temática.

procurasse entender a dinâmica e a estrutura do sistema capitalista, buscar a essência dos fenômenos nas suas múltiplas determinações, desvendar as relações que ultrapassam o âmbito profissional, e isso foi possibilitado a partir da aproximação com a tradição marxiana por suas fontes originais.

O projeto ético-político do Serviço Social se expressa numa trajetória histórica de luta e organização dos assistentes sociais para dá direção política a profissão, ainda que seu processo de construção tenha se iniciado por caminhos problemáticos, que tenderam muito mais a desprofissionalização dada a sua recorrência a matrizes teóricas que colaboraram para mistificar a função sociohistórica e política que o Serviço Social cumpria na lógica capitalista.

Com a ampliação da compreensão do método marxiano no Serviço Social, do entendimento da ontologia social a partir da discussão lukasciana, procura-se recuperar à análise das categorias nucleares da tradição marxiana, como totalidade, negatividade, contradição e mediação, essenciais para o entendimento do método enquanto caminho teórico-crítico para desvendar as determinações do real. A recuperação da teoria valor-trabalho de Marx no Serviço Social “[...] permitiu demonstrar a tendência da ordem capitalista em metamorfosear o processo de trabalho num conjunto de ações repetitivas, padronizadas, fragmentadas, na qual os produtos do trabalho social coletivo perdem a chancela do seu produtor”³⁵.

A análise do fetichismo nas relações capitalistas iluminadas pela razão dialética estabelecem as possibilidades de compreensão das especificidades históricas do Serviço Social, do desvendamento das formas de ser e pensar a profissão que se traduzem na instrumentalidade “[...] pela qual a profissão [...] articula as dimensões instrumental, técnica, política, pedagógica, intelectual da intervenção profissional” (GUERRA, 2011, p.18). Em vários momentos da trajetória do Serviço Social, até o momento atual, manifestaram-se tendências conservadoras de retomada a supervalorização dos instrumentos e técnicas, o que parece imperativo reafirmar, diante dos ganhos e avanços produzidos pela vertente de intenção de ruptura e pela relação estabelecida com a teoria social marxiana, a necessidade de dar uma nova qualidade à intervenção que se plasme na apropriação das competências técnica e intelectual e do posicionamento político da categoria³⁶.

³⁵GUERRA, 2011, p. 17.

³⁶ Ibid.

No processo de Revisão Curricular de 1996 a questão social é tratada enquanto fundamento da profissão³⁷ e reconhecendo o *trabalho* como categoria ontológica e fundante do ser social que possibilitou o desenvolvimento da sociabilidade humana e a reprodução da vida social. Conforme expresso nas diretrizes curriculares, o profissional de Serviço Social “atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para o seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais”. (CRESS, 2006, p. 348). Para tanto, este profissional deve estar comprometido “com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social” (CRESS, 2006, p. 348).

Em 1996 são aprovadas pela ABEPSS as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social no Brasil e em 2002, pelo Conselho Nacional de Educação/MEC. A partir desta nova normatização da estrutura curricular puderam-se abrir novos caminhos para aprimorar e construir conhecimentos que possam responder e atender às novas tendências oriundas da dinâmica profissional e social.

É no contexto neoliberal que se expõe a contradição entre a perspectiva crítica da profissão (que se baseia em princípios que se opõe fortemente a lógica capitalista) e a racionalidade burguesa que permeia e orienta as políticas sociais, o que se coloca como grande desafio aos assistentes sociais. Diz Iamamoto (2010a, p.21) sobre o quadro contemporâneo:

A mundialização financeira, em suas refrações no País, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. Ela espraia-se na conformação da sociabilidade e da cultura, reconfigura o Estado e a sociedade civil, redimensionando as lutas sociais. O resultado tem sido a nítida regressão aos direitos sociais e as políticas públicas correspondentes, atingindo as condições e relações sociais, que presidem a realização do trabalho profissional.

Além disso, observam-se hoje na formação profissional as repercussões da lógica neoliberal na qualidade da formação acadêmica-profissional frente a uma realidade de sucateamento das universidades públicas, de privatização da política educacional, mercantilização do ensino superior através da proliferação dos cursos de ensino a distância (EAD), que implica no aumento, em curto prazo, do contingente profissional repercutindo no

³⁷ Não cabe aqui discutir os problemas levantados por alguns autores em relação ao trato da questão social como fundamento da profissão. Nesse sentido, vale a indicação do texto de Ana Elizabete Mota (2010a) a esse respeito.

crescimento do desemprego, na precarização das condições de trabalho, na despolitização da categoria profissional. Segundo Iamamoto (2010a, p.43, grifos originais), “[...] estamos diante da formação de um *exército assistencial de reserva*”.

Essa contradição entre os pressupostos do projeto ético-político e a ofensiva neoliberal também se coloca, na medida em que esse projeto orienta-se numa perspectiva crítica, de uma formação acadêmica e profissional crítica, contrária as requisições burocráticas e tecnicistas do mercado de trabalho. Esse direcionamento profissional choca-se com a própria legislação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que está orientada para o atendimento das requisições do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, é requisitada a formação de profissionais competentes na lógica do capital, isso significa dizer, que interessa ao capital, não uma competência crítica, mas profissionais que realizem suas funções técnicas de forma a atender inteiramente as requisições e normas institucionais.

A competência crítica, ao contrário, é aquela que atende as orientações e a proposta profissional, sendo capaz de desvendar os fundamentos conservadores e tecnicistas que envolvem a lógica institucional na sociedade capitalista. Isso supõe o conhecimento da herança intelectual incorporado pelo Serviço Social (através do pensamento positivista e neopositivista), um profissional politicamente atento ao seu tempo histórico, que tenha propriedade teórico-metodológica e técnico-operativa para imprimir uma direção política ao seu fazer profissional (IAMAMOTO, 2009).

Dentro do quadro sociopolítico e econômico contemporâneo no Brasil, já exposto acima, novas questões tem se colocado para o Serviço Social tanto no que diz respeito ao aspecto técnico-operativo quanto ao teórico-metodológico. Desse modo, a profissão tem enfrentado o desafio de compreender as particularidades assumidas pelo capitalismo contemporâneo especificamente em relação às formas de enfrentamento da questão social pelo Estado em tempos de desestruturação das relações de trabalho e redefinição do significado das políticas sociais.

Nesse sentido, observa-se que a conjuntura brasileira atual (muito diferente daquela que permitiu a construção do projeto ético-político) em que não há indícios significativos de resistência pelos movimentos sociais à lógica neoliberal, tem resignificado a intervenção profissional em duas direções: a primeira se refere aos objetivos e funções profissionais, com uma centralização das funções profissionais no plano assistencial, através da modificação do papel das políticas sociais voltadas para a administração da miséria com ênfase nos programas de redistribuição de renda (principalmente no governo de Luís Inácio Lula da Silva); a segunda, diz respeito aos requisitos para o exercício profissional, em que se assiste a um

processo de massificação, flexibilização e sucateamento do ensino superior que opera na degradação e fragilização da formação profissional. Além disso, as condições de precarização em que se processam a intervenção profissional e do trabalho do assistente social, em que a profissão é novamente evocada ao estigma da “profissão da assistência”, opera como um enorme retrocesso e tendem a contribuir para reprodução do conservadorismo que sustenta a lógica de manutenção das relações capitalistas. Esse quadro problemático tem conduzido, conforme Netto (2007), para um processo de inviabilização do projeto ético-político do Serviço Social em processo real de qualificação profissional.

Desta forma, se reitera a importância da teoria social marxiana para a compreensão da questão social, não enquanto sinônimo de pobreza ou de exclusão social que pode ser superada com um pequeno esforço governamental através de políticas sociais débeis cujo foco das suas ações limitam-se aos programas redistributivos, assistencialistas; trata-se de entendê-la associada às relações de produção capitalista fundadas na contradição capital e trabalho, entender os limites das políticas sociais e do trabalho profissional frente às determinações do capital e ainda assim ter a clareza de que *“é possível imprimir uma direção social estratégica à prática profissional, expressa numa direção intelectual e política inclusiva”* (MOTA, 2010a, p. 48, grifos da autora).

Essa orientação não comporta uma tendência à aceitação passiva e acrítica da administração das refrações da questão social na ordem burguesa, muito menos a pretensa ideia de superação por uma postura militante e messiânica de que cabe somente à categoria profissional a responsabilidade de lutar para superação das desigualdades sociais, mas sim um conjunto de escolhas ético-políticas e de direção ideológica de um projeto de classe que pode ser alcançado no marco da prática social e histórica, das lutas coletivas.

Ainda assim, não se pode assegurar que a direção social propugnada pela vertente de intenção de ruptura no processo renovador da profissão seja fielmente reproduzida no exercício profissional, tendo em vista o processo de permanente atualização do conservadorismo no Serviço Social e o seu peso na constituição histórica e ideoteórica da profissão. Sinaliza-se aqui a própria estrutura sincrética do Serviço Social, que se construiu, dentre outros determinantes, a partir da natureza socioprofissional e da carência de um referencial teórico crítico (NETTO, 2009). Dentre os determinantes dessa natureza sincrética, encontra-se uma demanda social, tanto do empregador quanto dos segmentos a quem a profissão serve, de reiterar a lógica de reprodução das relações contraditórias a partir de um arsenal de referências diverso de paradigmas e posturas, na justificativa de um fazer reiterativo de práticas conservadoras.

A problemática do tratamento positivo dos processos sociais na sociedade burguesa é que esse entendimento não tende a romper e/ou superar a sua imediatividade, tende por outro lado a limitar a análise dos fenômenos na sua aparência e obscurecer as relações contraditórias e de exploração do sistema capitalista.

Tratando sobre os desafios postos à profissão, Montañó (2009, p.94, grifos originais) afirma que indubitavelmente o Serviço Social tem evoluído e buscado o distanciamento dos aspectos que caracterizaram a sua gênese, entretanto, os assistentes sociais tem desenvolvido uma “[...] *dinâmica (auto) reprodutora* dos seus aspectos genéticos³⁸, que reforçam a razão a ser imprimida na emergência pelo projeto político-econômico que a concebeu, [...] [isto é,] não conseguiu romper com sua lógica funcional”.

Conforme Iamamoto (1997 apud MONTAÑO, 2009, p.95), o “[...] esforço de ruptura com a pretendida ‘ingenuidade epistemológica e ideológica’ [...] encobriu historicamente o forte teor conservador da cultura teórico-prática do Serviço Social, cujas marcas, sob novo visual, ainda hoje sobrevivem”.

Para além do sincretismo, construído nas interfaces do conservadorismo já levantadas até aqui, nas discussões do Serviço Social, aparece um novo ator, uma nova expressão paradigmática que demonstra a pretensão de superar as “limitações” da teoria social marxiana apropriadas pelas ciências sociais. Esta nova expressão teórica consiste no neoconservadorismo e apresenta soluções explicativas às novas configurações do capitalismo contemporâneo.

Embora se apresente com uma crítica ao projeto moderno, ela se limita a dar respostas à crise capitalista e a própria suposta crise de paradigmas. Surge no horizonte da década de 1980 a 1990 como tese da pós-modernidade, expressando-se na teoria social pelo neoconservadorismo. Enquanto expressão do neoconservadorismo responde no plano ideocultural como vetor de reforço a manutenção da ordem burguesa que “[...] *busca apagar as contradições inerentes ao ideário moderno, cujo potencial dialético está prenhe de possibilidades, de movimentos e negatividade*” (SANTOS, J., 2007, p. 34, grifos da autora).

O pós-modernismo surge no horizonte da década de 1980 a 1990 como movimento estético, cultural e arquitetônico de contestação ao modernismo que busca dar respostas à crise capitalista e a própria crise de paradigmas, tendo na sua base teórica o neoconservadorismo. O pós-moderno privilegia a heterogeneidade, a fragmentação, a

³⁸ Tais aspectos são elencados por Montañó (2009) são a subalternidade profissional do assistente social, a busca por especificidade profissional, o praticismo do Serviço Social e a necessidade de superar as dificuldades para intervir sobre novas realidades e determinar novas demandas.

indeterminação, a efemeridade, o simulacro, a colagem, o ecletismo, a cultura da imagem e do consumo, o microscópico, os grupos minoritários (gays, mulheres, negros, etc.) e, sobretudo, a rejeição as metanarrativas (HARVEY, 1993; SIMIONATTO, 2009).

Assim, os autores pós-modernos a descrevem:

O pós-modernismo assinala a *morte dessas “metanarrativas”*, cuja função terrorista secreta era fundamentar e legitimar a ilusão de uma história humana “universal”. Estamos agora no *processo de despertar do pesadelo da modernidade*, com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, para o pluralismo retornado do pós-moderno, essa *gama heterogênea de estilos de vida e jogos de linguagem que renunciou ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo*. (EAGLETON apud HARVEY, 1993, p. 19-20, grifos meus).

Foucault e Lyotard encontram-se como grandes expressões da pós-modernidade em que defendem que as metanarrativas não podem explicar as “pluralidades” existentes na sociedade, sugerindo o abandono as categorias da totalidade e da essência. Há a valorização do cotidiano, das representações e das abordagens individualistas e culturalistas como forma de explicação dos fenômenos contemporâneos.

A desconsideração da historicidade, do passado, com ênfase no presente e no local impossibilita o engajamento em algum projeto global, e o egoísmo torna-se o sentimento que move as relações entre os homens, camuflado por uma sociedade na qual a efemeridade predomina, mascarado por um humanitarismo das estrelas do espetáculo ou por uma transformação dos pobres em imagens amorfa através do mundo da comunicação (HARVEY, 1993; SIMIONATTO, 2009).

O homem se encontra em um espaço e tempo fragmentado e a esquizofrenia torna-se um trato da personalidade do viver cotidiano e também da política. A instantaneidade ao mesmo tempo em que produz modas passageiras, elimina a percepção do todo, tendo uma perda do significado histórico. Precisa-se consumir não somente as mercadorias, mas também os corpos, as ideias, as práticas sociais etc. As relações e o modo de vida se tornam superficiais, há uma perda de profundidade planejada (HARVEY, 1993).

O entendimento da pós-modernidade deve partir da compreensão das transformações das condições sociais, político-econômicas e históricas ocorridas no capitalismo contemporâneo, tendo em vista que essas mudanças afetam diretamente as formas de produção e reprodução da vida social, bem como as formas de pensar essa sociedade. Desta forma, cabe lembrar que o emprego das conceituações e categorias expressas acima não são

aleatórias e desprezíveis, mas tem servido de sustentação ao discurso neoconservador pós-moderno que vem propondo o resgate à razão fenomênica e instrumental.

Destarte, as teorias do fragmentário, do efêmero no pensamento pós-moderno fazem perder de vista os pressupostos ontológicos que permitem captar as determinações da realidade social na sua essência, já que há uma valorização do cotidiano em que as análises ficam no plano da imediatez e que captam a aparência fenomênica do real. É no plano da imediatez cotidiana que se processam as ações do Serviço Social e quando reduzido a ela, torna-se um campo aberto para a reprodução do pragmatismo, do empirismo, das concepções neoconservadoras, fragilizando o projeto profissional de opção pelo projeto da modernidade baseado na razão crítica e ontológica.

Desta maneira, os “ideólogos da moda” (BRAZ, 1997 apud SANTOS, J., 2007, p.37) que reivindicam a pós-modernidade pecam pela superficialidade das suas análises no que diz respeito às mudanças da sociedade capitalista contemporânea em contraposição aos estudos totalizantes.

[...] A estratégia consiste mais precisamente na *satanização da totalidade e das categorias universalizantes do projeto da modernidade em nome da completa ausência de perspectivas que proponham o enfrentamento da complexidade do real* (SANTOS, J., 2007, p.39-40, grifos originais).

Partindo do pressuposto de que a perspectiva pós-moderna é fruto de um processo de rupturas e continuidades constitutivo do desenvolvimento da sociedade capitalista, observa-se que as tentativas variadas para explicar a complexificação e modernização dos fenômenos da fase madura do capitalismo somadas à insuficiência dos modelos da sociedade moderna (capitalismo e socialismo) de produzir condições de vida fundada nos princípios da liberdade e da autonomia dos homens colaboraram para dar sustentação ao discurso da pós-modernidade.

O que se observa no curso da história do capitalismo monopolista é que apesar da lógica capitalista apresentar-se na contemporaneidade sob novas configurações, os aspectos que particularizam o capitalismo na era moderna pouco se alteraram, isto é, permanecem no processo sociohistórico a relação de produção sustentada na divisão social do trabalho e na extração de mais-valia mediante exploração do trabalhador, a luta de classes e a possibilidade de revolução (GUERRA, 2011).

As implicações das influências pós-modernas no Serviço Social, encontra-se nos elementos antimodernos expressados no conservadorismo que saturaram a profissão e esse

antimodernismo é o “fio condutor” para o pós-modernismo. A busca por atualização teórico-instrumental no Serviço Social pode potencializar a adoção de materiais acríticos e ecléticos que reforçam a lógica do capital e vulgarizam as teorias de fontes originais (SANTOS, J., 2007).

Do exposto, observa-se que os traços do conservadorismo e do sincretismo enquanto constitutivos do Serviço Social tendem abstrair e aceitar a antimodernidade como terreno fértil para a influência pós-moderna. O desafio da presença do neoconservadorismo é que, mesmo após a construção árdua do processo renovador, esse conservadorismo de novas feições não só penetre o plano teórico-metodológico como o “plano da prática”.

É frente a essa realidade que os assistentes sociais devem, repousando sobre os ganhos e avanços do projeto ético-político, repensar e reforçar as suas estratégias profissionais buscando driblar as armadilhas neoliberais e reforçar o processo de enfrentamento e a crítica às práticas conservadoras. De fato, este não parece um caminho fácil a ser trilhado, tendo em vista “a fratura entre a prática profissional realizada pelos assistentes sociais e as possibilidades de prática na direção dos interesses da classe trabalhadora, postas na realidade como objeto da ação profissional” (VASCONCELOS, 2011, p.27).

Nesse sentido, entende-se que o assistente social tem sido conduzido a reproduzir uma prática conservadora frente à racionalidade burguesa impregnada nas raízes das instituições estatais e empresariais, nos eixos medulares das políticas sociais, o que leva a crer que

[...] os assistentes sociais, mesmo optando por articular seu trabalho aos interesses e necessidades dos usuários, não tem tido condições objetivas³⁹ – a partir de uma leitura crítica da realidade específica com a qual trabalham, como parte e expressão da realidade social – de captar as possibilidades de ação contidas nessa realidade, visto que não se apropriam e/ou não estão se apropriando do referencial teórico necessário e com qualidade suficiente para uma análise teórico-crítica da sociedade na sua historicidade, o que vem impossibilitando a previsão, projeção e, conseqüentemente, a realização de um trabalho que rompa com as práticas conservadoras (VASCONCELOS, 2011, p.416).

Reforça-se aqui, em contrapartida, que ainda que as dificuldades postas à profissão, as condições objetivas nas quais a prática profissional se realiza sejam limitadoras, é possível

³⁹ São as condições nas quais a intervenção profissional se processa e que se materializam na falta de recursos para atendimento das demandas, requisição do desempenho de funções que fogem e/ou vão além das atribuições profissionais, baixos salários, extrema burocratização das instituições, fragmentação das políticas sociais, flexibilização das relações de trabalho, etc., isto é, um conjunto de determinantes que independem da postura teológica dos assistentes sociais e que limitam uma prática profissional que intencione o rompimento com a lógica conservadora, formal-abstrata que nutre a ordem burguesa (GUERRA, 2011).

através da apreensão do método dialético em Marx estabelecer estratégias de ação que possam atingir finalidades, que possam imprimir intencionalidade nas ações profissionais, fazendo com que o método converta-se em “[...] *projeto* e a razão em *potência*, a mobilizar as condições objetivas da realidade” (GUERRA, 2011, p. 31, grifos originais).

Diante de toda essa interlocução com pensadores críticos ao conservadorismo clássico e moderno tratada até aqui, conclui-se que a falta de apropriação de uma instrumentalidade teórico-metodológica por parte dos profissionais, para interpretar o real compreendido como o conjunto das relações sociais e institucionais, com as quais os profissionais trabalham, tem impedido os avanços profissionais no campo da prática e possibilitado a reprodução da racionalidade burguesa expressa pelo conservadorismo.

3 O ESTADO E A POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE: ANTIGAS PRÁTICAS DE REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO SOB NOVA ROUPAGEM

Para a análise que se pretende no desenvolvimento desse capítulo, entende-se a necessidade da discussão do Estado, aqui tomado enquanto espaço de luta e contradições no seio do capitalismo, por ser ele, também constituído, a partir dos interesses de variados grupos sociais que se organizam na construção e difusão de valores, cultura, ideologias, que tendeu no curso da história do sistema capitalista como modo de produção vigente reproduzir por meio das suas instituições a racionalidade burguesa.

Nesse sentido cabe aqui explicitar que se adotará como concepção de Estado a análise gramsciana entendendo que esta oferece maior subsídio para se pensar a dinamicidade das relações que formam o Estado na sua fase monopolista. Gramsci apoiado nos conceitos básicos de Marx e Engels orienta sua análise do Estado a partir das novas configurações histórico-sociais na Itália e nas demais nações do capitalismo desenvolvido, nas quais ele observou um processo significativo de maior presença de organizações dos trabalhadores e do capital (sindicatos, partidos políticos) e de movimentos que expressavam a hegemonia burguesa que complexificam as relações de poder e os interesses de variados grupos sociais constituindo-se o que esse autor denominou de *sociedade civil*.

A concepção de Estado em Gramsci ressalta a importância da discussão do Estado como elemento da sociabilidade, diferenciando-se da abordagem de Marx no entendimento da sociedade civil que para o referido autor designava apenas como determinação da infraestrutura econômica, enquanto que para Gramsci a sociedade civil compõe o próprio Estado. Para Marx (1993 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011) a sociedade civil é a sociedade burguesa, é a esfera da produção e reprodução da vida material; é o espaço em que se identifica a natureza do Estado que expressa as contradições do sistema capitalista.

O Estado (suas normas, leis, instituições, etc.), para Marx e Engels (2009), emerge das relações de produção, isto é, as relações concretas constituem o poder que dão origem ao Estado e essas relações são constituídas pelos interesses de classes, pela correlação de forças oriundas das relações de produção vigentes, que nesse caso, trata-se das relações de produção capitalista. Na medida em que a burguesia passa a deter o controle dos meios de produção e do trabalho constituindo-se enquanto classe dominante, passa a exercer seu poder pelo Estado e, por consequência, o Estado passa a expressar os interesses da burguesia. Dessa maneira a sociedade civil moderna, para ele, revelar-se-ia como sociedade burguesa no que se refere ao

domínio de classe expressando-se no Estado. O Estado enquanto instância de representação dos interesses coletivos e universais, para concepção marxiana, por ser moldado pelas relações de produção capitalistas tem reproduzido os interesses da classe dominante visando garantir as condições de subordinação do trabalho ao capital pela ação coercitiva.

Na concepção gramsciana ampliada do Estado este assume mais uma função para além da sua função coercitiva: passa a incorporar a função do consenso existente na esfera da sociedade civil. É na esfera da sociedade civil, para Gramsci (2011), que as classes se organizam e contrapõem seus interesses, seus projetos societários lutando para conservar ou conquistar a hegemonia⁴⁰.

Desse modo, o Estado para Gramsci (2011) é a junção entre a sociedade política (na sua função coercitiva) e a sociedade civil (esfera de disputa da hegemonia e consenso sendo exercida através de organizações civis como igreja, sindicato, escola, etc.). Por meio do Estado a classe dominante impõe coercitivamente o seu poder, utilizando-se também dos aparatos militar e policial, além de outros mecanismos necessários para efetivar o exercício do domínio burguês, sobretudo, na coesão e direção social através consenso da classe trabalhadora exercendo sua hegemonia, isto é, na medida em que por meio do Estado na representação das leis, normas e instituições reproduz a racionalidade burguesa.

Vale salientar que o entendimento do processo de dirigir e organizar o consentimento da classe trabalhadora supõe a apropriação de um conjunto de mediações que operam para o fortalecimento da dominação do capital sobre o trabalho, ou seja, garantindo a reprodução do complexo de elementos histórico-sociais concretos que dinamizam a lógica capitalista. Não há como tratar do Estado, da esfera da sociedade civil sem pensá-las na sua estreita ligação com as relações sociais de produção e de reprodução da vida social, já que a sociedade civil é o espaço de organização do Estado e de conformação das relações de produção, e por esse motivo, ganha centralidade e destaque nas análises gramscianas. Portanto, não só a sociedade civil expressa seus interesses de classe pela estrutura econômica como também pelas mediações ideopolíticas e socioinstitucionais.

O Estado moderno é parte constitutiva da ordem burguesa sendo uma instituição criada e desenvolvida nas relações econômicas e políticas do sistema capitalista, resultante das lutas de classes e das suas correlações de força na defesa pelos seus interesses. Enquanto

⁴⁰ Conforme Gramsci (2011) a sociedade civil é o espaço para construção da hegemonia, que para este seria exercer uma direção intelectual e moral, o consenso ideológico de uma classe sobre a outra através da construção e organização de interesses comuns fazendo-se representar os interesses e reivindicações de diversos grupos sociais. A hegemonia no capitalismo monopolista tem significado o predomínio ideológico bem sucedido da classe burguesa sobre a classe trabalhadora pelo uso da sua direção política, moral e intelectual impondo sua visão de mundo como universal.

espaço privilegiado de organização e também representação da sociedade burguesa, o Estado tem sido orientado para garantir os pressupostos da acumulação capitalista (propriedade privada, liberdade de mercado, exploração do trabalho, etc.). Nesse âmbito ele cumpre o papel de legitimar a ordem social vigente seja pela exigência no cumprimento das leis, normas da sociedade capitalista, seja pela disseminação ideológica de uma imagem neutralidade e da defesa dos interesses coletivos, da liberdade e igualdade de oportunidades, bem como do atendimento às demandas da classe trabalhadora pela via das políticas sociais e serviços sociais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

A análise das relações que permeiam o Estado no capitalismo na sua fase monopolista, bem como as mediações políticas, ideológicas que colaboram para a reprodução da racionalidade burguesa pelas suas instituições e pela lógica de operacionalização das políticas sociais só pode ser desvendada quando identificadas as particularidades da sociedade burguesa na organização monopólica que, como tratada brevemente no capítulo anterior, se caracterizou pela complexificação das contradições entre capital e trabalho acabando por dinamizar a emergência do Serviço Social para uma atuação voltada a atender aos interesses do capital, demandando-lhe um tratamento conservador das expressões da questão social, por meio das suas instituições e pela lógica de operacionalização das políticas sociais.

Entende-se, portanto, a necessidade de caracterizar melhor o Estado no capitalismo dos monopólios e partir daí para a discussão das políticas sociais, tomando-as enquanto espaço estratégico para a reprodução da racionalidade burguesa, por ser ela ao mesmo tempo mecanismo de acesso aos direitos sociais historicamente conquistados e de controle da força de trabalho objetivando a garantia de acumulação do capital. Essa questão será tratada no item a seguir.

3.1 O ESTADO BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE E A REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO PELA VIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS

A fase monopolista do capitalismo caracteriza-se por significativas alterações sociais, econômicas, políticas e culturais que elevaram a um novo patamar as contradições constitutivas desse sistema. A organização para constituição dos monopólios primou, principalmente, pela busca dos superlucros capitalistas através do controle dos mercados numa precisa reorientação dos sistemas bancário e creditício na lógica econômico-financeira. Em face da *onda longa recessiva* dos anos de 1970/1980 enfrentada pelo sistema capitalista após a crise dos “30 anos gloriosos” em que houve um declínio no crescimento dos países e o

fortalecimento das crises cíclicas do capital, o capital monopolista buscou a criação de respostas para restaurar as taxas de lucro de capital numa estratégia articulada entre *reestruturação produtiva*, *financeirização*⁴¹ e *ideologia neoliberal*⁴². Não há dúvidas entre os autores da economia política do quanto essas respostas do capital foram exitosas.

Dentre as estratégias políticas e econômicas implementadas na era monopolista numa clara ofensiva do capital sobre o trabalho, e que interessam por agora, estão: o ataque, sobretudo, aos movimentos sindicais por meio de medidas restritivas e até repressivas, bem como a investida do capital em fragilizar as relações de trabalho reduzindo suas garantias e a precarização do emprego (subcontratação, terceirização, contratos temporários, etc.) e das condições de trabalho; reestruturação da esfera produtiva que se baseia na flexibilização “dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1993 apud NETTO; BRAZ, 2006, p.215) a partir do incremento tecnológico resultante dos avanços técnico-científicos que tende a reduzir a demanda por trabalho vivo, além de exigir um novo perfil da força de trabalho (qualificada e polivalente) para atender esse novo modelo flexível; a centralização do poder econômico propaga-se até a política também no processo de centralização de poder dirigida pelas “elites orgânicas do grande capital – empresários, executivos, analistas, cientistas” (NETTO; BRAZ, 2006, p.224) e operadas por instituições, agências e entidades supranacionais (*Banco Mundial*, *Fundo Monetário Internacional*, *Organização das Nações Unidas*, etc.) na implementação das suas estratégias político-econômicas. O comando do capital também estende-se a indústria cultural e midiática exercendo uma forte investida ideológica na disseminação de concepções conservadoras que agem para reprodução da lógica capitalista.

Somou-se a estratégia articulada de reestruturação geral do capital na fase monopolista do capitalismo, a *ideologia neoliberal* que funda uma concepção de sociedade em que *a desigualdade social é um dado natural e necessário à reprodução da vida* e da liberdade (de mercado) como aspecto fundamental da sociabilidade. O neoliberalismo representa um conjunto ideológico reiterativo à consolidação da racionalidade burguesa

⁴¹ “A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é: operações situadas na esfera da circulação) *tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores* – tornaram-se predominantemente *especulativas*. [...] esses ganhos financeiros, além obviamente de fazerem a riqueza rápida dos especuladores, reforçam a percepção falsa e socialmente danosa de que a esfera da circulação gera valores e é autônoma em face da esfera produtiva”. (NETTO; BRAZ, 2006, p.232-233, grifos originais). Para maior entendimento e aprofundamento dessa discussão ver Iamamoto (2010a).

⁴² O “[...] *ajuste neoliberal* [...] faz parte de uma redefinição global no campo político-institucional e das relações sociais [e] [...] representa uma profunda *contrarrevolução*” (PETRAS, 1999 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 1993).

fundada na segmentação da realidade, na fetichização da relação contraditória entre capital e trabalho, em que os fenômenos aparecem naturalizados e desistoricizados dificultando a identificação das determinações do processo de acumulação capitalista, conforme esclarecido no capítulo anterior.

No plano ideológico, observa-se que o “culto de um subjetivismo e um ideário fragmentador [tem gerado fortes impactos no tocante a consciência de classe do trabalhador]. [Consiste em um processo que se deve à] [...] apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 1999 apud MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p.215) operada no sentido a fragmentação e descredibilização da prática organizativa da classe trabalhadora, bem como no fortalecimento da expansão dos movimentos policlassistas – amplamente difundido pelos ideólogos da pós-modernidade – que se organizam na busca pelo atendimento de demandas pontuais perdendo de vista a importância das lutas por demandas da coletividade, do conjunto da classe trabalhadora, tem gerado fortes impactos no tocante a consciência de classe do trabalhador. Desse modo, as lutas sociais, com a fragilização do movimento operário, perdem força na luta por demandas relativas ao trabalho. O fetichismo do sistema capitalista associado ao contexto monopolista faz também com que a discussão da questão social apareça deslocada do seu real sentido sendo vista pelos trabalhadores de forma limitada como expressão exponencial da pobreza, exclusão social⁴³.

Conforme Mota (2006 apud MOTA, 2010a, p.31-32), a ofensiva do capital na fase monopolista no intuito de garantir a lógica de acumulação propõe uma reforma intelectual, moral e social

Amparada pelo individualismo possessivo e pela naturalização da mercantilização da vida, [...] [objetivando, entre outras ações], transformar o cidadão sujeito de direitos em cidadão consumidor; o trabalhador num empreendedor; o desempregado num cliente da assistência social; a classe trabalhadora em sócia dos grandes negócios e as comunidades em células do “desenvolvimento local”, delas surgindo uma “sociedade solidária e cooperativa”.

A ideologia neoliberal na fase monopolista foi incorporada pela sociedade como uma espécie de *cultura oficial do mundo ocidental*, um tipo de racionalidade manipulatória do real que garante a reprodução do sistema capitalista. Essa ideologia vem legitimar o projeto do capital com vistas à “[...] romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade

⁴³ Acerca da crítica ao conceito de exclusão social, ver Maranhão (2010).

de movimento” (NETTO; BRAZ, 2006, p.227) e, nesse sentido, fez-se necessária à (contra) reforma do Estado.

Na concepção de Behring (2008, p.213), a contrarreforma do Estado brasileiro se caracteriza, dentre outros aspectos,

[...] [pela] perda de soberania – com aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha em perspectiva a retomada do emprego e do crescimento [...]; e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática.

O Estado é apresentado pelos neoliberais como aparato débil que deve ter suas funções diminuídas em relação a sua intervenção na economia, mas não extintas, até porque, sabe-se que o Estado por ser parte constitutiva do processo de reprodução do capital não pode prescindir da sua intervenção para garantia de incentivos fiscais, proteção dos mercados consumidores, investimentos em pesquisas científicas necessárias a criação de novas tecnologias e pesquisa militar, etc. Conforme Netto e Braz (2006), a proposta de diminuição do Estado centra-se nas suas funções *coesivas*, com ênfase nos gastos públicos para o atendimento aos direitos sociais historicamente conquistados; trata-se de um *Estado mínimo para o social e máximo para o capital*.

Esteve também no centro dessa refuncionalização do Estado, o avanço em larga escala do processo de *privatização* com a entrega ao grande capital para exploração privada de serviços de primeira importância (energia, transportes, infraestrutura, telecomunicações, saúde, educação, etc.), bem como os sistemas de seguridade social sem que isso o eximisse de permanecer criando condições para a manutenção da sua função de preservação e controle contínuo da força de trabalho a fim, conseqüentemente, garantir os níveis de consumo e subconsumo e de reprodução do sistema capitalista.

O projeto neoliberal amplia as formas de exploração do trabalho, os mecanismos de acumulação e também proporcionalmente amplia-se o empobrecimento da classe trabalhadora tendo como consequência ao agravamento da questão social. Aqui a política social é colocada no centro do embate econômico e político por ser ela também estratégica para essas esferas, já que como se observa na trajetória do capitalismo monopolista a dinâmica da esfera produtiva e econômica é que tem indicado as possibilidades e limites para a política social. Assim, a redefinição do entendimento da política social enquanto direito de cidadania e/ou mecanismo redistributivo de renda e não da riqueza socialmente produzida, sobretudo, nos países

subdesenvolvidos como o Brasil, opera ideologicamente nesse contexto enquanto um artifício mistificador da realidade e, por outro lado, reiterativo da lógica de reprodução da racionalidade burguesa (BEHRING, 2011).

O ajuste estrutural do Estado no Brasil proposto pelos organismos internacionais apoiou-se fortemente no discurso neoliberal de escassez de recursos estatais para cobrir os “enormes” gastos com a reprodução da força de trabalho, apoiando-se na existência de uma propalada crise fiscal do Estado para justificar essa falta de recursos. Pautado nesse discurso neoliberal o Estado brasileiro também argumenta a necessidade de adequação destes para garantir sua inserção do país na dinâmica do capitalismo contemporâneo. Diante da pressão dos trabalhadores e dos movimentos sociais na busca por ampliação dos direitos sociais e construção de uma rede de proteção social o governo procura justificar a necessidade de redução nos custos de reprodução direta e indireta da força de trabalho, o que trouxe impactos diretos à própria lógica de conformação e execução das políticas sociais.

Há que se destacar que, de fato, o processo de contrarreforma do Estado brasileiro foi viabilizado pelas condições sociohistóricas e econômicas que precederam a década de 1990, a saber: a crise econômica da década de 1980 que catalisou também um processo de lutas pela democratização do país. Numa mistificação do sentido das reformas democráticas, que em seu real sentido implicaria num processo de ultrapassagem da cultura antidemocrática e conservadora particular a sociedade brasileira e a superação do Estado burguês, observou-se que a implementação de medidas político-institucionais e ideológico-culturais para reforma do Estado não resultaram no aumento da sua capacidade para execução das políticas sociais, ao contrário, houve uma forte tendência a desresponsabilização pelas políticas sociais.

Aqui duas ações estatais aparecem como complementares no processo de redução de gastos com as políticas sociais: de um lado, tem-se a tendência à *privatização/mercantilização dos serviços sociais* (tanto através da contratação de serviços privados e/ou precarização dos aparatos e instituições do setor público, como pela introdução da lógica de mercantilização no aparato público); por outro, o crescente estabelecimento de parcerias público-privadas e transferência de responsabilidades para organizações filantrópicas e da sociedade civil com ênfase ao voluntarismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2006; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O enquadramento das políticas sociais na lógica neoliberal no Brasil como estratégia para garantir a reestruturação da hegemonia burguesa, encontra no redirecionamento e concentração do financiamento dos gastos sociais com os programas de combate à pobreza (voltados potencialmente aos indivíduos que se encontram em situação de miserabilidade)

pela via redistributiva uma das suas principais estratégias no processo de fragilização e focalização das políticas sociais. Há, além disso, um movimento para a descentralização das políticas sociais numa perspectiva de transferência de responsabilidades para os demais entes federativos ou até para as instâncias do setor privado.

Parece desnecessário dizer o contrassenso que tais medidas representam para o processo de luta pela ampliação e consolidação dos direitos sociais alcançados com a Constituição Federal de 1988 no Brasil. No entanto é necessário lembrar que a Constituinte projetava um horizonte de fortalecimento da seguridade social (composta pelas políticas de assistência social, saúde e previdência) que, em uma dinâmica de intersetorialidade propunha-se a efetivação do sistema de proteção social. O princípio da *universalidade* previsto na Constituinte se opõe completamente a lógica financeira neoliberal quando entendido como garantia de acesso e atendimento aos direitos sociais; o que se observa é a contradição entre esse princípio universalizante e a política de seletividade que orienta o acesso aos serviços, programas e benefícios da assistência social (para aos que dela necessitarem) e da previdência social (voltada para seus contribuintes diretos).

Observa-se, ainda, que todo o processo de ajustes estruturais necessários à garantia de acumulação do capital e elevação do superlucros capitalistas através da conformação de novos padrões de exploração do trabalho gerou, conseqüentemente, a exponenciação da questão social elevando os níveis de extrema pobreza. Logicamente, essa realidade de aumento da miserabilidade deveria produzir, como resposta, a ampliação do sistema de proteção social face o aumento da demanda por benefícios e serviços sociais e, contraditoriamente, o que ocorreu foi um processo de fragilização/precarização das políticas sociais e focalização das ações assistenciais.

Há que se indicar que, de fato, quando essa lógica imposta às políticas sociais é analisada a partir das determinações e da dinâmica que opera o processo de produção e reprodução do sistema capitalista consegue-se clarificar que essa relação contraditória entre neoliberalismo e o princípio da universalidade dos direitos sociais é reflexo da contradição constitutiva desse sistema entre capital e trabalho. Essa não é uma equação possível na sociedade capitalista.

A privatização das políticas sociais no capitalismo contemporâneo tem se apresentado como um nicho extremamente lucrativo ao capital (como é o caso da educação e da saúde, as quais se configuram como políticas estratégicas, já que a sociedade capitalista não pode prescindir delas para garantir sua reprodução) e como um movimento discriminatório entre as classes, aquela que tem acesso a tais serviços por encontrarem-se em

uma posição socioeconômica e financeira favorável em detrimento das demais. Outrossim, essa privatização tem favorecido ao processo de transferência de responsabilidade do Estado para o setor privado objetivando a diminuição de gastos públicos.

Assiste-se, portanto, de acordo com a concepção de Vianna (2000), a *americanização perversa da seguridade social*, na medida em que tem adotado características do modelo norte-americano, sobretudo, na área da previdência social e da saúde, ampliando as ações de complementariedade das ações públicas pelo setor privado. É importante lembrar que esse processo de mudança suplantou a antiga estruturação da seguridade social, baseada no princípio da universalidade e da trajetória histórica da implementação dos direitos sociais, inspirados nos modelos de proteção social europeus (bismarckiano e beveridgiano).

Ainda segundo a autora, essa americanização tem contado com a adesão da classe média e assalariados formais na previdência privada (complementar), sendo fortalecido, também, com o surgimento e ampliação dos planos privados de saúde, face ao sucateamento e debilidade do serviço público, resultando na precarização crescente do atendimento aos pobres, o que se pode reconhecer como verdadeiro processo de desmonte das políticas públicas. Conforme Viana (2000), a estrutura partidária fraca, a segmentação e dispersão dos interesses da sociedade civil em diversos grupos, a fragilização dos movimentos sociais e sindicais, o fortalecimento da cultura privatista alinham-se ao processo de americanização da proteção social.

A pretensa articulação entre as três políticas da seguridade social restringiu-se ao texto constitucional, na medida em que a gerência das políticas e a destinação de recursos para as políticas de saúde, assistência social e previdência seguem sem a devida articulação. Acrescido a essas questões, observa-se no tocante ao financiamento das políticas sociais que o aumento significativo da arrecadação tributária no Brasil não vem se revertendo no aumento proporcional dos recursos destinados às políticas sociais que poderiam contribuir para ampliação do sistema de proteção social⁴⁴. Segundo dados do estudo de Behring e Boschetti (2006), no quadro do financiamento das políticas sociais, a assistência social aparece como a política com a menor despesa entre as políticas de seguridade social no período de 1999 a 2005, o que parece se contrapor a tendência a ampliação do significado político e estratégico das ações assistenciais com ênfase nos programas de transferência de renda de caráter compensatório.

⁴⁴ Para obtenção de informações e dados estatísticos acerca do financiamento das políticas de seguridade social, ver Behring e Boschetti (2006).

No que se refere ao controle democrático na política social através da participação popular nos conselhos prevista na Constituição Federal de 1988 representou um incontestável avanço para a democracia brasileira enquanto espaço de discussão das demandas e interesses da sociedade na busca pela efetivação dos direitos sociais. Sob a influência da ideologia neoliberal, observa-se um avanço da lógica político-partidária conservadora na condução do processo eletivo dos conselhos, o que tem esvaziado seu sentido democrático frente à histórica cultura antidemocrática que atravessa o Estado e a sociedade brasileira e tem reatualizado práticas clientelistas na cooptação dos segmentos da sociedade civil. Soma-se a isso, as brechas deixadas pela legislação que estabelecem a forma de escolha dos conselheiros permitindo que sejam, na sua maioria, representantes dos interesses governamentais, destinados a fortalecer as propostas que sustentem a reprodução da racionalidade burguesa e do próprio capital em detrimento da defesa da ampliação dos direitos sociais.

Além disso, a lógica fragmentada das políticas sociais (setorializadas) dificulta a ocupação desses espaços pelos movimentos sociais e os usuários e lhe reduz o domínio de conhecimento sobre as temáticas específicas discutidas nos conselhos. Outro aspecto a ser considerado nessa dinâmica é a formação heterogênea da sociedade civil, formada por grupos diferenciados, os quais possuem interesses variados e estabelecem novos padrões de relação entre o espaço institucional e as práticas societárias no cenário contemporâneo. Com isso e como avanço da fragilização e descredibilização dos movimentos sociais, é difícil afirmar que os representantes da sociedade civil nos conselhos estão defendendo o interesse público (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

Do exposto até aqui, entende-se que há um claro paradoxo entre as determinações político-econômicas neoliberais implementadas no Brasil que tem seus propósitos assegurados também pela Constituinte e a propositura de ações, decorrente desse modelo econômico excludente, desigual, fragilizador das políticas sociais, que ampliem e efetivem os direitos sociais. Nesse sentido, insta salientar que não há aqui qualquer romantismo na análise crítica da formatação e função que a política social permanece cumprindo no sistema capitalista na sua fase contemporânea: a de ser ao mesmo tempo mecanismo mistificador, fetichizador da real que escamoteia a contradição entre capital e trabalho, de naturalização das desigualdades sociais na medida em que se reforça o discurso de ser ela um exímio caminho para combater a extrema pobreza no Brasil através de medidas compensatórias, sobretudo na ênfase aos programas de redistribuição de renda, que estão longe de sequer diminuir as desigualdades sociais que sustentam a lógica de reprodução do sistema capitalista e, ainda

assim, serem elas imprescindíveis ao capital no controle e preservação da força de trabalho e representarem o resultado do processo de luta da classe trabalhadora por direitos sociais.

O caminho adotado pela lógica capitalista na atualidade no tratamento das políticas sociais, voltando suas atenções à política de assistência social como resposta imediata para o agravamento da questão social (expressa como sinônimo de pobreza, exclusão social), demonstra o recurso da ideologia neoliberal no retorno ao tratamento conservador sobre a questão social. Nessa perspectiva a questão social aparece desistoricizada e deslocada da relação de contradição que a constitui. Seu enfrentamento pelo Estado direciona-se à administração dos epifenômenos que se associam a ela e o discurso (neo) conservador tendem a ratificar que o mero reconhecimento das necessidades dos indivíduos por parte do Estado através da implementação parca e deficitária das políticas sociais seria suficiente para suprimir a questão social.

Nesse sentido, compreende-se que a lógica de reprodução da racionalidade burguesa incorporada ao Estado e suas instituições, transposta a forma de realização das políticas sociais e agravadas no contexto monopolista como discutida acima, tem na política de assistência um campo fértil para a reatualização das práticas conservadoras que historicamente a caracterizaram. O estudo mais criterioso das relações sociohistóricas que envolvem a política de Assistência Social no Brasil pode apontar as determinações que cercam esse processo.

3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: MECANISMO ESTRATÉGICO DE REPRODUÇÃO DA RACIONALIDADE BURGUESA

Sabe-se que a configuração histórica do campo da assistência social no Brasil tem se dado por vias que conforma um quadro complexo de estreitas relações com a base político-econômica e a cultura conservadora brasileira balizada pelo clientelismo e pela imagem paternalista do Estado que relegou a assistência social a um plano marginal e secundário frente às demais políticas públicas. Com o processo de democratização do país que teve na Constituinte seu marco na luta por direitos sociais, as políticas sociais e o próprio entendimento do sistema de proteção social trouxe a importância da assistência social para um novo patamar: para o campo dos direitos e da responsabilidade estatal, reconhecendo-a como política pública integrante da Seguridade Social no atendimento aqueles que dela necessitarem (BRASIL, 1988).

A aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 representa, sem dúvidas, um avanço na luta pelo reconhecimento dos direitos e da afirmação das políticas sociais, sobretudo, na sua conformação que a estabeleceu como direito não contributivo, ratificou a responsabilidade do Estado na universalização e garantia dos direitos, e na participação da população através do controle social. A LOAS em seu artigo 1º estabelece a Assistência Social como:

[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por intermédio de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, n/p.).

Não obstante o avanço representado por essa nova conformação da Assistência Social, pela dinâmica sociohistórica, política e econômica engendrada na década de 1990 no Brasil relacionada à reestruturação do capital e a contrarreforma trouxeram, de imediato, uma série de impactos as políticas sociais que colocam em foco as possibilidades reais da política de Assistência Social efetivar-se como mecanismo para o acesso aos direitos de cidadania.

Conforme Mota (2010b) as políticas sociais que integram a Seguridade Social no Brasil na fase contemporânea do capitalismo tem sido colocadas em uma posição perversa e contraditória na medida em que avançam no processo de mercantilização e precarização, sobretudo, das políticas de Saúde e Previdência Social, enquanto que a Assistência Social torna-se mecanismo central da proteção social no processo de fetichização do enfrentamento à questão social que está longe de contribuir significativamente para formação de um amplo e articulado mecanismo de proteção.

A Seguridade Social enquanto mediação da reprodução das relações sociais tem assumido no neoliberalismo um caráter ideológico e político importante para assegurar as condições de manutenção da acumulação capitalista, especialmente no Brasil, em que “a burguesia brasileira, subordinando o Estado aos seus interesses, utilizou [e tem se utilizado] de medidas relacionadas à proteção social para legitimar-se [– recorde-se] a era Vargas, a expansão de políticas na ditadura militar e, mais recentemente, os governos FHC e Lula” (MOTA, 2010b, p.135). Portanto, não é aleatório o grande capital utilizar-se do social para legitimar-se, já que ele tem se apresentado historicamente como espaço político estratégico para reprodução da racionalidade burguesa e atualmente como espaço alternativo e extremamente rentável para ao mercado.

O aumento dos investimentos em uma política social para os pobres esconde a abertura de novos e lucrativos mercados de investimentos para o capital privado, em detrimento do serviço público. Assim é que, atualmente, a “inclusão dos excluídos” serve de discurso de legitimação para o avanço do capital sobre os ativos públicos e para o andamento das reformas neoliberais (MARANHÃO, 2006 apud MOTA, 2010b, p. 137).

Nesse sentido, a autora defende a tese de que a seguridade social na era neoliberal do capitalismo no Brasil tem se encaminhado para a *centralização da Política de Assistência Social*⁴⁵ que tem buscado se fortalecer enquanto política pública e superar sua característica histórica de mecanismo clientelista do Estado brasileiro, de caráter filantrópico e residual na abrangência dos programas e serviços em relação às demais políticas da seguridade social. Se antes a “[...] centralidade da seguridade girava em torno da previdência, ela agora gira em torno da assistência, que assume a condição de uma política estruturadora e não mediadora de acesso a outras políticas e outros direitos” (MOTA, 2010b, p.138).

Observa-se, segundo Mota (2010b), um novo desenho político da Assistência Social já que há o fortalecimento dos benefícios de transferência de renda e um equilíbrio no desenvolvimento das ações protetivas e socioeducativas. Com isso, não se afirma que outras ações previstas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) não estejam sendo implementadas, já que é bem verdade que o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) reordenou as ações da assistência; entretanto, visualiza-se a estagnação das ações da assistência em detrimento à focalização das medidas compensatórias voltadas aos segmentos mais pobres da sociedade.

Dessa forma, a política de Assistência Social voltada para os programas de transferência de renda (principalmente o Programa Bolsa Família - PBF e o Benefício de Prestação Continuada - BPC) tem se constituído, conforme dados do PNAD (2006 apud SITCOVSKY, 2010a), em mecanismo de acesso das famílias beneficiárias aos bens e serviços disponíveis no mercado tendo em vista os índices de crescimento no consumo de bens duráveis entre esse público, o que, via de regra na lógica capitalista, representa o estímulo ao consumo e a garantia de lucro ao capital. Os números crescentes de usuários no Programa Bolsa Família (PBF) que até maio de 2012 eram 13,5 milhões de famílias atendidas com recursos equivalentes a 0,46% do PIB demonstra essa centralidade e, em sentido oposto, se choca com a lógica regressiva de investimentos e financiamento da política de Assistência Social (BRASIL, 2012). O percentual de menos de 0,5% do PIB destinado ao PBF evidencia

⁴⁵ Essa tese defendida por Mota (2010b) encontra-se explicitada na obra “O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade”.

também o menosprezo da política econômica com área social que, grosso modo, tem se apresentado como um investimento barato ao Estado brasileiro ao peso que ideologicamente esse programa tem representado a reiteração da lógica do capital.

Em virtude da tendência monopolista de precarização das relações e condições de trabalho, a qual também tem como consequência o aumento exponencial do desemprego, nota-se uma alteração na relação entre trabalho e Assistência Social, na medida em que a assistência volta suas ações para o atendimento aos grupos de indivíduos em *situação de risco e vulnerabilidade social* que se encontram na informalidade, inaptos ou fora do mercado de trabalho banindo a responsabilidade do Estado em garantir o direito ao trabalho. Tudo isso reitera a concepção conservadora de que o trabalho assalariado é que fornece a integração entre a ordem social e o trabalhador.

Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho (postulado inexistente na sociedade regida pelo capital), seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ou pelas orientações macro-econômicas vigentes, *o Estado capitalista amplia o campo de ação da Assistência Social ao mesmo tempo em que limita o acesso à saúde e à previdência social públicas*. Não se trata de uma visão estreita ou residual da política de Assistência Social – seja ela concebida como política setorial ou intersetorial – o que está em discussão é o estatuto que ela assume nessa conjuntura (MOTA, 2010b, p. 141, grifos nossos).

Entende-se, nesse sentido, que a capacidade de intervenção da Assistência Social não ultrapassa o plano imediato, sobretudo, por ter como horizonte ideológico o fetichismo da questão social entendido como sinônimo de pobreza. Tudo isso tem potencializado sua capacidade para escamotear seu papel no processo de reprodução da racionalidade burguesa e garantir a manutenção da lógica capitalista. Essa perspectiva que a vincula as desigualdades sociais de forma limitada como consequência da exclusão, devendo ser solucionada pela inclusão através da Assistência Social sem a devida referência ao trabalho, despolitiza as lutas e o caráter de classe que integra essa discussão.

No âmbito da política de Assistência Social constata-se o choque entre a concepção de universalidade proposta pela Seguridade Social e a notável implementação da lógica de seletividade que, ainda agravada pela tendência à escassez de recursos e precarização das políticas, tem potencializado o atendimento aos usuários da política num sistema de "peneira" entre os pobres e miseráveis. Entende-se aqui que pela via da seletividade não é possível a ampliação dos direitos como pretende a Assistência Social, ao contrário, restringe perversamente o acesso aos direitos sociais através dos seus critérios de elegibilidade ao passo

que reafirma o caráter reducionista e conservador no enfrentamento da questão social por parte do Estado brasileiro.

Cabe ainda, nesse processo de apreensão da universalidade, preconizada na LOAS (1993), a ação integrada da Assistência Social às demais políticas públicas a fim de *garantir os mínimos sociais*, o que, de imediato, já se apresenta como um grande engodo diante da direção fragmentadora e fragilizadora das políticas sociais operada pela contrarreforma do Estado somada à lógica neoliberal. Conforme Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p.186), "a descontinuidade e a fragmentação são uma das características históricas da Assistência Social" e sua implementação no cenário atual vem a asseverar que estas marcas não foram superadas.

Com a implementação da PNAS (2004), observou-se importantes alterações no marco teórico e na estrutura organizativa da política de Assistência Social, a saber: o estabelecimento de novas bases para relação entre Estado e sociedade civil; a previsão de mecanismos de controle e gestão da política inovando com a concepção de descentralização a partir da territorialidade; adoção novas modalidades de financiamento e controle social; foram apresentadas novas propostas para diferentes formas de inserção de recursos humanos. No que se refere às novas bases da relação entre Estado e sociedade civil, nota-se a reposição do velho sob nova roupagem, na medida em que há na realidade reforço ao fenômeno do *associativismo de novo tipo*⁴⁶ como uma forma de legitimar as modalidades de solidariedade familiar e comunitária e a tentativa de organizar e racionalizar a relação público/privado a fim de "evitar" desperdícios de recursos e sobreposição de ações sob o discurso da eficiência e eficácia.

Para Mestriner (2001 apud SITCOVSKY, 2010a, p. 161) a Assistência Social "[...] que já era a parte frágil, vive situações inéditas ao ter que se afirmar como política pública num Estado em que o público passa a significar parceria com o privado. [...] O Estado fará alcançar, com nova ênfase, os paradigmas da solidariedade, da filantropia e da benemerência", os quais ganham impulso nessa nova dinâmica da assistência através de parcerias público/privadas que conformam redes socioassistenciais.

A PNAS, com a finalidade de garantir o maior alcance e atender as particularidades das situações/fenômenos que demandam sua intervenção, define dois níveis de proteção social: básica e especial, que devem garantir a sobrevivência, acolhida e convívio familiar. A

⁴⁶Grosso modo, o associativismo de novo tipo é um fenômeno diretamente ligado ao processo de contrarreforma do Estado que estabelece uma nova forma de intervenção social alicerçada nas parcerias com organizações da sociedade civil que compõem o chamado terceiro setor (conceito produzido pelo capital) a fim de desenvolver novos serviços sociais. Para maior compreensão da temática, confronte Montaño e Duriguetto (2011).

proteção social básica, operacionalizada nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), deve ofertar um conjunto de serviços e desenvolver ações de caráter preventivo que incentivem à convivência, à socialização e o acolhimento das famílias (consideradas unidades de referência) cujos vínculos familiares ainda não foram rompidos. Conforme a PNAS (2004, p.33) a proteção social básica destina-se

[...] à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A proteção social especial possui dois níveis de complexidade, média e alta, é desenvolvida nos Centros de Referência Especializada da Assistência Social (CREAS) e tem caráter protetivo direcionada aos indivíduos e famílias cujos vínculos foram rompidos em função de terem seus direitos violados.

Não obstante aos visíveis avanços preconizados nas legislações relativas à Assistência Social, há que se destacar que sua conformação e operacionalização tem sido ainda dinamizada por uma tendência conservadora que pode ser observada no retorno da focalização das ações na família e na transferência da responsabilidade da ação estatal para a esfera da sociedade civil numa tendência refilantropização das políticas sociais. A focalização das ações socioassistenciais na família pode ser observada na instituição do SUAS que traz, entre outros eixos estruturantes, a matricialidade sociofamiliar.

A perspectiva da matricialidade sociofamiliar prevista na PNAS comporta o avanço de deslocar a abordagem do indivíduo isolado para entendê-lo no contexto do seu núcleo familiar e na sua relação com a sociedade e reconhecer a pluralidade dos rearranjos familiares; no entanto, não altera a concepção conservadora dos padrões da família burguesa quanto ao funcionamento e desempenho dos papéis materno e paterno no grupo familiar. Sob o viés pós-moderno neoconservador, alimenta-se a tendência de deslocamento dos conflitos e contradições constitutivos do capitalismo para a esfera doméstica, das relações intrafamiliares e comunitárias (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011).

A família retomada pelo SUAS como núcleo afetivo básico que deve oferecer as condições fundamentais para o pleno desenvolvimento dos seus membros, acaba por reiterar a concepção conservadora de que cabe inteiramente à família a responsabilidade manter-se estruturada dentro dos padrões burgueses, mistificando a lógica capitalista contemporânea que faz negar o direito ao trabalho e desloca a responsabilidade das resultantes da contrição do

capital (a desigualdade, a pobreza, o desemprego) para a esfera privada/doméstica (indivíduo, a família). O debate crítico da concepção da família pela política de Assistência Social implica tanto em reconhecê-la em sua singularidade quanto na sua relação de pertencimento a uma classe social, já que ela se constitui na totalidade das relações sociais e nesse espaço coletivo é que se dá o processo de luta na busca por seus direitos.

A diversidade do público da Assistência Social formada por famílias, crianças, adolescentes, idosos, deficientes, etc. que comportam variados grupos minoritários organizados por raça/etnia, gênero, orientação sexual, condição física, quando trabalhadas de forma fragmentada pelo conjunto das políticas sociais desvincula o público usuário da sua relação com a classe social (classe trabalhadora), pois diante do agravamento da questão social e das expressões geradas por ela (violência, proliferação das drogas, desemprego, subemprego, etc.) estes tem se tornado potenciais usuários da assistência. Segundo Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p.191) "[...] amplitude do [...] público alvo [da Assistência Social] envolve um leque de situações tão diversas que pode, inclusive, comprometer o processo de normatização e padronização dos serviços prestados".

Pensar o usuário da Assistência Social na sua vinculação à classe social e reconhecer às mudanças nesse público geradas pela nova fase da acumulação capitalista se faz imperativo, já que a Assistência Social não mais representa uma política de proteção social destinada aos inaptos ou desempregados, mas cada vez mais também tem sido requerida pelos trabalhadores assalariados face à realidade de baixos salários e precarização do emprego. A concepção do SUAS sobre os usuários enquanto sujeito de direitos que deve buscar o fortalecimento das lutas por melhores condições de vida e trabalho através da organização coletiva é um mecanismo importante para romper com a reprodução do conservadorismo na Assistência Social que historicamente tendeu a subestimar e estigmatizar a classe trabalhadora como desorganizada, despolitizada, passiva e/ou pacifista que devia aceitar a desigualdade social e consequentemente o aumento do empobrecimento das famílias como um dado natural da sociedade.

Cabe ainda ressaltar que o tratamento dos conceitos de *vulnerabilidade social* e *risco social* como adjetivos da condição dos usuários da Assistência Social desloca para o campo doméstico/privado uma situação que é produzida e reproduzida pela desigualdade social (que é inerente ao capitalismo). Nesse sentido, entende-se que as vulnerabilidades e riscos, enquanto produtos da desigualdade social, necessitam de uma intervenção que vá além do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e de seus familiares, já que o enfrentamento da desigualdade social ultrapassa o campo das políticas sociais e remete a

discussão das formas de enfrentamento da questão social que ainda aqui tendem a uma perspectiva moralizante (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2011). O usuário da assistência não é vulnerável, mas encontra-se, sim, destituído dos seus direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado numa perspectiva efetivamente universal do sistema de proteção social.

Ademais, ressalta-se os discursos moralizantes e (neo) conservadores associados ao enfrentamento da questão social que enquadra a Assistência Social como objeto de programas e serviços para “combater à fome e a pobreza”, “incluir os excluídos” em nome da cidadania e da justiça social à moda dos organismos internacionais, delegando uma função irreal à assistência de se materializar, por si só e sem a devida articulação e colaboração com as demais políticas, enquanto caminho para efetivação dos direitos sociais.

Insta salientar que a discussão dos direitos sociais na sociedade brasileira remete um processo contraditório associado à relação entre acumulação do capital e a distribuição de renda, que coloca em xeque a impossibilidade de, nos parâmetros dessa sociedade capitalista, essa equação inversamente proporcional concretizar os direitos numa perspectiva emancipatória. Somente pela implementação da dimensão de provisão social pelas políticas sociais não é suficiente para afirmar que estas garantem direitos de cidadania, já que a sua garantia supõe um conjunto articulado e estruturado de ações pela via de políticas públicas que efetivem o acesso ao indivíduo aos diversos campos do direito social entendendo-o como aspecto constitutivo de uma sociedade efetivamente livre e humana e, isto implicaria, por outro lado, a superação desse projeto de sociedade.

A desigualdade social é um elemento fundante e crescente do processo de reprodução do capital o que comprova a incompatibilidade desta sociedade, sob a égide do capital, consolidar-se enquanto livre dentro de uma perspectiva humanitária em que todos os indivíduos tenham seus direitos essenciais plenamente garantidos, já que supõe a organização social baseada em homens iguais e proprietários (TONET, 2005). Sabe-se que no plano formal há o acesso aos direitos sociais pela implementação de políticas sociais, mas efetivamente a lógica capitalista se compatibiliza com a ação restritiva e fragilizadora de direitos, sobretudo, na sua fase contemporânea.

Mais do que a busca pela cidadania na esfera das políticas sociais, defende-se aqui a busca pela emancipação humana que não se dá pelo aperfeiçoamento ou manutenção da cidadania, mas pela completa superação do capital em que na conformação de um novo projeto societário o grande desenvolvimento das forças produtivas possa equivaler a uma produção coletiva capaz de atender a satisfação ampliada das necessidades dos homens.

Deste modo, percebe-se que a reflexão feita até aqui tem sido permeada pela argumentação de que a discussão do campo dos direitos sociais na política de Assistência Social conforma-se enquanto um complexo extremamente contraditório, tendo em vista que as determinações do real indicativas da lógica de acumulação do capital de orientação neoliberal demonstra que os avanços conceituais e os instrumentos legais no campo da Assistência Social ainda estão caracterizados pelo conservadorismo. Este deita raízes históricas na cultura brasileira e, por consequência, as práticas desenvolvidas nos espaços de operacionalização da política tendem a potencializar ações e discussões que não ultrapassam o plano imediato.

Essa tendência da política expressa nas literaturas que versam sobre a política de Assistência Social no Brasil encontram ressonância no direcionamento e implementação da política nos Estados e municípios brasileiros, sobretudo, na região Nordeste que tem sua história marcada pela presença da política coronelista, clientelista de cunho assistencialista. Nesse sentido, buscar-se-á adiante analisar o desenvolvimento da Assistência Social no município de Aracaju-SE identificando suas particularidades e as configurações assumidas pela política no contexto contemporâneo.

3.3 AS PARTICULARIDADES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE ARACAJU-SE

A política de Assistência Social no Brasil, integrada ao sistema de proteção social articulada às demais políticas da Seguridade Social, tem buscado livrar-se do estigma de ser historicamente tratada por parte do Estado como mecanismo clientelista e assistencialista de reforço a lógica do capital e passivização da massa dos trabalhadores. As transformações sofridas no seu processo de amadurecimento nos planos legais, teórico e práticos exigiram aqui um esforço interpretativo da dinâmica econômica, política e social que particularizaram o Brasil na fase monopolista, o que foi buscado na exposição do item anterior. O direcionamento da forma de intervenção do Estado sobre a questão social possibilitou indicar o direcionamento político-econômico que foi e vem sendo dado às ações socioassistenciais no país (na perspectiva da seletividade, fragmentação, compensação), o que também vem se entendendo aos estados e municípios brasileiros, como é o caso de Aracaju-SE.

Desse modo, a Assistência Social enquanto política social implementada por parte do Estado no município de Aracaju-SE, na sua condução política-ideológica e prática assume características históricas particulares que marcam a região Nordeste e o estado de Sergipe, a

saber: o papel da agropecuária como força motriz no desenvolvimento econômico da região sustentada pela forte concentração de terra que determinou às relações de poder no interior do Estado (representante dos interesses dos grandes latifundiários, "os coronéis") considerado no seu sentido ampliado entre o governo e a massa popular, fortalecendo as relações políticas sob um viés clientelista e conservador. Essas relações foram construídas historicamente pela concentração de esforços e destinação de recursos voltados para a estruturação da produção agrícola dos grandes latifúndios e a realização de medidas paliativas de "combate" a seca e miséria pela ação caritativa do Estado.

É sabido que os grandes projetos de irrigação no Nordeste foram estrategicamente pensados para atender as propriedades particulares dos políticos e "coronéis", como se observa em Sergipe os projetos Califórnia e Platô de Neópolis, entre outros, que colaboraram para a consolidação do sistema agroindustrial no campo⁴⁷ e garantiram os superlucros de algumas famílias que concentram toda a riqueza do estado de Sergipe. O processo de automação das atividades agrícolas adequando-as ao sistema industrial, que exigiu dos pequenos proprietários de terra investimentos em tecnologia, esfacelou e fragilizou as pequenas comunidades de produção agrícola que fizeram engrossar a massa crescente de desempregados no meio rural e ampliar os fluxos migratórios para capital, Aracaju (ANDRADE, 2005), refletindo-se no agravamento da questão social.

Essa marca constitutiva das relações econômicas e políticas dos estados nordestinos são vistas também na perspectiva do tratamento e enfretamento da questão social por parte do Estado, que se caracteriza pela naturalização da desigualdade social como aspecto irremediável e necessário a sociabilidade no sistema capitalista a ser combatida com medidas compensatórias e ações "politiqueiras" de governo, que expressam a cultura política e prática dos sujeitos políticos de raízes conservadoras. Até os anos de 1980, as elites brasileiras impõe sua cultura e afirmaram-se enquanto classe sem rupturas revolucionárias, excluindo a massa da população das decisões políticas, reproduzindo a ideia de um povo apático e passivo que não sabe se organizar e não está pronto para o exercício da democracia (NEVES, 2008). O Estado se apresenta como uma instituição autoritária que está para garantir os princípios morais da sociedade e como se fosse uma extensão das famílias burguesas, sobretudo, em Aracaju em que tais famílias tratam o Estado como espaço privilegiado de seus mandos.

⁴⁷ Conforme Andrade (2005), o Estado, nos estados e municípios nordestinos, tratou oferecer os subsídios para consolidar a agroindústria para as atividades agrícolas adequando-as a lógica do sistema de administração de empresas buscando tornar a produção agrícola nessa região competitiva em relação à região Sudeste, e ao mesmo tempo quebrar as pequenas empresas que não possuíam capital para investir em tecnologia ou obrigá-las a aliar-se a outras empresas de maior porte para manterem-se no mercado, o que, de fato só veio a beneficiar os grandes proprietários de terra.

A formação sociohistórica, política e econômica do município de Aracaju, se compatibiliza adequadamente a afirmação de Florestan Fernandes (1968) quando analisa a estrutura socioeconômica brasileira, de que *o moderno e o arcaico convivem e se complementam* como fundamento histórico e socialmente necessário a constituição do capitalismo no Brasil e, por consequência, no desenvolvimento das atividades políticas e econômicas no Nordeste que colaboram para afirmação da ordem burguesa.

A partir da década de 1980, Aracaju iniciou um processo de modernização e desenvolvimento econômico alavancado por um conjunto de investimentos industriais fomentados pela atividade extrativista mineral (potássio e petróleo) as quais aceleraram o processo de urbanização da cidade com a chegada de profissionais capacitados de outros estados brasileiros e investidores que viram no município novos nichos de mercado. Outro aspecto a ser destacado, foram os investimentos das empresas estatais e federais que colaboraram, e ainda colaboram, para o crescimento da economia em Aracaju, sendo hoje as atividades do setor terciário responsável pela maior participação no PIB no município (MELO, 2012).

Por outro lado, esse processo de modernização não modificou a estrutura das relações políticas no município que permanecem na orientação da reprodução do conservadorismo, marcado pelo coronelismo, patrimonialismo e clientelismo.

A estrutura política e econômica de Aracaju se difere enormemente do resto do estado de Sergipe, devido ao seu rápido processo de ampliação e estruturação que se centrou, como já dito, no setor terciário da economia dotando a capital de equipamentos urbanos que servem de referência para o resto do estado, favorecendo, em longo prazo, a um processo maior de desenvolvimento que se expressou nos indicadores relativos ao desenvolvimento humano e da desigualdade social fazendo Aracaju se destacar positivamente entre as capitais do Nordeste.

No tocante as relações políticas, a capital sergipana apresentou historicamente uma tendência mais progressista em relação ao panorama político dominante no estado de Sergipe – que tem como característica a predominância de candidatos dos partidos de direita nos mandatos políticos. Essa tendência progressista pode ser observada nos resultados das eleições presidenciais que, na maioria das vezes, se contrapunha ao resultado nacional majoritário, como ocorreu nas eleições de 1989 que elegeu Fernando Collor para presidente e em 1994 que elegeu Fernando Henrique Cardoso (FHC) e que, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) apesar de perder as eleições nesses anos, obteve maioria dos votos em Aracaju. Isso pode ser explicado, entre outros aspectos associados à dinâmica sociohistórica e político-

econômica do Brasil na década de 1980 que se refletiam nas capitais dos estados brasileiros, pelo processo de organização da classe trabalhadora em Aracaju, com representação de importantes categorias como dos petroleiros e dos professores universitários, bem como do movimento estudantil que já apresentavam um debate mais progressista em relação aos rumos da política nacional e estadual.

Anterior à eleição presidencial de 2002, cujo resultado teve como candidato eleito Lula, o candidato a prefeito de Aracaju em 2001, Marcelo Déda (Déda), do Partido dos Trabalhadores (PT) em coligação, principalmente, com o Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB) venceu as eleições demonstrando a perspectiva progressista que caracteriza as relações políticas na capital de Sergipe.

De fato, a vitória de Déda vem a representar um importante momento político para o PT no Nordeste e no Brasil já que historicamente sua representatividade nos espaços do executivo “[...] esteve, [durante longas décadas], nas mãos de operadores de políticas descaradamente favoráveis aos interesses do grande capital (nativo e alienígena), especificamente dos seus segmentos parasitário-financeiros” (NETTO, 2004, p.07). As experiências governativas municipais em que o PT esteve à frente tinham o respeito e crédito da massa da população por seu zelo em relação ao patrimônio público e, principalmente, o fato do PT se apresentar-se como resistente à orientação macroeconômica neoliberal favoreceram, certamente, para a concretização da vitória do representante do PT em Aracaju (Déda) e no Brasil (Lula).

Sabe-se, entretanto, que diferentemente dos que apostavam ingenuamente no rompimento do PT com a orientação macroeconômica sob o comando dos segmentos parasitário-financeiros, que a coalizão político-social articulada pelo PT não seria autossuficiente para romper com os acordos e contratos realizados durante a era FHC e ignorar a pressão dos organismos internacionais no cumprimento aos condicionalismos do grande capital. Houve, sobretudo, com a vitória do PT a confirmação da manutenção e aprofundamento dessa orientação neoliberal que veio a reafirmar o processo de contrarreforma do Estado – sem qualquer oposição parlamentar e/ou institucional– numa tendência de minimização da ação estatal sob as políticas de seguridade social (principalmente a assistencial).

A retórica do crescimento econômico enquanto chave para o “pagamento da dívida social” comporta a perspectiva falaciosa política e social engendrada pelo governo do PT, visto que somente o crescimento econômico não é suficiente para reduzir, sequer extinguir a

desigualdade e os níveis de miserabilidade das famílias que tem expressado o agravamento da questão social; sem a conjugação ampla e eficiente do crescimento econômico com redistribuição da riqueza socialmente produzida não há perspectivas de resolução da dívida social do Brasil (NETTO, 2004).

Com efeito, a manutenção da orientação macroeconômica na perspectiva neoliberal nos governos petistas já indicava que os resultados da sua ação através das políticas sociais e dos programas de governo de redistribuição de renda e combate à pobreza seriam insuficientes e medíocres, servindo ideologicamente para reforçar uma imagem de “compromisso” com os pobres, ainda que de modo a fetichizar a contradição capital e trabalho que comporta a discussão da desigualdade social tratada pelo governo do PT como sinônimo de exclusão social também, e muito fortemente, pelo governo Déda.

Não por acaso, observa-se a grande investida do governo Déda em publicizar seu slogan de governo “democrático-popular” caracterizado por ações como o Orçamento Participativo, em que se procurou reproduzir a ideia de empoderamento da população na orientação do investimento dos recursos (escassos, poucos) do município para construção de equipamentos sociais nos bairros de Aracaju. Esse processo participativo se realiza através de conferências em que são colocadas demandas pontuais e particularistas e, concomitante, ao processo de disseminação da cultura associativista despolitizadora. Há, aqui, outra característica importante do governo Déda: a cooptação, através do “leilão” de cargos comissionados nas instituições do Estado, dos principais representantes dos movimentos sociais e sindicatos de Aracaju.

Assim, o governo do PT no poder não se diferencia concretamente e estruturalmente daqueles que contribuíam para a reprodução e manutenção da lógica do capital, favorecendo também à reprodução do conservadorismo, pois está suficientemente claro que não há qualquer investimento para que se ampliem as práticas democráticas para além da formalidade parlamentar-institucional. Essa conjuntura põe à prova a realização do fazer profissional crítico, criativo, propositivo nos marcos das políticas sociais fragmentadas, fragilizadas, sobretudo, no reforço a prática profissional do assistente social reduzido ao plano assistencial em decorrência da centralização da Política de Assistência Social dificultando, por conseguinte, a autonomia política dos assistentes sociais para implementar o projeto ético-político do Serviço Social.

Ainda assim, reconhece-se que foi no decorrer do governo petista em Aracaju e, posteriormente com Edvaldo Nogueira do PC do B em 2007, que houve uma grande ampliação do mercado de trabalho dos assistentes sociais e na absorção desses profissionais

nos espaços de implementação das políticas sociais. Houve, inclusive, a realização de um concurso público na Assistência Social em 2010. O concurso público, de fato, representou um processo de tentativa de rompimento com a relação histórica de submissão dos assistentes sociais à orientação assistencialista e de troca de favores que permeava a Assistência Social na sua relação com os usuários em razão da relação precarizada de trabalho.

A possibilidade de fortalecimento da relativa autonomia do assistente social pelo estabelecimento de uma relação de trabalho com garantias de trabalhistas esbarra na lógica de fragilização e fragmentação das políticas sociais, que são sentidas mais concretamente pelos assistentes sociais na precarização das condições de trabalho e na exaustiva burocratização institucional – como será observado nos depoimentos dos assistentes sociais pesquisados no capítulo a seguir.

Há que se ressaltar que esse fator da melhoria das relações de trabalho no âmbito da política de Assistência Social em Aracaju não implicou diretamente na ultrapassagem das relações clientelistas que historicamente caracterizaram a relação entre o Estado e seus usuários no município. A orientação conservadora nos marcos das instituições do Estado permanece sendo reproduzida e sendo diretamente e/ou indiretamente imposta pelas instâncias de gestão aos profissionais executores da política, sendo apenas repaginada nesse contexto contemporâneo sob discursos como “empoderamento”, “associativismo”, “redes solidárias”, dentre outros que constituem as propostas dos programas, projetos e serviços socioassistenciais.

Decerto as décadas posteriores a 1980 demarcam um salto qualitativo para a política de Assistência Social no Brasil e em Aracaju, face ao processo de redemocratização do país que culminou na aprovação da Constituinte obrigando os estados e os municípios organizarem serviços públicos que atendessem a nova perspectiva de responsabilização do Estado na garantia dos direitos sociais mediante a implementação de políticas sociais. Sabe-se, entretanto, que as condições sob as quais se deu o processo de integração do país à ordem econômica mundial resultaram na sua subordinação à lógica neoliberal que se orientou na retração das políticas de proteção social e tendeu a vitimar diretamente os setores mais empobrecidos da sociedade, os quais dependem dos serviços públicos nos estados e municípios brasileiros (SITCOVSKY, 2010a).

No intuito de atender e adequar-se as novas diretrizes estabelecidas na Constituição de 1988, o município de Aracaju aprova em 1990 a Lei Orgânica do Município de Aracaju que estabelece como objetivo em seu Art. 2º

[...] a construção do bem-estar do cidadão que nele vive, para que possa consolidar uma sociedade livre, justa e solidária, *erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais*, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, classe social, orientação sexual, deficiência física, mental ou sensorial, convicção político ideológico, crença em manifestação religiosa e quaisquer outras formas de discriminação (ARACAJU, 1990, p.01, grifos nossos).

Aqui a política de Assistência Social em Aracaju, ainda que em processo maior de estruturação e busca de rompimento com sua histórica relação com as práticas assistencialistas e caritativas, aparecerá como importante mecanismo no atendimento ao compromisso legal firmado acima pela erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais assumindo a responsabilidade na oferta por serviços sociais que exigiam à ampliação e articulação das políticas sociais.

Essa redefinição da política de Assistência Social enquanto direito do cidadão a ser assegurado pelo Estado conflitam com as práticas desenvolvidas no campo assistencial em um momento anterior a promulgação da Constituinte, que historicamente serviram e ainda servem convenientemente às políticas eleitoreiras dos governos nos estados e municípios nordestinos. Essas ações assistenciais destinavam-se ao segmento restrito dos "inaptos" para o trabalho e fora do campo dos direitos sociais a serem garantidos pelo Estado que exacerbava seu caráter assistencialista baseado na concessão de benesses. A política do favor pessoal traduzida na lógica de conveniências eleitorais e do clientelismo marca fortemente às ações no campo assistencial no estado de Sergipe e sua capital Aracaju.

Vale lembrar que nas décadas anteriores – de 1960 a 1980 –, as ações assistenciais desenvolvidas pela Prefeitura de Aracaju tinha como foco o atendimento aos vulneráveis ou incapazes para desenvolver uma atividade produtiva ou se inserir no mercado de trabalho, ficando explícito à oposição entre o trabalho e a assistência social, de modo que, para esta última se afirmar enquanto política necessita negar o trabalho favorecendo a reprodução do capital. Tais ações eram implementadas também na perspectiva de desenvolvimento de comunidade, já que se buscava através dos Centros Sociais Urbanos (CSU) promover às atividades comunitárias integrando os campos da educação, trabalho, desporto, assistência social, saúde, cultura (ARACAJU, 2011).

Em meados da década de 1990 a administração da Política de Assistência Social em Aracaju desenvolvida através da Secretaria Municipal de Ação Social voltou suas atenções para priorização de ações e oferta de serviços nas áreas periféricas afastadas do centro e dos principais bairros de acesso ao centro sem o mínimo de infraestrutura e que historicamente

vinham sendo negligenciadas pelo poder público mediante ações paliativas de cunho político-eleitoreiro. Nessa década, a Secretaria Municipal de Ação Social sofreu inúmeras mudanças no perfil do seu público-alvo, nas diretrizes, objetivos, órgão de vinculação que acompanharam o perfil e a lógica político-partidária dos representantes eleitos, tendo uma ampliação lenta com poucos recursos no desenvolvimento da política de Assistência Social e ainda sob o foco de atendimento aos inaptos ao trabalho e deficientes, apesar da vigência da LOAS que representou um importante marco legal no campo dos direitos sociais.

No ano de 1998, através da Lei Municipal 2.662 de 25 de novembro do mesmo ano, a política de Assistência Social passa a ser vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) por designação do então prefeito João Augusto Gama (PMDB), se mantendo com essa nomenclatura durante o mandato do prefeito Marcelo Déda (no período de 2001 a 2006) e de Edivaldo Nogueira (que teve seu mandato finalizado no ano de 2012). A partir de então, a Prefeitura Municipal de Aracaju através da SEMASC responsabiliza-se pela implementação do SUAS no município baseando-se na gestão descentralizada e participativa com delimitação de níveis de gestão com responsabilidades e incentivos diferenciados (ARACAJU, 2011).

Em 2004, o município de Aracaju é escolhido para servir como projeto piloto da implementação do SUAS no Brasil, sendo habilitado no mesmo ano na Gestão Plena do SUAS, ou seja, o município passa a ter a gestão total das ações da Assistência Social. Para tal habilitação, foi necessária a estruturação do Conselho de Assistência Social, Plano da Assistência Social e Fundo da Assistência Social, conforme estabelece a NOB/SUAS (2012) e que define as responsabilidades dos municípios, sendo as principais:

- I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS;
- II - efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;
- III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;
- V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da LOAS;
- VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;
- VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
- VIII - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;
- IX - organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

X - organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial; [...]

XII - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica; [...]

XIV - realizar a gestão local do BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

XV - gerir, no âmbito municipal, o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836 de 2004. (BRASIL, 2012, p.10).

Após a habilitação como gestão plena, a SEMASC buscou-se estruturar-se tanto no tocante à organização e operacionalização das suas ações como da sua organização nos aspectos administrativos a fim de atender as determinações da PNAS e NOB/SUAS.

A estrutura organizacional da SEMASC está centrada em duas Diretorias, ligadas ao gabinete da Secretária, cujas ações se concretizam através de gerências e coordenadorias: a primeira, Diretoria Administrativa e Financeira, é responsável pelo gerenciamento do orçamento e do financeiro das unidades orçamentárias vinculadas à SEMASC e pela análise e apresentação de prestações de contas de recursos recebidos e repassados, além de administração geral de contas, contratos e, gestão de trabalho (SILVA; TAVARES, 2009).

A segunda, Diretoria de Assistência Social, é a responsável pelo gerenciamento das ações nas áreas das diversas políticas transversais ao SUAS (Mulher, Habitação, Segurança Alimentar e Nutricional, Igualdade Racial e demais políticas afins), pela coordenação dos serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica e dos serviços, programas e projetos de Proteção Social Especial sob a supervisão das gerências de Serviços de Média Complexidade e Serviços de Alta Complexidade.

A Coordenadoria de Planejamento e Gestão do SUAS responsabiliza-se pelo monitoramento e avaliação das ações da Política de Assistência Social desenvolvidas no município, pela promoção da descentralização e do controle social, habilitação e acompanhamento de convênios que envolvam a transferência de recursos das unidades orçamentárias geridas pela SEMASC, atualização e socialização de dados relativos à execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social ofertados pelo município, publicização das ações da SEMASC, além da capacitação e formação dos trabalhadores e das trabalhadoras do SUAS no município (SILVA; TAVARES, 2009).

Buscando também se adequar-se as diretrizes estabelecidas pela NOB/SUAS no tocante ao aprimoramento dos equipamentos, serviços, programas e projetos desenvolvidos pela Assistência Social, a SEMASC pactuou metas referentes à questão, através do seu plano municipal decenal. Grandes avanços foram alcançados no desenvolvimento das ações

socioassistenciais em Aracaju até o ano de 2012, entretanto, o processo avaliativo das ações da SEMASC do ano de 2009 demonstra, sobretudo, uma defasagem na cobertura do número de famílias atendidas pela política de Assistência Social nos serviços da proteção básica e especializada de média e alta complexidade, bem como inadequação dos serviços da proteção espacial de alta complexidade às orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e SUAS, fragilidades na oferta do serviço de proteção em situações emergenciais e de calamidades públicas.

Conforme o Plano Decenal Municipal de Assistência Social de Aracaju (PDMAS) de 2011, o município de Aracaju possui 38 bairros que foram distribuídos pela SEMASC em 05 distritos visando à descentralização dos serviços de atendimento à população usuária e, por consequência, garantir a maior abrangência de usuários atendidos pelos programas, projetos e serviços oferecidos e desenvolvidos nos 15 CRAS, 03 (três) CREAS, 06 (seis) abrigos, 02 (duas) Unidades Socioeducativas e 02 (duas) Centrais de Acolhimento (destinados a pessoas em situação de rua) em Aracaju.

O 1º distrito é composto por 09 bairros da zona Sul de Aracaju, sendo 05 desses (Aeroporto, Coroa do Meio, Mosqueiro, São Conrado e Santa Maria) caracterizados pelo alto nível de miserabilidade das famílias agravada pela falta de infraestrutura dos bairros (saneamento básico, pavimentação das ruas, equipamentos sociais como escolas, creches, hospitais, unidades de saúde, postos policiais, praças, etc.) e pelos altos índices de violência. Segundo o PDMAS o 1º distrito representa 35% do número de famílias registradas no Cadastro Único (CadÚnico), o que vem a ratificar o grau de vulnerabilidade das famílias que compõe os 05 bairros periféricos acima citados, bem como a complexidade de características sociais desses bairros que são extremamente populosos e de grande extensão territorial.

Ainda assim, de acordo com os padrões de cálculo do Índice de Vulnerabilidade Distrital – IVD, que considera a taxa de cobertura nas áreas pelo CadÚnico, a taxa de cobertura nas áreas pelo PBF e a taxa de vulnerabilidade dada pelas condições pessoais dos indivíduos residentes nos bairros, verifica-se que o grau de vulnerabilidade do 1º distrito é considerado médio em virtude dos índices melhores obtidos nos 04 bairros restantes que compõem esse distrito, representados por famílias da classe média aracajuana.

Contudo o 5º distrito, composto por 07 bairros da zona Norte de Aracaju (Bugio, Jardim Centenário, Santos Dumont, Lamarão, Capucho, Olaria e Soledade), todos representados pelo menor valor médio de renda por família (R\$ 112,14) entre os cinco distritos, vem a ser o que apresenta o maior grau de vulnerabilidade e com maior percentual de número de famílias atendidas pelo PBF (34%). A complexidade das condições precárias

em que vivem essas 8.021 famílias, também agravadas pela falta de infraestrutura dos bairros e debilidade na oferta de equipamentos públicos, faz com que os 04 CRAS situados nesse distrito não suportem a demanda das mais diversas ordens dos usuários que, muitas vezes, ultrapassam os limites de ação da política de Assistência Social e os montantes de recursos destinados à assistência que são escassos em relação às demais políticas da Seguridade Social.

Tais dados sobre a baixa cobertura dos serviços são ratificados pelos dados Relatório de Informações Sociais - RIS (2013) disponibilizados no site do MDS, que informam que até maio de 2013 Aracaju possuía um total 67.176 de famílias inscritas no Cadastro Único dentre as quais 33.087 possuíam renda per capita familiar de até R\$70,00 (49,25%), isto é, aproximadamente 50% das famílias cadastradas encontram-se na extrema pobreza o que pode ser indicativo do reflexo do alto grau de concentração de renda em Aracaju e dos índices de desemprego da região Nordeste no Brasil⁴⁸ que no capitalismo monopolista se tornou um fenômeno permanente.

Embora os índices apresentados indiquem um panorama negativo quanto aos indicadores sociais, pesquisas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apontam que Aracaju possui o Índice de Desenvolvimento Humano (que leva em consideração os aspectos da educação, renda e longevidade) de 0,794 (PNUD, 2003) considerado moderado e Índice de Gini (que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos) de 0,47 em relação ao índice brasileiro de 0,54 (IBGE, 2003), considerada uma cidade com o melhor índice de desigualdade e com maior crescimento de renda per capita nos últimos 10 anos entre as capitais nordestinas, conforme dados obtidos pelo Censo Demográfico do IBGE de 2010.

Analisando os dados do RIS, quando feita a relação entre o total de pessoas cadastradas no CadÚnico (184.781) e a população de Aracaju (614.677 habitantes) conforme dados do IBGE de 2013, observa-se que a abrangência de cobertura é de 30,06%, isto é, não atinge $\frac{1}{3}$ da população total da capital de Sergipe, estando abaixo também de capitais como Maceió e João Pessoa que ultrapassam o índice de 40% (BRASIL, 2013). Não obstante a essa realidade de baixa abrangência em Aracaju, observa-se uma tendência por parte do governo federal em aumentar o número de pessoas cadastradas e atendidas pelo Programa Bolsa

⁴⁸ Não foram obtidos dados de desemprego em Aracaju, estando disponíveis no DIEESE (2013) dados de desemprego nas regiões metropolitanas do Brasil, que podem servir como tendência para análise do desemprego em Aracaju-SE. Embora o ano de 2012 tenha evidenciado estabilidade nas taxas de desemprego para todas as capitais em relação ao ano de 2011, Salvador e Recife manteve-se no patamar dos piores resultados, com indicadores de 17,7% e 12%, respectivamente. Consideradas as especificidades da Região e as dos estados que a compõem quanto aos setores que mais absorvem trabalhadores, pode-se inferir que o quadro de desemprego na capital sergipana deve seguir a tendência do Nordeste, embora não se tenham dados de pesquisa sobre o desemprego em Aracaju-SE, impossibilitando análises consistentes empiricamente.

Família, investindo-se num processo de “busca ativa” executada pelas secretarias municipais de Assistência Social de todo o país para inclusão das famílias com renda per capita familiar até R\$ 70 a fim de atender ao slogan de campanha do governo Lula de “combate à pobreza e Fome Zero⁴⁹” e repaginado pela atual presidenta Dilma Rousseff de “erradicação da extrema pobreza”.

Sabe-se, entretanto, que a “erradicação da pobreza” buscada pela implementação de programas de transferência de renda de orientação neoliberal não passa de um mero discurso despolitizador e fetichizador da contradição capital e trabalho, já que o processo de ampliação da acumulação do capital supõe o aumento e a existência da pobreza como resultante da desigualdade entre as classes sociais. As políticas sociais voltadas para a lógica compensatória, fortemente aprofundadas no governo Lula e Dilma, tem servido ideologicamente para reforçar a ideia de um Estado “atento” às esferas mais empobrecidas da sociedade e que diante da exponenciação do agravamento da questão social os “extremamente pobres” não morram de fome e ainda possam, também, ter acesso ao consumo.

O PBF atendeu, até o mês de julho de 2013, 38.161 famílias em Aracaju do total de famílias cadastradas no CadÚnico, o que representa 56,80%, sendo este um resultado considerado positivo. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$ 129,72 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 4.950.202 no mês, o que pode ser considerado um montante baixo em relação a capitais como Maceió e João Pessoa, as quais se aproximam dos 11 milhões e 8 milhões respectivamente (BRASIL, 2013a).

O PBF regulamentado através da Lei n.10.836 de 2004, pauta-se na articulação de três dimensões para à superação da fome e da pobreza, quais sejam: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda direta à família; reforço a medidas de garantia de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que deve contribuir para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares (programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais

⁴⁹ Segundo informou o site do Programa Fome Zero (2013) o Programa Fome Zero é “[...] uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos [...] Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome” (BRASIL, 2013b). Conforme Paiva (2006, p.03) “Nenhuma proposta poderia ser menos ambiciosa. Com toda propaganda veiculada não se verifica no Programa Fome Zero algo que é essencial para o povo brasileiro: a garantia do direito social, cuja ação do Estado reconheça o vínculo de classe, contribuindo para sedimentar uma noção fecunda e radical de democracia popular, ao mesmo tempo libertária e igualitária”.

documentos, etc.), que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do PBF consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Ademais as críticas já realizadas aos programas de transferência de renda no item anterior, cabe reafirmar que a concepção de pobreza adotada no PBF e nos marcos legais da política de Assistência Social é reduzida a questão de renda e seu enfrentamento é limitado à ações focalistas que contribuem para a manutenção da racionalidade burguesa.

No que se refere ao perfil das famílias dos beneficiários do PBF em Aracaju, assim como no resto do país, observou-se que são chefiadas principalmente mulheres, em que o marido ou o companheiro está ausente em 46% dos casos. Essa tendência da mulher como referencial das ações da Política de Assistência Social remonta a perspectiva conservadora que define o papel da mulher como de reprodução moral dos valores na família e faz desse atributo ao público feminino um processo “naturalizado”, originado essencialmente da construção cultural do papel da mulher na sociedade capitalista.

Quando se emprega a discussão do trabalho e gênero⁵⁰ enquanto relação permeada por determinações socioeconômicas, políticas e culturais pode-se entender que a posição da mulher na sociedade capitalista – que se explicita também na relação dominação-exploração – é determinada pelas relações sociais de produção que tem na desigualdade social e também de gênero seu mecanismo de manutenção da lógica do capital e reafirmação da racionalidade burguesa na reprodução dessas concepções que atribuem ao papel feminino à solidariedade, a moralidade e o cuidado.

O que, de fato, se reflete na estruturação da legislação do SUAS que coloca a matricialidade sociofamiliar como um dos principais eixos da Assistência Social, é que a retomada da centralização da mulher não é aleatória e vem a reforçar a concepção tradicional da mulher e da família baseada no patriarcado. O PBF, a exemplo, vem também a reiterar a ideia mistificada de autonomia da mulher associada ao poder de consumo e acesso ao crédito, o que objetivamente representa para o capital a garantia de lucros e não modifica, substancialmente, a sua condição de pobreza, já que os programas de transferência de renda não tem a capacidade de alterar as relações de desigualdade que funda a sociedade capitalista dada a sua inabilidade de agir na estrutura de produção e reprodução do capital.

O perfil do usuário do PBF ou da própria política de Assistência Social no Brasil e no município de Aracaju são famílias notadamente “pobres”, formados por desempregados, catadores de material reciclável (trabalhadores informais e/ou precários), em situação de rua

⁵⁰ Entende-se aqui por gênero a perspectiva que a compreende como uma construção histórico-social ligada às relações de poder entre os sexos (SANTANA; ARANHA, 2008).

(BRASIL, 2013a). Esses são usuários diferenciados do público historicamente potencial da assistência (os inaptos ao trabalho), que face ao nível de complexidade que tem assumido as relações e condições de trabalho no capitalismo contemporâneo e pela orientação macroeconômica em atendimento aos segmentos parasitário-financeiros que se inscreve na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho.

Isso se reafirma com os dados disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão de 2010, que demonstram que os recursos destinados ao PBF (R\$ 16.296.000) são superiores aos gastos com políticas de trabalho (R\$ 1.294.600), representando menos de 10% dos recursos destinados ao Bolsa Família. Fica claro com base nesses números, portanto, que a centralização dos programas de transferência de renda e das ações da política de Assistência Social no sistema de proteção social passa a cumprir um papel importante na lógica de manutenção e reprodução do capital, na medida em que tende das mais variadas formas, negar o direito ao trabalho ao passo que não investe na criação de postos de trabalho, de modo que as ações caracterizam pela sua natureza focalizada no emergencial.

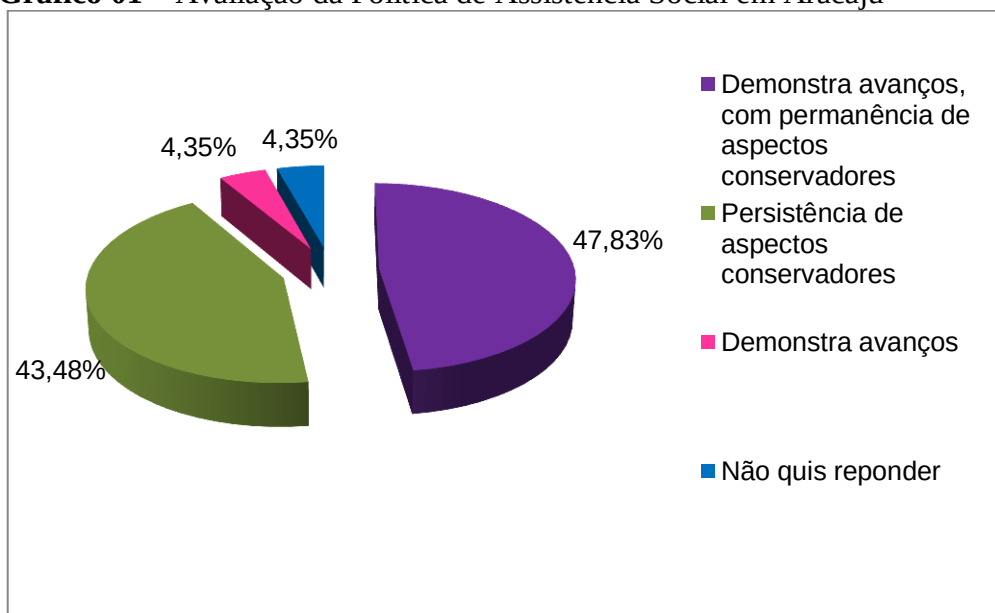
Essa tendência também é expressa pelos profissionais pesquisados, quando ressaltam entre os problemas da Política de Assistência Social em Aracaju, a natureza focalista nos benefícios eventuais como se eles respondessem como mecanismo suficiente no enfrentamento das expressões da questão social. Nesse sentido dois entrevistados convergem na afirmação de que a Política de Assistência Social

[...] ainda está muito precária, porque *foca muito nos benefícios eventuais* (que é um direito já garantido em lei) [...] Entretanto, os benefícios eventuais e o Bolsa Família são complicadores na execução da política, porque eles sozinhos não mudam nada. Com os benefícios eventuais, que tira uma família da situação de vulnerabilidade naquele mês e a questão real da vulnerabilidade não é resolvida. É um benefício para responder a uma situação de risco e vulnerabilidade eventual, emergencial, mas essa emergência persiste porque o cerne da questão (pobreza, miséria) não foi superada. Nesse caso uma cesta básica não vai superar a vulnerabilidade, a situação de pobreza dessas famílias, pois a questão é bem maior, relacionada à contradição desse sistema [capitalista]. (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 02 e 04, grifos nossos).

Corroborando as constatações feitas até aqui sobre as debilidades e fragilidades da Política de Assistência Social em Aracaju com base nos dados do MDS, a avaliação feita pelos 23 profissionais pesquisados acerca dessa questão indicou três tendências para análise sobre a política de Assistência Social: demonstra avanços, com permanência aspectos

conservadores (47,82%), persistência de aspectos conservadores (43,47%) e demonstra avanços (4,34%) conforme gráfico 01. Quando somados os percentuais em que foram elencados os aspectos conservadores na Política de Assistência Social em Aracaju, obtêm-se 91,29%, isto é, fica evidenciado que esse resultado pode ser um indicativo importante de que os profissionais que executam essa política têm conseguido identificar, ainda que se limitando ao aspecto clientelista, a persistência do conservadorismo na sua estrutura e nas formas de operacionalização da Assistência Social por parte do Estado, ainda que os indicadores tenham se limitado ao aspecto clientelista.

Gráfico 01 – Avaliação da Política de Assistência Social em Aracaju



Fonte: Dados da pesquisa.

Para uma parte majoritária de 11 profissionais (47,82%), há avanços na execução da política no município e para o processo da sua afirmação enquanto mecanismo de acesso aos direitos, entretanto, observam que a precariedade na oferta dos serviços e nos espaços de participação dos usuários são entraves ao caráter democrático da política de Assistência Social, no sentido de constituir-se como mecanismo de garantia dos direitos dos usuários, conforme pode ser observado nos trechos dos depoimentos abaixo:

Você tem uma localidade de extrema pobreza e muito grande, e você tem uma cota de 30 cestas básicas, você faz uma visita e identifica mais situações e você precisa dizer não pra algumas famílias que você sabe que está ali necessitada, mas você não tem como viabilizar nada. Pra quem tem aquela necessidade imediata não vai esperar o mês seguinte. *Essa lógica vai muito de encontro com aos princípios do nosso projeto profissional e da própria*

política. [...] Acho que a gente precisava trabalhar melhor com a questão do monitoramento e avaliação da política, ampliar e fortalecer a participação dos profissionais e dos usuários nesses espaços e principalmente nos conselhos, porque isso hoje é feito de forma muito precária. (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 01 e 05, grifos nossos).

Para os assistentes sociais entrevistados, para além dos avanços alcançados pela assistência social com a promulgação do SUAS, houveram também retrocessos, sobretudo, na manutenção das relações clientelistas ao utilizar-se da assistência para fins político-eleitorais, como pode ser visto nas exposições verbais a seguir:

Acho que Aracaju tem avançado na garantia de direitos, de política pública, mas ao mesmo tempo ainda tem algumas coisas enraizadas. É a dependência, ainda é um espaço político partidário. Ainda existe a idéia que “eu dou” para mais na frente conseguir de volta (em forma de votos). [...] Se houvesse maior articulação na própria rede socioassistencial e também fora dela, dentro das políticas públicas, acredito que poderia sim garantir direitos sociais. É um município que tem gestão plena e é pequeno, é de grande porte, mas para uma capital é pequeno. A gente tem pouco mais de 500 mil habitantes, então a gente deveria gerenciar de uma forma bem mais eficaz. (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 01 e 06, grifos nossos).

Percebe-se nos depoimentos acima a indicação de elementos limitadores da operacionalização da Política de Assistência Social. Nesse sentido, conseguiu-se perceber que tais aspectos elencados levam entender essa discussão de várias formas: primeiro, que é inegável os avanços alcançados com o processo de democratização do país que culminaram na Constituinte e fizeram com que o Estado assumisse seu papel na garantia de direitos pela via das políticas sociais. Isso resultou, sobretudo, ganhos na estruturação da Seguridade Social que proporcionou a política de Assistência Social condições para assumir um papel de grande importância frente às demais políticas e ser ela um caminho, mecanismo e espaço para a defesa e luta pelos direitos sociais.

Em segundo lugar, que a política de Assistência Social, assim como as demais políticas, enquanto mediação do processo de reprodução social (que expressa à reprodução das contradições sociais e as lutas de classe) adquire um caráter político e ideológico estratégico no sentido de legitimar os interesses do Estado burguês e, por consequência, os interesses do capital (MOTA, 2010b), isto é, no sentido de ser mecanismo político e ideológico na manutenção e conservação das relações sociais capitalistas.

Na fase contemporânea há a forte investida do capital no processo de fragilização, precarização, privatização e assistencialização da proteção social, o que, de fato, conflita com

os pressupostos do SUAS e da PNAS quando procuram afirmar os princípios da universalidade e democratização, como indicado (não nos mesmos termos) pelo entrevistado 06 no trecho do depoimento abaixo:

E tem a dificuldade ainda de sustentar espaços de discussão, que garantam aos usuários participar e planejar algo que foi feito pra eles. *Há um conflito de seguir a política como está preconizada na legislação e com as coisas que estão enraizadas como o assistencialismo.* (Trecho do depoimento do entrevistado 06, grifos nossos).

A não garantia da universalidade pela via das políticas sociais e o reforço à seletividade, como consequência do processo contrarreformista do Estado, acaba por abrir flancos de possibilidades para as práticas clientelistas, a partir da qual se pode reproduzir ações, práticas na lógica beneficiamento de alguns no acesso às políticas – sobretudo, ao acesso ao PBF, auxílio moradia, benefícios eventuais – em troca de favores eleitorais, como pode ser percebido na exposição do entrevistado abaixo.

Acredito que no direcionamento da assistência há uma prática muito conservadora, de que tudo pode ser feito colocando panos quentes e muito na ideia do favor. Já temos um avanço de não termos o papel do primeiro-damismo, que é muito forte no interior do Estado, mas ainda é forte o tratamento do usuário como mecanismo eleitoral. (Entrevistado 09, grifos nossos).

Os depoimentos dos entrevistados vêm reafirmar a manutenção das práticas clientelistas como traço histórico característico das relações entre o Estado e a sociedade civil em Aracaju, principalmente no âmbito da política de Assistência Social o que é um forte indicativo da reprodução do conservadorismo nesse espaço. Nesse sentido, observa-se que com a instituição do SUAS houve

[...] a possibilidade [da política de Assistência Social] superar a histórica cultura assistencialista brasileira, levada a efeito pelo patrimonialismo da classe dominante, cujos traços principais são a ideologia do favor, da ajuda, da dádiva, aliados às práticas fisiológicas e ao nepotismo, [e] a superação da ideologia da caridade e do primeiro-damismo através da criação de parâmetros técnicos e da profissionalização da execução da Assistência Social (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010, p. 190-191).

No entanto, o que demonstra a realidade, e que foi também observado pelos entrevistados acima, é que a cultura das relações políticas em Aracaju baseadas no clientelismo (fortemente associado ao coronelismo que marcou as raízes históricas da capital sergipana) não conseguiu

se sobrepor a orientação legal da relação entre o poder público e os usuários da Assistência Social na forma de acesso aos serviços e benefícios como um direito do cidadão e não como benesse.

Conforme Neves (2008, p.95), a política clientelista é uma forma de penetração do pensamento conservador em que se reproduz velhas práticas e tendências culturais em expansão ainda no Estado em que “[...] não se consegue separar a relação pessoal e o patrimonial entre o que se define como interesse privado e interesse público”. Sabe-se que essa cultura foi construída sob a base da desigualdade e da concentração de renda, que somada à cultura autoritarismo impôs-se sobre as relações sociais sobre a forma de submissão política e social que ainda hoje trazem sérias implicações na consolidação e ampliação dos direitos sociais e afirmação da cidadania.

Esse quadro vem corroborar com a reprodução do conservadorismo na assistência e, por outro lado, ser um elemento dificultador – e que se frise, não é inviabilizador – da prática profissional que pretende se afirmar na defesa das políticas sociais efetivamente universais e na luta pela efetivação e ampliação dos direitos sociais, isto é, na direção da afirmação do projeto ético-político do Serviço Social.

Por sua vez a outra tendência constituída por 43,47% dos profissionais (10 entrevistados), elencaram que há muitos aspectos negativos na política relacionados à perspectiva fetichizante de enfrentamento da pobreza e combater a miséria pela via redistributiva, a debilidade na cobertura aos usuários da assistência e, assim como os profissionais do grupo majoritário demonstrado acima, destacaram a sua histórica e ainda atual relação clientelista, político-eleitoreiras com o público usuário. Entre os depoimentos dos profissionais, um deles aparece como emblemático por demonstrar uma crítica clara e apropriada acerca da perspectiva fetichizante de enfrentamento da pobreza e combater a miséria pela via redistributiva, como pode ser visto a seguir:

A nossa secretaria lamentavelmente é muito pelo quantitativo, então eles divulgam sempre o número de usuários cadastrados nos programas/projetos, porque a onda do momento agora é o “Aracaju sem miséria” e quando nós vamos ver as ações que a secretaria se propõe a fazer pra “acabar” com a miséria no município de Aracaju ela se limita em incluir pessoas no cadastro único e ainda nos cursos profissionalizantes. Muitas vezes cursos que o usuário não tem o perfil e muito voltado para o mercado informal. O auxílio moradia pra mim é o estopim, porque foi criado para ser temporário para famílias que estão em situação de emergência e eles tornaram ação da secretaria...a assistência é a mãe dos pobres. Nós vemos um número absurdo de famílias que recebem esse auxílio e 70 a 80% dos recursos da assistência

estão sendo destinados para o auxílio moradia. (Entrevistado 02, grifos nossos).

Assim como nos depoimentos do grupo majoritário anterior, há nos depoimentos do grupo citado acima uma crítica à centralidade das ações assistenciais nos programas de transferência de renda e o estímulo aos cursos profissionalizantes como possível mecanismo para se combater, enfrentar a pobreza, ou ainda, mecanismo que permita aos “pobres” construir suas estratégias de sobrevivência. A própria PNAS e a NOB/SUAS estabelecem a segurança de rendimentos através de programas e projetos de emprego e renda e também pelo PBF como estratégia para combater a miséria e/ou erradicar a extrema pobreza. O que aparece aqui é a penetração da informalidade do trabalho no campo assistencial como mecanismo válido para fomentar a geração de emprego e renda, seja pelo incentivo as cooperativas, aos projetos para o desenvolvimento da capacidade empreendedora das famílias, seja pelos cursos profissionalizantes (e o Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC hoje o maior exemplo válido disso) que ofertam “[...] atividades inseridas na área de serviços, que possuem marcas indelévels a informalidade e a precariedade” (SITCOVSKY, 2010b, p. 233).

Sobre essa discussão, vale indicar, que essa relação entre as novas configurações do trabalho e a lógica macroeconômica neoliberal operada nas políticas sociais tem se afirmado na nova tendência da assistência ao assumir a função integradora à ordem social que antes cabia ao trabalho assalariado, revelando-se como ação dinamizadora da reprodução social do capital. O que fica claro a partir da busca das mediações que explicitam as relações entre o trabalho e a assistência social, é que as respostas do Estado para o enfrentamento da questão social com políticas compensatórias ao invés de proteger o trabalho, tende a preservar o capital ao passo que o legitima (SITCOVSKY, 2010b).

A referência às questões político-eleitoreiras reaparece nos depoimentos também desse grupo de profissionais reafirmando a manutenção do conservadorismo por parte do Estado na apropriação do espaço da assistência social enquanto reproduzidor do assistencialismo e da face caritativa do Estado. As implicações dessa questão para a prática profissional já foi discutida acima, e não cabe aqui retomá-la.

Outra questão levantada e que merece atenção, é a constatação de que a demanda de serviços pelo público usuário supera os serviços ofertados pela assistência social, conforme demonstra o depoimento do entrevistado 07: “Em Aracaju a gestão é plena no sentido que opera todos os serviços que a assistência social possa oferecer, mas a demanda é muito maior do que se oferece. [...] A cobertura dos serviços ainda é pequena, ainda tem muita gente que a

política não consegue atender.” (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 07 e 23, grifos nossos).

A explicação desse fato pode ser obtida quando se procura captar as mediações e compreender a totalidade dos fenômenos que envolvem as políticas sociais na contemporaneidade. Os elementos dessa discussão estão no processo de contrarreforma do Estado brasileiro operada pela política econômica e aferido pelo ideário neoliberal que tem como estratégia o corte nos gastos sociais, apontando para a desresponsabilização do Estado seja pelo caminho da privatização ou refilantropização. A consequência foi um profundo processo de fragilização, precarização das políticas sociais que ocorreu *vis-à-vis* ao crescimento da demanda social em razão do agravamento da questão social, isto é, exponenciação da pobreza e aumento do desemprego (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

É evidente, portanto, que a ampliação dos serviços ofertados pelo sistema de proteção social são inversamente proporcionais a orientação macroeconômica de garantia dos superlucros capitalistas, gerando assim um conflito entre o Estado (que está para atender os interesses do capital) e o público usuário, que é senão reflexo da contradição medular do capitalismo entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. Esse conflito é evidenciado também na relação entre o usuário e o assistente social que está como executor da política de Assistência Social, e que pelas limitações institucionais para a implementação da política não consegue viabilizar o acesso ampliado dos usuários aos direitos.

A não oferta de serviços ou a limitação do acesso aos serviços de proteção social gera também um processo de violação dos direitos conduzido pelo próprio Estado, como indicado pelo entrevistado 07 na exposição verbal a seguir: “[...] a política de proteção especial em Aracaju é extremamente fragilizada; ela cria violação de direitos na medida em que não oferece as condições para que se garanta o acesso dos usuários aos direitos” (Trechos do depoimento do entrevistado 07). Trata-se de uma realidade de violência estrutural sofrida pelo usuário, que diz respeito à situação de risco pessoal e social aos quais estão sendo violados seus direitos básicos decorrente da omissão ou transgressão por do Estado.

Por fim, tratando-se ainda da avaliação da assistência social em Aracaju, observou-se que apenas 4,34% (01 profissional) apontaram discordância às opiniões dos demais entrevistados acerca da avaliação da política de Assistência Social elencando um único aspecto positivo ligado à suposta superação do assistencialismo e outros 4,34% (01 entrevistado) não quiseram responder. Tal aspecto de superação do assistencialismo elencado como avanço dessa política, denota a fragilidade na análise das determinações do real pelo profissional, quanto ao mesmo tempo é um aspecto insuficiente para sustentar a concepção de

que, dentro da dinâmica sociohistórica atual, há somente avanços na assistência social em Aracaju.

De modo geral, os dados expressos acima demonstram, a priori, positivamente o processo reflexivo dos profissionais no desvendamento das determinações do real (ainda que pouco problematizadas), acerca dos aspectos conservadores que permanecem envolvendo a materialização política de Assistência Social na perspectiva do direito social a ser garantido pelo Estado. A identificação dos limites dessa política e a forma como se impõe a prática do assistente social possibilita também aos profissionais o desvendamento dos fundamentos objetivos e subjetivos sobre os quais a prática profissional tem se desenvolvido, isto é, no desvendamento das relações sociais no modo de produção capitalista que dinamizam as práticas sociais e profissionais (IAMAMOTO, 2011; GUERRA, 2007).

Essa avaliação reflete também o entendimento da participação do Serviço Social na luta política e coletiva na defesa das políticas sociais, sobretudo, na política de Assistência Social, espaço sócio-ocupacional em que o assistente social é protagonista na condução e execução dessa política. Essa relação direta construída historicamente entre os assistentes sociais e o desenvolvimento da assistência social constitui-se num processo de correlação de forças refletido na relação entre o Estado e a sociedade civil, bem como na contradição que é gerada entre a perspectiva do PEPSS e a estrutura conservadora presente no Estado. Isso porque os princípios éticos da profissão que se orientam na defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, da universalidade no acesso aos serviços relativos às políticas sociais vão de encontro a estrutura conservadora presente na lógica das instituições e do próprio Estado que se apresenta na precarização das condições materiais, objetivas e subjetivas para a realização do trabalho do assistente social.

Dito isso, é possível partir para a análise da caracterização dos assistentes sociais na assistência social em Aracaju, objetivando construir um quadro do perfil profissional no SUAS, cujas informações possam contribuir também para auxiliar nas respostas de como está configurada a prática profissional dos assistentes sociais nessa política, objeto do próximo capítulo.

3.3.1 Caracterização dos trabalhadores do SUAS em Aracaju-SE e sua inserção profissional

Procedeu-se até aqui a discussão da política de Assistência Social no Brasil e em Aracaju no intuito de apanhar as particularidades de marcaram o direcionamento dado a ela

no patamar do movimento de democratização do país, que culminou na construção de marcos legais que inscreveram a assistência no âmbito da Seguridade Social elevando-a a um novo patamar junto às demais políticas sociais que formam o sistema de proteção social e afirmando-a enquanto política de Estado.

Os desafios colocados pela dinâmica socioeconômica e política contemporânea inscritas pela lógica capitalista na implementação da assistência social e a própria reformulação das bases legais que orientam essa política tem exigido redirecionamento dos perfis profissionais para o atendimento as novas demandas resultante da complexificação da questão social. Também tem exigido a ampliação do número de trabalhadores que formam hoje a equipe do SUAS na perspectiva de garantir um atendimento mais qualificado aos usuários.

No que diz respeito ao perfil dos trabalhadores do SUAS em Aracaju, obteve-se que a SEMASC em 2009 possuía 632 profissionais, sendo 152 deles com nível superior completo; 02 com nível superior incompleto; 218 com nível médio e 205 com nível fundamental. Antes do concurso público realizado em 2010, 46% dos trabalhadores da SEMASC eram efetivos, 38% contratados temporários e 7% de cargos em comissão, sendo que essa realidade foi completamente modificada com a realização de concurso para profissionais de nível superior (assistentes sociais, psicólogos) e nível médio (educadores sociais) fazendo com que hoje hajam mais profissionais concursados do que contratados ou efetivos (SILVA; TAVARES, 2009).

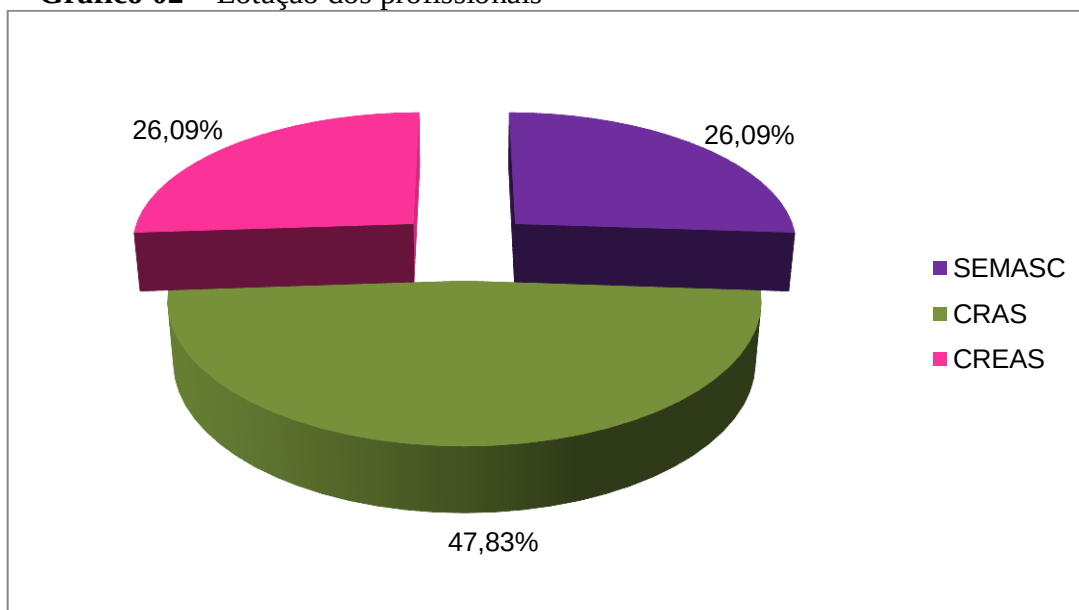
O quadro de profissionais de Serviço Social na SEMASC em 2012 era composto por 84 assistentes sociais, sendo 61 concursados (72,61%), 11 efetivos (13,09%) e 12 em cargos comissionados (14,28%). Os assistentes sociais contratados e efetivos da SEMASC atuam em cargos de gestão, isto é, estão na coordenação dos CRAS e CREAS, abrigos, centrais de acolhimento, unidades socioeducativas ou ainda nos cargos de gerência, diretoria e coordenação das áreas administrativas dentro da própria secretaria. Há também profissionais concursados que atuam em cargos de gestão, o que já pode indicar certo avanço na perspectiva da atuação do assistente social, no sentido de que o espaço da gestão da política passa a ser permeado pelo entendimento teórico e comprometimento ético-político com a efetivação da política de Assistência Social, com o compromisso com o público usuário na viabilização do acesso aos direitos. Pautado no direcionamento do projeto ético-político passa a ser orientada por uma atuação crítica, propositiva, de modo a assegurar aos trabalhadores uma relativa autonomia não estando inteiramente subordinado aos interesses institucionais

e/ou às práticas político-eleitoreiras, clientelistas que comumente envolvem as relações entre a secretaria e o público usuário em decorrência das condições de precarização do seu trabalho.

Isso não significa dizer, entretanto, que o assistente social concursado, seja num cargo de gestão ou atuando como um técnico na política de Assistência Social, deixe de sofrer as pressões institucionais e esteja imune aos limites institucionais e à lógica contrarreformista do Estado brasileiro que recai sobre as políticas sociais. Essa lógica se expressa na forma de precarização, fragilização, privatização, centralização dos programas de transferência de renda, na perspectiva de seletividade e de ações focalistas que tendem a restringir o acesso dos indivíduos aos direitos sociais. De fato, a melhoria da relação de trabalho garantindo estabilidade aos profissionais traz enormes ganhos na qualidade e na continuidade dos serviços prestados aos usuários, mas por si só não garantem que essa atuação se dirija numa perspectiva crítica, já que há outros aspectos objetivos e subjetivos que interferem decisivamente no exercício profissional.

Tais aspectos (objetivos e subjetivos) exógenos à profissão se impõem de modo a reiterar a lógica de reprodução das relações capitalistas e de conservação da ordem burguesa. Diante do contexto em que as determinações macroeconômicas de orientação neoliberal se efetivam no processo de regressão dos direitos historicamente conquistados, a profissão é posta à prova quanto à efetivação do seu projeto ético-político que se edifica na defesa de políticas sociais de caráter universal e estatal que possam garantir e ampliar os direitos de cidadania.

No que diz respeito à área de atuação profissional dos assistentes sociais pesquisados (ver gráfico 02), observou-se que a maioria dos profissionais, 47,83% (11 profissionais), atuam nos CRAS, sendo equilibrado o percentual de profissionais que atuam na própria secretaria (SEMASC) e nos CREAS, 26,09% (06 profissionais em cada área).

Gráfico 02 – Lotação dos profissionais

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa realidade constatada, inerente ao acréscimo do número de profissionais lotados nos CRAS está relacionada ao critério de priorização dos serviços da proteção básica no município, tendo em vista ser esta primordial/fundamental no processo preventivo e de fortalecimento dos vínculos familiares como indicado pela PNAS. Também por esse motivo, houve um maior investimento municipal na ampliação dos números de CRAS objetivando abranger os cinco distritos, o que ainda não é suficiente para o atendimento da demanda do público usuário, segundo indicações do Plano Decenal Municipal de Assistência Social de Aracaju de 2011. Na avaliação do MDS sobre a assistência social no município indicou-se a insuficiência no número de CREAS para o atendimento da demanda de Aracaju e a necessidade de adequação dos CREAS à perspectiva distrital, o que até o presente momento ainda não ocorreu.

Esse número restrito de CREAS no município pode indicar a negligência ou a desresponsabilização do Estado frente às situações de violação de direitos, em sua maioria, de grupos minoritários (mulheres, crianças, idosos, etc.) e historicamente estigmatizados, subjugados e explorados na sociedade brasileira. A ausência do Estado na promoção dos serviços especializados também se dá, nesse caso, pela parceria público/privada que resulta no processo desresponsabilização e da transferência das suas funções na execução das políticas sociais para a sociedade civil (principalmente as ONG's e instituições filantrópicas). A maioria das ONG's e instituições filantrópicas conveniadas à SEMASC atuam no formato de abrigos, casas de passagem, casas asilares contando, sobretudo, com a colaboração da

sociedade civil num apelo ao voluntariado, à solidariedade como uma forma reatualizada de velhas práticas conservadoras.

A implicação dessa desresponsabilização do Estado a partir do apoio e financiamento do crescimento do terceiro setor, bem como do incentivo ao serviço voluntário não-remunerado representa a desprofissionalização da intervenção na execução da política de Assistência Social, bem como a abertura da possibilidade de uma intervenção profissional que remonte as práticas conservadoras do Serviço Social Tradicional na perspectiva caritativa, assistencialista, de enquadramento e culpabilização dos indivíduos. Essa transferência dos serviços de proteção especial para o setor privado em Aracaju significa, por outro lado, a diminuição na convocação de assistentes sociais concursados para atuar na execução da política de assistência social, o que abre espaço para que outros profissionais de vínculo precarizado se envolvam no tráfico de influência.

No tocante à formação acadêmica e profissional dos assistentes sociais pesquisados, foram levantados os seguintes aspectos: a instituição de formação, o ano de formação, a qualificação profissional e o período em que ocorreu a última capacitação. O objetivo foi identificar, a partir do ano e a instituição de formação, a perspectiva do currículo e as condições em que foram formados esses profissionais, já que com o processo de renovação profissional balizado pelo Movimento de Reconceituação do Serviço Social e pelo movimento de ruptura com o Serviço Social Tradicional, foram edificadas às possibilidades de aproximação com a tradição marxiana que suscitaram também para a reforma curricular do Serviço Social a formulação e aprovação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, que a partir daí se inscrevem na construção de uma formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na perspectiva crítica.

Sabe-se, todavia, que com o processo de redução das funções do Estado, da lógica de cortes nos gastos sociais e de privatização das políticas sociais de orientação neoliberal, as universidades públicas brasileiras vêm sofrendo com o processo mercantilização da educação, de degradação das condições de trabalho dos docentes e precarização das relações de trabalho. Segundo Braz (2004, p.60, grifos originais) isso repercute sobre a formação acadêmica na forma de

[...] *fragilização da base teórico-acadêmica* do projeto profissional, a saber, dos espaços de formação e dos grupos de pesquisa consolidados que, por meio dos cursos de graduação e, notadamente, de suas pós-graduações, plantaram pilares acadêmicos que sustentam e contornam a dimensão teórica do projeto ético-político, materializada em extensa e qualificada produção de conhecimentos.

Se o processo de formação acadêmica e profissional já aparece comprometido diante do contexto sociohistórico, econômico-político e cultural mencionado brevemente acima nos espaços de públicos da educação superior, o que dizer daqueles espaços de formação explorados e implementados no âmbito da iniciativa privada. Resulta de tudo isso, um processo de fragilização das possibilidades de materialidade das Diretrizes Curriculares pelas instituições privadas, aprovadas e consentidas pelo Ministério da Educação quando da abertura para a flexibilização dos seus conteúdos, fundamentos e princípios, bem como livre arbitramento do período mínimo de formação.

Essa formação acadêmica e profissional não deve estar comprometida com o mero atendimento às requisições do mercado de trabalho, voltada à formação técnica, praticista que respondam apenas as requisições e metas estabelecidas pela instituição, submetida ao cumprimento das rotinas burocráticas e aos padrões gerenciais de eficácia, eficiência e produtividade conforme as exigências do capital que garantam sua acumulação/valorização e que tendem, por consequência, a conduzir para reprodução do conservadorismo na prática do Serviço Social.

Noutra direção, a formação acadêmica e profissional conectada aos pressupostos e a direção do PEPSS se propõe a

[...] preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado. [...] [Remete] à formação de profissionais qualificados para investigar e produzir conhecimentos sobre o campo que circunscreve sua prática, de reconhecer seu espaço ocupacional no contexto mais amplo da realidade sócio-econômica e política do país e no quadro geral das profissões. Formar profissionais habilitados teórica e metodologicamente (e, portanto, tecnicamente) para compreender as implicações da sua prática, reconstruí-la, efetivá-la e recriá-la no jogo das forças sociais presentes (IAMAMOTO, 2011, p.163).

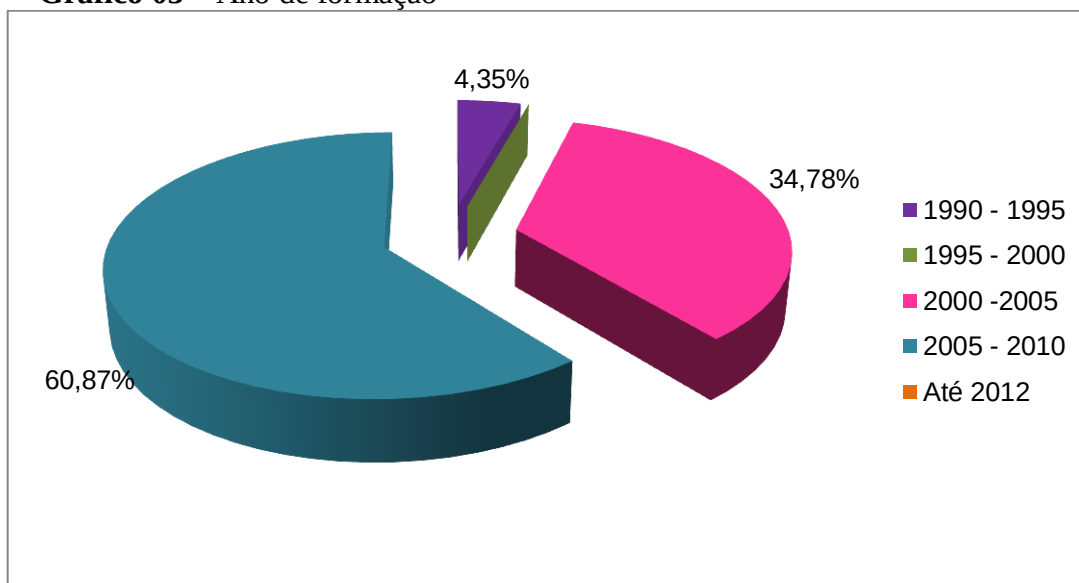
Além disso, a prática profissional que se pretenda crítica e na direção que reafirmem seu compromisso com os pressupostos do PEPSS supõe, na mesma medida, o compromisso com a competência crítica que deve ter como base o permanente aperfeiçoamento intelectual do assistente social, isto é, conectado ao compromisso com a qualificação e formação continuada. Por essa razão, procurou-se identificar em que níveis tem se dado o processo de qualificação profissional dos assistentes sociais pesquisados e a temporalidade dessas capacitações visando clarificar quando esse tem sido um processo continuado, permanente.

Essa conjugação articulada entre a formação acadêmica e profissional e o PEPSS fornece ao profissional de Serviço Social, elementos que o possibilite captar as mediações que explicitam as relações que formam a totalidade dos fenômenos, ou seja, apreender a dinâmica sociohistórica, compreender os fundamentos dos processos sociais e situar a sua prática no movimento do real gerando intencionalidade as suas ações, expressando assim a unidade teoria e prática.

Conforme os dados obtidos sobre a instituição de formação, obteve-se que 91,30% (21 profissionais) fizeram sua graduação na Universidade Federal de Sergipe - UFS e 8,70% (02 profissionais) eram formados pela Universidade Tiradentes – Unit, ambas situadas no estado de Sergipe. A predominância de profissionais que atuam na assistência social serem formados na universidade pública, não é proporcionalmente relacionado ao número de profissionais que se formam anualmente na universidade pública, tendo em vista que a Unit, por ter turmas em funcionamento nos turnos diurno e noturno e ainda ter afixado o período de formação em 04 (quatro) anos à custa da supressão de conteúdos e disciplinas da grade curricular do curso de Serviço Social, hoje é a universidade que mais forma anualmente profissionais em Serviço Social em Sergipe.

Não é possível afirmar também que o maior número de profissionais oriundos da UFS atuando nessa política deva-se a melhor qualidade da formação acadêmica, nessa unidade de formação, que lhes tenha proporcionado maior o êxito no concurso público. De fato a precarização da formação acadêmica orientada na lógica mercadológica e de atendimento as requisições do mercado de trabalho, potencializam (não são determinantes) para que os profissionais acumulem em sua graduação um conjunto de debilidades que tendem a se expressar no desenvolvimento da sua prática profissional na forma de reiteração da racionalidade burguesa.

No que se refere ao ano de formação dos profissionais observou-se que 60,87% (14 profissionais) graduaram-se no período entre os anos de 2005 a 2010, 34,78% (08 profissionais) entre os anos 2000-2005 e 4,35% (01 profissional) no período de 1990 a 1995, conforme apresentado no gráfico 03. Nota-se aqui que a maioria dos profissionais foram graduados na fase contemporânea do Serviço Social, já sob a vigência das diretrizes curriculares o que pode revelar que esses profissionais podem ter uma melhor compreensão do debate sobre o processo de tentativa de ruptura com o conservadorismo e edificação do PEPSS.

Gráfico 03 – Ano de formação

Fonte: Dados da pesquisa.

O período correspondente à década de 1990 é marcado, no Serviço Social, pelo processo de reatualização profissional num movimento de ruptura com o Serviço Social Tradicional, culminando na aproximação com a teoria marxiana adotada pela profissão como referência analítica. Esse referencial vai imprimir um direcionamento na ação e no pensamento do Serviço Social, permeando também o campo da discussão ética e política do exercício e da formação profissional – materializado no currículo de 1982 (com a apropriação enviesada do marxismo, o que resultou em diversas debilidades teóricas e política) e posteriormente, com a aprovação das diretrizes curriculares pelo MEC em 2002, as quais são base para a formação acadêmica atual nos cursos de Serviço Social.

É possível estabelecer, portanto, que os profissionais pesquisados formados no período de 1990 a 1995 tiveram na sua formação acadêmica (quando tiveram) a discussão do marxismo vulgar, que gerando uma série de equívocos na análise da prática profissional, tenderam a reprodução conservadorismo. Também é importante lembrar que esses profissionais formados sobre a base do currículo de 1982 não participaram do debate avaliativo sobre a conjuntura contemporânea do capitalismo, na qual ocorreram as mais significativas mudanças no mundo do trabalho e no Estado – a reestruturação produtiva e o neoliberalismo, além das particularidades do capitalismo monopolista no Brasil – bem como a formação sociohistórica brasileira, os fundamentos históricos, teórico-metodológicos do Serviço Social de forma articulada, sequer a discussão fundamental sobre a questão social.

Com o processo de organização da categoria, ampliação dos espaços de discussão da categoria e do aprimoramento teórico-metodológico da profissão através do tratamento da teoria social de Marx em suas fontes originais, é que foram construídas as bases de discussão da revisão curricular em 1994 que culminaram nas diretrizes gerais para o curso de Serviço Social em 2002, sendo adequada a estrutura curricular do curso de Serviço Social da UFS e da Unit em 2003.

Desse modo, pode-se dizer que os profissionais pesquisados formados no período anterior ao ano de 2003, tiveram ainda a formação acadêmica com muitas lacunas sobre as discussões fundamentais que dão conta da totalidade histórica e da realidade vida social e profissional. Além disso, a formação vinculada à discussão enviesada da teoria social de Marx pode potencializar para uma concepção vulgar, utilitária da prática profissional que se traduz, na maioria das vezes, na preocupação com a eficácia técnica e na recusa da teoria, fazendo com que a prática profissional seja apreendida no plano da imediatez, como se a prática tivesse o poder de revelar o real. Essa mistificação do real dificulta que o profissional situe a profissão na dinâmica das relações sociais e supere o plano da imediatez vinculada à formalidade institucional. É a partir desses indicativos que a análise da formação dos profissionais podem revelar uma tendência a reprodução do conservadorismo na prática dos assistentes sociais, como deverá ser apontada nas discussões do capítulo subsequente.

Já os profissionais que obtiveram título de graduação no período de 2005 a 2010 foram formados na perspectiva do projeto ético-político profissional que está claramente comprometido com a formação e exercício profissional críticos. Decerto, o aspecto da formação acadêmica também é um elemento importante para que o profissional consiga dirigir sua atuação por um caminho que busque ultrapassar ações burocráticas e conservadoras que esbarram na lógica institucional e na estrutura das políticas sociais frente à orientação macroeconômica destinada a garantir as condições de produção e reprodução do capital.

No entanto, a formação acadêmica por si só não garante que o assistente social possa produzir uma atuação profissional crítica, haja vista que o profissional não está alheio às determinações da sociedade capitalista; ele enquanto um profissional que tem sua atividade inscrita na divisão social do trabalho também está inserido no jogo das relações contraditórias entre as classes sociais e isso tem rebatimentos diretos no seu exercício profissional.

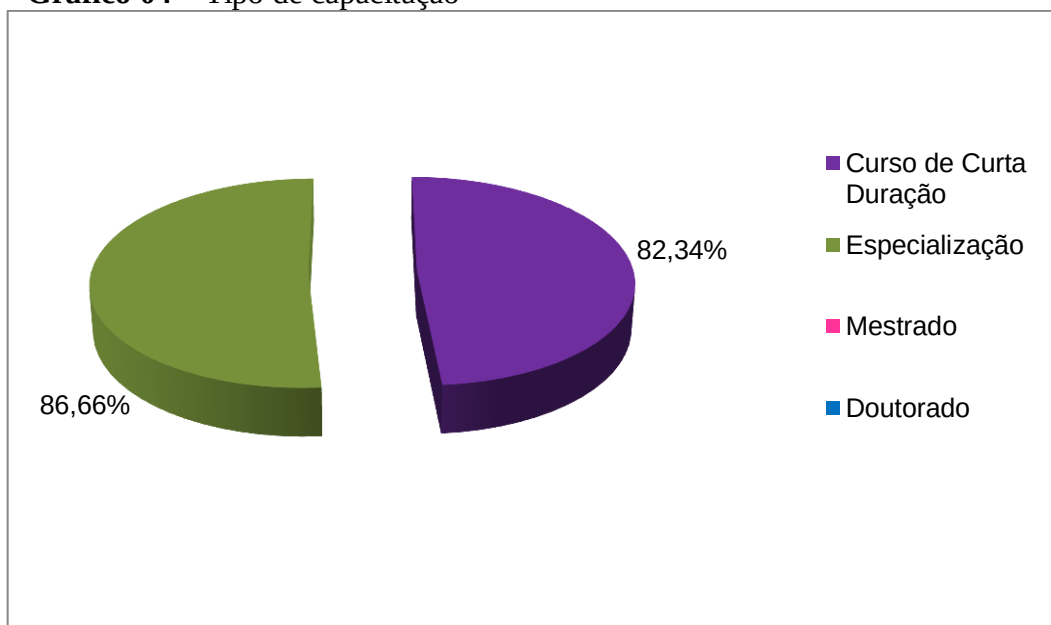
Nesse sentido, para além da importância da sua formação acadêmica, esse profissional também deve estar atento à formação profissional continuada. Acerca dessa questão, verificou-se que 100% os assistentes sociais pesquisados haviam feito algum tipo de

capacitação após a graduação, seja um curso de curta duração ou especialização. Quanto à temporalidade dessa capacitação 95,65% (22 profissionais) fizeram sua última capacitação nos últimos 06 (seis) meses e 4,35% (01 profissional) no período de entre 08 a 10 anos. Com base nos dados da pesquisa, o profissional que fez sua última capacitação entre 08 a 10 anos é o mesmo profissional (e único) formado no período anterior a 1995.

De modo geral, os dados demonstram, positivamente, uma preocupação dos assistentes sociais com a qualificação profissional e a busca pela formação continuada. Há que se destacar a partir do relato informal dos profissionais pesquisados, que a SEMASC tem se empenhado em oferecer cursos para melhor capacitar seus profissionais, ainda que seja uma capacitação voltada para o repasse de informações sobre o funcionamento e operacionalização da política de Assistência Social e/ou o aprimoramento das funções técnicas dos seus profissionais, que não possibilitam, em muitos casos, o exercício da capacidade reflexiva e crítica dos assistentes sociais, sobretudo em cursos de mais longa duração e de pós-graduação de *lato sensu*.

Ainda segundo os dados levantados com a pesquisa, 82,34% (19 profissionais) fizeram curso de curta duração, 86,66% (20 profissionais) fizeram especialização (ver gráfico 04). Observa-se que o número de assistentes sociais que possuem especialização é bastante significativo.

Gráfico 04 – Tipo de capacitação*



Fonte: Dados da pesquisa.

*A percentagem deste gráfico não corresponde a 100%, pois foi admitida mais de uma resposta.

Diante do gráfico apresentado acima, há três direções de possíveis razões que expliquem esse alto percentual de adesão dos profissionais aos cursos de especialização: a primeira, diz respeito às mudanças nos processos de trabalho, que com a inserção de novas tecnologias no setor produtivo – estendidas também a todas as esferas da vida social – acabaram por complexificar as relações de trabalho que agora exigem profissionais capacitados para a lógica do mercado, havendo assim um aumento da demanda por cursos de pós-graduação *lato sensu*; a segunda está relacionada ao processo de mercantilização da educação orientada pela lógica neoliberal, que com aval e incentivo do Estado popularizaram e massificaram o número os cursos de pós-graduação *lato sensu* tornando-o mais acessíveis, sobretudo, financeiramente aos trabalhadores e, ao mesmo tempo, sendo altamente rentáveis à iniciativa privada devido aos seus baixos custos de manutenção; por último, a necessidade de uma qualificação rápida e mais flexível a realidade do regime de trabalho, fazem com que os profissionais tendam a priorizar o acesso as pós-graduações *lato sensu* em detrimento das *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

Ressalta-se aqui a importância do contato profissional com a pós-graduação na modalidade *lato sensu* para o processo de qualificação profissional, no sentido de que esses são espaços de discussão teórico-científica em torno das variadas manifestações da realidade social e profissional, de produção do conhecimento e de estímulo à pesquisa. Ocorre que com o avanço da lógica mercadológica sobre a educação superior houve uma proliferação da oferta de cursos de especialização pela rede privada no país, onde se observa um maior direcionamento dos conteúdos e temáticas abordadas nos cursos de qualificação para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho e, por consequência, das necessidades do capital. Desse modo o processo de qualificação submetido à fragilização dos cursos e a lógica mercadológica, tende a não favorecer ao processo reflexivo e crítico dos profissionais colaborando, direta e/ou indiretamente, para a reprodução de práticas conservadoras nos espaços sócio-ocupacionais.

Insta salientar que 03 dos 23 profissionais durante o processo de entrevista informaram estar cursando o recém-criado mestrado em Serviço Social pela UFS, que recebeu autorização de funcionamento da CAPES/MEC no ano de 2011. O mestrado aparece aqui como um novo espaço para qualificação profissional voltado para a formação em nível acadêmico de assistentes sociais que desejem, entre outros objetivos, seguir carreira acadêmica. A discussão e reflexão originada da apropriação das teorias e o contato com a pesquisa exercitada nos espaços de pós-graduação fornece aos profissionais a capacidade de

conhecer e buscar na realidade a dinâmica dos fenômenos, tornando possível que se situe a prática profissional na reprodução das relações sociais.

As temáticas das especializações, as quais os profissionais participaram, estiveram ligadas a gestão das políticas sociais e aos temas transversais à profissão como gênero, família, violência, idoso, criança e adolescente, etc., isto é, temáticas focalizadas relacionadas às demandas do público usuário surgidas em decorrência do agravamento da questão social e que perpassam à atuação dos assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Esses dados demonstram, por outro lado, que a focalização nas discussões sobre temáticas restritas ao campo da política de Assistência Social não oferecem maiores possibilidades para que os profissionais venham refletindo e repensando sua prática de forma contextualizada em análise macro societária capaz de oferecer uma instrumentalidade que os capacite para entender a realidade e construir estratégias profissionais diante do contexto contemporâneo que tem posto à prova a efetivação do PEPSS. Enfim, que permita a reflexão sobre a realidade, considerando sua dinâmica sociohistórica, os determinantes econômicos, políticos e culturais que tem interferido na realização do exercício profissional.

No que se refere à participação dos profissionais em eventos (palestras, seminários, conferências, congressos, etc.), verificou-se que 95,65% (22 profissionais) dos entrevistados declararam participar de eventos e apenas 4,35% (01 profissional) não participam. Quanto às temáticas dos eventos percebeu-se 73,92% (17 profissionais) participaram somente de eventos ligados a gestão e operacionalização da política de Assistência Social, dos seus serviços, programas e projetos, sobre as bases legais que a orientam (LOAS, PNAS, NOB/SUAS) e outras leis que regulamentam a sua execução (ECA, Estatuto do Idoso, Plano de Convivência Comunitária e Familiar da Criança e do Adolescente, etc.), bem como sobre os espaços de participação popular. Apenas 21,73% (05 profissionais) declararam que, além de participar dos eventos ligados à assistência social, também participam dos eventos da categoria promovidos pelo CRESS, pelo Sindicato dos Assistentes Sociais de Sergipe (SINDASSE) e pelas universidades.

Vale ressaltar que a participação em eventos promovidos pelas universidades, pelas entidades representativas do Serviço Social e/ou entidades de representação sindical são de extrema importância para que assistente social se mantenha em contato com as lutas políticas em defesa dos interesses da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. São espaços nos quais eles se inteiram dos debates para a construção de alternativas político-profissionais, e, por conseguinte, para o fortalecimento da dimensão político-organizativa do PEPSS; são

importantes para dar continuidade as discussões que buscam o aprofundamento teórico, a aproximação entre a academia e o exercício profissional no intuito de fortalecer o PEPSS.

Do exposto até aqui, foi traçado um panorama das políticas sociais, sobretudo, da política de Assistência Social no Brasil e em Aracaju que se apresenta desfavorável e, na mesma medida, desafiadora à atuação profissional na perspectiva crítica consolidada pelo PEPSS. Contudo, a análise dos primeiros dados acerca do perfil profissional e de alguns aspectos da sua inserção profissional na instituição indica, preliminarmente, para um quadro positivo para o exercício profissional mais crítico, tendo em vista o maior número de profissionais serem formados num novo currículo conectado aos princípios, fundamentos do PEPSS e haver aqui uma clara preocupação por parte dos profissionais com a sua qualificação profissional.

Nesse sentido, o caminho para a compreensão de como tem se processado a prática profissional dos assistentes sociais na assistência social em Aracaju e se essa tem tendido a reprodução do conservadorismo, não deve restringir a análise desses aspectos levantados até aqui. Isso porque o entendimento dos fundamentos da atuação profissional supõe articulá-las às determinações sociohistóricas da sociedade capitalista que interferem nas condições e relações atuais do exercício profissional. Essas condições de ordem objetiva e subjetiva sobre as quais a profissão se realiza, enquanto prática social e profissional, interferem diretamente no desenvolvimento do trabalho do assistente social e nas respostas produzidas para concretizar seu trabalho. Considera-se, portanto, que as condições sobre as quais se processa o exercício profissional podem indicar os elementos que tem ou não favorecido para uma atuação que reproduza o conservadorismo e, por consequência, não esteja na direção das orientações do PEPSS.

A partir dos eixos estruturadores de análise da pesquisa – a inserção profissional na instituição, os aspectos da atuação profissional, sua percepção sobre a profissão e formação profissional e a relação entre a política social e a prática profissional – procurar-se-á no capítulo a seguir identificar os determinantes dessa prática profissional para reprodução do conservadorismo.

4 A REPRODUÇÃO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL E SUA EXPRESSÃO NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ARACAJU-SE

O entendimento do Serviço Social na contemporaneidade supõe a análise das múltiplas determinações do real – nesse caso, das mediações que conformam e expressam as relações sociais que envolvem o processo de produção e reprodução social e, por conseguinte, o de construção e mudanças da profissão e do seu exercício prático. As múltiplas determinações da realidade social no cenário contemporâneo permitem inferir que se trata de uma conjuntura marcada pela mundialização do grande capital sobre a hegemonia do capital financeiro, na forma de um novo padrão de produção e gerência do trabalho, indicando os novos tempos que desafiam à profissão face ao contexto de reafirmação do modo de produção e acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, do agravamento da questão social.

Assim, o atual quadro sociohistórico – o qual gerou profundas alterações no mundo do trabalho, edificou novas e complexas relações entre o Estado e a sociedade civil, das quais derivam um novo padrão de enfrentamento da questão social caracterizado pela centralização da assistência social e do superdimensionamento das políticas compensatórias – tem rebatido diretamente na forma como vem se conformando e particularizado o exercício profissional do assistente social, afetando suas condições e relações empregatícias, bem como as condições de vida dos usuários do sistema de proteção social.

Esse cenário complexo e problemático decorrente da lógica capitalista que se impõe a sociabilidade capitalista na conjuntura contemporânea, já referenciado em outros momentos desse estudo, tem colocado o Serviço Social a prova⁵¹ e suscitando a discussão sobre as possibilidades reais e os limites para a efetivação do PEPSS, dinamizado à época no patamar da conjuntura socioeconômica e política brasileira que favoreceu o processo de democratização do Estado, a partir de um movimento de lutas e organização da categoria que buscou a renovação profissional através da ruptura com as bases tradicionais conservadoras que caracterizavam historicamente o Serviço Social.

O rompimento com suas bases conservadoras no plano da orientação do PEPSS foi concretizado, entretanto isso não significou dizer que ele foi superado no interior da categoria profissional nem no plano teórico-científico tão pouco no plano da intervenção profissional. Isso porque o conservadorismo, enquanto forma de expressão da racionalidade formal-

⁵¹ NETTO, 2004.

abstrata, intervém na reprodução dos mecanismos que garantam a acumulação capitalista, isto é, ele é elemento ideológico constitutivo da sociedade burguesa, do Estado, das suas instituições e, por consequência, das políticas sociais como resultante das repostas do Estado às demandas da classe trabalhadora.

Decerto, esse conservadorismo do qual o Serviço Social buscou e busca seu rompimento não mais se apresenta no contexto contemporâneo com as características de outrora, tendo em vista a renovação das suas características (do conservadorismo clássico) agora mais ligadas à pós-modernidade. Isso significa dizer que ao mesmo tempo em que ele é um herdeiro do conservadorismo – tendo como elemento comum e essencial o cumprimento da sua funcionalidade no capital, que é a reprodução da racionalidade burguesa – ele também passa a se apresentar sob uma nova feição.

Essa feição (neo) conservadora hoje se expressa na orientação neoliberal pela naturalização e mistificação da contradição do capital e das desigualdades sociais como inevitáveis, o que tende a obscurecer o papel dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história. Por outro lado, pela fragilização e desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes das lutas das classes trabalhadoras. Além disso, esse momento histórico caracteriza-se pela fragmentação, estendida a todas as esferas da vida social, seja no campo produção, seja na forma de representação e organização da classe trabalhadora, fazendo com que a sociedade apareça como uma rede móvel, efêmera e as relações sociais como instáveis.

São esses traços reatualizados e remodelados do conservadorismo sob o discurso da pós-modernidade que hoje se corporificam no interior das políticas sociais, mais concretamente, nos discursos do empoderamento dos usuários a ser viabilizado com o “incentivo” dos programas de transferência de renda e/ou cursos profissionalizantes, distanciado do debate sobre o acesso efetivo aos direitos sociais e sobre o tratamento da questão social na lógica do fragmento, a qual aglutina os “problemas” a partir da identificação dos grupos minoritários (como ocorre na proteção social especial em Aracaju) sem a sua inserção no contexto da relação de classe.

É dentro desse cenário das políticas sociais apoiadas fortemente num discurso (neo) conservador – que trata a questão social no plano do fragmento e na ideia do seu enfrentamento por medidas compensatórias, mistificando que seu real enfrentamento está na luta pela ampliação e consolidação dos direitos sociais que só poderá se consolidar na superação da contradição medular entre capital e trabalho – que se encontra o assistente social, enquanto trabalhador assalariado inserido na divisão social e técnica do trabalho, que

tem sofrido com os rebatimentos da lógica de fragilização, precarização, privatização das políticas sociais (espaço de atuação profissional) em detrimento da efetivação do seu projeto profissional crítico que se põe na luta direta em defesa dos direitos e da universalidade.

A forma como se realiza e tem se realizado a atuação do assistente social nos espaços da execução das políticas sociais, orientadas no apelo ao tratamento da questão social e das suas expressões de forma fragmentada, não depende exclusivamente da “vontade” dos profissionais de Serviço Social, mas das condições e relações que envolvem sua ação, isto é, dos determinantes históricos que, na sociedade capitalista, influem na relação entre o Estado e a sociedade civil, na forma como está estruturada a política, nas condições objetivas oferecidas pela instituição para a implementação da política por parte da equipe de profissionais.

Essa forma como estão estabelecidas as relações sociais capitalistas que se apoiam na fragmentação de todas as esferas da vida social abrindo espaço para o fortalecimento da razão formal-abstrata e, por consequência, para manutenção da racionalidade burguesa. Esta tem se apresentando como uma limitação real, concreta para a atuação do assistente social, não sendo, entretanto, um impeditivo cabal para a realização do exercício profissional em uma perspectiva crítica, desde que o profissional tenha capacidade crítica de decifrar essa realidade e imprimir qualidade técnica às suas ações conscientemente objetivando a implementação dos princípios e fundamentos do PEPSS. Isso exige um claro rompimento com a burocratização das atividades, das rotinas institucionais, ultrapassando a esfera da cotidianidade que desencadeiam as demandas imediatas da reprodução social dos sujeitos e tendem a gerar ações profissionais pragmáticas.

As possibilidades de enfrentamento das bases conservadoras que historicamente marcaram a profissão e ainda hoje se reatualizam, não estão apenas na profissão, mas na realidade, impregnadas na estrutura da sociedade capitalista. Contudo, essa realidade aparece sob um cenário de atuação do assistente social extremamente complexo, pois, mesmo optando por uma prática articulada com os interesses da classe trabalhadora – os usuários dos serviços e das políticas sociais – na perspectiva de viabilização de direitos, não tem tido as condições objetivas e subjetivas para captar as possibilidades da sua prática e da realidade (VASCONCELOS, 2011).

Não se trata aqui da culpabilização dos profissionais, como se estes pudessem heroicamente enfrentar e se sobrepôr aos determinantes do capital. Essa condição exigiria a mobilização e articulação das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais, pois, apenas os esforços dos assistentes sociais na luta diária para superar os limites institucionais, seria

insuficiente para alterar a estrutura conservadora das políticas sociais e do Estado. O projeto ético-político profissional é, acima de tudo, um projeto coletivo que tem uma dimensão política que vai além das perspectivas particulares da profissão, mas que tem relação também com outros projetos societários contrários ao das classes dominantes (NETTO, 1999).

O campo da intervenção profissional no âmbito das instituições é também um campo de correlação de forças, em que ficam permanentemente abertas as possibilidades, tanto para a reprodução de tendências conservadoras e (neo) conservadoras quanto para uma atuação profissional crítica que busque a reafirmação dos valores, objetivos e princípios do PEPSS.

Explicitado aqui o entendimento dessa pesquisa, passa-se a partir daqui, a analisar se e como o conservadorismo tem se reproduzido na prática profissional do assistente social em Aracaju-SE.

4.1 ASPECTOS DA INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ARACAJU-SE

A análise do campo do exercício profissional do assistente social no âmbito das políticas sociais, e aqui mais especificamente nesse estudo que trata da política de Assistência Social, guarda a reflexão sobre os determinantes da lógica capitalista e seu reflexo nas relações sociais, bem como as particularidades da fase contemporânea do capital no Brasil, o qual possibilitam estabelecer os limites e as possibilidades postas à prática profissional. Tais limites se inscrevem nas “[...] *circunstâncias sociais objetivas* que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e/ou ultrapassa a vontade e/ou consciência dos seus agentes individuais” (IAMAMOTO, 2011, p.88, grifos nossos).

As mediações que possibilitam dar conta dessas circunstâncias exógenas à profissão permitem inferir que se trata do processo de reestruturação do capital somado à orientação neoliberal que se reflete na ameaça ao trabalho, no achatamento salarial e na precarização das condições de trabalho, assim como na contrarreforma do Estado que repercute nas políticas sociais, na medida em que a investida na sua privatização acaba por fragilizar as práticas que lhes realizam.

De acordo com Cláudia dos Santos (2011, p. 80), essas circunstâncias objetivas se expressam

[...] nas relações de poder institucional, nas políticas sociais específicas, nos objetivos e demandas da instituição empregadora, a realidade social da

população que busca por serviços sociais e as condições materiais concretas sobre as quais a intervenção profissional se realiza (os recursos humanos, financeiros e materiais para o atendimento das demandas, oferecidos pela instituição empregadora, uma vez tratar-se de um profissional assalariado).

As possibilidades e limites da atuação profissional estão dadas no real, na apreensão da dinâmica desse real, mas cabe ao profissional apropriar-se dessas possibilidades e, enquanto sujeito histórico, produzir estratégias profissionais capazes de potencializar as diretrizes do PEPSS através do fortalecimento dos princípios da democracia, universalidade, emancipação humana e, por consequência, da ampliação e acesso aos direitos sociais.

Interessa para o momento as condições de trabalho dos assistentes sociais, que serão avaliadas a partir das exposições verbais dos profissionais entrevistados, entendendo-as aqui como elemento essencial para analisar as condições inerentes ao desenvolvimento do exercício profissional já que expressam as determinações concretas da realidade social. Acredita-se, portanto, que as condições objetivas para a realização do trabalho do assistente social pode ajudar a pensar como tem se dado a reprodução do conservadorismo na prática profissional.

4.1.1 As condições de trabalho do assistente social na Assistência Social em Aracaju-SE

É sabido que o atual quadro sociohistórico brasileiro é representado por mudanças no mundo do trabalho, na esfera da produção, na divisão social e técnica do trabalho, mudanças essas que vem se refletindo no cotidiano do trabalho dos assistentes sociais na sua forma de inserção e intervenção (nas suas repostas às demandas da instituição e dos usuários), bem como nas formas de existência e de consciência do profissional de Serviço Social.

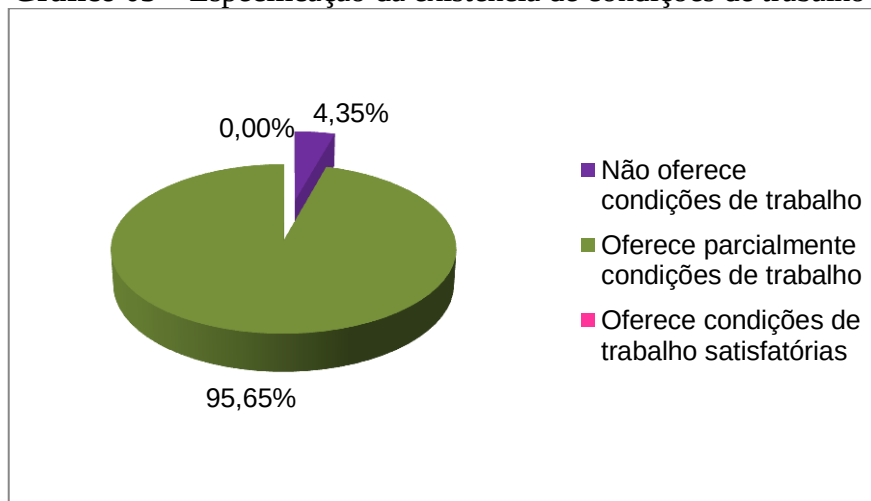
Como reflexo da complexificação das relações sociais capitalistas, que cada vez mais tendem a degradação do gênero humano, observa-se um cenário perverso em que tem se dado a intervenção profissional, que hoje corresponde a uma realidade de precarização do contrato de trabalho, baixos salários, metas de produtividade, controle rigoroso da jornada de trabalho, falta de recursos (sejam eles financeiros, materiais, estruturais, etc.) para a concretização do seu trabalho e do atendimento às demandas, imposição de funções e atribuições que, na maioria dos casos, não correspondem de fato às atribuições do assistente social, burocratização das ações e procedimentos, privilegiamento das medidas paliativas e focalistas, etc.

Como dito anteriormente, as condições sobre as quais se processam a intervenção do assistente social não depende exclusivamente da sua postura enquanto profissional ou dos instrumentos que ele utiliza para realizar seu trabalho, mas, também, das condições concretas que são oferecidas pela instituição – como espelho das relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil, das relações sociais capitalistas (GUERRA, 2011).

Partindo para análise dos dados acerca das condições de trabalho, os aspectos considerados pela pesquisa e avaliados pelos profissionais foram: estrutura física, recursos materiais, recursos humanos, recursos financeiros e transporte. Nesse sentido, observa-se que esses aspectos que representaram as condições de trabalho nessa pesquisa inviabilizam a atuação profissional em duas direções: aquelas que inviabilizam diretamente a intervenção do assistente social (estrutura física, recursos materiais e transporte) e as condições que inviabilizam a execução da política de Assistência Social no atendimento às demandas do usuário (recursos humanos e financeiros).

No que se referem às condições de trabalho para a atuação do assistente social, obteve que 95,65% dos entrevistados (22 profissionais) revelam que a instituição oferece parcialmente, em um ou mais aspectos, as condições de trabalho; apenas 4,35% dos depoimentos (01 profissional) afirmam que a instituição não oferece condições em nenhum dos aspectos avaliados; e em nenhum dos casos há oferecimento de condições de trabalho satisfatórias (ver gráfico 05), sendo esse um percentual que vem reafirmar as tendências até aqui levantadas. Consta-se, portanto, que trata-se de uma realidade em que *todos os profissionais entrevistados* evidentemente não dispõem de condições objetivas para realização do trabalho profissional.

Gráfico 05 – Especificação da existência de condições de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa.

Entre o grupo majoritário de 95,65% que diz ter condições parciais de trabalho nas instituições da SEMASC, o transporte foi o aspecto que apareceu como ofertado pela instituição (seja CRAS, CREAS ou da própria secretaria) em todos os casos, o que se revela, a priori, como um fator positivo, ainda que insuficiente para garantia das condições de trabalho necessárias para que o assistente social realize uma intervenção profissional, de modo que, de fato, que ultrapasse o imediato, o paliativo, que se materialize em respostas profissionais que primem pela qualidade dos serviços prestados a população.

Conforme os depoimentos dos assistentes sociais pesquisados a insuficiência dos recursos materiais aparece como um aspecto inviabilizador direto da prática profissional, já que a falta dos recursos materiais acabam por paralisar e/ou dificultar a ação do assistente social que depende dos recursos, meios que lhe dão suporte prático necessário a materialização seu trabalho. Desse modo, expõe-se o trecho do depoimento do entrevistado 23 que exemplifica essa questão:

Estamos sem computador, sem impressora e isso tem atrasado nosso trabalho; vários documentos para ser feitos, alimentar banco de dados e a gente fica nessa disputa. Você faz a visita domiciliar, faz o atendimento, *mas não tem como materializar o nosso trabalho porque não tem os materiais.* (Trecho do depoimento do entrevistado 23, grifos nossos).

Ainda entre o grupo majoritário dos profissionais entrevistados, a estrutura física revelou-se como uma condição objetiva ofertada pela instituição para apenas um assistente social lotado na própria secretaria, diferentemente das condições oferecidas aos demais, o que é contraditório tendo em vista que a estrutura física para esses outros profissionais – lotados nos CRAS, nos CREAS e na própria secretaria – foi indicada como um dos principais aspectos como sendo precário, não sendo viabilizado e garantido minimamente pelas instituições.

Para melhor visualização dessa questão que demonstram tal realidade inviabilizadora do trabalho profissional e do atendimento as demandas dos usuários, expõem-se abaixo uma das verbalizações mais significativas dos profissionais das instituições, afirmando que a estrutura física oferecida na instituição não é adequada para a oferta dos serviços e as necessidades dos usuários.

A estrutura física a olhos nus dá pra ver que a estrutura não é adequada e a gente tem muitos entraves. O equipamento não é o modelo ideal para se trabalhar. A sala dos serviços falta cadeiras, birô quebrado e são birôs de consultório médico que foram realocados aqui. A condição não é legal,

goteiras e até já perdemos pastas de famílias. Então, as condições de estrutura física são péssimas. (Trecho do depoimento do entrevistado 09, grifos nossos).

Com base nos depoimentos, observaram-se outras questões ligadas a falta de infraestrutura nas instituições que merecem ser discutidas com mais cuidado. Uma delas diz respeito inadequação da estrutura física às reais necessidades do público usuário e aos serviços que devem ser oferecidos, às determinações dos marcos legais das políticas sociais que arbitram sobre as condições mínimas para as instituições manterem-se em funcionamento. O agravante demonstrado pelas falas reside no fato da infraestrutura da instituição não oferecer as garantias do sigilo profissional, como afirmou o entrevistado 09: “[...] a sala do PAIF não é adequada para se trabalhar, *não temos como garantir o sigilo*. O usuário fica muito próximo e muitas vezes nós estamos em atendimento, e aí alguns usuários ficam na janela e não dá para fechar porque fica muito abafado”. A infraestrutura adequada, nesse caso, é uma das condições basilares para a realização do trabalho do assistente social e que é prevista como direito do assistente social pelo Código de Ética Profissional do assistente social, sobretudo, porque também se constitui um direito do usuário ter as suas informações prestadas ao profissional sob sigilo (CFESS, 1993).

Conforme Barroco e Terra (2012, p. 145) o sigilo profissional

[...] se mostra imprescindível para a efetivação de um trabalho profissional competente, responsável e eficiente, pois é a partir das informações colhidas que o assistente social poderá compreender a situação na sua totalidade e também na sua singularidade, podendo intervir da forma mais adequada e respeitando a dignidade do usuário, bem como sua capacidade de escolha de decisão.

Há aqui, para os dois atores envolvidos (profissional e o usuário), uma violação dos direitos operada pelo próprio Estado, quando negligencia as condições mínimas para o atendimento ao usuário e viola o preceito constitucional que, em seu inciso X artigo 5º, estabelece que “[...] são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação” (BRASIL, 1988, n.p.).

Esse descaso por parte do Estado com suas próprias instituições que executam as políticas sociais, de fato, é agravado e justificado pela retórica neoliberal pela suposta crise fiscal do Estado brasileiro motivando cortes nos gastos sociais e a limitação de recursos para as políticas sociais e para a política de Assistência Social, tratada como política “pobre” para

pobre. Isso reafirma a insuficiência de recursos destinados pelo Estado e, por conseguinte, a sua incapacidade de dar respostas à questão social, o que, segundo os defensores da política neoliberal pode ser resolvido por meio da privatização dos serviços sociais, pela iniciativa privada, seja pelo campo empresarial, seja pelas organizações não governamentais.

Observa-se com base no depoimento do entrevistado 09 que não houve a capacidade crítica do profissional para realizar essas mediações com as determinações mais amplas do real, e assim saber também que há mecanismos para que o profissional se resguarde em seus direitos, negando-se realizar os atendimentos aos usuários sob tais condições que inviabilizam o sigilo. Diante de tais situações o CRESS constitui a instância que pode ser acionada para a apuração das responsabilidades administrativas, civis e criminais dessa ordem de violação de direito. Desse modo, o assistente social na medida em que busca assegurar seus direitos para a realização do seu exercício profissional, também acaba por assegurar o direito do usuário de ter o acesso aos serviços prestados com qualidade.

Chama-se atenção ainda na fala do entrevistado 09, o reforço à ideia equivocada e que se compatibiliza a reprodução de práticas conservadoras:

[...] A equipe da tarde que está desfalcada, falta psicólogo. Mas o maior problema que passamos aqui em relação à pessoal é limpeza e administrativo, e por conta disso a gente acumula função aqui de técnico administrativo, limpeza, porque nós precisamos de um ambiente limpo. Temos auxiliar administrativo que não sabe mexer no computador e acabamos fazendo essas coisas. [...], *a gente trabalha sempre com a nossa vontade...vamos fazer um bingo ou então vamos tirar do nosso bolso* (Trecho do depoimento do entrevistado 09).

Essa fala tem o sentido de afirmar que na falta de profissionais o assistente social pode exercer funções que não condizem com as suas atribuições, com vistas a viabilizar as condições (precárias, nesse caso) para o atendimento ao usuário. E ainda mais grave, investir financeiramente retirando dos proventos do seu salário para viabilizar as condições para a realização do seu trabalho junto aos usuários, o que remete a uma atuação próxima ao voluntariado, à caridade e que acaba por reproduzir o conservadorismo.

Isso porque na medida em que o profissional utiliza-se do discurso de compromisso com o usuário para justificar sua ação voluntarista, ele acaba por contribuir para que se reproduza a ideologia neoliberal no reforço a ilusória debilidade do Estado como justificativa para sua omissão no oferecimento das condições objetivas para a execução das políticas sociais. Ao mesmo tempo, o profissional também reforça a naturalização da precarização das políticas sociais que age no processo restritivo do acesso dos usuários aos direitos sociais.

Nesse sentido, a ação voluntarista desse assistente social tende a não romper com a essa lógica conservadora que constitui o Estado e as políticas sociais.

Conforme indica o Código de Ética do assistente social, é direito do profissional no seu artigo 2º “[...] a garantia e a defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas pela Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste código” (CFESS, 1993, n.p.). Isso significa dizer que o profissional não pode ser coagido ou obrigado a realizar funções que não sejam da sua competência, o que supõe também que a instituição provenha as condições (objetivas e subjetivas) na garantia do exercício desse direito do profissional. É necessário salientar, portanto, que a defesa da garantia das condições para o seu exercício profissional em seu espaço ocupacional e da inviolabilidade das suas atribuições é uma tarefa política do assistente social (BARROCO; TERRA, 2012).

Esse caráter político da prática do assistente social, não deve ser confundido com uma ideia heroica de “compromisso” com os usuários, de modo a transformar essa falta de condições objetivas à realização do seu trabalho em possibilidade de redirecionamento de sua ação para uma perspectiva voluntarista; incorpora-se a isso um discurso, igualmente equivocado, de que cabe ao assistente social essa tarefa individual da transformação e superação das relações de poder existentes. Essa perspectiva da condução do exercício profissional incorre no equívoco que marcou a história do Serviço Social: a visão messiânica, que redundava “[...] num voluntarismo marcante, que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento. [Trata-se] [...] de uma análise da prática social que não dá conta da historicidade do ser social gestado na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2011, p.115-116). Disso resulta no fortalecimento e revigoramento da herança conservadora do Serviço Social na legitimação da reprodução das relações contraditórias.

Essa postura próxima ao voluntarismo encontrada no depoimento do entrevistado 09 poderia ser relacionada ao aspecto da formação acadêmica, já que os assistentes sociais quando formados nos currículos anteriores as diretrizes gerais, poderiam tender ao fortalecimento desse tipo de prática conservadora. Entretanto, esse depoimento era de um assistente social formado no currículo conectado aos princípios do projeto profissional crítico, o que faz ratificar a discussão aqui já exposta de que a hegemonia do PEPSS não suprimiu as tendências conservadoras e neoconservadoras no interior da profissão e já que estão impregnadas na lógica das instituições do Estado, das políticas sociais uma vez que elas são necessárias à reprodução da racionalidade burguesa.

Outro aspecto ressaltado nos depoimentos dos profissionais entrevistados consiste na alta burocratização dos mecanismos de acesso dos assistentes sociais aos gestores da instituição e da política, bem como aos recursos financeiros e materiais necessários a atuação profissional e a execução da política no atendimento aos usuários, como expressado na verbalização abaixo:

[...] Já os recursos financeiros tem que conversar com a coordenação e a coordenação faz uma C.I. para a secretaria e a secretaria que dispõe, as vezes tem, as vezes não. O secretário não é da área e é uma dificuldade em algumas questões, a gente esbarra em algumas coordenações em que não conhecem profundamente a política de Assistência Social, então vai do bom entender dele, se ele acha que aquilo é interessante ele libera, se não ele deixa lá. Se der visibilidade política ele libera...a secretaria visa muito o quantitativo, a qualidade acaba ficando em segundo plano (Entrevistado 02).

A perspectiva burocrática é um elemento característico das relações capitalistas, sobretudo, na sua fase monopolista dentro dos parâmetros de ajuste do Estado, expressas aqui na maior formalidade das relações institucionais e socioassistenciais. Nesses parâmetros, a lógica formal-abstrata se apresenta como expressão do conservadorismo na forma de burocratização das ações que dificultam a intervenção profissional (GUERRA, 2005).

Além dessa questão, chamou também atenção a recorrente menção dos entrevistados às questões relativas às demandas político-eleitorais das instituições, as quais parecem estar na base das suas relações com público usuário dos serviços que lhe dão materialidade. Aqui parece ter se constituído como a prerrogativa da gestão em arbitrar acerca dos recursos financeiros a ser destinados às instituições da assistência social mediante a visibilidade política (leia-se, politiqueira) que tais ações poderão fornecer nas corridas eleitorais, ainda que isso signifique uma ingerência administrativa quanto ao não cumprimento das determinações legais que regulam sobre a operacionalização da política de Assistência Social. Essa tendência reatualizada e retroalimentada do projeto neoliberal, com elementos do populismo, clientelismo, patrimonialismo – com a ideia do favor e das benesses, da utilização da coisa pública em função de interesses particularistas –, que permanece como traço histórico do conservadorismo característico das relações institucionais, da relação do Estado e da sociedade civil em Aracaju, as quais se materializam na inviabilização das condições para execução da política social no atendimento ao usuário, impactando diretamente na atuação profissional crítica que se opõe a reprodução de tais posturas e posiciona-se a favor das políticas sociais como direito a ser garantido pelo Estado.

Diferentemente do exposto até aqui, o percentual de 4,35% dos entrevistados (ilustrado no gráfico 05 da página 123), que corresponde a um assistente social, indicou que a instituição não oferece qualquer forma de condições de trabalho (estrutura física, recursos materiais, humanos, transporte), sendo importante destacar no seu relato acerca da insuficiência dos recursos financeiros na assistência social. Nesse sentido o entrevistado 01 afirma que existe na assistência social

[...], geralmente, uma ingerência no recurso financeiro. Existe fundo da assistência, mas não se trabalha bem dentro dessa realidade. O que aquela coordenadoria de proteção básica precisa e aí vamos organizar, vamos conversar com a base...vem de cima pra baixo, não se vê a realidade daqueles equipamentos que precisam melhorar os serviços, os materiais, por exemplo, tendem a melhorar o serviço e melhora o atendimento do usuário, consequentemente (Trecho do depoimento do entrevistado 01).

Como pode se constatar pelo exposto até aqui, dentre as dificuldades relacionadas pelos demais profissionais em relação às condições de trabalho, destaca-se com bastante clareza da análise do profissional quanto à forma de destinação dos recursos financeiros, salientando a ingerência por parte do Estado sobre o montante dos recursos destinados à assistência social. Fica exposto aqui, que as determinações macroeconômicas se sobrepõem as formas de financiamento das políticas sociais que, nesse caso, pela tendência de contenção de gastos sob a justificativa da crise fiscal, aparece numa tendência regressiva com flagrante queda nos investimentos nas políticas sociais, sobretudo, na assistência social.

Diz Behring e Boschetti (2006, p. 169) a esse respeito: “[...] a condição das políticas sociais e da seguridade social pelo ângulo do orçamento, [...] revelam que estamos vivendo um período de estagnação, corrosão e ausência de saltos de qualidade da alocação de recursos para as políticas de seguridade social”. Conforme a análise de Oliveira (1998 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 174) sobre o fundo público, este funciona como elemento fundamental para a reprodução do capital e acrescenta que ele

[...] reflete as disputas existentes na sociedade de classes, em que a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento das suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua forma hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública.

Depreende-se, nesse sentido, que essa correlação de forças expressada no financiamento da política social, provém dessa tendência a precarização das políticas sociais e que na lógica do capital não é aleatória, mas responde pela investida em reafirmar as condições de acumulação e valorização do capital. Da mesma forma, tais determinações que são externas à profissão (e que dizem respeito à estrutura do Estado e das políticas sociais) passam a influir sobre a intervenção profissional no sentido condicionar a qualidade dos serviços prestados, assim como a inviabilização da execução da política para o atendimento do usuário.

A situação de fragilização e precarização do trabalho do assistente social provocada pela inviabilização das condições objetivas para realização do seu trabalho advém do processo que se reflete na atual conjuntura sociohistórica do país, já tratadas suficientemente nos capítulos anteriores. É certo que a questão da estrutura física, transporte, recursos materiais, humanos ou financeiros figuram como condições objetivas que ultrapassam a vontade particular do profissional em realizar um trabalho que se oriente na perspectiva de viabilização dos direitos do usuário e na qualidade dos serviços prestados. Essas condições ou a falta delas refletem um processo próprio à lógica do capital na fase contemporânea de precarização das condições e das relações de trabalho.

Todavia, apesar de o assistente social depender de tais condições oferecidas pela instituição para realização do seu trabalho – no que se refere aos recursos financeiros, técnicos e humanos, que conforma as condições objetivas e instrumentais para o acesso do usuário aos serviços socioassistenciais, meios e recursos necessários no atendimento às demandas – a instituição não pode ser vista como um obstáculo para o exercício profissional, pois a instituição cabe organizar o processo e relações de trabalho, de cuja atividade o assistente social participa (IAMAMOTO, 2010b).

Tais condições objetivas, portanto, não podem ser consideradas enquanto inviabilizadores cabais e irremediáveis da atuação profissional, já que sua competência crítica deve ser capaz de desvendar essa realidade como uma expressão das contradições que orientam a postura teleológica e a materialização do conhecimento teórico que serve de instrumentalidade à ação profissional. Dito de outro modo: o profissional com competência crítica é aquele capaz de captar as mediações da realidade e construir propostas de trabalho e estratégias que busquem viabilizar e efetivar os direitos sociais, e nesse caso, os seus direitos enquanto profissional, além dos direitos dos usuários a quem se destina seu trabalho.

Quando essa realidade se torna muito complexa e difícil de leitura crítica por parte do assistente social que nela intervém, este não consegue captar as possibilidades de ação

contidas nessa realidade, fazendo com que o profissional desenvolva uma tendência de acomodação, passando a realizar a mera reprodução das atribuições institucionais, ou siga de forma ordeira as orientações da política social, o que via de regra, potencializa a realização de um trabalho que não rompendo com as práticas conservadoras, acaba por reproduzi-las.

Discutido esses pontos, passa-se a partir daqui para a análise da atuação profissional frente às relações socioinstitucionais.

4.1.2 As relações socioinstitucionais na Assistência Social em Aracaju-SE

Conforme estabelece a PNAS, uma das bases de organização do SUAS deve se dar pela intersectorialidade. A perspectiva da intersectorialidade consiste em um mecanismo para o estabelecimento de relações entre as diferentes políticas sociais e entre os níveis de proteção social (básica e especial) a fim de garantir o acesso do usuário aos serviços e do atendimento às suas demandas através da articulação da rede socioassistencial.

De acordo com a PNAS (2004, p.44),

Trabalhar em rede, nessa concepção territorial significa ir além da simples adesão, pois há necessidade de se romper com velhos paradigmas, em que as práticas se construíram historicamente pautadas na segmentação, na fragmentação e na focalização, e olhar para a realidade, considerando os novos desafios colocados pela dimensão do cotidiano, que se apresenta sob múltiplas formatações, exigindo enfrentamento de forma integrada e articulada.

Ademais as críticas já realizadas sobre a política de Assistência Social, cabe lembrar que a pretensa intenção de delimitar nos seus marcos regulatórios a ideia de rompimento com as práticas de segmentação, fragmentação. Isso indica que no plano da dinâmica das relações capitalistas contemporânea no Brasil, o que há é uma reatualização das características históricas da assistência social expressadas na tendência à focalização, seletividade, fragmentação, descontinuidade e precarização das políticas sociais.

De acordo com Bronzo e Veiga (2007), a intersectorialidade, enquanto meio de gestão, se diferencia da mera articulação ou coordenação formal de ações “[...] uma vez que envolveria alterações nas dinâmicas e processos institucionais e nos conteúdos das políticas setoriais, introduzindo uma perspectiva inovadora no desenho e na abordagem das políticas setoriais e na gestão pública”. Nesse sentido, a intersectorialidade requer mais do que uma comunicação formal entre os níveis de proteção social, mas sim uma ação integrada que

ultrapassa os limites da política de Assistência Social na perspectiva da garantia integral dos direitos sociais, isto é, supõe a integração de todas as políticas sociais, o que esbarra na orientação dada pelo capital no neoliberalismo.

Feita essa ressalva e retomando a discussão da rede socioassistencial, a PNAS indica também a necessidade dessa rede oferecer um conjunto articulado de ações integradas e que desenvolvam serviços, programas, projetos e benefícios a atender as demandas da população. Essa articulação supõe também, a articulação com as demais políticas sociais, tendo em vista que não cabe somente a política de Assistência Social garantir a efetividade do sistema de proteção social.

Mediante a regulação oficial definidora da estruturação e operacionalização dessa política, o assistente social em parceria com outros profissionais implementam ações institucionais no intuito de viabilizar o acesso aos usuários aos níveis de proteção social, o que exige a articulação entre as instituições que compõem a rede socioassistencial. No nível institucional, a viabilização do desenvolvimento do trabalho do assistente social também se dá por meio das condições e relações de trabalho, estabelecidas aqui na relação com seu empregador (representado na instituição pela figura do gestor), enquanto sujeitos que demandam aos profissionais as ações de execução dos serviços a ser oferecidos pelo Estado aos usuários no âmbito das instituições.

4.1.2.1 A relação entre o Serviço Social e os usuários da Assistência Social

A forma de contato com a gestão ou com usuário envolve elementos de ordem objetiva e subjetiva, podendo indicar se há o estabelecimento de uma relação que seja mais formal, burocrática ou democrática. Também nesse sentido, procura-se observar a relação entre as instituições que formam a rede socioassistencial, que visando garantir a intersetorialidade não deve se restringir ao plano formal dessa articulação, mas efetivar-se a fim de possibilitar a implementação da política que se orientam na perspectiva da garantia do acesso aos serviços e aos direitos.

Partindo para análise dos canais de contato do assistente social com o usuário, observou-se a partir da fala de 86,95% profissionais (20 assistentes sociais), o contato com o usuário se dá através de demandas espontâneas (em que o usuário vai a instituição procurar pelos serviços), encaminhamentos realizados por outras instituições que compõem a rede e/ou por outras políticas sociais (saúde, educação, judiciário, etc.), visitas domiciliares, através das reuniões, palestras e demais atividades promovidas pela instituição e contatos por telefone.

Geralmente é por demanda espontânea, o usuário vem procurar o serviço, mas nós também recebemos encaminhamentos da rede, do juizado e nós também mantemos o contato através de visitas domiciliares, reuniões mensais com as famílias (Entrevistado 04).

Apenas 13,05% dos profissionais (03 assistentes sociais) informaram não manter contato com os usuários, em face de natureza do serviço de monitoramento e avaliação da política em que o contato é realizado apenas com as instituições (CRAS, CREAS, Centrais de Acolhimento, Unidades Socioeducativas).

Quanto à avaliação desse contato com o usuário 86,95% (20 profissionais) dos entrevistados afirmam que essas formas de contato não são satisfatórias, como ilustra a fala do profissional entrevistado.

Essas formas de contato não são satisfatórias porque acabam sendo pontuais, num atendimento muito imediatista. O usuário chega lá com uma necessidade e faz a escuta e vê as possibilidades de estar atendendo as solicitações dele ou não, dependendo da situação do usuário. Conhece a situação do usuário, mas acaba não trabalhando isso (Entrevistado 02, grifos nossos).

Em outra direção, 13,05% (03 profissionais) avaliaram que esses canais de contato tem sido satisfatórios. Ainda assim, para a maioria dos profissionais essas formas de contato não tem sido suficientes para viabilizar a qualidade dos serviços oferecidos na assistência social. Dentre os principais desafios apontados para que esse contato se realize satisfatoriamente, está a falta de recursos humanos, a grande demanda diária de atendimento aos usuários que sobrecarrega o profissional, como se pode perceber nos principais depoimentos a seguir:

Não tem sido satisfatórias, porque a gente não consegue trabalhar como deveria ser, porque se a assistência tá se propondo a trabalhar com o fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, sinceramente eu acho que a gente não tá fazendo isso. Porque pela demanda grande e o público grande também, usuários de vários lugares, a gente não consegue responder a tudo. [...] A instituição não desenvolve ainda nenhum grupo que seja monitorado por um técnico. Vem se discutindo muito entre a equipe, mas com o quadro de técnicos deficitário e nós temos que fazer um acompanhamento a central de acolhimento e outras conveniadas, então acaba que a ausência desses profissionais interfere na rotina e de se criar grupos. (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 02 e 15, grifos nossos).

Da exposição desses depoimentos cabem aqui algumas pontuações: a primeira diz respeito a questão da falta de condições objetivas para execução da política, que, como já foi discutido no item acima, reflete a própria lógica de precarização da política social sob a orientação neoliberal; no segundo caso, a inviabilização do desenvolvimento de outras ações profissionais frente à grande demanda diária de usuários que procuram os serviços, o que reflete o agravamento da questão social com o aumento da pobreza e do desemprego que geram, conseqüentemente, o crescimento da demanda social. As diferentes sequelas da questão social decorrem de carências relativas a aspectos como: emprego, moradia, saúde, alimentação, etc., isto é, demandas imediatas e heterogêneas desses segmentos da classe trabalhadora que chegam para ser respondidas pela instituição e essa se apresenta ao profissional como requisição técnico-operativa do mercado de trabalho.

De acordo com Guerra (2007, p. 18-19) as demandas institucionais

[...] que se põem na imediatividade do cotidiano da organização contratante e se escondem na sua aparente imediatividade e heterogeneidade, cujo o atendimento é parte constitutiva dos objetivos e da missão da instituição contemplada nos seus regulamentos, são apenas expressão das necessidades sócio-históricas gestadas no confronto entre capital e trabalho, de onde a possibilidade de sua reconstrução em prol de objetivos sociais mais amplos mediados por valores universais que visam uma sociedade na qual a riqueza socialmente produzida possa ser apropriada de forma coletiva.

Nos dois casos, a atuação profissional quando restrita as ações rotineiras, burocrático-administrativas, no atendimento às necessidades emergenciais dos usuários podem caracterizar a atuação profissional como um “grande plantão de emergências” convertendo-se em uma atuação que reproduz o conservadorismo. Diante disso, entende-se que é preciso captar as mediações que possibilitam entender os determinantes dos antagonismos entre as classes, da contradição capital e trabalho que determinam essas necessidades reais dos indivíduos, possibilitando assim que ultrapasse a esfera da aparência, do cotidiano.

Por outro lado, houve também no depoimento do entrevistado 04 que apontou como desafio para que esse contato se realize satisfatoriamente a cultura do usuário em não se envolver nas atividades realizadas pela instituição, conforme a fala abaixo:

Precisamos definir estratégias para trazer o usuário para o equipamento, porque na maioria das vezes o usuário vem com uma demanda imediata (benefícios eventuais) e vemos o quanto é difícil ele retornar a instituição para participar das atividades sem ter a garantia do benefício eventual que

ele possa receber. Mas não é uma questão de responsabilizar o usuário, nós vemos que é uma questão cultural mesmo (Entrevistado 04, grifos nossos).

A justificativa de que há uma cultura, a qual o usuário só se interessa em ir à instituição, na medida da sua procura por serviços destinados ao atendimento das suas necessidades imediatas, expressando-se a ideia de um usuário acomodado, apático, motivo pelo qual o trabalho ou a atuação do assistente social acaba sendo inviabilizada, responde a um processo de culpabilização do usuário que remonta às práticas tradicionais/conservadoras do Serviço Social. Segundo Guerra (2007, p. 22), para os usuários “[...] a necessidade de sobrevivência muitas vezes impede-os de reagir/resistir às práticas de controle (profissional e/ou institucional) [dos indivíduos e das famílias para o acesso aos benefícios de transferência de renda], mas ainda de exercer sua cidadania (mesmo que seja limitada a cidadania burguesa, a qual considera cidadão aquele que se encontra inserido no mercado formal ou informal de trabalho e de consumo)”.

Ainda de acordo com Guerra (2005, p.148) essa relação de controle estabelecida entre o assistente social e o usuário na assistência social “[...] reproduz o perfil controlista e integrador que o Estado atribui às questões sociais, já que não se trata de relações neutras e desinteressadas; ao contrário, expressam o caráter classista e de poder que permeia as relações sociais da sociedade capitalista”.

Em relação ao grupo de assistentes sociais que consideraram satisfatórias as formas de contato com os usuários, expõem-se abaixo seus depoimentos reveladores de suas justificativas:

Geralmente é demanda espontânea, os usuários aparecem ou quando tem alguma mobilização, reunião eles vem até o CRAS. Acredito que essas formas de contato têm atendido bem, apesar de muitas vezes eles não entenderem o motivo das convocações, mas eles aparecem. [...] Nós fazemos tanto visitas domiciliares, como visitas institucionais e ali nós fazemos o acolhimento, a abordagem, a entrevista, o encaminhamento e a partir daí nós acionamos a rede e as outras políticas (saúde, educação, habitação). Estamos trabalhando mais no âmbito da articulação dos serviços, para que o usuário não seja só atendido pela assistência, mas que ele tenha acesso a outras políticas públicas. Até agora essas ações tem sido satisfatórias sim (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 05 e 13).

Na perspectiva de construção de um contato com as representações dos usuários os profissionais do Serviço Social, sobretudo, aqueles que assumem postos de gestão e de assessorias às instâncias organizativas de controle social, demonstram a necessidade desse contato e as formas de realizá-los nos seguintes depoimentos:

Nós temos o contato com o público da assistência quando a gente está nas conferências, nos fóruns e nós agora na assessoria aos conselhos, adotamos esse contato com os usuários no sentido da sua mobilização para participar desses espaços. São esses os momentos que a gente tem com os usuários e pretendemos manter esse contato com os representantes dos usuários nos conselhos. Sempre colocamos a importância de mantermos as reuniões descentralizadas, sair do espaço da gestão e ir até a população para difundir as ações do conselho, para mobilizar também fazendo com que as pessoas conheçam aquele espaço e participem. Tá sendo satisfatório nesse sentido (Entrevistado 21).

4.1.2.2 A relação do Serviço Social e os gestores das instituições da Assistência Social

No que se refere aos canais de contato estabelecido entre os profissionais com os gestores da instituição (intermediários)⁵² percebe-se que há uma polarização: quando há relação com a gestão o contato é direto dentro da própria instituição (momento em que os profissionais procuram e são procurados pelos gestores), através das reuniões, por meio dos relatórios; e quando não há o contato está relacionada à falta de gestor na instituição em alguns períodos (a exemplo de licença-maternidade, afastamento, demissão) ou ainda as formas de relação de poder, resultantes das divergências nas relações de trabalho que fragilizam os mecanismos formais e/ou informais desse contato.

Nesse sentido, a maioria dos profissionais, 86,95% (20 assistentes sociais) afirmam que essas formas de contato com o gestor institucional são satisfatórias tendo em vista que há um contato direto, permanente que favorece o repasse das demandas profissionais e dos usuários, bem como a realização de atividades de planejamento e avaliação. Além disso, o fato do gestor da instituição ser um assistente social, em alguns casos, é considerado como um aspecto que contribui para a democratização das relações de trabalho, conforme exposto nos principais depoimentos dos profissionais abaixo:

A coordenação do equipamento está sempre acessível, temos contato direto, também por meio das reuniões. O coordenador do equipamento se mostra sempre bastante acessível, ele procura repassar os nossos encaminhamentos para a gerência da proteção especial. [...] Nós temos contato direto com nosso gerente e coordenador, até porque estamos no mesmo espaço físico (uma sala). É satisfatório sim, até porque quem está à frente da coordenação também é assistente social e já tem experiência na área da assistência e é

⁵²Entende-se aqui como gestores intermediários, aqueles profissionais que assumem função de gestão técnica de programas ou de divisão da Secretária, os quais exercem uma função de comando sobre os membros das equipes locais dos programas, entretanto pelas funções comissionadas estão subordinados ao mando dos gestores políticos, como secretário e Prefeito, estando, portanto, sujeitos aos mandos destes.

muito aberta, muito de conversa, de um bom relacionamento. (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 02 e 06).

Já para 13,05% (03 profissionais) avaliaram que esses canais de contato não tem sido satisfatórios, como se observa nos depoimentos dos entrevistados a seguir.

O coordenador do equipamento...é como se não tivéssemos coordenador, porque ele não é técnico e ele deixa bem claro que não sabe fazer, não quer aprender e que os técnicos se resolvam (Entrevistado 03, grifos nossos).

Outro profissional acrescenta ainda que:

Em relação a coordenação, nós sentimos a ausência da sua ação, porque nós estamos aqui para tudo...a gente é administrativo, a gente tem que sugerir, a gente que tem que fazer. Não tem uma divisão, isso aqui é da equipe e isso é da coordenação. Aqui não existe isso, aqui tá tudo muito focado em nós equipe. E isso vem de resquícios da equipe antiga que faziam tudo e a gente acabou percebendo que se a gente não fizer, não sai e nós acabamos nos submetendo a fazer porque a gente sabe que o usuário não pode ser penalizado por coisas erradas que acontecem aqui dentro do CRAS. A gente sente tudo nas nossas costas (Entrevistado 09, grifos nossos).

Como se pode constatar há conflitos implícitos e explícitos, os quais são expressos nas falas, como divergências que decorrem das formas de inserção dos profissionais na instituição ou das funções, como demonstra a fala abaixo:

Tem algumas divergências porque nós viemos do concurso e a coordenação é um cargo comissionado e não aceitam nossa posição. Quando a gente precisa de alguma coisa, nós que vamos à secretaria (Entrevistado 10, grifos nossos).

Evidenciam-se aqui alguns aspectos que já foram chamados atenção em outros depoimentos: o tensionamento nas relações institucionais entre empregador e profissional, os quais dizem respeito às relações de poder que refletem a correlação de forças entre Estado e sociedade civil. Nesse caso os profissionais denotam um sentimento de que os gestores representam o estado enquanto eles os interesses dos usuários que fazem parte da sociedade civil.

Entretanto, um aspecto observado na pesquisa e que aqui merece destaque é a condição de subordinação dos gestores, na relação de poder, no âmbito institucional e que se apresenta como dificultador nessa relação entre técnicos e gestores. A tradicional condição de comissionado do profissional que atua como gestor, resultante um cargo de confiança submete

esse às determinações do Estado, obrigando-lhe, assim a participar da reprodução da racionalidade burguesa.

4.1.2.3 Percepção sobre a articulação entre a rede socioassistencial e as políticas sociais

No tocante às relações estabelecidas entre as instituições dos níveis de proteção social, isto é, a articulação da rede socioassistencial 91,30% dos profissionais (21 assistentes sociais) acreditam que não há essa articulação adequadas entre elas, potencializadas por quatro ordens diversas, a saber: a estrutura de fragmentação dos serviços socioassistenciais nos níveis de proteção social que se expressam na fragmentação do repasse das informações dos usuários; a inexistência e/ou fragilização dos processos de referência e contra referência⁵³ que inviabilizam a efetivação da intersetorialidade; a omissão ou falta de empenho do profissional do Serviço Social em realizar essa atuação, sendo essa para eles necessário a participação do assistente social na articulação da rede; e uma tendência de repasse de responsabilidades como se a articulação da rede coubesse a apenas um dos níveis da proteção social.

Demonstram-se a seguir nos principais depoimentos que indicam essas tendências:

Formalmente sim a rede está articulada, mas ela não funciona. No nosso caso, quando a gente encaminha que não tem resolutividade, nós comunicamos a 16ª vara e a juíza determina que vai ter que ser cumprida. Então para nós fica um pouco mais fácil. *Só que não existe aquela questão da referência e contra referência. Manda e você não recebe o retorno...quando você vai receber o retorno já é pela juíza e não do próprio profissional da instituição que recebeu o encaminhamento. Ele só funciona dessa forma.* Com a própria assistência, o CRAS, eles não acompanham, não mandam resposta e fica tudo solto. Nem a própria proteção básica e especial conversam. [...] *É um repasse de responsabilidade que lhe é devida, muitas vezes os profissionais também não estão preparados para lidar com a complexidade que hoje demanda as crianças e adolescentes.* (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 03 e 07, grifos nossos).

Parece desnecessário voltar a dizer que a falta da articulação/integração da rede socioassistencial reflete a tendência, própria a fase contemporânea do capital, a fragmentação de todas as esferas da vida social, estendendo-se assim as políticas sociais e aos serviços oferecidos pelas instituições do Estado. Nesse sentido, a articulação das instituições no âmbito

⁵³ O sistema de referência e contra referência constitui-se na articulação entre os níveis de proteção social, sendo que por referência compreende-se o trânsito do nível menor para o de maior complexidade. Inversamente, a contra referência compreende o trânsito do nível de maior para o de menor complexidade.

da política de Assistência Social nos níveis de proteção social encontra os limites a sua realização no real, na dinâmica sociohistórica atual do capitalismo.

Destarte, o princípio da intersectorialidade presente nos parâmetros da PNAS/SUAS, nesta situação, é fragilizado pela falta de comunicação/articulação, sobretudo, de integração entre as instâncias institucionais na esfera do Estado na medida em que também não se tem o acompanhamento, produção e difusão de conhecimentos e informações sobre as ações disponibilizadas e desenvolvidas pelos diversos setores, bem como pela ausência de formulação de estratégias, metodologias de trabalho e estruturação de uma rede transversal e multilateral. Isto acaba por comprometer diretamente o trabalho do assistente social, que se utiliza da orientação social para democratizar informações acerca dos meios e caminhos para que o usuário acesse os seus direitos e/ou viabilizar o acesso aos serviços, na maioria dos casos, através dos encaminhamentos dos usuários para outros setores da assistência social.

Sabe-se que a reprodução da retórica que argumenta a insuficiência do Estado e corrupção do serviço público como uma justificativa para não viabilização da intersectorialidade, age como fortalecimento da lógica neoliberal no sentido da irremediável reforma do Estado. Tudo isso apresenta como principal solução a privatização das políticas sociais, e da capacitação dos quadros profissionais, já que a iniciativa privada está livre dos “males” da ineficiência e corrupção que caracterizam o Estado brasileiro. Aqui se abre espaço para o estímulo as ações intersectoriais complementares pela via das parcerias público-privadas que contam com incentivos financeiros do próprio Estado.

De acordo com o PEPSS, é importante que o assistente social se empenhe na busca pelo fortalecimento da participação política dos usuários e a potencialização da socialização de conhecimentos e informações, tendo em vista que “[...] esse tipo de atuação pode colaborar com a articulação que é necessária para o estabelecimento de práticas intersectoriais” (BIDARRA, 2009, p.489). Além disso, é também importante que o assistente social busque a construção de estratégias na defesa da ampliação das lutas políticas nos espaços de participativos e, por consequência, lutar pela ampliação e universalização dos direitos.

Ao que parece a garantia de viabilização do direito do usuário quando há a necessidade de continuidade das ações em outro nível da proteção social está se realizando pela construção de uma rede “informal” entre os assistentes sociais, da qual se condiciona a sua “boa vontade” ou “entendimento” da importância da sua intervenção para viabilização do direito do usuário, como demonstra os trechos dos depoimentos dos entrevistados 07 e 02 que dizem:

Nesses casos [em que não há dificuldades na resolutividade dos casos] nós acionamos nossa rede informal de colegas (assistentes sociais). É muito difícil, a rede é extremamente furada. [...] Existe um grande buraco na rede, porque depende muito do profissional que está na instituição. Se for uma pessoa que você já conhece, já criou um certo laço de afinidade, a coisa funciona, mas se for uma pessoa que você não tenha um contato e ela não está muito solícita para atender, acaba esbarrando.

A adoção de estratégias que busquem democratizar o acesso do usuário aos serviços tem como parâmetro as diretrizes, princípios, normatizações da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética que orientam para a competência crítica em que o profissional consiga captar as mediações da análise dos determinantes macroeconômicos que condicionam as relações sociais, as práticas sociais e profissionais e assim, conheça os limites e possibilidades da sua ação profissional, entendendo que a atuação profissional deve ultrapassar a ideia conservadora baseada na “boa vontade”.

É importante discutir ainda aqui, o reconhecimento da importância da participação do assistente social na articulação da rede. Nesse sentido eles advertem para a necessidade de entendimento dos profissionais de que a assistência supõe uma rede articulada de acordo com a demanda e de que o usuário tem direito de acessar aos serviços, sendo a assistência um desses direitos. Por fim ele põe a assistência como um meio e de responder as necessidades, atribuindo aos equipamentos urbanos da assistência esse papel, como nos revela a fala a seguir:

Acho que isso parte da postura profissional, porque a rede não se articula sozinha, os indivíduos é que fazem com que ela se articule. E as instâncias vão se articulando de acordo com a demanda. Se você tem profissionais que entendem que a assistência não pode trabalhar sozinha, e que ele cobra a rede vai se articular. De entender que o usuário tem direito a acessar todos os serviços e que a assistência é um deles e que não é fim, é meio para que sejam atendidas as necessidades. Nos equipamentos eu sinto que existe essa dificuldade porque o cotidiano faz com que se reproduza aquilo ali de forma imediata, porque também a demanda ela é espontânea e ali o usuário é que vai a você, não você que vai ao usuário e ela é muito imediata, do agir imediato. A própria rede deixa a desejar, porque há uma dificuldade dos equipamentos em relação ao retorno, no sentido de se reconhecer como equipamento da própria rede. Nós ainda precisamos estabelecer as relações de referência e contra referência e isso ainda não é feito. Há então uma fragmentação no atendimento, no sentido do repasse e informação da equipe sobre os procedimentos adotados no atendimento aos usuários. A rede ainda tem muito a caminhar. (Entrevistado 13, grifos nossos).

É certo que o assistente social pode contribuir decisivamente para o fortalecimento da articulação da rede socioassistencial junto aos demais profissionais, através do repasse e da

criação de mecanismos que venham desburocratizar as relações institucionais, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados e observa-se que isso é reconhecido pelos profissionais entrevistados. Todavia, é importante lembrar que o dever de organizar as políticas sociais e a de assistência social, nesse caso, realizar a construção dos mecanismos para a concretização da intersectorialidade com vistas a garantir universalidade da cobertura e do atendimento, conforme estabelece os marcos legais cabe, sobretudo, ao Estado, ao poder público no cumprimento do seu dever constitucional.

Desse modo, reafirma-se que a perspectiva da intersectorialidade e de articulação da rede supõe a “[...] capacidade de compartilhar responsabilidades e de organizar atribuições necessárias à realização de uma tarefa para qual é preciso contar com igual compromisso dos atores sociais envolvidos. [...] A atuação intersectorial requer o esforço das diferentes áreas do conhecimento (em vencerem as dificuldades) para trabalhar de modo integrado e construir um outro patamar de gestão social” (BIDARRA, 2009, p. 490-491). Portanto, a perspectiva de responsabilidade única de uma categoria profissional na pela garantia da articulação das instituições na forma da rede socioassistencial pode redundar em num equívoco da visão hercúlea da profissão e isso pode favorecer para que o profissional não consiga situar sua atuação e/ou intervenção na dinâmica das determinações sociohistóricas do capital perdendo de vista a historicidade das práticas sociais e profissionais na sociedade capitalista e das lutas políticas coletivas.

Para 8,60% dos assistentes sociais pesquisados existe na política de Assistência Social a articulação formal da rede socioassistencial e não a efetiva, como expresso nos depoimentos dos profissionais abaixo:

Acredito que temos essa articulação com os CRAS nós do PAEF, pois precisamos fazer essa ponte com a base para obter informações e acompanhar as famílias, e eles é que conhecem melhor a realidade do usuário e podem nos auxiliar nisso. [...] Tá um pouco vaga na verdade [essa articulação da rede], mas não sei se por questões políticas, mas tem procurado de uma forma ou de outra atender a demanda. De alguma forma ela está articulada (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 12 e 15).

Do exposto, a partir das levantas até aqui pelos profissionais percebe-se que apesar dos profissionais constatarem a articulação entre uma ou outra instituição, a forma como a política de Assistência Social e as políticas sociais como todo estão estruturadas e organizadas sob os ditames da lógica neoliberal não tem possibilitado a efetivação da integração dos diversos setores, ou seja, não tem garantido a intersectorialidade.

Nesse sentido, insistir no trabalho para a integração da rede socioassistencial através do compartilhamento de responsabilidades no âmbito da concepção e da implementação das políticas sociais não é argumento da retórica, tendo em vista que a referência e a contra referência é uma necessidade para dinamizar a atuação do assistente social, principalmente, quando se tem como perspectiva política a busca pela universalidade do acesso aos bens e serviços relativos às políticas sociais e sua gestão democrática como princípio constitutivo do PEPSS, que vai na contramão da lógica do capital.

Em uma perspectiva mais ampla, a intersectorialidade entre os níveis de proteção social pressupõe que se ultrapasse a assistência atingindo uma articulação/integração com as demais políticas sociais com vistas a buscar a efetivação do sistema de proteção social em sua integralidade. Nesse quesito, corroborando com as tendências do tópico anterior, 82, 60% dos profissionais entrevistados (correspondendo a 19 assistentes sociais) declararam que não haver a articulação entre as políticas sociais, o que demonstra positivamente que os profissionais tem sentido e reconhecido o rebatimento da realidade de precarização e fragmentação das políticas sociais no desenvolvimento do seu trabalho. Essa questão pode ser observada no depoimento abaixo:

[...] A política publica da assistência é a política pobre, e geralmente os usuários que estão nessa política são aqueles que não estão na política de educação, de saúde, de trabalho, de esporte, lazer, cultura, infraestrutura...geralmente ele foi abandonado pelo Estado e caiu na assistência pra “calar a boca do pobre coitado”. Não existe contato entre as políticas (Entrevistado 01).

Conforme as falas dos entrevistados, a articulação frágil e débil com as políticas no caso da assistência social se dá, muitas vezes, pelo repasse de informações para o acompanhamento das famílias quanto ao cumprimento das condicionalidades do PBF entre as políticas de assistência social, saúde e educação. Nesse sentido o entrevistado 23 afirma: “Essa articulação entre as políticas só ocorre quando é posta em questão a concessão do Bolsa Família, no sentido de bloquear o benefício. No cumprimento das condicionalidades é exigido que os dados sobre a saúde e a educação sejam repassados, mas fora isso, não há articulação”.

Trata-se de um contato pontual e formal que não possibilita a efetividade de uma relação intersectorial como preconiza a Seguridade Social, na pretensão de atingir a perspectiva da universalidade dos direitos. Essa pactuação que permitiria a integração das políticas assume a lógica de uma forma de gestão, que como já expresse em outros momentos, é

caracterizada na fase contemporânea do capitalismo por uma perspectiva de enxugamento das funções do Estado, com vistas ao avanço das privatizações.

Nos depoimentos dos entrevistados, ainda apareceram os aspectos já discutidos na articulação da rede socioassistencial, demonstrando a existência de uma tendência ao “jogo do empurra”, presente na relação entre as políticas sociais, tendência essa resultante da desresponsabilização dos setores competentes buscando eximir-se da responsabilidade pelo acesso do usuário aos seus direitos. Essa tendência de avaliação também afirma que a articulação ocorre, raras vezes, quando há um entendimento por parte do assistente social sobre a importância dessa relação, de modo que essa articulação depende postura do assistente social, como se observa nos depoimentos abaixo:

Não, principalmente entre a saúde e a assistência...é um jogando pro outro. Não é assim, o usuário é nosso...aqui cabe meu serviço, meu atendimento. Já é muito difícil através de determinações judiciais, imagine sem. [...] Acho que isso parte da postura profissional, também. Então nesse caso o seu entendimento, a sua postura sobre a articulação das políticas sociais ela vai prevalecer (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 07 e 13).

Somente 17,40% dos entrevistados afirmaram haver essa articulação entre os setores das políticas sociais, ainda que mínima e restrita a saúde e a educação, o que diante da realidade sociohistórica atual não parecem ser argumentos sustentáveis. Esse relativo isolamento entre os setores das políticas, sinaliza certa fragilidade das forças sociais e representa desafios aos profissionais, também no aspecto teórico-metodológico, tendo em vista que dificulta a captação das mediações para análise do real fazendo com que suas análises sobre os determinantes dessa relação intersetorial não ultrapassem a aparência fenomênica, dos sintomas isolados. Aqui, também reside o perigo da reprodução de uma perspectiva de conhecimento empírico dos problemas objeto das práticas dentro de uma perspectiva que, não sendo capaz de desvendar as determinações do capital sobre o real – que tem impactado negativamente para não efetivação das políticas sociais e da universalização dos direitos – acabe por servir à manutenção da racionalidade burguesa.

Do exposto, percebe-se que as intenções firmadas no texto constitucional acerca da intersetorialidade das políticas sociais, do princípio da universalidade e integralidade no âmbito da Seguridade Social no horizonte da orientação neoliberal no capitalismo estão longe da sua concretização, passando a impactar como limite objetivo a atuação profissional na perspectiva do PEPSS.

4.2. ALGUNS ASPECTOS DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM ARACAJU-SE

A abordagem dos dados sobre a intervenção dos assistentes sociais supõe explicitar a referencia a partir da qual analisamos esse fazer e nessa direção iniciamos por concordar com Iamamoto (2010b, p.25, grifos originais) quando diz que a atuação profissional do assistente social está inscrita no âmbito da reprodução das relações sociais, ou seja, na reprodução da vida social, na divisão social do trabalho, considerando-se esta “[...] *como determinantes na constituição da materialidade e subjetividade das ‘classes que vivem do trabalho’*”. As atividades e ações dos assistentes sociais no âmbito do Estado e das políticas sociais estão submetidas às variadas expressões da questão social, entendida como o conjunto das expressões da desigualdade social que remete a contradição medular da sociedade burguesa entre capital e trabalho.

De forma geral, as atribuições e competências do assistente social, seja na assistência social ou qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pela Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional que definem, respectivamente, sobre sua natureza, funções e sobre seus direitos e deveres. Nesse sentido, o Código de Ética em seu art. 2º afirma que são direitos do assistente social, a saber:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;
- g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;
- h) ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;
- i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos (BRASIL, 1993, n.p.).

Tendo em vista o que está previsto no disposto acima, e nos marcos regulatórios mencionados, o assistente social que atua no âmbito das políticas sociais necessita ter em

mente os princípios, objetivos, fundamentos conformados no PEPSS, bem como os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, a fim de afastar-se de uma prática pragmática, empiricista, tecnicista que reforçam a marca histórica do conservadorismo no Serviço Social.

O reconhecimento da questão social como objeto de intervenção profissional demanda uma atuação profissional em uma perspectiva de totalidade, que possibilite captar as mediações contidas no real e identificar os determinantes socioeconômicos e culturais da sociedade capitalista. A intervenção orientada por esta perspectiva crítica pressupõe:

[...] leitura crítica da realidade e capacidade de identificação das condições materiais de vida, identificação das respostas existentes no âmbito do Estado e da sociedade civil, reconhecimento e fortalecimento dos espaços e formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as) em defesa de seus direitos; formulação e construção coletiva, em conjunto com os(as) trabalhadores(as), de estratégias políticas e técnicas para modificação da realidade e formulação de formas de pressão sobre o Estado, com vistas a garantir os recursos financeiros, materiais, técnicos e humanos necessários à garantia e ampliação dos direitos (CFESS, 2009, p.17).

Para tanto se faz necessária uma competência crítica, capaz de apreender criticamente os processos sociais de produção e reprodução das relações sociais, apanhar as particularidades da dinâmica sociohistórica do capitalismo no Brasil, situar e compreender o significado sociohistórico da profissão a fim de estabelecer as possibilidades e limites da atuação profissional, bem como captar os impactos da nova orientação macroeconômica voltada para o favorecimento dos segmentos parasitário-financeiros sobre a questão social no intuito de traçar estratégias e formular respostas profissionais para o seu enfrentamento.

A partir daí estão dadas as possibilidades para que o assistente social possa estruturar seu trabalho em consonância com suas atribuições (previstas nos marcos legais) e as requisições da instituição empregadora no atendimento as demandas sociais que se apresentam no cotidiano do exercício profissional. A dinamicidade do real e a diversidade das demandas que chegam ao profissional possibilitam ao assistente social intervir e atuar em variadas frentes: as abordagens individuais, familiares ou grupais na perspectiva de atendimento às necessidades básicas e acesso aos direitos, na consultoria e assessoria aos movimentos sociais, aos conselhos e às políticas sociais, gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços ou das políticas sociais, na elaboração de planos, pesquisas e estudos sobre políticas sociais ou sobre seu trabalho que revelem as reais condições de vida

e demandas da classe trabalhadora, ou ainda, na formulação, implementação e monitoramento das políticas sociais.

As atribuições do assistente social no âmbito da assistência social (conforme os depoimentos dos profissionais) são executar os programas, projetos, benefícios e serviços próprios da Assistência Social mediante a identificação/avaliação das condições socioeconômicas dos usuários, orientar os usuários da política acerca dos direitos e os mecanismos de acesso aos direitos, realização de abordagens individuais e em grupo, atividades em grupo, elaboração de projetos, monitoramento e avaliação da política, assessoria aos conselhos.

Para a materialização das suas atividades, os assistentes sociais pesquisados utilizam-se de instrumentos e técnicas como atendimentos individuais, entrevistas, visitas domiciliares, formulários de encaminhamento, pesquisas, reuniões, palestras, formulário de pesquisa, formulários de entrevistas, relatórios e fichas de evolução. A forma de utilização desses instrumentos e/ou a aplicação das técnicas variam de acordo com a perspectiva teórico-metodológica e política de cada profissional, e já que a atuação profissional é determinada pelas requisições da instituição e pelas demandas sociais é necessário que sua utilização seja realizada de acordo com cada situação a ser enfrentada profissionalmente. Para Cláudia Santos (2011, p.88) “[...] a escolha do instrumento cumpre, além de uma função técnica e operacional, uma função política e ideológica”.

De acordo com a análise dos depoimentos, as atribuições desenvolvidas pelos profissionais estão compatíveis com os marcos regulatórios da profissão, o que transparece o conhecimento dos profissionais sobre suas competências e atribuições favorecendo para que não sejam desenvolvidas ações e/ou funções que não competem ao profissional. Durante a análise constatou-se também certa confusão entre as atribuições do profissional de Serviço Social e os instrumentos/atividades utilizados para operacionalizar seu trabalho.

Notou-se que os instrumentos e técnicas são mais rapidamente elencados pelos profissionais, algumas vezes, em lugar das atribuições (como ocorreu com 52,17% dos entrevistados) como se observa nos trechos dos depoimentos abaixo:

Minhas atribuições são: *acolhimento, atendimento individual e familiar, reunião de família, visitas domiciliares, encaminhamentos, [...] entrevistas, acompanhamento da família, [...] elaboração de relatórios, estudos sociais, pareceres, etc.* (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 03, 04 e 07, grifos nossos).

Como se observa nos trechos dos depoimentos os instrumentos e técnicas são designados como atribuições profissionais, o que poderia ser explicado pela influência ideocultural da racionalidade formal-abstrata na sociedade que tende a supervalorizar as técnicas e os instrumentos operando uma ideia mistificada de que a prática profissional equivaleria à prática de campo – dimensão operativa⁵⁴. Isso pode também estar relacionado às dificuldades de captação das mediações que tendem a limitar as possibilidades interventivas ao plano da imediatividade. Assim, a mistificação operada pela demanda institucional é que esta aparece “[...] em sua imediatividade como um fim em si mesma, despida de mediações que lhe deem um sentido mais totalizante” (PONTES, 1997, p. 45).

A prática profissional não se restringe a utilização dos seus instrumentos e técnicas, pois eles por si só não tem a capacidade de munir o profissional para uma intervenção crítica; é o conhecimento, a teoria, como mediações, que possibilita o desvendar do real e oferece subsídios para a escolha, criação e utilização dos instrumentos. Portanto, o embasamento teórico, ético e político que possibilita o assistente social dotar a aplicação dos instrumentos e técnicas de maneira diferenciada e crítica com vistas a atingir as finalidades postas no PEPSS (SANTOS, C., 2011).

Quando há o superdimensionamento dos instrumentos e técnicas sobre a atuação profissional, corre-se o risco de cair no equívoco do tecnicismo que redundaria numa visão utilitária da prática social e a-histórica da profissão, que não ultrapassa o plano do imediato e conduz para a reprodução da racionalidade burguesa. Ressalta-se, então, que “não é o uso de instrumentos e técnicas que imputa ao Serviço Social um caráter conservador. Mas o caráter conservador, impregnado nessa profissão [e constitutiva da racionalidade da sociedade burguesa], que imputa ao uso de instrumentos um viés ‘tecnicista’” (SANTOS, C. 2011, p. 90).

É sabido que a atuação do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais para o desenvolvimento do seu trabalho no âmbito execução das políticas sociais, do monitoramento e avaliação da política, do assessoramento aos conselhos, exigem também a participação de outras áreas profissionais. A atuação nesses espaços requer uma ação conjunta, articulada, interdisciplinar que possibilite o atendimento às demandas sociais a partir do olhar e da intervenção das várias áreas do saber. Para tanto, a intervenção

⁵⁴ Conforme Montaña (2009, p. 148-149) a prática profissional “[...] inclui tanto a intervenção na realidade quanto seu planejamento e conhecimento (a pesquisa) dessa realidade. [...] O problema é que, na maior parte do debate no Serviço Social, considera-se como específico da profissão apenas [o trabalho de campo], [...] a dimensão operativa. [...] [O] conhecimento da realidade [exige] certo domínio do processo de trabalho tanto no nível teórico como prático”.

interdisciplinar exige a competência técnica, teórico-metodológica e ético-política, já que se trata de garantir uma resposta qualificada ao usuário e que prime pela viabilização do seu acesso aos direitos.

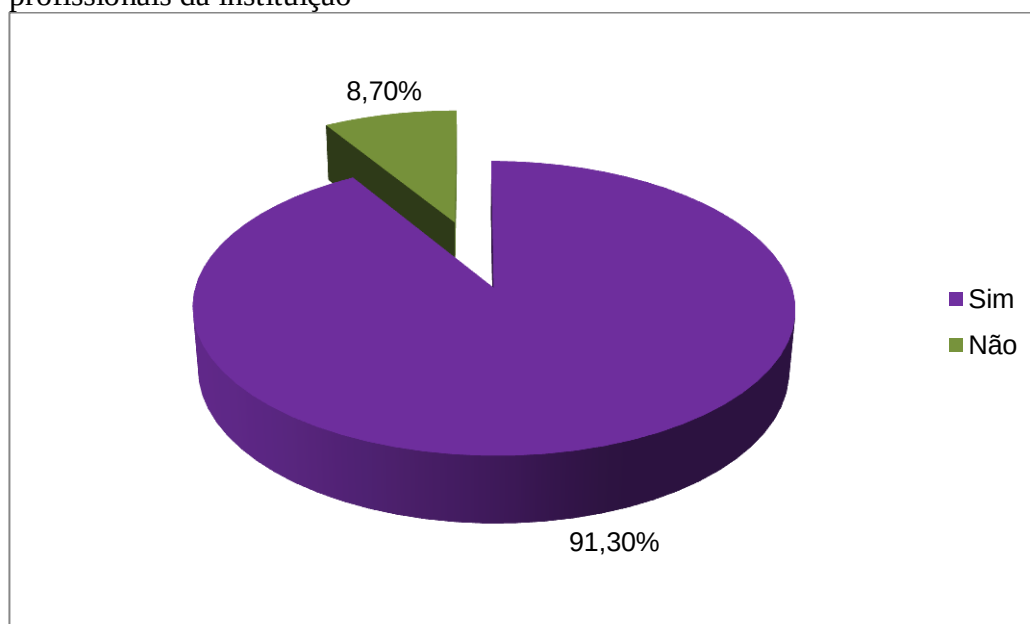
Assim como pressupõe a política de Assistência Social a execução, implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios supõe uma ação interdisciplinar realizada por um conjunto de profissionais das diversas áreas do saber com vistas a garantir um atendimento de qualidade ao usuário. Nesse sentido, verificou-se que todos os assistentes sociais no espaço da assistência social compartilham suas ações com outros profissionais, isto é, trabalham em uma equipe formada por assistentes sociais, psicólogos e, em alguns espaços como CRAS e CREAS, com advogados, educadores sociais dentre outros.

Ainda nessa direção, procurou-se identificar se o trabalho realizado no âmbito das instituições de assistência pela equipe tem se dado de forma interdisciplinar. Conforme o gráfico 06 abaixo, 91,30% dos assistentes sociais (21 profissionais) afirmam que o trabalho na instituição tem se realizado nos parâmetros da interdisciplinaridade e somente 8,60% profissionais pesquisados (02 assistentes sociais) afirmaram não trabalhar de forma interdisciplinar em virtude da inexistência de outros técnicos no seu espaço de trabalho e também da realização do trabalho de forma isolada como consequência da falta de comunicação entre a equipe, como apontado nos depoimentos que trataram sobre as dificuldades na relação interdisciplinar.

Eu não trabalho na equipe com outros técnicos, então não existe uma relação interdisciplinar. [...] Aqui na instituição, cada um trabalha muito na sua esfera e a gente sabe que não é o certo. Às vezes há uma falha muito grande de comunicação entre as equipes. (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 01 e 05).

Cabe ressaltar que a constatação de que relação entre os profissionais da equipe está se realizando de forma a não seguir os parâmetros da interdisciplinaridade, pode ser um indicativo do fracionamento do saber que dificulta a visão profissional na perspectiva de totalidade, bem como na perspectiva da produção qualificada de respostas às demandas dos usuários; essa tendência reflete a lógica neoliberal de fragmentação de todos os aparatos da vida social, na fragmentação da realidade presente na perspectiva racionalista formal-abstrata como o indicativo do conservadorismo. Assim, reforça-se aqui a importância da construção de uma relação entre os profissionais baseada na interdisciplinaridade.

Gráfico 06 – Especificação da existência de trabalho interdisciplinar entre os profissionais da instituição



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados evidenciam que na maioria dos casos (91,30%) há uma ação interdisciplinar entre os profissionais que trabalham nas instituições da SEMASC, o que se apresenta como um aspecto muito positivo para realização do trabalho do assistente social, na medida em que essa articulação permite a construção conjunta de estratégias, formas de ações articuladas para o atendimento as demandas dos usuários objetivando a viabilização do acesso aos serviços oferecidos pela instituição e a sua prestação com qualidade. Além disso, permite que sejam compartilhadas as atribuições de cada campo profissional, que se exercite o processo de conhecimento sobre as diversas áreas respeitando-se as particularidades de cada área profissional envolvida na equipe.

Como já foi discutido em outros momentos, a interdisciplinaridade é mecanismo necessário e essencial para viabilizar a execução dos serviços da assistência social na perspectiva de garantia de qualidades dos serviços prestados aos usuários. Entretanto, a construção de uma relação interdisciplinar não é uma relação que passe sem problemas, tendo em vista a heterogeneidade dos projetos profissionais que se situam no âmbito das equipes de trabalho nas políticas sociais. São divergências éticas, sociopolíticas, teóricas que correspondem aos valores estabelecidos por cada profissão, que podem incidir no reforço a manutenção do sistema capitalista ou na defesa da sua ruptura.

No entanto, é preciso estar atento que todo espaço sócio-ocupacional é um campo de tensões e de lutas permeado por divergências e contradições que são reflexo do tensionamento

entre o Estado e a sociedade civil, assim como entre as diversas forças que constituem essas duas instâncias. É salutar, portanto, que as relações profissionais dentro dos espaços sócio-ocupacionais sejam marcadas pelo pluralismo expresso no debate, na discussão, na persuasão, enfim, pelo confronto de ideias baseado no respeito aos projetos profissionais enquanto princípio democrático e não por mecanismos coercitivos e excludentes.

Nesse sentido, a ação profissional conectada ao projeto ético-político do Serviço Social pressupõe seu direcionamento positivo, o que exige

[...] a análise do movimento social (que é o movimento das classes e camadas sociais) e o estabelecimento de relações e alianças com outros corpos profissionais e segmentos sociais (aqui incluídos os usuários dos serviços profissionais), principalmente aqueles vinculados às classes que dispõem de potencial para gestar um projeto societário alternativo ao das classes proprietárias e dominantes (NETTO, 1999, p. 06).

Portanto, entende-se que essa relação interdisciplinar da qual o assistente social deve incentivar, conforme estabelece seu Código de Ética, deve contribuir para a construção de princípios favoráveis ao atendimento de qualidade ao usuário e, por consequência, contribuir para a organização do trabalho.

Segundo os profissionais pesquisados que afirmaram haver algum tipo de dificuldade na relação interdisciplinar (21,73%, isto é, 05 profissionais), as principais dificuldades estão relacionadas à falta de entendimento sobre o papel de cada profissional no trabalho a ser desenvolvido na instituição, a falta de conhecimento sobre a política de Assistência Social, divergências de pensamento e a falta de interesse dos profissionais em realizar o planejamento das ações conjuntamente, como pode ser observado nos depoimentos abaixo:

A dificuldade é a cobrança por parte dos educadores que muitas vezes não sabe o seu papel dentro da instituição. Então eles ficam cobrando, pedindo que a gente faça coisas que é função deles. Aí reclamam porque eles estão num número super-reduzido. [...] Nem todos se apropriam da política de assistência, então eu diria que é uma dificuldade de entendimento. Há sempre uma divergência de pensamento e de atuação e por mais que se tente entrar em um consenso, há sempre uma alfinetada aqui, outra ali. (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 03 e 04, grifos nossos).

É importante dizer aqui, que cabe ao profissional de Serviço Social sempre que possível delimitar o âmbito da sua atuação, seu objeto, instrumentos utilizados, a fim de esclarecer aquelas que são ou não suas atribuições profissionais visando contribuir para a organização do trabalho e facilitar na adoção de ações interdisciplinares.

Nessa direção, Carvalho (2012, p. 75) afirma que o trabalho interdisciplinar exige a compressão que a atuação do assistente social não pode se realizar de forma isolada das outras profissões e, além disso,

[...] ter a plena consciência de que para bem interagir com as mesmas, é sempre necessário saber definir e ser competente em seu campo. Este é um elemento fundamental para que haja, de fato, troca entre os saberes – o que define a equipe interdisciplinar. Parece brindar-nos de obviedade que só oferecemos aquilo que de fato, temos propriedade. Ou seja, o conhecimento e domínio das possibilidades e limites da própria profissão tornam-se indispensáveis para que haja interação com as demais profissões.

Para realização da ação interdisciplinar, é necessário também que se realize uma ação conjunta e que as atividades dessa ação sejam planejadas coletivamente pelos profissionais visando garantir a mesma qualidade nos serviços prestados. Nesse sentido, observou-se que em 78, 30% dos casos há o planejamento conjunto das atividades entre os profissionais através de reuniões semanais ou mensais, o que é um aspecto muito positivo tendo em vista a sua importância para traçar estratégias, rotinas de trabalho objetivando a prestação de serviços de qualidade. Já 21,70% dos profissionais pesquisados (05 assistentes sociais) afirmam não haver esse planejamento das ações, o que traz implicações diretas para o trabalho do assistente social realizado no âmbito da execução da política com vistas ao atendimento do usuário.

Nesse sentido, os profissionais pesquisados afirmaram que as implicações da falta de planejamento conjunto para o Serviço Social são: a inviabilização da dinâmica da oferta dos serviços na instituição, o que pode acarretar a inviabilização do acesso do usuário aos direitos; gera-se uma tensionamento nas relações profissionais, que não colaboram para a construção da organização do trabalho; a descontinuidade do trabalho, bem como o parcelamento das ações. Essas questões podem ser verificadas nos depoimentos dos entrevistados a seguir.

As implicações é que o trabalho é descontinuado, cada profissional age de uma forma, da forma que ele acha que é correta, muitas vezes atrapalhando todo um serviço. [...] As equipes não estão mantendo o mesmo discurso e dentro de um equipamento é muito importante a gente criar uma rotina de trabalho, uma dinâmica, porque acaba um técnico tomando uma decisão e aí um outro técnico tem uma outra postura, e esse choque de posturas acaba interferindo no trabalho com o usuário. [...] Surge demanda e a gente responde a demanda. A gente fica só apagando fogo e acaba não dando uma resposta estruturada. Se a gente tivesse um tempo maior de reflexão, discussões dava pra fazer uma prática profissional com mais qualidade, ter serviços de mais qualidade também. Aí seria muito diferente (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 01, 02 e 03, grifos nossos).

De fato, a falta de planejamento tende a inviabilizar as ações que pretendem a garantia da interdisciplinaridade e, por consequência, a melhoria na qualidade da oferta dos serviços e do acesso ao usuário aos direitos. Ademais as divergências existentes entre os profissionais, sejam teóricas ou de outra ordem, é importante que se expresse qual deve ser orientação primordial do trabalho na execução da política social visando a viabilização do acesso aos direitos dos usuários e, portanto, cabe aqui o compromisso ético do assistente social em buscar sempre que possível a incentivar a interdisciplinaridade, respeitando sempre a autonomia profissional e os projetos profissionais de cada área do saber. Essa ação vislumbra o fortalecimento do pluralismo, o que tende colaborar para uma atuação profissional que caminhe na direção do PEPSS.

4.2.1 A percepção do assistente social sobre a atuação e a formação profissional

Um dos momentos importantes e constitutivos para viabilizar uma atuação profissional competente, criativa, propositiva é o da formação acadêmica. O momento da formação acadêmica é fundamental para subsidiar o assistente social teórico-metodologicamente tendo em vista a necessidade da construção e (re) construção da prática e no estabelecimento de estratégias de ação, bem como preparar para o campo da investigação como espaço privilegiado para a qualificação científica e da produção teórica. Nesse sentido, o embasamento teórico é visto como um dos instrumentos fundamentais para permitir entender a unidade da relação teoria e prática, o conhecimento da realidade, o conhecimento dos meios e modos da realização da intervenção profissional, com vistas a contribuir para o estabelecimento de finalidades a qual se pretende atingir a atuação profissional.

Nesse sentido, o embasamento teórico-metodológico, ético-político adquirido durante a formação acadêmica deve “[...] permitir que o assistente social apreenda os fundamentos da sua intervenção profissional e que busque, conscientemente, os meios para alterar as circunstâncias que põem obstáculos à intervenção profissional” (GUERRA, 2007, p.23).

A relação entre a formação acadêmica e a prática profissional refletem, grosso modo, a relação teoria e prática, pois sem essa unidade (entendo que a unidade é um vínculo intenso de diferentes) a atuação sobre a realidade carece de elementos que possam incidir sobre a dinâmica da vida social servindo para estabelecer estratégias de ação em respostas as demandas sociais. A realização da passagem da teoria a prática não se dá de forma abrupta, mas sim no processo dinâmico e dialético das objetivações humanas, numa articulação entre

teleologia e causalidade, isto é, “necessita das definições dos fins e da busca dos meios, que, por sua vez, implicam [uma dimensão teórico-metodológica], uma dimensão ético-política e uma dimensão técnico-operativa” (SANTOS, C., 2011, p.54).

No tocante a relação entre a formação acadêmica e o exercício profissional, os resultados da análise dos depoimentos dos profissionais evidenciaram que 60,80% (14 profissionais) afirmaram que a formação contribuiu/colaborou para a atuação profissional.

A minha capacidade reflexiva foi a principal contribuição, as leituras que eu fiz, os contatos com os profissionais, os professores, colegas, a busca de informações, ler, procurar entender essa realidade para além da aparência, buscar a essência. [...] A questão da formação teórica, de entender a lógica desse sistema (capitalista), de desvincular esse discurso que a teoria não tem nada a ver com a prática, a questão ética. Mas que tudo isso não para aí, nós temos que buscar mais, temos que estar sempre nos reciclando. A formação ela não acaba ali na academia, ela é contínua. (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 01 e 04).

Observa-se a partir dos elementos expostos pelos profissionais que a base teórica, do arcabouço teórico oferecido durante a formação acadêmica possibilitou corretamente algumas colocações de que a ela origina um processo reflexivo, que possibilita o conhecimento da realidade, das condições objetivas postas nessa realidade, a análise das situações concretas, o que permite, por consequência, os conhecimentos dos meios e sua utilização e projetar finalidades a atuação profissional.

Os depoimentos dos entrevistados indicaram ainda a preocupação e o correto entendimento da importância da formação profissional como um processo continuado e permanente que implica no aperfeiçoamento intelectual do assistente social possibilitando a estimulação da sua capacidade investigativa. Essa tendência que apontou a importância da formação continuada vem a corroborar com a constatação feita no capítulo anterior de que 100% dos profissionais entrevistados após a graduação já haviam feito algum tipo de capacitação.

Ressalta-se, desse modo, que a formação acadêmica oferece um embasamento teórico-metodológico na sua articulação com as dimensões ético-política e técnico-operativa, pois sem estas também não é possível garantir a realização de uma atuação profissional que esteja atenta aos princípios e fundamentos do PEPSS. Somente através da apreensão da teoria, do conhecimento teórico sem a devida articulação com o campo político, ético, prático não é possível se garantir uma atuação que rompa com a reprodução da racionalidade burguesa no âmbito dos espaços sócio-ocupacionais.

Chama-se atenção aqui também para a reprodução da visão messiânica da profissão expresso no depoimento do entrevistado 23, ao afirmar que a formação acadêmica contribuiu "[..] nessa perspectiva de reflexão das condições do usuário, de *buscarmos transformar essa realidade*" (Entrevistado 23, grifos nossos). O messianismo foi um dos equívocos produzidos na aproximação enviesada com o marxismo e que se refletiu sobre a formação acadêmica no período anterior à aprovação das diretrizes gerais. Isso explica a fala do entrevistado acima, quando se faz essa relação com seu o período de formação, que corresponde a esse período da aproximação com o marxismo na sua forma enviesada.

De outro lado estão os 39,20% dos profissionais (09 assistentes sociais) que declararam que a formação acadêmica não trouxe contribuições para o exercício profissional, como sintetizado no depoimento do entrevistado 03 abaixo.

A gente acaba na universidade pincelando alguns temas e quando você chega na prática se você não corre pra conhecer, você não consegue executar seu trabalho. *Eu acho que a graduação deveria colaborar um pouco mais; eu não acho que você tratando na graduação de visitas domiciliares, instrumentos, você vá engessar um profissional, porque cada um tem sua forma de elaborar* (Entrevistado 03, grifos nossos).

Dentre os entrevistados que constituiu o grupo dos 39,20% apresentaram-se argumentações justificando porque a formação acadêmica não contribuiu para a atuação dos profissionais, argumentações que seguiram em duas direções: a primeira de que a graduação deve ensinar a fazer a prática, pensando ela aqui reduzida a utilização dos instrumentos e técnicas, referindo a profissão como tecnicista; a segunda, de que a conjuntura na qual se deu o processo de formação não colaborou para o maior aproveitamento da formação acadêmica.

Quanto à primeira tendência de que a graduação deve ensinar a fazer a prática se referindo a profissão como tecnicista, destaca-se o depoimento a seguir:

A academia é muito falha na prática e eu acho que é isso que a academia ainda não entendeu. *O instrumento é algo técnico e nossa profissão é técnica. A gente tem uma análise crítica, mas técnica. A universidade não me preparou para elaborar um parecer, analisar um bom parecer, para identificar, diferenciar situações de vulnerabilidade* (Entrevistado 07, grifos nossos).

É preciso salientar que essa preocupação com o estudo ou aprendizagem sobre os instrumentos e técnicas, reduzindo-se a prática e a profissão a esse viés tecnicista que supostamente caracterizaria a “especificidade” da profissão, redundava em um erro produzido e

reproduzido na profissão influenciado pela lógica formal-abstrata que demarca a visão endogenista da profissão que colabora fortemente para a reprodução do conservadorismo no Serviço Social.

[...] Ao ser “enquadrado” como profissão de caráter eminentemente técnico, ao exercer funções executivas, o assistente social pensa poder se eximir-se da reflexão teórica *in totum* e fixar seu foco de preocupações no cotidiano profissional, para que os modelos analíticos e interventivos, testados e cristalizados pelas suas experiências e de outrem, são suficientes. A isto combina-se o elenco de disciplinas que se dedicam aos fatos da realidade empírica, que lhe fornecem um quadro referencial teórico eclético, segregado em informações parciais, fragmentadas e generalizantes (GUERRA, 2011, p. 170, grifos originais).

Esse superdimensionamento da capacidade técnica do profissional opera uma clara cisão entre o conhecimento e a ação, a teoria e a prática alimentada pela visão positivista incorporada ao Serviço Social que impossibilita a apreensão da totalidade do real e acabam por reforçar a ideia equivocada e conservadora de que na “prática é teoria é outra”. É importante clarificar que a função da teoria, em relação aos instrumentos e técnicas, é oferecer o significado social da sua ação, isto é, possibilitar apanhar as tendências presentes no movimento da realidade e sobre as manifestações sobre qual incide a intervenção profissional. “Nem o conhecimento teórico gera, de imediato, uma intervenção competente, nem a intervenção competente existe sem o conhecimento teórico” (SANTOS, C., 2011, p.94), ou seja, é uma relação de unidade.

Essa concepção de que a formação acadêmica deve oferecer um manual do “fazer” profissional através da sua instrumentalização, “[...] retira todo o substrato teleológico e histórico do sujeito, enxuga a intencionalidade levando-a a objetivos abstratos” (MONTAÑO, 2009, p.140). Além disso, a ideia de que a formação acadêmica deve oferecer todas as respostas as necessidades do mercado de trabalho também operam no sentido de revalidar a assertiva de que na prática a teoria é outra. Isso porque as necessidades sociais, as quais necessitam respostas do Estado e do mercado de trabalho, são extremamente dinâmicas, não podendo a formação (que prima por oferecer uma formação crítica, totalizante para que os profissionais possam responder ao projeto ético-político profissional) criar manuais de respostas a todas as necessidades e as demandas numa lógica formalizadora do real.

A formação e o mercado de trabalho têm dinâmicas diferentes e, portanto, a formação não pode responder integralmente à prática. Há que se distinguir que o objetivo da formação acadêmica é a preparação para a profissão e não para o emprego, “[...] devendo um

projeto de curso articular dialeticamente as demandas reais àquelas potenciais, que vão contribuir para alterar o panorama profissional vigente” (IAMAMOTO, 2011, p. 164). Nesse sentido, o não entendimento do limite da relação entre a formação e o mercado de trabalho conduz ao equívoco de que “na prática a teoria é outra”, o que é reflexo, na verdade, do não entendimento da relação teoria e prática.

Do exposto, há que se atentar que essa perspectiva tecnicista que redunde na reprodução do mito de que “na prática a teoria é outra” (presente no depoimento do entrevistado 07 mostrado acima), está relacionada com a perspectiva teórica formalista-abstrata, expressão metodológica do pensamento positivista, isto é, trata-se da mesma perspectiva teórica que deu sustentação ao Serviço Social na sua fase conservadora. Essa forma equivocada de conceber a relação entre a formação e prática profissional em que há uma valoração da técnica sobre a teoria é um retrato claro da reprodução do conservadorismo.

Já a segunda direção apontada pelos dados da pesquisa, de que a conjuntura na qual se deu o processo de formação não colaborou para o maior aproveitamento da formação acadêmica, é evidenciada no depoimento a seguir:

A formação acadêmica não contribuiu para minha atuação profissional, porque minha graduação foi muito conturbada porque a gente tinha greve três vezes ao ano e nós [alunos] aderimos aos movimentos dos técnicos, professores em defesa da educação. O que me ajudou muito foi a minha formação dentro do movimento estudantil, mas a minha formação acadêmica mesmo foi um pouco atropelada. (Entrevistado 11, grifos nossos).

É preciso lembrar que, de fato, a conjuntura contemporânea sob a insígnia neoliberal tem trazido impactos negativos à política de educação, sobretudo, sobre a educação superior. A realidade de sucateamento das universidades públicas, a tentativa de privatização, a precarização das relações de trabalho, a tendência a regressão dos direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores da educação superior tem refletido diretamente na qualidade da formação acadêmica do Serviço Social. Decerto isso pode sim influenciar decisivamente na atuação profissional do assistente social, potencializando para a que intervenção profissional, somadas a todos os limites que rebatem sobre o trabalho profissional na execução das políticas sociais e de viabilização do acesso aos direitos, não se efetive na direção do PEPSS.

Verificou-se ainda nos depoimentos dos assistentes sociais entrevistados o recorrente equívoco inerente a compreensão do papel profissional frente à questão social, nos espaços de trabalho, em diversos depoimentos dos entrevistados expressivos da visão heroica e

messiânica da profissão, a partir da qual cabe ao assistente social a tarefa de transformação da realidade, no exercício de uma ação militante enquanto “agente de transformação” como ressaltado no depoimento do entrevistado 11 abaixo que trata sobre a contribuição da formação profissional para a construção dessa concepção.

A graduação foi muito importante, contribuiu muito nessa perspectiva de transformação social, porque nós somos agentes de transformação e que nós precisamos estar conscientes do nosso papel nessa sociedade. Nós não somos a moça boazinha que dar as coisas, mas um profissional que possibilita o acesso aos direitos porque sabemos os caminhos para isso, com um compromisso com a qualificação profissional pra atender as novas demandas que aparecem.

Assim como no caso retratado anteriormente, se trata de um profissional formado no período anterior ao da aprovação das diretrizes curriculares, cujo projeto pedagógico era marcado pela apropriação vulgar do marxismo que redundou nesse e outros equívocos. Portanto, mesmo orientado numa perspectiva mais crítica - que contribuiu para o processo de renovação profissional, tendo como intento a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social – essa experiência acabou por reproduzir uma concepção vulgar da prática social e profissional, na medida em que perdia de vista a historicidade dos fenômenos dificultando o desvendamento do movimento social, que constitui e determina a prática profissional.

4.2.1.1 Percepção dos assistentes sociais sobre a relação teoria e prática

A relação entre teoria e prática (já tratada teoricamente em outros momentos desse estudo) pode ser entendida, resumidamente, enquanto uma relação dialética que se estabelece na dinâmica do real, sendo construída no processo de apreensão teórica da realidade e explicita as tendências presentes no seu movimento. No caso específico do Serviço Social possibilita entender as manifestações que particularizam o campo sobre qual incide a intervenção profissional, isto é, permite situar a prática do assistente social oferecendo caminhos para entender o significado social da ação profissional.

Nesse sentido, Cláudia Santos (2001, p. 93) indica que toda prática

[...] tem um significado social, [já que] ela é constituída por determinações que têm uma legalidade interna e, portanto, inteligível à razão. Entretanto, essa legalidade não é aparente, é necessário um movimento que gere um conhecimento teórico sobre esse fenômeno. Assim, nem a teoria se transforma em prática nem a prática se transforma em teoria. Quando se tem

um procedimento teórico sobre a prática, ela expressa uma teoria. De outro modo, essa teoria poderá modificar a prática quando for utilizada para avaliá-la e interpretá-la.

Partindo desse entendimento da relação teoria e prática enquanto unidade que possibilita ao assistente social compreender o significado da sua intervenção profissional e possa dirigi-la no sentido de alcançar as finalidades do PEPSS, procurou-se analisar de que forma os profissionais tem entendido a relação teoria e prática para o desenvolvimento do seu trabalho.

De acordo com 78,20% dos profissionais entrevistados (18 profissionais) eles têm conseguido adotar, no exercício profissional, os conhecimentos adquiridos na formação acadêmica, isto é, tem conseguido fazer a relação teoria e prática no cotidiano do desenvolvimento do seu trabalho profissional. Os depoimentos dos profissionais oferecem alguns elementos para a discussão da relação teoria e prática, conforme se observa na fala dos profissionais selecionados abaixo.

Busco fazer a relação entre a teoria e a prática tentando estudar, buscando informação, buscando ouvir a demanda sob a ótica de todos eles, buscando ouvir do representante de cada conjunto envolvido no espaço da assistência social. Tento conhecer a realidade, conhecer a legislação, conhecer obras, a fala daquelas pessoas que vivem naquele cotidiano e saber como aqueles serviços podem ser utilizados [...] É algo que não dá para dissociar teoria e prática; a instituição tenta nos corromper e se deixar a gente esquece o que é o Serviço Social, nosso código de ética, nosso projeto e a realidade vai nos levando de uma maneira perversa e por isso eu procuro sempre manter essa reflexão. Eu sinto que essa formação continuada ela é muito importante, pois eu senti a necessidade de voltar a ler, a me atualizar, é fundamental. Não se trata de achar que o aquilo que eu li eu vou aplicar, mas sim auxiliar no processo reflexivo enquanto profissional, de ser um profissional propositivo (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 01 e 09).

É identificável na fala dos profissionais, como visto também no item anterior, que a busca pelo conhecimento da realidade, da dinâmica do cotidiano, das determinações sociohistóricas do capitalismo na sua fase contemporânea através do campo das mediações, as bases materiais (Lei de Regulamentação, o Código de Ética e as Diretrizes Curriculares) que conformam o projeto ético-político da profissão são elementos importantes para estabelecer a relação da formação acadêmica com a prática profissional. Esses elementos pensados dentro da prática profissional perpassam, decerto, por um processo reflexivo que busque a totalidade dos fenômenos, a fim de potencializar para que aporte teórico-metodológico se traduza em uma prática próxima e/ou compatível com os princípios e objetivos do PEPSS.

Nesse sentido, os depoimentos dos assistentes sociais ressaltaram corretamente a importância da busca pelas mediações nesse processo reflexivo a fim de desvendar e conhecer a realidade e, por conseguinte, produzir respostas qualificadas as demandas dos usuários. Afirma o entrevistado 07 a esse respeito: “[...] No nosso trabalho nós conseguimos relacionar a relação teoria e prática no contato com o usuário, as condições sociohistóricas que determinam as relações sociais, a pobreza e que se expressam na situação de vulnerabilidade do usuário. Você procura as mediações para entender essa realidade” (Depoimento do entrevistado 07).

Como visto aqui e em outras passagens desse trabalho, a teoria, enquanto meio, ajuda a entender os fins e os elementos que constituem o processo que possibilitará projetar as finalidades para a intervenção sobre o real. O conhecimento para desvendar o real deve ser operado através das mediações que possibilitam situar a profissão dentro das relações sociais historicamente determinadas, entendendo-a como parte de uma prática social e, portanto, ela não pode ter existência objetiva sem que a situe no contexto das relações socioeconômicas, políticas e culturais que marcaram a sua emergência. A profissão é também produto da articulação da categoria, das lutas impressas no contexto social, bem como resultado teórico, prático e político da categoria profissional (SANTOS, C., 2011).

Dito isso, vê-se que é possível situar a prática profissional, tendo a clareza que ela não tem “o poder miraculoso de revelar-se a si mesma, como uma coisa ‘natural’” (IAMAMOTTO, 2011, p. 115). Portanto, é fundamental o papel da formação profissional (a qual não se restringe a formação acadêmica, mas a formação continuada) enquanto um processo de construção de competências e acumulação de saberes que se constituam como subsídios para a atuação profissional envolvendo as dimensões política, teórica e técnica de modo a consolidar uma prática profissional crítica. Ao compreender o significado social da sua prática, o sujeito profissional passa a ser capaz de situar sua ação no âmbito da relação teoria e prática, isto é, reconhece o caráter político da sua prática.

De outro lado, 21,80% dos assistentes sociais entrevistados (05 profissionais) afirmaram não conseguir fazer essa relação da teoria e da prática no cotidiano do seu exercício profissional, justificando haver uma relação de oposição entre a teoria e a prática porque “na prática a teoria é outra” ou pelas deficiências decorrentes da sua formação acadêmica que não possibilitou a discussão crítica advinda da aproximação apropriada com a teoria social marxiana que permitiu esclarecer a relação de unidade entre teoria e prática. Essa tendência de postura pode ser observada nos depoimentos abaixo.

É muito raro conseguir fazer essa associação da teoria, do que você aprendeu na academia com a prática. A gente lembra da importância da reflexão, mas eu acho que me faltou muita coisa na universidade, aquele conteúdo é muito esquemático. A prática é muito diferente do que a gente vê na teoria. [...] A minha formação acadêmica ainda foi na perspectiva do conservadorismo. Ainda não tinha o debate sobre a questão social, da formação sociohistórica brasileira, o debate sobre o processo de ruptura com o conservadorismo, de como poderia está se reproduzindo isso dentro do ambiente institucional numa lógica de manutenção do sistema (capitalista). Isso atrapalhou muito para que eu conseguisse fazer essa relação entre teoria e prática (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 10 e 11, grifos nossos).

Parece que, de fato, a falta ou imprecisão no entendimento desses assistentes sociais acerca da relação de unidade entre a teoria e a prática pode estar relacionada às deficiências na sua formação acadêmica, tendo em vista que todos esses profissionais que formam esse grupo de 21,80% graduaram-se no período anterior à aprovação das diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Essas deficiências da formação acadêmica podem também potencializar essa ideia de que há uma distância entre aquilo que é repassado durante a formação e o que é vivenciado na prática interventiva, como se os conhecimentos obtidos na formação acadêmica não estivessem adequados ou não respondessem suficientemente às requisições feitas pela instituição e pelo mercado de trabalho, produzindo assim o mito de que “na prática a teoria é outra” e de que entre ambas não há uma relação de unidade e sim de oposição.

Como já discutido anteriormente, a reprodução desse mito refere-se a um equívoco que está relacionado a racionalidade formal-abstrata como expressão do pensamento positivista que marcou historicamente as abordagens do Serviço Social Tradicional. Além disso, o perigo dessa apreensão equivocada da relação entre a teoria e a prática para a atuação profissional é que se abre espaço para a reafirmação dessa racionalidade que investe no discurso da cisão entre a teoria e a prática, na medida em que produz uma exaltação da técnica, do empirismo, não possibilitando a apreensão do movimento do real, gerando assim a sua mistificação que conduza manutenção da racionalidade burguesa, isto é, a reprodução do conservadorismo.

Segundo Guerra (2011, p. 170, grifos originais) a implicação da influência da racionalidade formal-abstrata na atuação profissional é de que o assistente social

[...] ao apreender os dados, sobre os quais atua como formas fixas, o profissional tende a identificá-los ao seu conteúdo e estabelecer entre eles uma relação causal, cuja tendência é *aceitar* os fatores econômicos determinantes, [levando] [...] o profissional a desconsiderar os demais

aspectos constitutivos das questões sociais e conceber os fatores econômicos como autoexplicativos, abstraídos das demais determinações que conformam os processos sociais. [...] A teoria, reduzida a um método de intervenção e caucionada pela experiência, ao extrapolar o âmbito do pensamento, objetiva-se numa prática burocratizada.

Os depoimentos acima demonstram, portanto, que esses profissionais não têm clareza teórica suficiente do que seja a prática e a teoria, dificultando assim seu entendimento de que a formação, também submetida à dinâmica da realidade, não consegue responder (nem deve) a todas as necessidades do mercado, como se fosse possível estabelecer modelos fixos de utilização de técnicas e instrumentos que respondessem do mesmo modo a todas as demandas sociais postas pelo usuário. As demandas e necessidades sociais surgem cotidianamente e nem sempre elas estão visivelmente expressas de forma que o profissional as identifique como legítimas a intervenção do assistente social e/ou dos demais profissionais que realizam a execução das políticas sociais. Cabe, então, a formação oferecer subsídios para o conhecimento da realidade possibilitando ao profissional desvendar essas novas demandas e necessidades e, assim, produzir estratégias de ação e respostas qualificadas a elas.

A formação acadêmica como estabelecida pelas diretrizes curriculares gerais para o curso de Serviço Social estabelece como recomendação que os cursos devem dotar os alunos por conhecimentos teóricos amplos e críticos que possibilitem situar a profissão na dinâmica das relações sociais e identificar o significado social da profissão e da sua intervenção, bem como estimule a postura investigativa capaz de fazê-los conhecer tanto as exigências do mercado de trabalho quanto ir além das demandas já postas à intervenção profissional, desvendando as demandas emergentes.

4.2.2 Avaliação da atuação profissional na execução da Política de Assistência Social

A atuação profissional no âmbito das políticas sociais, principalmente na política de Assistência Social, tem se colocado frente a uma realidade complexa que se reflete na complexificação das expressões da questão social. Sabe-se que historicamente a assistência social foi tratada como mecanismo para controle e regulação da força de trabalho no patamar das medidas de “proteção” do Estado “paternalista”, que vem a fornecer serviços, benefícios aos segmentos mais espoliados e “naturalmente” produzidos pela inevitável desigualdade social no contexto capitalista.

A partir da constituinte, a assistência social passa a se integrar a Seguridade Social na perspectiva de garantia dos direitos sociais e consolidação da cidadania como dever do poder

público. Não obstante os avanços alcançados pela assistência social como mecanismo de enfrentamento da pobreza face ao agravamento das expressões da questão social, observa-se que o atual contexto do capitalismo tem demonstrado que, a reorientação do seu foco nas políticas compensatórias, projetos de geração de renda, ações neosolidárias baseadas numa nova reforma moral e social de orientação neoliberal, tem operado no sentido a mistificar a relação capital e trabalho, e isso vem a ratificar a concepção de que hoje a assistência social atua estrategicamente na reprodução da racionalidade burguesa.

Essa tendência mistificadora que busca anular as particularidades ou determinações fundamentais do modo de produção capitalista tem como substrato o racionalismo formal-abstrato. Esses e outros aspectos já discutidos noutro capítulo acerca da representação, concreta e simbolicamente, da assistência social como expressão do poder burguês têm impactado sobre a forma como se realiza a atuação profissional nessa política. Postos esses aspectos que tem caracterizado a atuação do assistente social na política de assistência social no município, parte-se agora para a análise dos elementos do real concreto, a partir dos sujeitos profissionais sobre a relação entre o Serviço Social e a assistência social no município.

A análise dos entrevistados sobre o Serviço Social na política de Assistência Social esteve centrada na questão da relativa autonomia conquistada a partir da contratação dos assistentes sociais via concurso público e das formas de contatos construídas com os usuários. Nesse âmbito foi possível perceber a relação contraditória criada a partir daí entre gestores (representantes institucionais) e profissionais contratados (comprometidos com os usuários dos serviços institucionais) que, em virtude da sua condição de subordinação ao poder político que exigem uma ação e um discurso compatível/complacente as práticas conservadoras, permanecem realizando uma atuação profissional assistencialista reproduzindo a marca histórica do clientelismo, da lógica do favor no município.

Tais questões são expostas nos trechos dos depoimentos a seguir:

Existe uma divergência entre concursados e cargos comissionados, embora todos sejam assistentes sociais...como se houvesse uma briguinha assim, não sei porquê. A gente precisa amadurecer muitas coisas, até com relação a saber se é correto a gente ter que se submeter ou passar por qualquer coisa porque é assistente social. O que se entende como assistente social? Salvador da pátria? A gente tem que amadurecer muitas questões e nem tão pouco nós temos que fazer por fazer porque estamos concursados. Nós (assistentes sociais) que estamos há mais tempo como trabalhadores do SUAS, deveria estar se organizando melhor e compreendendo melhor a prática profissional. [...] Alguns profissionais ainda se submetem a lógica assistencialista e ao invés de defender os princípios que estão no seu PEPSS

acabam defendendo os interesses da instituição, interesses esses que são conflitantes com os interesses dos usuários (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 01 e 02).

Verificou-se que a concepção desses profissionais sobre a prática do Serviço Social na assistência social em Aracaju é que ainda persiste a reprodução de práticas conservadoras no Serviço Social. É interessante perceber que, nesse caso, a tendência a reprodução das práticas conservadoras estariam ligadas a precarização do vínculo empregatício posta pela tendência neoliberal que se expressa na ofensiva do capital sobre o trabalho. Entende-se, nesse sentido, que para esses profissionais a reprodução das práticas conservadoras não está relacionada somente a decisão pessoal do assistente social em reproduzir uma prática conservadora, mas, sobretudo, as determinações do real que se expressam na falta de condições objetivas (nas condições para realização do trabalho e de execução da política no atendimento ao usuário) e subjetivas para que o profissional possa romper com a lógica de reprodução da racionalidade burguesa.

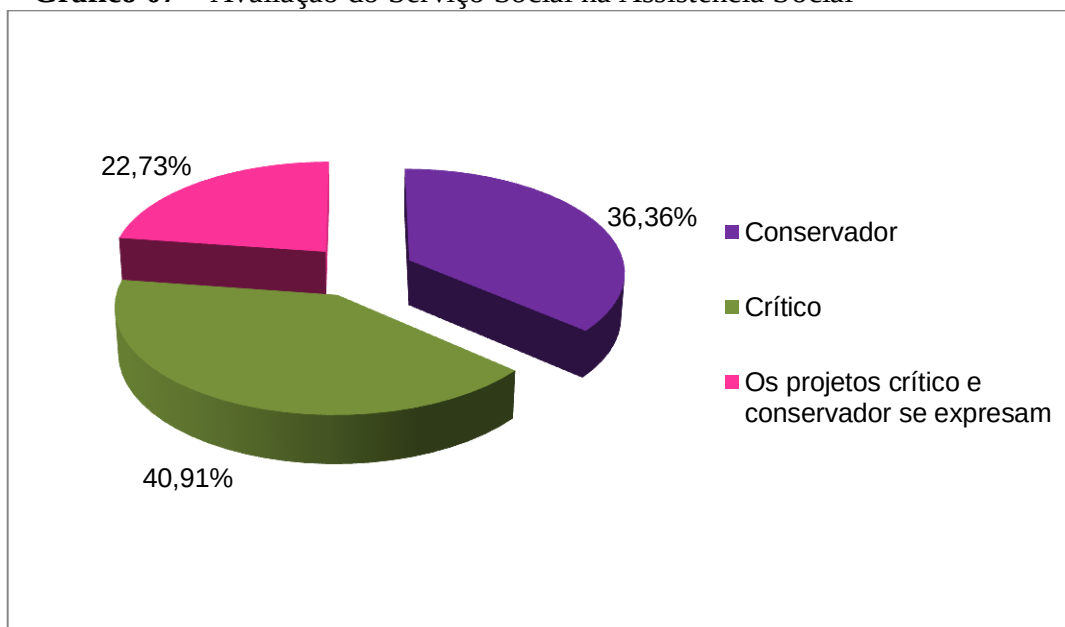
Essa tendência pode ser percebida através do depoimento desse profissional entrevistado:

Eu acho que o Serviço Social no município de Aracaju tinha uma cara a dois anos atrás e hoje ele tem outra. Porque há dois anos atrás você tinha profissionais contratados, então o Serviço Social estava muito submisso ao que vinha de cima (as exigências do gestor representante do poder político) executar. E hoje nós vivemos uma efervescência porque os profissionais eles são concursados e eles fazem aquilo que está dentro dos parâmetros do que é o trabalho de um assistente social e hoje eles já podem dizer não a certas práticas. Então o Serviço Social hoje está tomando corpo e uma cara, um respeito, porque os profissionais estão impondo, mesmo com todas as dificuldades que a gente tem, mas os profissionais já conseguem se posicionar (Depoimento do entrevistado 06).

Contrariamente a essa identificação da postura profissional, majoritariamente à práticas conservadoras, no campo da política social da assistência, a avaliação dos profissionais do Serviço Social inseridos na política de Assistência Social, na SEMASC estaria expressando duas posturas com percentuais equilibrados. Para 40,91% dos profissionais (09 assistentes sociais) os assistentes sociais na assistência social têm expressado uma postura mais alinhada ao projeto profissional crítico, esforçando-se para colocar a sua prática na perspectiva de fortalecer relações que se contrapõe ao conservadorismo, enquanto que 36,36% (08 profissionais) acreditam que tem se orientado mais pelo projeto conservador e 22,73% (05 assistentes sociais) percebem que há uma

convivência, um equilíbrio entre os dois projetos profissionais na assistência social, conforme demonstra o gráfico 07.

Gráfico 07 – Avaliação do Serviço Social na Assistência Social



Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se entre os depoimentos do grupo majoritário (40,91%) que apesar de haver a afirmação de que hoje o Serviço Social está expressando o projeto mais crítico (o que pode estar ligado a realidade da hegemonia do projeto profissional crítico na profissão), os profissionais não deixam de reconhecer que a existência de profissionais uma prática alinhada a posturas conservadora. Constata-se hoje que, mesmo após o processo de ruptura com o Serviço Social Tradicional, o conservadorismo não foi superado na profissão.

Não vou dizer que o projeto conservador está superado, mas acredito que tem avançado e tem expressado mais o projeto crítico. Quando você vai em outros municípios que tem profissionais com contrato, cargo comissionado, mais precarizado eu vejo que se expressa mais o conservador. Isso vai depender muito do ambiente de trabalho. [...] O Serviço Social está expressando mais o projeto crítico porque hoje os profissionais têm essa maior autonomia de se colocar e poder discutir, de saber o que é do seu trabalho e o que não é, e descobrir novas perspectivas de trabalho, novas alternativas, não só reproduzindo aquilo que historicamente vem sendo colocado (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 04 e 06, grifos nossos).

Entretanto esse conservadorismo não se limita a subjetividades dos profissionais; as condições objetivas alinham, necessariamente, o exercício prático da profissão à perspectiva

conservadora inerente à racionalidade da lógica socioinstitucional. Isso porque essa racionalidade burguesa é constitutiva da estruturação das relações institucionais e de toda a lógica do seu funcionamento, o que se expressa na precarização dos vínculos empregatícios e na estrutura das políticas sociais, bem como nas instituições, das quais o assistente social realiza seu exercício profissional, ou seja, na dinâmica sociohistórica, política, econômica e cultural que caracterizam a sociedade burguesa e se expressam como mediações da intervenção profissional (GUERRA, 2005).

No grupo de 36,36% de profissionais que afirmou que o Serviço Social na assistência social tem expressado mais o projeto conservador, destaca-se o depoimento do entrevistado 01, que conseguiu expor de maneira bastante clara que a reprodução do conservadorismo está relacionada a necessidade do capital em garantir a manutenção das relações sociais capitalistas e, nesse sentido, o Estado, suas instâncias político-jurídicas e as políticas sociais cumprem um importante papel na reprodução da racionalidade burguesa.

A política de Assistência Social, por ser historicamente marcada pela função de controle da força de trabalho mediante o fetiche de ser “fornecedora” eficiente dos serviços sociais aos pobres e miseráveis, cumpriu e vem cumprindo um papel estratégico para a reprodução do poder burguês sendo ela uma mediação necessária à valorização do capital. Na concepção desse profissional citado, essa estrutura conservadora presente na política de Assistência Social e hoje reatualizada sob os novos discursos da pós-modernidade, tendem a limitar objetivamente a atuação profissional e potencializa a reprodução da racionalidade burguesa.

Impõe-se, para ilustrar essa tendência presente no momento, a exposição do depoimento do entrevistado 01 referido:

A assistência social notadamente expressa mais o projeto conservador, porque só o foco na família já mostra esse o conservadorismo. Cadê a questão da classe social? Eu acho que a gente trabalha mais com a ideia de rompimento de laços familiares, potencialidades...a gente tem que discutir coisas muito mais amplas que isso. A família não tem condições de conseguir um trabalho mesmo que ela seja extremamente qualificada, porque precisa que haja exercito industrial de reserva, para que os outros possam baixar o valor da sua mão de obra. Pouco se faz crítica sobre a nossa prática, pelo contrário a gente bate palma pra PNAS. A legislação favorece o pensamento conservador, existem profissionais que conseguem pela visão do profissional, pelo esforço profissional, mas a política não vem nesse formato que não seja conservador. Se você não pratica esse formato conservador, é porque você tem uma visão diferente, porque você tem uma postura profissional que vai modificar isso, mas a proposta da política vem de cima a baixo já conservadora (Depoimento do entrevistado 01, grifos nossos).

Ainda entre o grupo de profissionais que afirmou que o Serviço Social na assistência social tem expressado mais o projeto conservador justifica que essa perspectiva estaria relacionada as seguintes questões: aos determinantes da sociedade capitalista expressa nas relações de trabalho precarizadas; a influência da ideologia neoliberal na estrutura da política de Assistência Social no contexto contemporâneo que tem se caracterizado pela centralização dos programas de transferência de renda que circunscreve a atuação profissional ao atendimento das demandas imediatas, pontuais; a utilização pelo poder público da assistência social para finalidades particulares, eleitoreiras impondo limites a atuação profissional na superação do clientelismo e assistencialismo; e a lógica institucional que é conduzida na perspectiva formalizadora, burocrática, fragmentadora que tende também a limitar a atuação profissional.

Os trechos dos depoimentos apresentados a seguir asseveram algumas dessas questões citadas.

Conservador. Nós temos um discurso político crítico, mas a estrutura que nós temos da política, do Estado, tudo isso impossibilita a questão da superação dessa lógica conservadora, das desigualdades sociais, dessa sociedade. A política de Assistência Social não traz a possibilidade de uma transformação real, ela ajuda na manutenção. [...] Ainda tem muito essa ligação com a questão política-eleitoral, assistencialista nos municípios. [...] Isso também está relacionado a essa precarização da nossa mão de obra em que a gente tem que tentar assegurar nossa própria sobrevivência, quase equiparado ao usuário. Eu não sei se também porque não nos tem sobrado tempo para participar dos espaços de luta, realizar uma prática que não sucumba ao cotidiano, que a gente consiga nos capacitar (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 07, 12 e 23).

Esses são aspectos demonstram positivamente que os profissionais conseguem visualizar como os determinantes sociohistóricos têm impactado sobre a atuação profissional e que, de fato, tendem para que se reproduza uma prática conservadora; entretanto, é preciso ter em mente que esses aspectos não são inviabilizadores cabais da prática que se pretenda crítica e na direção do PEPSS. A prática posta na dinâmica das relações sociais, a partir do conhecimento crítico da realidade e diante de uma postura teleológica e política que busque gerar intencionalidade a ação profissional, pode vir a fortalecer tanto o projeto crítico voltado a defesa da ampliação e universalidade dos direitos, bem como agir de modo a reproduzir uma racionalidade que atue na manutenção da lógica do capital.

Entre o grupo minoritário 22,73% de profissionais que alegou que tanto o projeto crítico quanto o conservador do Serviço Social se expressam na política de Assistência Social, foi justificado que a afirmação do projeto crítico ou do projeto conservador vai estar relacionado à instância em que o profissional se localize, isto é, para eles o assistente social que atua no âmbito da gestão, por ter sua inserção marcada pela subordinação ao poder do representante político do município, tende a desenvolver uma prática mais conservadora, enquanto que o assistente social que tem o vínculo estatutário, tem a possibilidade de exercer sua relativa autonomia contribuindo para uma atuação profissional mais crítica.

Aqui, expõem-se os trechos dos principais depoimentos dos profissionais do grupo que apresenta essa avaliação.

Vendo na ótica dos gestores a atuação do assistente social não tem nada de crítica, mas vendo na ótica dos profissionais ela é crítica, fazendo com que o usuário reflita e refletindo também sua atuação enquanto profissional, se questionando. Se for para pensar ele dentro da lógica da política de Assistência Social em Aracaju, ele é para ser conservador. [...] Existe profissionais ainda conservadores, que não tem um compromisso ético-político, nem com a transformação dessa ordem societária. A gente precisa amadurecer essa discussão, acho que a gente vive em um conflito interno, nem totalmente conservador, nem totalmente crítico. Quanto maior arcabouço teórico, mas crítico você tende a ser. Mas no sistema que estamos inseridos o conservadorismo é muito forte (Trechos dos depoimentos dos entrevistados 09 e 11).

Observou-se que na maioria dos depoimentos desse grupo minoritário os aspectos indicados de forma que poderia agir para expressar mais o projeto crítico ou o conservador restringiram-se a questão do vínculo empregatício, as relações de trabalho. De fato, a precarização das relações de trabalho – entendidas como um aspecto que determina objetivamente a intervenção profissional – pode vir a potencializar para a reprodução do conservadorismo. Todavia, os elementos que podem colaborar ou não para a reprodução do conservadorismo no Serviço Social englobam múltiplos determinantes que vão desde o contexto sociohistórico orientado pelo neoliberalismo incidindo sobre o Estado, as políticas sociais e as práticas sociais até as condições objetivas oferecidas pela instituição para o desenvolvimento do trabalho do assistente social.

Essa fragilidade no entendimento do profissional sobre os aspectos que contribuem para a reprodução do conservadorismo no Serviço Social no âmbito das políticas sociais e, nesse caso, da política de Assistência Social, pode ser reflexo da tendência do capital a fragmentação de todas as esferas da vida social, da reificação dos processos sociais, fazendo

com que os assistentes sociais não consigam ver a totalidade e acompanhar a dinâmica dos fenômenos e a forma que eles incidem sobre a profissão.

Essa realidade fragmentada compromete a capacidade do profissional no esforço para conseguir desvendar a realidade, situar a profissão na divisão social e técnica do trabalho, compreender seu significado social da profissão e construir e reconstruir os objetivos, as estratégias para a atuação profissional. Então, é efetivamente sob as condições de precarização do mercado de trabalho, permeado pelas contradições que são medulares desse sistema capitalista, que estão postos os limites e possibilidades da realização de um projeto crítico do Serviço Social, em reforçar a racionalidade burguesa ou construir mecanismos para fortalecer as perspectivas críticas e as forças transformadoras da sociedade.

Portanto, é a natureza contraditória da sociedade permite o desenvolvimento de práticas que tanto podem reproduzir a lógica conservadora quanto a lógica crítica, pois é a partir das relações presentes no interior do conservadorismo que se gestam as possibilidades de ruptura deste.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora apresentado buscou analisar a reprodução do conservadorismo no Serviço Social com enfoque na prática profissional dos assistentes sociais concursados vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) em Aracaju-SE., tomando por parâmetro os determinantes objetivos e subjetivos que incidem sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais.

Desse modo, partiu-se do entendimento que o presente contexto em que se inscreve a intervenção profissional é notadamente diverso às características e condições sob as quais se edificou a profissão e se desenvolveu até o período de renovação do Serviço Social. Esse contexto tem sido marcado por um processo árduo e contínuo de *várias tentativas de ruptura* ou de *distanciamento dos aspectos conservadores* que marcaram sua origem e hoje permanecem se atualizando sob a investida da retórica pós-moderna. Essas tentativas de ruptura com o conservadorismo, entretanto, não se restringem ao distanciamento dos elementos conservadores historicamente constitutivos da prática do assistente social, mas principalmente do conservadorismo impregnado na estrutura das instâncias político-jurídicas na sociedade burguesa que dificultam uma atuação profissional que busque se sobrepor a reprodução da racionalidade burguesa e, conseqüentemente, dirija-se na afirmação do PEPSS.

De fato, esse cenário apresenta-se como bastante adverso para realização de práticas sociais e profissionais que estejam orientadas na defesa dos direitos universais, de democratização do acesso aos direitos e da sua ampliação como caminho para o alcance da cidadania que conduza a emancipação humana⁵⁵. Isso porque a conjuntura contemporânea marcada pela reestruturação do capital sob os moldes da orientação neoliberal tem como impacto imediato um processo de contrarreforma do Estado brasileiro que tem minimizado sua atuação no enfrentamento da questão social. Assim a ação estatal tem se dando de forma fragmentada, pontual através de medidas compensatórias que atingem a estrutura e a forma de implementação das políticas sociais como mecanismo de acesso aos direitos sociais.

Há aqui a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, bem como um investimento em parcerias com o setor privado, sendo adotada como mecanismo de reforço a privatização pela retórica da incapacidade do setor público; a sua minimização deve responder também pelo corte com os gastos sociais, sobretudo, com as políticas sociais que formam o sistema de proteção social gerando uma forte tendência à seletividade acirrando-se

⁵⁵ Sua efetividade depende da luta dos homens na história e sua base real se encontra na materialidade do ser social (TONET, 2005).

um processo de reforço a desigualdade que já se inicia na estratificação entre pobres e miseráveis como se observa mais contundentemente na assistência social e que foram suficientemente indicadas no transcorrer dos capítulos.

Nesse sentido, os resultados obtidos através dos dados da pesquisa puderam revelar que a política de Assistência Social em Aracaju tem se constituído, ainda na atualidade (em que houve uma tentativa de distanciamento dos aspectos conservadores a partir da criação do SUAS), um espaço fortemente marcado pelo clientelismo, assistencialismo nas relações entre o poder público e os usuários, o que resulta em uma tensão na relação entre o assistente social e a gestão, expressando-se no Serviço Social como um tensionamento entre os interesses da instituição e os objetivos do projeto ético-político profissional.

Os vínculos empregatícios estatutários (permanentes) somados à clara preocupação dos profissionais com sua qualificação estaria possibilitando aos assistentes sociais, em sua maioria, exercerem sua relativa autonomia, de forma a se distanciar dos traços conservadores das políticas sociais e presentes na lógica institucional e ainda imprimir uma qualidade crítica a sua intervenção profissional.

Entretanto a análise do movimento político e estrutural das relações em seu conjunto leva a conclusão de que essa relativa autonomia dos assistentes sociais vê-se condicionada e restrita aos limites colocados à intervenção profissional, pela lógica de estruturação das relações institucionais. Limites esses que estão associados às formas de precarização do trabalho, ou seja, baixos salários, falta de condições de trabalho e superexploração do trabalho, exigência de funções que se afastam daquilo que o assistente social se propõe a realizar, o que resulta no desgaste físico e mental dos assistentes sociais. Sem as condições objetivas de trabalho (recursos materiais, financeiros, humanos) são necessárias a execução da política de Assistência Social e que devem ser disponibilizados pela instituição, a relativa autonomia dos assistentes sociais torna-se inviabilizada.

Sabe-se que a conjuntura contemporânea ainda tem operado profundas mudanças na sociedade, sobretudo, no mundo do trabalho alterando-se as relações e condições em que se realizam o trabalho humano, hoje regulado na perspectiva de flexibilização, precarização e fragilização. Essa realidade se traduz numa clara ofensiva do capital sobre o trabalho, tendo como principal consequência a exponenciação da questão social e o processo regressivo dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Tudo isso traz profundos impactos à forma como se expressa as demandas pelo trabalho do assistente social por parte do Estado e como se processa a intervenção profissional, seja pelas condições nas quais ela se inscreve, seja pelo modo como se lhes impõe essa demanda.

Conforme as discussões levantadas nesse estudo sob a indicação de variados autores, nota-se que a demanda do trabalho do assistente social pelo Estado tem se reduzido a cada dia, tendo em vista a perspectiva neoliberal que impacta nas relações de trabalho sob a forma de terceirizações, contratos temporários e, de outro lado, na diminuição do financiamento das políticas sociais, havendo em decorrência disso um enxugamento no quadro de profissionais e ao mesmo tempo que se precariza as condições de trabalho do assistente social, que passa a ter submeter sua atuação à execução das políticas sociais com poucos recursos (sejam eles financeiros, materiais, humanos, etc.).

Nesse sentido, os resultados da pesquisa evidenciaram de forma bastante clara que os assistentes sociais da SEMASC não tem tido condições objetivas satisfatórias para realizar uma intervenção profissional nas instituições, de modo que possa se distanciar do conservadorismo que nutre a lógica da ordem burguesa. Constatou-se a escassez de recursos materiais, humanos e financeiros para o atendimento das demandas dos usuários, extrema precariedade na estrutura física das instituições que se verifica desde a inadequação das salas para o atendimento dos assistentes sociais (e/ou a inexistência dela) até a completa degradação dos prédios/casas em que são ofertados os serviços da assistência social.

Conforme os depoimentos, essa falta de condições de trabalho tem gerado repercussões negativas para a intervenção profissional, na medida em que inviabilizam a garantia do sigilo profissional fazendo com que os assistentes sociais passem a infringir o Código de Ética e que contribuam na violação dos direitos dos usuários no acesso aos serviços de qualidade. Isso tem se materializado na atuação desses assistentes sociais, como foi admitido em seus depoimentos, citados no terceiro capítulo, tomados por eles como respostas paliativas, pontuais, imediatista e até (em um dos casos) como prática voluntarista, apoiada fortemente no conservadorismo. Essas respostas tendem a ser naturalizadas pela lógica burocrática, de modo a reforçar os objetivos institucionais e, portanto, conduzir a reprodução da lógica conservadora presente na lógica das políticas sociais e da estrutura institucional.

Deve-se admitir, contudo, que houve por parte dos profissionais (conforme evidenciaram os dados da pesquisa) a clareza em relação a falta de condições de trabalho como reflexo das consequências do processo de contrarreforma do Estado brasileiro; entretanto, não foi observado entre uma boa parte dos profissionais, um esforço para ultrapassar os limites, barreiras institucionais, no sentido de traçar estratégias para garantir e fortalecer os direitos dos usuários de acordo com as competências que cabem ao assistente social no processo de execução das políticas sociais. Entende-se que é possível traçar essas

estratégias, já que a *instrumentalidade* do Serviço Social ao possibilitar o desvendamento das determinações sociais para remeter a análise dos fenômenos, passa também a permitir que essa compreensão possa ser *objetivada* por meio de ações técnica, política e intelectualmente competentes.

Os resultados demonstraram ainda que essa falta de condições de trabalho dos assistentes sociais da SEMASC para execução da política é observada na *desarticulação* da rede socioassistencial e também das políticas sociais. Constatou-se que a importância da articulação da rede socioassistencial e da necessidade do pleno funcionamento/efetivação da intersectorialidade em Aracaju tem se limitado ao campo dos marcos regulatórios da assistência social, tendo em vista a inoperância do Estado nesse quesito. Isso representa um aspecto inviabilizador do trabalho profissional dos assistentes sociais, pois não basta o esforço dos profissionais das diversas áreas profissionais em incentivar a articulação das políticas, mas exige, sobretudo, que o Estado honre seus deveres constitucionais viabilizando as condições mínimas para que as políticas sociais sejam implementadas, isto é, que se viabilize as condições mínimas para que o usuário possa acessar os seus direitos.

Sabe-se que a fragmentação das políticas sociais e dos níveis de proteção social constitui uma das características da fase contemporânea do capital sob a égide do neoliberalismo e nela também consiste a marca do conservadorismo. Diante dessa fragmentação, geradas pela desarticulação da rede e das políticas sociais, os profissionais tendem a reduzir sua ação novamente ao atendimento pontual, paliativo das demandas dos usuários, o que acaba por reforçar a manutenção da racionalidade burguesa.

Ainda nessa direção, verificou-se a partir dos resultados da pesquisa que a falta de condições de trabalho e para execução da política de Assistência Social em Aracaju tem impactado sobre a forma de contato dos assistentes sociais com os usuários, já que ela tem se reduzido aos atendimentos das demandas diárias emergenciais ou imediatas dos usuários. Desse modo, o processo investigativo, necessário à intervenção profissional e que possibilitaria o levantamento de demandas não imediatamente identificáveis através do acompanhamento próximo e sistemático aos usuários, é subsumido pela lógica institucional restringindo-se ao preenchimento de formulários, realização de cadastros, isto é, procedimentos burocráticos que não possibilitam agregar conhecimento ao trabalho profissional. Tudo isso acaba por contribuir mais diretamente com a manutenção dos objetivos institucionais do que com as demandas e interesses dos usuários.

Essa dinâmica institucional, burocratizada e voltada ao atendimento imediato das demandas dos usuários, vem transformando insidiosamente a natureza da intervenção

profissional, na medida em que também tem fragilizado o trabalho direto com usuários e as ações políticas orientadas para a sua mobilização e organização, as quais teriam como papel de fundamental o fortalecimento das lutas sociais numa perspectiva emancipatória.

Os resultados da pesquisa revelaram ainda para o esforço e comprometimento dos assistentes sociais com a formação profissional continuada e permanente, aspecto esse de extrema importância para a intervenção profissional orientada na perspectiva da competência crítica. Nessa direção também foi apontado pelos profissionais o entendimento sobre a importância e contribuição da formação acadêmica para o exercício profissional, no sentido de oferecer subsídios através do acervo teórico para a reflexão que possa situar a prática profissional a partir das mediações e iluminar os determinantes sociohistóricos que envolvem o campo das relações sociais. É evidente que esses assistentes sociais tem se esforçado e procurando estabelecer a relação da teoria e da prática no campo da intervenção profissional de modo a fortalecer a direção do projeto ético-político do Serviço Social.

Entretanto, os resultados da pesquisa evidenciaram que um percentual significativo de assistentes sociais de aproximadamente 40% do total de entrevistados, entendem que a formação acadêmica não contribuiu para o exercício profissional, pois a teoria não é considerada como fundamental para o desenvolvimento cotidiano da prática profissional. Pautados nessa perspectiva, os profissionais em seus depoimentos classificaram a atuação do assistente social como meramente técnica e acabaram por reforçar a ideia de cisão entre a teoria e a prática constitutiva da racionalidade formal-abstrata (racionalidade essa que é expressão do conservadorismo atuando na manutenção dos interesses da ordem burguesa). Essa supervalorização da prática foi entendido por esse grupo como mecanismo suficiente para realização da atuação profissional, postura que se remete ao conservadorismo mais expressivo das práticas do Serviço Social Tradicional e conduz a conclusão de que o caráter conservador constitutivo da história do Serviço Social não foi superado no âmbito da prática realizada por esses profissionais, também porque não foi superado na sua concepção.

Essas conclusões sobre a relação entre a formação acadêmica e o exercício profissional, remetem ainda ao debate posto por vários autores do Serviço Social⁵⁶, de que há um hiato entre a formação acadêmica – que se nutre dos ganhos produzidos no movimento de tentativa de ruptura com o conservadorismo possibilitado pela aproximação com a teoria social marxiana – e o campo do exercício profissional (que não apresenta alterações

⁵⁶ Pode-se encontrar essa discussão em Netto (1996), Montañó (2009), Cláudia Santos (2011), Iamamoto (2011).

significativas quanto ao caráter conservador que historicamente marcou a intervenção profissional).

Vê-se que os eventos da categoria são ainda um dos poucos espaços em que tem agregado os profissionais, tanto da intervenção, quanto da academia, mas a maioria dos profissionais pesquisados não tem participado desses espaços e, portanto, não tem acompanhado os debates atuais produzidos sobre o Serviço Social, tendo a possibilidade de amadurecer política e intelectualmente. Essa ausência de participação tende a potencializar a debilidade dos profissionais em realizar as reflexões críticas necessárias para o desvendamento do real e captar como a dinâmica das relações produzidas no cenário contemporâneo vem incidindo sobre as práticas sociais e profissionais.

Do exposto conclui-se que é de suma importância a ampliação dos espaços de discussão e organização da categoria, bem como que a academia encontre mecanismos em que seja publicizada a produção intelectual dos assistentes sociais vinculados aos programas de pesquisa e pós-graduação e que também se construam novas estratégias para se aproximar da realidade profissional, objetivando a construção coletiva de recursos para o enfrentamento do conservadorismo impregnado na lógica capitalista e o fortalecimento do PEPSS.

Diante dos resultados do estudo (pesquisa de campo e levantamento bibliográfico), pôde-se concluir que os assistentes sociais pesquisados demonstraram clareza dos elementos que colaborariam para uma prática que se pretenda crítica e, de fato, o discurso da maioria desses profissionais tendeu a uma perspectiva progressista e também crítica que transparece a tentativa de se distanciar dos aspectos conservadores que marcaram a gênese da profissão. Porém, o que cabe ressaltar é que o conservadorismo – enquanto expressão ideocultural da ordem burguesa – permanece se reproduzindo no âmbito das variadas esferas da vida social no capitalismo (relações sociais, classes, Estado, forma de conhecimento, instituições, organizações sociais, políticas sociais) independentemente da consciência que os assistentes sociais tenham sobre os processos que tem determinado sua reprodução, ou ainda apesar da sua crítica ao conservadorismo e tentativa de ruptura assegurada nos princípios e fundamentos do PEPSS.

A racionalidade burguesa exige mecanismos de regulação que a sustentem, nesse sentido ele cria, diretamente ou por meio do Estado mecanismos de controle e regulação da sociedade por meio de instituições sociais, jurídicas e políticas, e ainda, quando necessário, se modernizam no sentido de acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas e, ao mesmo tempo, alterem as formas de manipulação e controle da classe trabalhadora (nesse caso, as políticas sociais, sobretudo, a assistência social permanece cumprido contundentemente essa

tarefa sendo ela claramente funcional à ordem capitalista e por isso, se expressa necessariamente enquanto conservadora).

Para que se sustente a racionalidade burguesa no intuito a manutenção das relações sociais capitalistas, é necessário que o Estado e suas instituições, bem como as políticas sociais se reproduzam enquanto conservadoras. Isso traz implicações à intervenção profissional já que o Estado e as instituições requisitam e/ou impõem que o atendimento as demandas dos usuários se realizem numa lógica conservadora, isto é, burocrática, pontual, seletiva, imediatista. Portanto, a “[...] própria lógica que move a ordem burguesa, pelas fragmentações e abstrações que produz e a sustentam, constrange qualquer prática que intencione romper com o conservadorismo que a nutre” (GUERRA, 2011, p.28).

É importante reafirmar, contudo, que a natureza conservadora do capitalismo e o seu movimento de atualização expressamente no campo da intervenção profissional – como verificado por essa pesquisa e ainda reconhecido pelos profissionais do Serviço Social entrevistados – não se coloca aqui como uma perspectiva fatalista, absolutamente. Entende-se que a profissão por se inscrever na dinâmica das relações sociais contraditórias, pode gerar uma intervenção profissional que reforce uma racionalidade que tenda a manutenção da ordem burguesa e os interesses do capital, também pode pela mesma ação reproduzir uma racionalidade que, constituída no movimento histórico entre rupturas e continuidades, permite os sujeitos a partir das mediações conhecer os determinantes da realidade e estabelecer uma postura teleológica capaz de produzir estratégias no alcance de finalidades, isto é, uma racionalidade em que os profissionais reconhecidos enquanto sujeitos políticos possam reafirmar os compromissos com o seu projeto ético-político profissional entendendo-o enquanto parte de um projeto coletivo, societário que se coloca na luta pelos interesses da classe trabalhadora.

Em outros termos: concebe-se aqui que a ruptura com conservadorismo depende, sobretudo, de condições sociohistóricas que colocam em xeque a luta coletiva pela consolidação de um novo projeto societário, isto é, questões endógenas que extrapolam a decisão e/ou vontade dos sujeitos profissionais ou de uma categoria profissional. No entanto, compreende-se também estão dadas na realidade as possibilidades para o enfretamento do conservadorismo que é constitutivo do sistema capitalista e da história do Serviço Social e, portanto, cabe ao profissional ter sempre em mente seu compromisso ético-político pela luta e na defesa dos interesses da classe trabalhadora, estando também ciente dos limites e tensões próprios a essa sociedade que se expressam na atuação profissional.

Ratifica-se, então, que a conjuntura contemporânea do capitalismo apresenta-se como aspecto potencial para a inviabilização da efetivação do PEPSS e, conseqüentemente, torna o campo da intervenção profissional terreno fértil para reprodução do conservadorismo e (neo) conservadorismo. Entretanto, a profissão por se inscrever no campo de lutas e tensões constitutiva das relações sociais, inserida no universo de resistências da sociedade brasileira pode também materializar uma intervenção profissional, do ponto de vista ético-político, que corresponda a esse enfrentamento a racionalidade burguesa na medida em que também estará buscando a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social.

Do exposto, considera-se que esta investigação atingiu seu objetivo, na medida em que conseguiu apresentar elementos de análise sobre, como e se, os traços conservadores, presentes na lógica capitalista, tem revestido o exercício profissional nas instituições da assistência social na cena contemporânea e ainda contribuiu para aprofundar e repor o debate sobre a reprodução do conservadorismo no Serviço Social no campo da produção do conhecimento.

Depreende-se ainda que esta pesquisa, ao tempo em que permitiu uma aproximação com a realidade profissional do Serviço Social, exige uma continuidade, por meio de outros estudos e pesquisas, com vistas a novas descobertas sobre a temática aqui examinada.

O estudo remete, ainda, para a emergência e importância da ampliação de espaços para debates e reflexões em fóruns, seminários, congressos, enfim, eventos que colaborem para a aproximação entre os profissionais de Serviço Social dos diferentes espaços sócio-ocupacionais, incluindo da universidade. Esse processo possibilitaria melhor qualificar a formação e a atuação profissionais, cuja meta seja a viabilização de direito dos usuários e o cumprimento dos princípios ético-políticos da profissão. Dessa forma, acredita-se que é possível ao Serviço Social contribuir efetivamente para mudanças sociais compatíveis com os interesses da classe trabalhadora.

Ciente dos limites dessa pesquisa espera-se que ela possa suscitar o debate, ampliando as possibilidades para sua continuidade e ampliação focando outros ângulos e/ou áreas de atuação do assistente social, sendo uma das possibilidades para outras pesquisas analisar a reprodução do conservadorismo na atuação dos assistentes sociais em outros espaços sócio-ocupacionais, bem como entre os profissionais que atuam como gestores institucionais (intermediários).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da Questão Agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ARACAJU. Lei Orgânica do Município de Aracaju de 05 de abril de 1990. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Aracaju, SE, 05 de abr. 1990, Seção X.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. **Plano Municipal Decenal da Assistência Social em Aracaju**. Aracaju, 2011. 84 p.

ARANHA, M. L. M. **Trabalho e qualificação profissional**: uma análise a partir de programas públicos de emprego desenvolvidos no município de Aracaju/SE (2003 a 2006). Projeto PIBIC/CNPq/UFS, 2008.

ARANHA, M. L. M.; SANTOS, D. R. Serviço Social no Brasil: contextualizando a formação profissional. **Cadernos UFS Serviço Social**. v. VIII, fasc. 4. São Cristóvão: Editora UFS, 2006.

ARANHA, M. L. M.; JESUS, E. A.; SANTOS, D. R. Serviço Social na Contemporaneidade: uma análise do mercado de trabalho e da intervenção profissional do assistente social em Aracaju-SE. **Cadernos UFS Serviço Social**, São Cristóvão, v. 10, 2008, p. 25-44.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. CFESS (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, M. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 78, p. 48-110, 2004.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Política Social no capitalismo tardio**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 2).

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988.

_____. Presidência da República. **Lei 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Aprova a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 de dez. de 1993. Seção 1.

_____. **Destaques: junho de 2012**. Secretaria de Comunicação Social. Brasília, ano 5, n. 1, mar/jun., 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional da Assistência Social e Norma Operacional Básica**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jan. 2013. Seção 1, p.155.

_____. **Relatórios de Informações Sociais: RI Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília, _____ 2013. Disponível em:<<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Benefícios>>. Acesso em: abril de 2013a.

_____. **Programa Fome Zero: o que é?** Brasília, 2013. Disponível em:<<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: maio de 2013b.

_____. **Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 jan. 2004. Seção 1.

BRONZO, C.; VEIGA, L. Intersetorialidade e políticas de superação da pobreza: desafios para a prática. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 92, p. 05-21, 2007.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. 12. ed. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, F. A. O Serviço Social e a interdisciplinaridade. **Revista Diálogos**, Brasília, v. 18, n. 01, p. 74-79, dez. 2012.

CFESS. **Resolução CFESS nº 273 de 13 de março de 1993**. Institui Código de Ética Profissional do assistente social. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 mar. 1993. Seção 1, p. 4004-4007.

_____. **Parâmetros para atuação dos assistentes sociais na política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2009. (Coleção Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

CIGNOLLI, A. **Estado e Força de trabalho: introdução à política social no Brasil**. [S.l.]: Brasiliense, 1985.

COSTA, G. M. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua**, Maringá – PN, n. 09, 2006. Disponível em:<<http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.htm>>. Acesso em: julho de 2012.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTO, B.R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. R.et al.

(Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRESS. Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social. In: **Assistente Social: ética e direitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: CRESS, 2006, p. 348-361. (Coletânea de Leis e Resoluções).

DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**: mercado de trabalho metropolitano em 2012. São Paulo, SP, 2013, 4 p.

ESCORSIM NETTO, L. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e de crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAMSCI, A. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. COUTINHO, C. N. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUERRA, Y. **Instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 28, n. 91, p. 05-33, 2007.

GOMES, C. M. C. O caráter reificado da modalidade de enfrentamento da questão social no campo contraditório de negação e afirmação de direitos. In: BRITES, C. M.; FORTI, V. (Orgs.). **Direitos Humanos e Serviço Social**: polêmicas, debates e embates, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 93-111.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, ano 2, n.3, jan/jun.2001.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 16-50.

KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 52, p. 07-23, 1996.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (Coleção Debates & Perspectivas).

LUKÁCS, G. A reprodução. In: **Para a ontologia do ser social**. Vol. II. Tradução de Sérgio Lessa. Roma: Editori Riunit, 1981a. Versão italiana de Alberto Scarponi. Mimeografado.

_____. Ideologia. In: **Para a ontologia do ser social**. Vol. II. Tradução de Sérgio Lessa. Roma: Editori Riunit, 1981b. Versão italiana de Alberto Scarponi. Mimeografado.

MANDEL, E. O Estado na Fase do Capitalismo Tardio. In: **O Capitalismo Tardio**. Tradução de Carlo Eduardo S. Matos, *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 333 - 350. (Os economistas).

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política**. Tradução de Mario Duayer, Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O leitor de Marx**. NETTO, J. P. (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MELO, R. O. L. **Economia sergipana contemporânea (1970-2010)**. São Cristóvão-SE: Editora UFS; Aracaju: Diário Oficial, 2012.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

MOTA, A. E.; MARANHÃO, C. H.; SITCOVSKY, M. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 180-198.

MOTA, A. E. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010a, p. 21- 57.

_____. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010b, p.133- 146.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e a sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009a.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b, p. 667-700.

_____. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, p.21-36, 2005.

_____. Das ameaças à crise. **Inscrita**, Brasília, ano 6, n. 10, 2007.

_____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 24, n. 79, p.05-27, 2004.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87-132, 1996.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 01: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.1).

NEVES, A. V. O pensamento conservador na sociedade brasileira: ambiguidades entre o público e o privado. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 29, n. 93, p. 83-100, 2008.

PAIVA, B. A. de. **A timidez das políticas sociais no governo Lula**: quando o fundo do poço tornou-se nossa morada. Disponível em:<<http://www.ola.cse.ufsc.br>>. Acesso em outubro de 2012.

PASTORINI, A. As políticas sociais e o Serviço Social. Instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e a sua reprodução. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, T. M. M. **Pensamento Conservador e a Prática do Serviço Social**: avanços e retrocessos. 2004. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PEPGSS, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, São Paulo, 2004.

ROSA, L. D.; PASTORE, E. **Trabalho e gênero da área da saúde**. Disponível em <<http://www.upf.br/semgiest/download/artigos/area2/18.pdf>>. Acesso em junho de 2009.

SANTANA, M. A.; ARANHA, M. L. Trabalho e Gênero: uma aproximação teórico-histórica. In: VI Semana Nacional de Educação, 2008, São Cristóvão-SE. **Anais...** São Cristóvão-SE: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 132).

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. 2. ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, C. M. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SILVA, A. M.; TAVARES, M. S. Reflexões sobre a formação e capacitação continuada dos trabalhadores(as) do SUAS no Município de Aracaju/SE. In: XIX SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 2009, Guayaquil, Ecuador. **Anais...**Guayaquil, Ecuador: Universidad Católica Santiago de Guayaquil, 2009, p. 4-8.

SIMIONATTO, I. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 87-106.

SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, A. E. (Org.). **O Mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010a, p. 147- 179.

_____. Conciliações e contradições entre a assistência social e trabalho: impacto do Bolsa Família. In: MOTA, A. E. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2010b, p. 211-241.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social**: direitos e competências. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 185-200.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1990.

TONET, I. Cidadania ou emancipação humana? **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá-PN, ano 4, n. 44, 2005. Disponível em:<<http://www.espacoacademico.com.br/044/44ctonet.htm>>. Acesso em: julho de 2012.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VIANA, M. L. T. W. **Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil:** estratégias de Bem-Estar e políticas públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

VIEIRA, B. O. **Serviço Social: processos e técnicas.** 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Agir, 1978.

YAZBEK, M. C. Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 02: reprodução social, trabalho e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

APÊNDICE

Apêndice A – Roteiro de Entrevista

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Nº _____

ROTEIRO DE PESQUISA SEMIESTRUTURADO

1. Perfil Profissional

- 1.1. Ano de formação:
- 1.2. Instituição de formação:
- 1.3. Cidade:
- 1.4. Você já fez alguma capacitação? () Sim () Não
- 1.5. Qual? () Mestrado () Especialização () Curso de curta duração
- 1.6. Quando você fez sua última capacitação? () Nos últimos 6 meses () Há 1 ano () Entre 2 a 4 anos () Entre 5 a 7 anos () A mais de 10 anos () Outros
- 1.7. Participa de eventos?
() Sim. Que tipo?
() Não

2. Inserção Profissional na instituição

- 2.1. Área de atuação (lotação)
- 2.2. Quais as condições de trabalho (estrutura física, recursos humanos, recursos materiais, transporte, recursos financeiros) que a instituição oferece para o desenvolvimento do seu trabalho profissional?
- 2.3. Quais os canais de contato com os usuários?
Esses canais são satisfatórios? () Sim () Não. Por quê?
- 2.4. Quais os canais de contato com os gestores?
Esses canais são satisfatórios? () Sim () Não. Por quê?
- 2.5. Existe uma rede socioassistencial formalmente articulada no Estado?
() Sim. Como é a relação da instituição com a rede?
() Não. E os casos que vocês não resolvem na instituição, encaminham para onde? Há um acompanhamento desses encaminhamentos?

3. Atuação Profissional

- 3.1. Quais as atribuições na instituição e quem define?
- 3.2. Quais os principais instrumentos (técnicas e procedimentos) utilizados por você no desenvolvimento das suas atividades?
- 3.4. Você trabalha com outros profissionais na instituição? () Sim () Não
- 3.5. Há uma ação conjunta com esses profissionais? () Sim () Não
- 3.6. Quais as dificuldades nessa relação interdisciplinar?
- 3.7. As atividades desenvolvidas nesse espaço são planejadas?
() Sim. Com que frequência e quem participa desse planejamento?
() Não. Por quê?

4. Percepção sobre a profissão e a formação profissional

4.1. Como você avalia o trabalho do assistente social em geral, na conjuntura atual?

4.2. Você acredita que a sua formação acadêmica lhe preparou para o seu exercício profissional?

() Sim. Quais foram as principais contribuições da universidade?

() Não. Por quê?

4.3. De que forma você procura adotar os conhecimentos acumulados durante a formação acadêmica no cotidiano do seu exercício profissional?

5. Relação entre política social e a prática profissional

5.1. Há articulação da política de Assistência Social com as demais políticas sociais?

() Sim. Como ela ocorre?

() Não. Por quê?

5.2. Como caracterizaria o Serviço Social na política de Assistência Social do município?

5.3. O Serviço Social na Assistência Social expressa mais o projeto conservador ou o crítico? Por quê?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Pesquisa: A reprodução do conservadorismo no Serviço Social

Autora: Taira Cris de Jesus Moreira

Orientadora: Prof.^a Dra. Cleonice Lopes Nogueira

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
Identidade n° _____, residente à rua n° _____

_____ Bairro _____ telefone/celular _____ declaro estar ciente da pesquisa “A reprodução do conservadorismo no Serviço Social” que tem como objetivo: analisar os determinantes da reprodução do conservadorismo no Serviço Social com base na atuação dos assistentes sociais da Secretaria Municipal da Assistência Social e Cidadania (SEMASC) de Aracaju-SE.

A pesquisa visa contribuir para aprofundar o debate sobre a reprodução do conservadorismo no Serviço Social e como esses traços conservadores tem revestido o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais na cena contemporânea. Além disso, a pesquisa permitirá uma aproximação à realidade profissional do Serviço Social, bem como, possibilitará elementos para a discussão no interior do Serviço Social no sentido reduzir o hiato entre a formação e o exercício profissional.

A pesquisa utilizará como instrumento para levantamento de dados entrevista semiestruturada com registros escritos e/ou gravador, estando ciente que meu anonimato estará assegurado. Essa pesquisa não oferece riscos previsíveis à saúde do entrevistado.

Declaro também que aceito participar livremente da pesquisa e sei que tenho liberdade de recusar-me a participar ou retirar minha permissão, em qualquer fase desta, sem punição alguma e sem prejuízo; e da garantia do segredo que assegura a minha privacidade quanto às informações dadas na pesquisa.

Declaro ainda, permitir ao pesquisador a usar os resultados, para fins a que se destina a pesquisa, ou seja, para divulgação e publicação. Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da pesquisa podendo discutir os dados com o pesquisador.

Aracaju-SE, _____ de _____ de 2012.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Apêndice C – Carta de Anuência



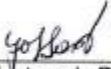
ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

CARTA DE ANUÊNCIA

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) de Aracaju/SE, na qualidade de Instituição/campo de pesquisa, está ciente e concorda com a execução da pesquisa intitulada "A reprodução do conservadorismo profissional no Serviço Social", que será desenvolvida pela aluna Taira Cris de Jesus Moreira, matrícula nº 111100209, regularmente matriculada no curso de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A referida instituição apoia o desenvolvimento da pesquisa e autoriza a coleta de dados junto aos profissionais de Serviço Social, vinculados a esta instituição.

Aracaju/SE, 21 de agosto de 2012.


Assinatura do Responsável

Yolanda de Oliveira Santos
Diretora de Assistência Social
Mat. 110857

13.128.780/0045-12

PMA/Secretaria Municipal de
Assistência Social e Cidadania

Rua Frei Luís Carlos da Nazareth, nº 42

Corr. Costa e Silva - CEP 49075-270

Aracaju - Sergipe

Apêndice D – Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A reprodução do conservadorismo profissional no Serviço Social

Pesquisador: Taira Cris de Jesus Moreira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 07499212.3.0000.5188

Instituição Proponente: Centro de Ciência da Saúde

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 137.090

Data da Relatoria: 30/10/2012

Apresentação do Projeto:

A pesquisadora faz a seguinte apresentação do trabalho: A pesquisa ora apresentada tem como objeto a reprodução do conservadorismo no Serviço Social com enfoque na prática profissional dos assistentes sociais vinculados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) em Aracaju-SE. Essa pesquisa deriva do estudo desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo objeto de estudo foi a percepção dos

profissionais do Programa de Saúde da Família (PSF) sobre a atuação do assistente social, em que constatou-se que a percepção dos profissionais do PSF sobre a atuação do assistente social está associada à características conservadoras vinculadas ao assistencialismo. Diante disso e da realidade que vem sendo descrita por alguns autores a partir de uma investigação bibliográfica sobre o tema, considerou-se que os assistentes sociais podem estar contribuindo para reforçar e reproduzir uma concepção da atuação profissional conservadora. O fato de que o projeto profissional orientado numa perspectiva criticadialética seja hegemônico no Serviço Social, não garante, por si só, que os traços conservadores constitutivos da história da profissão sejam repostos e reproduzidos no exercício profissional. Acerca da temática aqui proposta, foi verificada a existência de pesquisas (teses e dissertações) sobre a relação entre o Serviço Social e conservadorismo sob diversas perspectivas, a saber: na sua relação com o projeto ético-político, na relação com as políticas sociais, nas formas teóricas que subsidiaram o histórico do Serviço Social. Desta forma, essa pesquisa propõe adensar a discussão

do conservadorismo no Serviço Social numa direção diferenciada das já existentes, a saber: a

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br, elianemduarte@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



análise dos determinantes da reprodução do conservadorismo no âmbito da atuação profissional, isto é, de que forma tem se processado o trabalho do assistente social e se ele tem sido orientado na defesa/concretização dos pressupostos alcançados com o projeto ético-político ou na manutenção do viés conservador.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os determinantes da reprodução do conservadorismo profissional no Serviço Social com base na atuação do assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) de Aracaju-SE.

Objetivo Secundário:

Traçar o perfil de formação profissional dos assistentes sociais pesquisados; Verificar a concepção dos assistentes sociais a respeito da profissão de Serviço Social; Conhecer as atribuições profissionais; Identificar a concepção de formação profissional entre os assistentes. O estudo centra-se na discussão sobre a concepção de conservadorismo e o modo como o Serviço Social estabeleceu relação histórica com suas diversas expressões.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Segundo a pesquisadora, o trabalho não oferece riscos previsíveis a saúde dos sujeitos pesquisados.

Benefícios:

A pesquisa busca avançar e ampliar os estudos sobre a reprodução do conservadorismo no Serviço Social, enquanto formador do caldo cultural da profissão. Sua relevância consiste em permitir uma aproximação à realidade profissional do Serviço Social, bem como, possibilitar elementos para o debate no interior do Serviço Social no sentido reduzir o hiato entre a formação e o exercício profissional. Além disso, observou-se que nos cursos

de pós-graduação na área de Serviço Social as pesquisas que envolvem a formação profissional, fundamentos e trabalho do assistente social a qual se situa essa pesquisa representam 8,08% do total dos projetos de pesquisa concluídos ou em andamento no país com base em dados do CNPq (2004), o que vem a reforçar a importância de produções científicas nesse campo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Com a realização da pesquisa, espera-se produzir e fornecer dados/índices consistentes que possibilitem a categoria profissional discutir sobre a relação entre a formação profissional e o exercício profissional, isto é, contribuir para o debate sobre as formas de reprodução do conservadorismo no Serviço Social. Entender a realidade da atuação profissional, ainda que seja na política de assistência social no município de Aracaju, é

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br; elianemduarte@hotmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAÍBA - CENTRO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE



importante para que sejam fornecidos elementos explicativos para a face contemporânea com que o conservadorismo vem sendo reproduzido no plano do discurso e da prática profissionais, possibilitando ainda indicar caminhos e possibilidades de maior investimento nos estudos sobre os fundamentos históricos teórico-metodológicos do Serviço Social. A pesquisa bibliográfica será realizada por meio do acesso a livros, teses, dissertações, revistas, artigos etc. impressos e eletrônico acerca da temática e a pesquisa empírica será realizada através de entrevistas em que deverá haver o consentimento livre e esclarecido do sujeito pesquisado. Após a coleta, os dados serão organizados em gráficos e tabelas utilizando-se gerenciador de bancos de dados Epiinfo e o programa Microsoft Office Excel, bem como serão analisados os discursos dos entrevistados no intuito de reforçar os índices apresentados e as discussões levantadas. Após, será feita a análise dos dados com base no referencial teórico que subsidiará a pesquisa, centrando-se nas categorias definidas a priori e durante o desenvolvimento da investigação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta todos os documentos e termos que são obrigatórios para uma pesquisa envolvendo seres humanos.

Recomendações:

Projeto de pesquisa bem escrito e contendo os documentos obrigatórios.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não apresenta pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

JOAO PESSOA, 01 de Novembro de 2012

Assinador por:

Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

CEP: 58.051-900

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: eticaccs@ccs.ufpb.br; elianemduarte@hotmail.com